

TABLE OF CONTENTS / SUMÁRIO

Pesquisas e Práticas Psicossociais 3(1), 001-137, São João del-Rei, Ag. 2008.

EDITORIAL / EDITORIAL

Afonso, MariaLúciaMiranda

[Text in portuguese - PDF/MS Word](#)

ENSAIOS / ESSAYS

**What are the arguments for community-based mental health care?
(Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?)**

Thornicroft, Graham; Tansella, Michele

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**Réflexions Historiques sur les Cultures de la Psychologie
(Reflexões históricas sobre as culturas da psicologia)**

Carroy, Jacqueline; Plas, Régine

[Abstract in french/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**The psychology and the psychologist in consumption-based capitalism
(A psicologia e o psicólogo no capitalismo de consumo)**

Pacheco Filho, Raul Albino

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**"Play it again, Sam!" - Truths and lies of games of truth in oral history
(“Play it again, Sam!” - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em história oral)**

Rodrigues, Heliana de Barros Conde; Gonçalves, Amanda dos Santos; Barboza, Daniel Maribondo; Andrade, Vanessa Menezes de; Oliveira, Fernanda Alcântara de; Belém, Allan César Procópio

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

RESEARCH REPORTS / RELATOS DE PESQUISA

**Organizational culture and imaginary: A psychosocial analysis of a few Brazilian typical images
(Cultura e imaginário organizacionais: Análise psicossociológica de algumas imagens típicas brasileiras)**

Machado, Marília Novais da Mata

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**Universidad y Diversidad en la Percepción de la Representación Estudiantil
(Universidade e diversidade sob o olhar da representação discente)**

Mayorga, Cláudia; Ziller, Joana; Souza, Luciana Maria de; Costa, Fabíola Cristina Santos

[Abstract in spanish;portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**The elderly's perception of public transportation in Distrito Federal
(Percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal)**

Góes, Alda Abrahão Faiad; Cárdenas, Carmen Jansen de; Gomes, Lucy; Tavares, Adriano Bueno

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

**A question of quotas? How disabled people perceive their integration in the labour market based on public policies for inclusion
(Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão)**

Lino, Michelle Villaça; Cunha, Ana Cristina Barros da

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

The relationship with the families in the treatment for mentally troubled patients at the psychosocial attention center

(A relação com as famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no centro de atenção psicossocial)

Pimenta, Eliane de Souza; Romagnoli, Roberta Carvalho

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

Developmental trajectories and contexts of subjectivation and institutionalization among adolescents attended in the socio-educational system

(Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas)

Yokoy, Tatiana; Oliveira, Maria Cláudia Santos Lopes de

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

The cultural and the political in the Collective Hip Hop Chama: A straight chat on political participation and relationship between university and social movements

(O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: Um papo reto sobre participação política e as relações entre universidade e movimentos sociais)

Mayorga, Claudia; Magalhães, Manuela de Sousa; Patrício, Cláudio Junio; Cruz, Daniel Antonio Gomes; Alves, Suellen Guimarães

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

LITERATURE REVIEW/ REVISÃO DE LITERATURA

Disabled people and dance: A literature review

(Pessoas com deficiência e dança: Uma revisão de literatura)

Santos, Eleonora Campos da Motta; Coutinho, Denise Maria Barreto

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

The concept of family in the psychoanalytical theory

(O conceito de família na teoria psicanalítica)

Carvalho Filho, João Gualberto Teixeira de

[Abstract in english/portuguese](#)

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

PROFESSIONAL REPORT / RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Trabajo con grupos: Relato de experiência (Trabalho com grupos: Relato de experiência)

Galindo, Wedna Cristina Marinho

[Abstract in spanish/portuguese](#)
[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

Elders, social insertion and healthy aging in the distance learning context within the UnATIS: An experience report.

(Idosos, inserção social e envelhecimento saudável no contexto da educação a distância nas UnATIS: Um relato de experiência)

Alves, Vicente Paulo; Lopes, Carlos

[Abstract in english/portuguese](#)
[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

BOOK REVIEWS / RESENHAS

A psychopolitical approach of prejudice against homosexuals (Uma abordagem psicopolítica sobre o preconceito contra homossexuais)

Carmona, Andréa Moreira

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

Faces of the sexual violence against children and adolescents (Fases da violência sexual contra crianças e adolescentes)

Moreira, Moreira Maria Ignez Costa

[Text in portuguese – PDF/MS Word](#)

(c) Março de 2007 a Agosto de 2008
Universidade Federal de São João Del-Rei
Praça Dom Helvécio 74 – Bairro Dom Bosco
36.300-000 São João del-Rei, MG, Brasil.

Editorial

Editorial

Maria Lúcia Miranda Afonso¹

Pesquisas e Práticas Psicossociais apresenta o seu vol.3 n.1, que vem com uma diversidade rica de ensaios teóricos, relatos de pesquisa e de prática profissional, além de trabalhos de revisão de literatura e resenhas.

Na parte de Ensaio, temos a satisfação de iniciar com a tradução autorizada do texto Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental. Trata-se do Relatório-Síntese sobre a atenção comunitária à saúde mental, publicado pela Rede de Evidência em Saúde do Escritório Regional da Europa da Organização Mundial de Saúde, à qual expressamos os nossos agradecimentos. Para a publicação deste documento, contamos com a valiosa mediação e o empenho do Professor Marcelo Dalla Vecchia, que também atuou como tradutor. Agradecemos também aos autores do relatório, os professores Graham Thornicroft e Michele Tansella. Este documento com certeza será de grande importância para os trabalhos, nesta área, no país.

Ainda nesta primeira parte, publicamos a tradução autorizada do ensaio de Jacqueline Carroy e Régine Plas sobre a história das culturas da psicologia. Agradecemos ao Professor Dener Luiz da Silva, da UFSJ, que mediu a autorização e traduziu o artigo. Agradecemos também ao Centro Georges Canguilhem, Universidade Paris-Diderot, Paris VII, que primeiro publicou o artigo em francês, e gentilmente permitiu a sua reprodução em língua portuguesa pelo nosso periódico.

Logo após os artigos mencionados, torna-se muito oportuna a reflexão, feita por Raul Albino Pacheco Filho, no artigo A psicologia, os psicólogos e o capitalismo de consumo.

Explorando um aspecto diferente, mas também conectado aos debates no campo da psicologia, Heliana Conde Rodrigues reflete sobre a interrelação entre história e ficção, ao resgatar parte da história da análise institucional no artigo “Play It Again, Sam”- Verdades e mentiras dos jogos de verdade em história oral.

É interessante notar que diversos artigos deste número tratam de questões correlacionadas aos direitos de cidadania, marcando um território de reflexão e prática que tem sido desenvolvido na psicologia e na psicologia social.

Assim, na parte de relatos de pesquisa, Marília Mata Machado assina o primeiro artigo onde desenvolve uma análise crítica sobre a cultura e o imaginário organizacionais no Brasil, através de algumas de suas imagens nodais.

A seguir, o artigo Universidade e diversidade no olhar da representação discente, assinado por Mayorga et al., coloca em cena a discussão sobre formas existentes de discriminação no contexto acadêmico e, ainda, a necessidade de democratização da universidade e de políticas inclusivas na educação superior.

A questão da discriminação social é também o cerne do artigo de Góes et al., que discorrem sobre a percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal e, desta maneira, desnudam uma situação de exclusão social em seus diversos matizes.

Os direitos de cidadania constituem o ponto de reflexão no artigo de Ana Cristina Barros da Cunha e Michelle Villaça Lino que indagam sobre a inserção de pessoas com deficiência no

¹ Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação, Professora aposentada da UFMG; Pesquisadora Associada do LAPIP/UFSJ, Editora de *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. Contato: luafonso@yahoo.com

mercado de trabalho, com base em políticas públicas de inclusão.

Mudam o cenário e os atores, mas a reflexão sobre a atuação da psicologia continua. Assim, Eliane de Souza Pimenta e Roberta Carvalho Romagnoli apresentam um estudo sobre a relação dos serviços de saúde com as famílias dos usuários de um centro de atenção psicossocial. Por sua vez, Tatiana Maria Yokoy e Cláudia Santos Lopes de Oliveira analisam as trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas.

As análises apresentadas ganham uma dimensão especial quando analisam as formas de resistência e autonomia presentes hoje nos setores atingidos pela dinâmica de exclusão em nossa sociedade. Assim, Mayorga et al., em um segundo artigo, apresentam o artigo O cultural e o político no Coletivo Hip-Hop Chama, onde analisam as relações entre a universidade e os movimentos sociais.

Na seção de revisão de literatura, Eleonora Campos da Motta Santos e Denise Maria Barreto Coutinho analisam artigos que tratam do tema da deficiência e mostram como a produção científica está, ela também, marcada pelos preconceitos que precisam ser compreendidos e superados. João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho nos oferece uma breve mas substancial revisão da abordagem da família em Freud, Lacan e Klein, com o propósito de sistematizar uma contribuição para pensar a questão do atendimento às famílias na área da saúde mental.

As preocupações com um pensamento crítico no campo da psicologia e da psicologia social, que foram a tônica dos ensaios teóricos, retornam, desta vez transformadas em práticas inovadoras e que buscam fazer valer na realidade os valores que haviam orientado a crítica.

Assim, Wedna Cristina Marinho Galindo expõe os princípios, fundamentos e estratégias do trabalho que desenvolve com grupos, visando consolidar uma prática de intervenção psicossocial. Como relato de prática, temos ainda uma exposição sobre a experiência de educação à distância na Universidade Aberta à Terceira Idade e de Educação, argumentando em favor da excelência desta experiência para a qualidade de vida dos idosos que dela participam.

Finalmente, fecham este número duas resenhas. A primeira, Faces da violência sexual contra crianças e adolescentes, é assinada por

Maria Ignez Costa Moreira e apresenta o livro de Oliveira, M.L. & Sousa, S.M., intitulado.(Re)descobrimdo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, em 2007.

A segunda resenha foi escrita por Andréa Moreira Carmona e apresenta a abordagem psicopolítica sobre a homossexualidade, no livro de Prado, MAM intitulado Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.

A riqueza das contribuições incluídas neste número atesta o crescimento de Pesquisas e Práticas Psicossociais como publicação da área da psicologia social. Os trabalhos falam por si mesmos. A nós, resta agradecer a todos aqueles que como autores, pareceristas, pessoal de apoio técnico e institucional tornaram possível enfrentar o desafio e realizar a tarefa de editar mais um número de Pesquisas e Práticas Psicossociais.

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

Quais São os Argumentos a Favor da Atenção Comunitária à Saúde Mental?¹

What Are the Arguments for Community-Based Mental Health Care?

Graham Thornicroft²

Michele Tansella³

Resumo

O assunto: Transtornos mentais são responsáveis por aproximadamente 12-15% da desabilidade mundial total – mais que as doenças cardiovasculares, e duas vezes mais que o câncer. Seu impacto na vida diária é ainda mais amplo, respondendo por mais de 30% de todos os anos vividos com desabilidade. *Achados:* Não há argumentos convincentes ou dados que apoiem uma abordagem unicamente hospitalar. Também não há evidência científica de que serviços comunitários isoladamente podem prover integralidade na atenção. Ao contrário, a opinião dos profissionais e os resultados dos estudos disponíveis apoiam a atenção equilibrada. A atenção equilibrada é essencialmente comunitária, mas os hospitais têm um importante papel de retaguarda. Isto quer dizer que serviços de saúde mental são oferecidos nos contextos comunitários habituais próximos à população atendida, e internações hospitalares são tão breves quanto possível, disponibilizadas prontamente e empregadas somente quando necessário. É importante coordenar os esforços de uma diversidade de serviços de saúde mental, sejam estes governamentais, não-governamentais ou privados, e garantir que as interfaces entre eles funcionem de modo apropriado. Estudos de custo-efetividade em desinstitucionalização e de equipes comunitárias de atenção à saúde mental têm demonstrado que a qualidade da atenção tem relação direta com o orçamento disponível. Serviços comunitários de saúde mental geralmente custam o mesmo que os serviços hospitalares os quais substituem. *Considerações às políticas públicas:* As prioridades e as metas das políticas públicas para um país em particular dependem em larga escala dos recursos financeiros disponíveis. *Países com poucos recursos* devem focalizar na implementação e melhoria dos serviços de saúde mental no contexto da atenção primária, utilizando serviços de especialistas como retaguarda. *Países com recursos medianos* devem buscar, além disso, a oferta de componentes afins tais como ambulatórios, equipes comunitárias de atenção em saúde mental, atenção a pacientes no episódio agudo, atenção residencial comunitária prolongada e reabilitação profissional. Além de tais medidas, *países com muitos recursos* devem prover formas mais diferenciadas de atenção tais como ambulatórios especializados e equipes comunitárias de atenção em saúde mental, tratamento assertivo comunitário, e alternativas para a atenção a pacientes no episódio agudo, atenção residencial comunitária prolongada e reabilitação profissional.

Palavras-chave: serviços de atenção comunitária à saúde mental; qualidade da atenção à saúde; estudos comparativos; técnicas de apoio à decisão; Europa.

¹ Relatório-síntese sobre atenção comunitária à saúde mental, publicado pela Rede de Evidência em Saúde – RES (*Health Evidence Network – HEN*), do Escritório Regional da Europa (*Regional Office for Europe*) da Organização Mundial de Saúde. A RES visa proporcionar informações para a tomada de decisões na implementação de ações de atenção à saúde pelos gestores. O relatório é apresentado como “a resposta à questão de um gestor. Ele proporciona uma síntese das melhores evidências disponíveis, incluindo um sumário dos principais achados e opções em termos de políticas públicas relacionadas com o tema” (Thornicroft & Tansella, 2003, p. 2). A questão do planejamento de ações de atenção à saúde baseado em evidências é, no mínimo, fonte de controvérsia (Castiel & Póvoa, 2002; Campos, 2003), exigindo apreciação crítica e minuciosa contextualização histórico-cultural. Entende-se, porém, que o crescente interesse nas articulações possíveis entre as ações de atenção à saúde mental e a atenção básica, especialmente com a recente edição da Portaria 154/2008, a partir da qual ficam criados os Núcleos de Apoio em Saúde da Família (NASF), bem como as implicações desta articulação para o campo da Psicologia Social, justificam o presente esforço. Tradução para o português por Marcelo Dalla Vecchia (mdvecchia@yahoo.com.br), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Faculdade de Medicina da UNESP, Campus de Botucatu. A tradução foi autorizada pelo referido Escritório, e os direitos autorais são de detenção da revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. Agradecimentos aos participantes da lista de discussão da *internet* “Em Defesa da Reforma Psiquiátrica”, especialmente Dulce Mara Gaio, Luís Fernando Tófoli e Sandra Maria Fischetti Barião.

² Professor de Psiquiatria Comunitária, Seção de Psiquiatria Comunitária, Departamento de Pesquisa em Serviço de Saúde, Instituto de Psiquiatria, King's College London, Universidade de Londres. g.thornicroft@iop.kcl.ac.uk.

³ Professor de Psiquiatria, Departamento de Medicina e Saúde Pública, Seção de Psiquiatria, Universidade de Verona. michele.tansella@univr.it.

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

Abstract

The issue: Mental disorders are responsible for about 12 - 15 % of the world's total disability – more than cardiovascular diseases, and twice as much as cancer. Their impact on daily life is even more extensive, accounting for more than 30% of all years lived with disability. *Findings:* There are no persuasive arguments or data to support a hospital-only approach. Nor is there any scientific evidence that community services alone can provide satisfactory comprehensive care. Instead, the weight of professional opinion and results from available studies support balanced care. Balanced care is essentially community-based, but hospitals play an important backup role. This means that mental health services are provided in normal community settings close to the population served, and hospital stays are as brief as possible, arranged promptly and employed only when necessary. It is important to coordinate the efforts of various mental health services, whether governmental, nongovernmental or private, and to ensure that the interfaces between them function properly. Cost-effectiveness studies on deinstitutionalization and of community mental health care teams have demonstrated that quality of care is closely related to expenditure. Community-based mental health services generally cost the same as the hospital-based services they replace. *Policy considerations:* The priorities and policy goals for a particular country depend largely on the financial resources available. *Low-resource countries* should focus on establishing and improving mental health services within primary care settings, using specialist services as a backup. *Medium-resource countries* should also seek to provide related components such as outpatient clinics, community mental health care teams, acute inpatient care, long-term community-based residential care and occupational care. In addition to such measures, *high-resource countries* should provide forms of more differentiated care such as specialized ambulatory clinics and community mental health care teams, assertive community treatment, and alternatives to acute inpatient care, long-term community residential care and vocational rehabilitation.

Key words: community mental health services; quality of health care; comparative study; decision support techniques; Europe.

Introdução

Transtornos mentais têm um efeito marcante na saúde pública. Enquanto há diferentes modos de expressar as conseqüências de dada condição médica, a maneira tradicional de avaliar a carga de doença – em termos de incidência, prevalência e mortalidade – não é adequada para condições crônicas e que produzem desabilidade. A melhor maneira de medir a carga global de transtornos mentais deve ser Anos de Vida Perdidos Ajustados por Incapacidade (*Disability-Adjusted Life Years – DALY*) (Murray & Lopes, 1996; WHO, 2001). O índice DALY leva em consideração os anos perdidos devido à morte prematura, juntamente com anos de vida perdidos decorrentes de desabilidade. De acordo com este índice, estima-se que transtornos mentais respondem por aproximadamente 12-15% da desabilidade no mundo em 2000. Esta cifra representa duas vezes o nível da desabilidade causada por todas as formas de câncer, e maior que a causada por doenças cardiovasculares. Considerando o componente de desabilidade isoladamente, sem a mortalidade, transtornos neuro-psiquiátricos são responsáveis por mais de 30% de todos os anos vividos com desabilidade mundialmente.

Nas últimas duas décadas, tem havido um debate entre aqueles favoráveis à oferta de atenção e tratamento à saúde mental nos hospitais, e aqueles que preferem sua oferta em contextos comunitários, primariamente ou até mesmo exclusivamente. Uma terceira alternativa é utilizar tanto os serviços comunitários quanto a atenção hospitalar. Neste

modelo de atenção equilibrada, o foco está na oferta de serviços em contextos comunitários habituais próximos à população atendida, enquanto as internações hospitalares são tão breves quanto possível, disponibilizadas prontamente e utilizadas somente quando necessário. Esta interpretação equilibrada dos serviços comunitários vai além da retórica sobre se é melhor a atenção hospitalar ou comunitária, encorajando, ao invés disso, a consideração sobre qual *composição* de abordagens é mais adequada para um território particular em um período particular.

O presente relatório trata de algumas questões-chave relacionadas com as políticas públicas, inclusive as seguintes: até que ponto os serviços de saúde mental devem ser oferecidos em contextos comunitários ou hospitalares? Quais serviços de saúde mental são considerados essenciais? Quais devem ser as prioridades na atenção à saúde mental em países com poucos, médios ou muitos recursos? Quais são os argumentos e as evidências no campo?

O objetivo deste documento é oferecer aos gestores uma síntese das evidências da pesquisa e outras informações disponíveis a respeito destas questões. Discute serviços destinados principalmente para adultos e não trata diretamente da atenção à saúde mental de crianças, de pessoas idosas ou daqueles que sofrem primariamente pelo uso abusivo de álcool ou outras drogas.

Fontes para esta revisão

Na preparação deste relatório, foram utilizados artigos de duas fontes. Primeiramente, foi feita uma

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

busca no MEDLINE, de 1980 até abril de 2003, utilizando-se “mental and community and hospital” no campo de busca, identificando-se inicialmente mais de 3.000 artigos. Depois, a busca foi restringida para artigos de revisão em língua inglesa, restando 141. Em segundo lugar, a *Cochrane Library* foi pesquisada para qualquer outra revisão sistemática acerca do assunto.

Contexto Histórico

A história recente dos serviços de saúde mental pode ser dividida em três períodos, cobrindo a ascensão do manicômio e do cuidado hospitalar tradicional; o declínio do manicômio, e o surgimento da atenção equilibrada (Thornicroft & Tansella, 1999a). O Anexo 1 resume as características-chave de cada período.

Período 1. A ascensão do manicômio ocorreu aproximadamente entre 1880 e 1950, primordialmente em países economicamente desenvolvidos (Desjarlais *et al.*, 1995). Foi marcada pela construção e ampliação dos manicômios, distantes das pessoas que atendiam, oferecendo principalmente contenção custodial e as mais básicas necessidades de sobrevivência a pacientes com uma ampla variação de transtornos clínicos e problemas sociais. Existe evidência, atualmente, de que o modelo manicomial oferece níveis muito baixos de tratamento e atenção (Leff, 1997). Não obstante, em alguns países, especialmente naqueles menos desenvolvidos economicamente, quase todos os serviços de saúde mental são oferecidos por meio de tratamento asilar.

Período 2. O declínio do manicômio ocorreu na maioria dos países desenvolvidos aproximadamente após 1950, quando foram demonstradas as limitações do modelo (Wing & Brown, 1970). Uma de suas falhas mais graves, provavelmente, foram seus efeitos nos pacientes, inclusive a progressiva perda de habilidades para a vida e o acúmulo de “sintomas de déficit” ou “institucionalismo” (Wing & Brown, 1970). Outros problemas abrangem sucessivas recaídas dos pacientes; o isolamento geográfico e profissional das instituições e suas equipes; fragilidade nos procedimentos de registro e contabilidade; problemas na gestão, liderança e administração; finanças insuficientes; treinamento de equipe ineficiente, e inadequada vigilância e medidas de avaliação de qualidade. A reação resultante foi a desinstitucionalização, caracterizada por três componentes:

- Prevenção de internações em hospitais

psiquiátricos, por meio da oferta de serviços comunitários;

- Remanejamento de pacientes internados a longo prazo, que haviam recebido adequada preparação, para a comunidade, e

- Implementação e manutenção de sistemas de apoio comunitário para pacientes não-institucionalizados.

Período 3. A atenção equilibrada incorpora uma gama de serviços comunitários dentro de contextos locais. Na implementação destes serviços, o que ainda está por se iniciar em alguns locais, é importante continuar com a oferta de todos os benefícios da atenção hospitalar ao mesmo tempo em que se evita seus aspectos negativos. A abordagem da atenção equilibrada busca oferecer serviços que:

- São próximos aos domicílios, incluindo hospitais modernos para internação de pacientes no episódio agudo e equipamentos residenciais para atenção prolongada na comunidade;

- São volantes, incluindo serviços que oferecem atenção domiciliar;

- Tratam tanto de sintomas quanto de incapacidades;

- Oferecem tratamento e atenção específicos para o diagnóstico e necessidades individuais;

- São signatários de convenções internacionais de direitos humanos;

- Refletem as prioridades dos próprios usuários dos serviços, e

- São coordenados tanto pelos cuidadores quanto pelos gestores de saúde mental.

Componentes do Serviço Integrado

Os vários elementos da atenção equilibrada precisam ser bem integrados. A *abordagem segmentada*, na qual programas tais quais centros de atenção diária ou ambulatórios operam em grande parte independentemente um do outro, fora de um sistema coerentemente organizado, deve ser evitada. Muito mais efetiva é a *abordagem integrada* dos serviços, na qual os componentes do serviço são partes inter-relacionadas de um sistema completo de atenção (Thornicroft & Tansella, 1999a). Detalhes operacionais, tais quais o grau de conexão entre os elementos individuais, dependem da escolha dos princípios-guia. Serviços equilibrados de atenção comunitária à saúde mental refletem uma série de princípios-chave: autonomia, continuidade, eficácia, acessibilidade, acolhimento, equidade, racionalidade, coordenação e eficiência

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

(Thornicroft & Tansella, 1999b) (ver Anexo 2 para as definições).

A Tabela 1 apresenta um esquema para subsidiar a tomada de decisão a respeito de serviços de saúde mental equilibrados. A tabela é organizada ao longo das linhas propostas pelo *Relatório*

Mundial da Saúde, em Saúde Mental, da Organização Mundial de Saúde (OMS) (WHO, 2001). Não há critério sócio-econômico consensual (tal como renda *per capita*) para determinar quais países se enquadram em um ou outro destes agrupamentos por nível de recursos.

Tabela 1. Componentes de saúde mental para países com poucos, médios ou muitos recursos

<i>Países com poucos recursos</i>	<i>Países com médios recursos</i>	<i>Países com muitos recursos</i>
(a) Atenção primária à saúde mental com a retaguarda de especialistas	(a) Atenção primária à saúde mental com a retaguarda de especialistas, e (b) Atenção em saúde mental avançada	(a) Atenção primária à saúde mental com a retaguarda de especialistas, e (b) Atenção em saúde mental avançada, e (c) Serviços especializados/ diferenciados de saúde mental
Rastreamento de casos e avaliação pelas equipes de atenção primária	Atenção ambulatorial	Atenção especializada a transtornos específicos ou de grupos de pacientes, inclusive: - Transtornos alimentares - Transtornos afetivos refratários - Serviços para adolescentes
Tratamento psicoterápico, inclusive orientação e aconselhamento		
Tratamento farmacológico	Equipes comunitárias de atenção à saúde mental (ECASM)	ECASM especializadas, que incluam: - Equipes de intervenção precoce - Equipes de tratamento comunitário assertivo (TCA)
Co-responsabilização e treinamento com equipe especializada de saúde mental, quando disponível	Atenção hospitalar a pacientes em crise aguda	Alternativas para internações hospitalares, inclusive: - Equipes de atenção domiciliar e de urgência - Casas para refúgio/ acolhimento de crises - Hospitais-dia para pacientes no episódio agudo
Retaguarda limitada de especialistas para: - Treinamento - Assessoria a casos complexos - Avaliação e tratamento de pacientes hospitalizados que não podem ser atendidos no nível primário	Atenção comunitária residencial prolongada	Formas alternativas de atenção comunitária residencial prolongada, inclusive: - Serviços residenciais com equipes intensivas em turnos de 24 horas - Acomodações menos intensivamente equipadas - Acomodações independentes
	Atenção ocupacional/diária	Formas alternativas de reabilitação profissional: - Oficinas abrigadas - Colocações supervisionadas no trabalho - Cooperativas - Grupos de auto-ajuda e de usuários dos serviços - Programas de empregos temporários oferecidos por clubes e associações - Reabilitação profissional - Serviços de apoio e colocação individual

A tabela indica que, em países com menos recursos, a equipe de atenção primária

provavelmente precisará oferecer a maioria, senão todos, os serviços de saúde mental nos contextos de

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

atenção primária, com retaguarda de especialistas para proporcionar treinamento, consultoria, avaliação de pacientes internados e tratamento que não pode ser oferecido na atenção primária (Mubbashar, 1999). Alguns países com poucos recursos podem de fato estar em um estágio pré-manicomial (Nathan & Gorman, 2002), no qual a atenção aparentemente comunitária de fato representa negligência generalizada com as pessoas com transtornos mentais.

Onde os manicômios existem, os gestores devem escolher entre aprimorar a qualidade da atenção dispensada (Nathan & Gorman, 2002) ou usar os recursos de hospitais de maior porte para implementar, ao invés, serviços descentralizados (Alem, 2002). A lacuna na atenção oferecida entre países com poucos e muitos recursos é grande, como pode ser visto na Tabela 2 (Becker, 2001; Alem, 2002; Njenga, 2002; World Bank, 2002).

Tabela 2. Indicadores de programas de atenção primária à saúde mental na Europa e África

Indicador	Europa	África
Psiquiatra por 100.000 pessoas	5,5 – 20,0	0,05
Leitos psiquiátricos por 100.000 pessoas	87	3,4
Gastos em saúde mental como percentual do orçamento total da saúde	5 – 10%	Menos de 1% em 80% dos países

Países com um nível médio de recursos podem primeiramente introduzir os componentes do serviço mostrados na segunda coluna da Tabela 1 e, depois, à medida que os recursos permitirem, escolher pela implementação de alguns dos serviços mais diferenciados indicados na terceira coluna.

A escolha por quais serviços implementar depende primeiramente de fatores locais, inclusive tradições e circunstâncias específicas dos serviços particulares, usuários, cuidadores e preferências das equipes profissionais, fortalezas e fraquezas dos serviços existentes, e da interpretação dos achados na área. O esquema indica também que modelos de atenção relevantes e acessíveis para países com muitos recursos podem ser completamente diferentes dos modelos de países com poucos recursos.

A evidência disponível deve ser utilizada juntamente com outras informações à disposição, incluindo conhecimento local e experiência (Geddes & Harrison, 1997). É claro, a ausência de evidência cientificamente comprovada a respeito de um serviço ou tratamento particular não necessariamente significa que este é ineficiente, mas simplesmente que ele ainda não foi avaliado utilizando metodologia científica rigorosa. Várias agências e a comunidade interessada, inclusive pacientes e outros cuidadores, são importantes fontes de informação, relevantes para as decisões locais (Thornicroft & Tansella, 1999).

Os Componentes de um Serviço de Atenção à Saúde Mental Equilibrado

Atenção primária à saúde mental com retaguarda de especialistas

Problemas psicológicos bem definidos são

comuns em contextos gerais e de atenção primária em todos os países, com uma prevalência média de 24%. Relevante desabilidade é freqüentemente associada com tais transtornos, usualmente na proporção do número de sintomas presentes (Ormel *et al.*, 1994). Estudos conduzidos até então (Tansella & Thornicroft, 1999; Ustun & Sartorius, 1995) têm levado a uma série de achados significativos.

- Em praticamente todos os países, a maior parte das pessoas com transtornos mentais não são acompanhadas por serviços especializados;
- Transtornos psicológicos podem afetar as percepções dos pacientes a respeito de sua saúde física;
- A maior parte dos profissionais da atenção primária são atentos aos transtornos psicológicos, mas a correspondência entre o reconhecimento clínico e a incidência efetiva destes problemas varia de baixa a moderadamente alta;
- Os transtornos mentais acompanhados em contextos de atenção primária são um importante problema de saúde pública e produzem uma carga substancial à sociedade;
- O tratamento à saúde mental deve ser parte integral da atenção primária à saúde, e
- Deve ser dada alta prioridade ao treinamento em saúde mental para o reconhecimento e tratamento de transtornos mentais, para que tais habilidades sejam parte do núcleo de competências dos cuidadores da atenção primária.

Em países com poucos recursos com retaguarda de especialistas (ver Tabela 1), a maior parte dos casos de transtornos mentais devem ser diagnosticados e tratados em contextos de atenção primária à saúde (Desjarlais, 1995; WHO, 2001). O relatório da OMS defende ser factível integrar a

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

atenção à saúde mental nestes países com seus sistemas de atenção primária (WHO, 2001).

Atenção à saúde mental de ponta

A atenção à saúde mental de ponta se refere a uma amplitude de serviços utilizados em países que podem empenhar recursos que permitem ir além de somente um sistema de atenção primária com retaguarda de especialistas. Porém, a tarefa de identificar e tratar transtornos mentais, especialmente depressão e transtornos de ansiedade, ainda recai predominantemente para os operadores da atenção primária. Von Korff e Goldbert (2001) revisaram 12 diferentes ensaios controlados randomizados de atenção ampliada para depressão maior em contexto de atenção primária mostrando que, sem intervenção, tais transtornos freqüentemente remetem com o tempo, e que as intervenções devem ser focadas no gerenciamento a baixo custo dos casos, acopladas a relacionamentos de trabalho permeáveis e acessíveis entre o técnico de referência, o clínico da atenção primária e o especialista em saúde mental. A atenção deve ser ampliada com um acompanhamento ativo pelo técnico de referência (freqüentemente uma enfermeira da atenção primária), monitorando o tratamento e o ajustando se o paciente não melhorar, com encaminhamento a um especialista se necessário (Gask, Sibbald & Creed, 1997; Von Korff & Goldbert, 2001). A evidência disponível apóia uma abordagem multimodal – intervenções dirigidas unicamente para o treinamento e apoio dos clínicos da atenção primária não têm se mostrado eficazes (Simon, 2002).

Como serviços especializados são escassos e dispendiosos, eles devem ser focalizados:

- Na avaliação e diagnóstico de casos complexos e naqueles que requerem uma segunda opinião de especialistas;
- No tratamento de pacientes com os sintomas mais persistentes;
- Na atenção àqueles com as maiores incapacidades decorrentes de transtornos mentais, e
- Na realização de recomendações de tratamento para condições que se mostraram refratárias ao tratamento proposto inicialmente.

Para atingir esta focalização de maneira consistente, os serviços precisam estabelecer prioridades para os beneficiários de atenção especializada. Serviços especializados eficazes concentram-se na provisão de serviços diretos a

pessoas com transtornos mentais persistentes. Isto implica tratar de transtornos severos – a despeito de se tratar de pacientes psicóticos ou não-psicóticos, agudos ou pós-agudos – em um alto padrão clínico de atenção baseada em evidências. Especialistas também devem oferecer consultoria e apoio aos operadores da atenção primária e outros serviços que tratam de transtornos mentais comuns, prestando atenção especial para os transtornos resistentes ao tratamento e cronicamente desabilitantes encontrados nestes contextos. Serviços adequados precisam dispor de todas as cinco categorias da segunda coluna da Tabela 1, o que significa determinar a capacidade requerida para cada categoria e levar em conta os serviços disponíveis nas outras categorias. Esta abordagem é eventualmente denominada de planejamento do sistema completo (Thornicroft & Tansella, 1999a).

Ambulatórios

Ambulatórios podem ser vistos como serviços clínicos, em contextos tais quais os centros de atenção primária à saúde, hospitais gerais e centros comunitários de saúde mental, onde uma equipe treinada em saúde mental oferece avaliação e tratamento, inclusive farmacológico, psicológico e intervenções sociais. Tais serviços admitem imensas variações práticas, por exemplo:

- Os pacientes podem ser auto-referidos, ou precisam ser referidos por outras instituições tais quais os serviços de atenção primária;
- São disponíveis consultas eventuais (serviço de “porta-aberta”) ou somente agendadas;
- O contato clínico é oferecido somente por médicos ou também por outros profissionais;
- O pagamento é direto ou indireto;
- Existem ou não medidas para estimular o atendimento ao paciente e para solucionar o problema das faltas, e
- Existe ou não um sistema de regulação da freqüência e duração dos contatos clínicos.

Tem havido, surpreendentemente, pouca pesquisa a respeito da efetividade destas variações básicas da atenção ambulatorial (Becker, 2001). Ainda assim, existe forte consenso clínico em muitos países de que tais serviços oferecem uma maneira relativamente eficiente de avaliar e tratar problemas de saúde mental, resguardada a acessibilidade à população local. Dado que tais ambulatórios são modos simples de organizar o contato entre a equipe e os pacientes, a questão-chave consiste no conteúdo das intervenções

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

clínicas, a saber, se a eficácia destas intervenções tem sido demonstrada por pesquisas ou não (Nathan & Gorman, 2002).

Equipes comunitárias de atenção à saúde mental (ECASM)

As ECASM são o alicerce dos serviços comunitários de saúde mental. O modelo mais simples de oferta de atenção comunitária é generalista, ou seja, não-especializado. No interior de um sistema definido de adscrição territorial, as ECASM oferecem uma ampla gama de intervenções, com prioridade aos adultos com transtornos mentais severos. A evidência disponível no Reino Unido (Tyrer *et al.*, 1995, 1998, 2003; Thornicroft *et al.*, 1998; Simmonds *et al.*, 2001) sugere benefícios claros nestas equipes multidisciplinares não-especializadas e comunitárias. As ECASM podem promover adesão aos serviços de saúde mental, criar maior satisfação nos usuários e melhorar a satisfação de necessidades, apesar de não produzirem melhora sintomática ou social significativa. Suas principais vantagens são o aprimoramento da continuidade da atenção e flexibilidade (Sytema, Micciolo & Tansella, 1997). Os pacientes podem ser beneficiados no acompanhamento pelos mesmos membros da equipe no decorrer do tempo, e em situações de crise tais relacionamentos se mostram inestimáveis. A capacidade das ECASM volantes em contactar pacientes no domicílio, em casa e em locais neutros tais como bares significa que recaídas são identificadas precocemente e tratadas mais freqüentemente, e que pode haver maior adesão ao tratamento.

A ECASM generalista é flexível, permitindo que a intensidade da demanda possa ser modulada de acordo com as necessidades dos pacientes sem requerer encaminhamento para outra equipe. Alguns pacientes que se beneficiam de contato freqüente e comunitário durante um período particular, por exemplo, durante uma recaída, podem requerer níveis relativamente baixos de atenção durante outros períodos. Equipes especializadas cuja competência refere-se exclusivamente à oferta de apoio intensivo têm menor margem para esta flexibilidade.

Gerenciamento de casos

O gerenciamento de casos é descrito (Thornicroft, 1991) como a “coordenação,

integração e alocação de atenção individualizada a partir de recursos limitados”. É mais um método de oferta de atenção do que propriamente uma intervenção clínica. Existe atualmente considerável literatura (Saarento *et al.*, 1996; Hansson *et al.*, 1998; Mueser *et al.*, 1998; Ziguras & Stuart, 2000, 2002) mostrando que o gerenciamento de casos pode ser moderadamente eficaz no aprimoramento da continuidade da atenção, da qualidade de vida e da satisfação dos pacientes, mas são conflitantes as evidências a respeito de produzirem algum impacto em serviços de internação. O gerenciamento de casos tem de ser cuidadosamente distinguido do método mais específico e intensivo de *tratamento comunitário assertivo* (veja abaixo). Evidência atual (Holloway & Carson, 2001) sugere que é mais útil implementar o gerenciamento de casos com ECASM.

Internação hospitalar para casos agudos

Não há evidência, ao menos em países com médios ou muitos recursos, de que a atenção equilibrada possa ser oferecida sem algum tipo de internação para pacientes no episódio agudo. Alguns serviços (tais quais equipes de atenção domiciliar, casas para acolhimento de crises e internação em hospital-dia para pacientes no episódio agudo) podem oferecer uma alternativa realística para certos pacientes internados voluntariamente. Não obstante, certos tipos de pacientes – aqueles que precisam de avaliação médica de urgência, e aqueles que sofrem de problemas médicos e psiquiátricos persistentes e co-mórbidos, recaídas psiquiátricas severas e transtornos comportamentais, fortes tendências violentas ou suicidas, condições neuro-psiquiátricas agudas, ou pessoas idosas com transtornos físicos severos e concomitantes – usualmente requerem suporte imediato de alta intensidade em unidades de internação hospitalar para pacientes no episódio agudo, às vezes em caráter compulsório.

Existem relativamente poucos achados em muitos aspectos da internação, e a maioria dos estudos nesta área são relatos de experiência (Szumukler & Holloway, 2001). Das poucas revisões sistemáticas, uma delas (Johnstone & Zolse, 1999) apontou não haver diferença no prognóstico entre baixas rotineiras e internações hospitalares planejadas de curta duração. De modo mais geral, enquanto há um consenso de que serviços de internação para pacientes no episódio agudo são necessários, o número de leitos requerido

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

é altamente contingente a outros serviços disponíveis e características sociais e culturais locais, tais como a tolerância a comportamentos anômalos (Thornicroft & Tansella, 1999a). A internação psiquiátrica para pacientes no episódio agudo comumente absorve a maior parte do orçamento da atenção à saúde mental (Knapp *et al.*, 1997). Minimizar o uso de leitos-dia, por exemplo, por meio da redução do tempo médio de internação, portanto, pode ser uma importante meta da política pública *se* os recursos disponibilizados puderem ser utilizados para outros serviços de saúde mental. Dado que países com médios e muitos recursos precisam oferecer algum tipo de serviço de internação, uma segunda questão candente com relação à política pública é como oferecê-lo de um modo humano que seja aceitável aos pacientes, por exemplo, em unidades de hospitais gerais (Quirk & Lelliott, 2001; Tomov, 2001).

Atenção residencial comunitária prolongada

Hospitais psiquiátricos de grande porte, onde existentes, oferecem geralmente internações prolongadas, mais do que atenção no episódio agudo. Da perspectiva das políticas públicas, é importante saber se pacientes internados há muito tempo devem ser atendidos em tais instituições, ou se eles podem ser remanejados para recursos de atenção residencial comunitária prolongada. A evidência, neste aspecto, é clara para países com médios e muitos recursos. Quando a desinstitucionalização é cuidadosamente planejada e gerenciada, os prognósticos serão mais favoráveis para a maioria dos pacientes encaminhados para a atenção comunitária (Tansella, 1986; Thornicroft & Bebbington, 1989; Shepherd & Murray, 2001). O *London TAPS Study* (Leff, 1997), um estudo de cinco anos de acompanhamento com mais de 95% dentre 670 pacientes crônicos e não demenciados, que haviam tido alta, produziu um conjunto de resultados encorajadores.

- Após cinco anos, dois terços dos pacientes ainda estavam vivendo em suas residências de origem;
- Mudar os pacientes para a comunidade não aumentou a taxa de mortalidade ou de suicídio;
- Menos de 1 em cada 100 pacientes permaneceu sem teto, e nenhum paciente de uma residência terapêutica foi perdido do acompanhamento;
- Mais de um terço dos pacientes foram re-internados durante o período do acompanhamento, e no seu término 10% estavam no hospital (um estudo multi-cêntrico escandinavo descobriu taxas

de re-internação similares (Oiesvold *et al.*, 2000));

- No geral, a qualidade de vida foi bastante melhorada por conta da mudança para a comunidade, mas as incapacidades permaneceram devido à natureza dos transtornos psicóticos severos (Leff, 1997), e

- Houve pouca diferença entre os custos das intervenções hospitalar e comunitária, mas a avaliação econômica sugere que a atenção comunitária é melhor em termos de custo-benefício do que a internação psiquiátrica de longo prazo porque houve maior eficácia.

Tanto quanto o cuidado a pacientes no episódio agudo, o alcance e a capacidade da atenção residencial comunitária necessária em uma determinada área é altamente dependente da disponibilidade de outros serviços de saúde mental, e de fatores sociais e culturais locais (Van Wijngaarden *et al.*, no prelo).

Atenção diária e ocupacional

O desemprego entre pessoas com transtornos mentais é normalmente muito maior do que na população geral (Warr, 1987; Warner, 1994). Os métodos tradicionais de agenciamento de empregos, especialmente junto de pessoas crônicas e com transtornos mentais que provocam mais incapacidade, incluem centros-dia e uma variedade de centros de reabilitação psiquiátrica não-padronizados (Shepherd, 1990; Rosen & Barfoot, 2001). Há poucas pesquisas científicas a respeito destas formas tradicionais de atenção diária, e uma revisão recente de aproximadamente 300 artigos não encontrou estudos controlados randomizados, ao passo que os estudos não-randomizados forneceram resultados conflitantes. Até que melhor evidência seja disponível, portanto, faz sentido que países com médios recursos tomem decisões acerca de reabilitação e serviços de atenção diária, assumindo que as opções especializadas não são acessíveis, em termos pragmáticos (Catty, Burns & Comas, 2003).

Coordenação

É importante que as interfaces dentre estas ofertas funcionem de maneira apropriada, de modo a implementar de maneira bem-sucedida o serviço de saúde mental em seu conjunto. Tais interfaces devem existir dentre todo o rol de organizações públicas, voluntárias e comunitárias. A necessidade de referir ou remanejar pacientes pode se

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

manifestar na interface de quaisquer destes elementos, incluindo:

- Serviços de saúde (inclusive aqueles dedicados a saúde física geral, saúde bucal, atenção primária, judiciário, pessoas idosas, transtornos da aprendizagem, deficiências mentais, retardo mental e necessidades psicoterapêuticas);
- Serviços sociais e agências de bem-estar social (programas de renda, atenção domiciliar, casas de repouso etc.);
- Agências de alojamento domiciliar (que oferecem acomodações com pessoal técnico qualificado ou não e atenção residencial);
- Outras entidades governamentais (incluindo forças policiais e prisões), e
- Organizações não-governamentais (incluindo organizações religiosas, grupos de voluntários e organizações privadas sem fins lucrativos).

A harmonização entre estes serviços implica na existência de uma entidade de planejamento local para coordenar efetivamente os vários componentes do serviço, apesar do grau de integração entre os serviços não ter sido por si mesmo formalmente examinado em revisões sistemáticas de estudos controlados randomizados (Tyrer, Turner & Johnson, 1989).

Serviços de saúde mental especializados e diferenciados

Uma abordagem equilibrada para os serviços comunitários de saúde mental requer um *portfolio* variado de serviços, e a composição depende bastante dos recursos disponíveis. Em países com muitos recursos pode ser possível implementar, além dos serviços mencionados acima, serviços especializados e diferenciados dedicados a objetivos específicos e a certos sub-grupos de pacientes. Quando bem implementados, eles podem reduzir a demanda de serviços de ponta; por exemplo, equipes de atenção domiciliar podem ser utilizadas no lugar de certos tipos de internação de pacientes no episódio agudo. Curiosamente, estudos destas formas mais recentes e inovativas de atenção são muito mais comuns e cientificamente rigorosos do que os estudos de quaisquer dos componentes do serviço descritos acima e, de fato, poucos estudos científicos de alta qualidade foram conduzidos em países com poucos recursos em qualquer campo da saúde (Patel & Sumathipala, 2001; Isaakidis *et al.*, 2002).

Ambulatório especializado

Serviços ambulatoriais especializados em transtornos específicos ou grupos de pacientes são comuns em vários países com muitos recursos e incluem serviços dedicados a:

- Transtornos alimentares;
- Pacientes com diagnósticos duplos (por exemplo, transtornos psicóticos e abuso de substâncias);
- Transtornos psicóticos e afetivos refratários;
- Outros transtornos específicos (tais quais transtorno do estresse pós-traumático);
- Formas especializadas de psicoterapia;
- Pessoas encarceradas que sofrem com transtornos mentais, e
- Mães com transtornos mentais e seus bebês.

Decisões locais a respeito da implementação de tais ambulatórios especializados dependem de uma série de fatores, incluindo a prioridade do serviço em relação às demais ofertas especializadas descritas abaixo, lacunas identificadas nos serviços de saúde mental e disponibilidade orçamentária.

Equipes comunitárias de atenção à saúde mental (ECASM) especializadas

A ECASM especializadas são, de longe, o componente mais pesquisado da atenção equilibrada, e os estudos controlados randomizados mais recentes e revisões sistemáticas neste campo referem-se a tais equipes (Mueser *et al.*, 1998). Dois tipos têm sido particularmente bem desenvolvidos como adjuntos às ECASM generalistas: equipes de tratamento comunitário assertivo (TCA) e equipes de intervenção precoce.

Equipes de tratamento comunitário assertivo (TCA)

As equipes de TCA produzem uma forma de tratamento especializada, volante, no território, para pessoas com transtornos mentais mais desabilitantes. Têm sido definidas (Deci, 1995; Teague, Bond & Drake, 1998; Scott & Lehman, 2001) por uma série de aspectos característicos:

- Baixa população adscrita (uma equipe de aproximadamente 10 membros atende mais ou menos 100 pacientes);
- Serviços contínuos (operando 24 horas por dia, 7 dias por semana);
- Medicação dispensada pelos membros da equipe diariamente, se necessário;
- Os pacientes podem ser potencialmente transferidos para intervenções menos intensivas;

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

- Uma abordagem de equipe, baseada nas contribuições de psiquiatras, enfermeiras e outros profissionais;
- Os recursos financeiros dos pacientes são disponibilizados ou diretamente gerenciados pela equipe, e
- Meta de 80% da atividade da equipe ocorrer na comunidade.

Existe atualmente forte evidência de que o TCA, quando oferecido para pessoas com transtornos psicóticos severamente desabilitantes em países com muitos recursos, podem produzir uma série de vantagens:

- Reduções nas internações hospitalares e internações-dia de pacientes em episódio agudo;
- Melhorias na acomodação e ocupação, e
- Maior satisfação do paciente.

O TCA não tem produzido melhoras nos estados mentais ou comportamento social. Comparado aos serviços usuais, o TCA reduz os custos da internação mas não muda os custos gerais da atenção (Latimer, 1999; Phillips *et al.*, 2001; Marshall & Lockwood, 2003). Contudo, o grau de relevância e adequação do TCA em países com poucos e médios recursos ainda não foi estabelecido, e há evidência (Burns *et al.*, 1999a; Burns *et al.*, 1999b; Fiander *et al.*, 2003) que o TCA pode oferecer poucas vantagens onde os serviços tradicionais produzem atenção continuada de alta qualidade.

Equipes de intervenção precoce

Tem havido considerável interesse, nos últimos anos, na identificação imediata e no tratamento precoce ou inicial de episódios psicóticos. Muito da pesquisa neste campo tem focado no tempo entre a primeira aparição dos sintomas e o início do contato com serviços de atenção, referida como a “duração da psicose não-tratada” (DPNT). Há agora emergente evidência de que DPNT mais longas são um forte preditor de piores prognósticos para a psicose. Até o presente momento, poucos estudos controlados randomizados foram publicados a respeito de intervenções neste campo, e nenhuma revisão sistemática da *Cochrane* foi finalizada, de modo que é prematuro julgar se a intervenção precoce por equipes altamente especializadas deve ter alta prioridade (Larsen, 2001; MacGorry *et al.*, 2002; McGorry & Killackey, 2002; Warner & MacGorry, 2002; Friss, 2003; Harrigan, MacGorry & Krstev, 2003).

Alternativas para a internação de pacientes agudos

Nos últimos anos, três alternativas principais para a internação de pacientes agudos foram desenvolvidas: hospitais-dia para pacientes no episódio agudo, casas para acolhimento de crises e equipes de atenção domiciliar/resolução de crises.

Hospitais-dia para pacientes no episódio agudo são serviços que oferecem programas de tratamento diário para pessoas com problemas psiquiátricos agudos e persistentes como uma alternativa para as internações. Uma revisão sistemática recente de nove estudos controlados randomizados mostrou que a atenção em hospitais-dia para pacientes no episódio agudo é adequada para de um quarto a um terço das pessoas que seriam de outro modo internadas em hospitais. A atenção hospitalar diária resulta em uma melhora mais rápida e menores custos. É razoável concluir que a atenção em hospitais-dia para pacientes no episódio agudo é uma opção eficaz quando a demanda de leitos para internação hospitalar é alta (Wiersma *et al.* 1995; Marshall *et al.* 2001).

Casas para acolhimento de crises são residências em contextos comunitários que contam com equipe especializada de atenção à saúde mental e oferece acesso para pacientes que iriam, de outro modo, precisar de internação por conta de problemas agudos e persistentes de saúde mental. Apesar de uma ampla variedade de casas de repouso, albergues e abrigos terem sido desenvolvidos, por exemplo, para mulheres refugiadas de violência doméstica, o termo *crise* se refere aqui a serviços de saúde mental que oferecem alternativas para baixas hospitalares não compulsórias. A relativamente pouca pesquisa que existe a respeito de tais casas (Davies, 1994; Sledge *et al.* 1996; Szmukler & Holloway, 2001) notou não somente que elas são muito aceitáveis para seus moradores, quanto sugere também (Sledge *et al.* 1996) que elas podem ser capazes de oferecer uma alternativa à internação para aproximadamente um quarto dos pacientes que deram baixa em hospital, e que podem ter uma melhor relação custo-benefício do que a internação. Um tipo especial de casa de acolhimento de crise para pacientes psicóticos é o modelo Soteria dos Estados Unidos, que tem mostrado (Mosher, 1999) vantagens sobre o tratamento hospitalar tradicional.

Equipes de atenção domiciliar/resolução de crises são ECASM volantes que avaliam pacientes durante crises psiquiátricas e, então, oferecem tratamento intensivo e atenção domiciliar para

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

evitar ou minimizar o uso de internação hospitalar para pacientes no episódio agudo. Duas revisões sistemáticas recentes da *Cochrane* (Catty, 2002; Joy, Adams & Rice, 2003) mostraram que a maioria da pesquisa a respeito de tais equipes é proveniente dos Estados Unidos ou do Reino Unido, e concluíram que equipes de atenção domiciliar reduzem o número de dias que as pessoas em crise passam no hospital, especialmente se as equipes fazem visitas domiciliares regulares e se responsabilizam tanto pela atenção à saúde quanto pela assistência social.

Formas alternativas de atenção residencial comunitária prolongada

Programas de saúde mental que estão reduzindo o tamanho de instituições psiquiátricas de grande porte comumente oferecem atenção residencial prolongada na comunidade para pacientes remanejados (Shepherd *et al.*, 1996; Trieman *et al.*, 1998; Shepherd & Murray, 2001). Esta atenção residencial é normalmente um substituto direto para a hospitalização prolongada, incluindo tanto as casas de repouso quanto a atenção domiciliar por enfermeiras treinadas, assistentes de enfermagem e demais assistentes, presentes 24 horas por dia. Formas mais especializadas de atenção residencial são freqüentemente implementadas em momentos posteriores, para oferecer níveis mais elevados de apoio para pessoas com transtornos mentais incapazes de se manter em acomodações independentes sem assistência. Estas formas diferenciadas de atenção residencial se enquadram em três categorias principais:

1. *Atenção residencial 24 horas com equipe especializada*: albergues/pensões com boa equipe especializada, atenção domiciliar ou casas de repouso (a diferença sendo as qualificações profissionais da equipe);
2. *Residências-dia com equipe especializada*: albergues/pensões ou casas de repouso com uma equipe especializada que trabalha em turnos fixos alguns dias por semana, e
3. *Acomodações com equipe especializada e menores níveis de apoio*: albergues/pensões que contam com apoio técnico mínimo ou casas que recebem visitas de equipe especializada, incluindo cômodos independentes com pelo menos um membro da equipe de plantão em acomodações separadas.

Os achados a respeito da relação custo-

benefício destes vários níveis de atenção residencial (Chilvers, 2003) são de algum modo limitados, e não existem revisões sistemáticas completas, de modo que ao decidir a respeito da necessidade de tais serviços os gestores devem consultar a comunidade local interessada (Hafner, 1987; Nordentoft, Knudsen & Schulsinger, 1992; Rosen & Barfoot, 2001; Thornicroft, 2001).

Formas alternativas de reabilitação profissional

O trabalho representa uma meta importante para muitas pessoas com transtornos mentais severos. O emprego remunerado favorece tanto determinadas necessidades práticas, pelo aumento da independência econômica, quanto necessidades terapêuticas, pelo aumento da auto-estima e funcionamento global (Lehman, 1995; Wiersma *et al.* 1997). Apesar da reabilitação profissional ter sido oferecida de várias formas para pessoas com transtornos mentais severos por mais de um século, o seu papel tem se reduzido devido a resultados desencorajadores de esforços passados, falta de incentivos financeiros para o trabalho e um pessimismo generalizado a respeito da reabilitação de tais pacientes (Polak & Warner, 1996). Porém, uma série de aprimoramentos recentes fizeram novamente do trabalho uma prioridade da reabilitação. O advento de novos agentes farmacológicos aumentou as expectativas (Lehman, 1999) de que os prognósticos globais vão melhorar e que os pacientes serão mais beneficiados pelos esforços de reabilitação. Pacientes e grupos de cuidadores interessados na defesa de seus direitos têm feito do trabalho e da terapia ocupacional uma de suas maiores prioridades no sentido de melhorar o funcionamento dos pacientes e a qualidade de vida (Becker, 1996; Thornicroft *et al.* 2002).

Há indicações recentes, dos Estados Unidos, de que é possível melhorar prognósticos profissionais e psicossociais enormemente pela utilização de modelos de trabalho protegido. Estes modelos são centrados na rápida colocação no mercado de trabalho e apoio de especialistas em trabalho às equipes de atenção à saúde mental (Drake, 1999). O modelo de *apoio e colocação profissional individual* (ACPI) enfatiza a inserção no mercado de trabalho em contextos de trabalho integrado com apoio no acompanhamento, superando as tradicionais abordagens por etapas da reabilitação profissional (Priebe *et al.* 1998). Estudos de programas de ACPI (Marshall *et al.* 2001; Lehman *et al.* 2002) apresentaram taxas aumentadas de

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

inserção no mercado de trabalho. O modelo tradicional utiliza uma abordagem de “treinamento e colocação”, oferecendo treinamento individual em oficinas abrigadas e fazendo posteriormente a colocação profissional em contextos de trabalho da vida real. O programa de ACPI recorre à abordagem inversa de “colocação e treinamento”, de modo que os pacientes são colocados primeiramente em empregos reais e então se oferece apoio pessoal e direto para ajudá-los a ter sucesso em seu trabalho.

Conclusões

Não há argumentos convincentes ou evidência científica que favoreça um modelo de saúde mental baseado unicamente no modelo hospitalar. Por outro lado, não há também evidência científica de que os serviços comunitários isoladamente possam oferecer acolhimento e atenção comunitária satisfatória. A evidência disponível e a experiência clínica acumulada em muitos países apóiam um modelo de atenção equilibrada que inclua tanto elementos hospitalares quanto comunitários. Não obstante, comunidades locais podem ter fortes razões para desenvolver serviços de saúde mental em seu meio. A qualidade de vida de pessoas sofrendo de problemas de saúde mental pode ser afetada de maneira bastante adversa por atitudes e comportamentos discriminatórios e estigmatizantes, inclusive aqueles provenientes de profissionais de saúde – uma área que se mantém sub-desenvolvida em termos de intervenções baseadas em evidência (Pinfold *et al.* 2003).

Estudos de custo-benefício em desinstitucionalização e equipes comunitárias de atenção à saúde mental mostraram que a qualidade da atenção é diretamente proporcional aos recursos disponíveis para os serviços. Modelos de atenção comunitária têm se mostrado altamente equivalentes, em termos de custo, aos serviços que substituem, de modo que eles não podem ser considerados, primariamente, como medidas de contenção de gastos e redução de custos. Não obstante, a disponibilidade de recursos pode consistir em severo constrangimento à implementação da atenção equilibrada. Em países com poucos recursos, pode ser pouco realístico investir em quaisquer componentes da atenção à saúde mental “de ponta”, sendo melhor focalizar, ao invés disso, na identificação e no tratamento dos transtornos mentais na atenção primária, com especialistas de apoio na retaguarda. Países

capazes de contar com um modelo de atenção diferenciada podem oferecer alguns serviços de ponta na atenção à saúde mental, equilibrando o investimento em cada componente a partir das necessidades conhecidas (Thornicroft, 2001), recursos disponíveis e prioridades locais da comunidade interessada. Em geral, à medida que sistemas de saúde evoluem de modelos manicomialis, a proporção de orçamento dispendido em grandes instituições gradualmente se reduz. Enquanto novos recursos podem ocasionalmente permitir o financiamento da implementação de novos serviços para além da atenção hospitalar, é mais comum transferir os recursos das unidades hospitalares e de suas equipes. À medida que o tempo passa, e que os recursos permitam, os componentes de ponta podem ser complementados com outras opções mais diferenciadas, muitas das quais oferecem mais escolha aos pacientes e são baseadas em evidências mais fortes de custo-benefício.

Referências

- Alem, A. (2002). Community-based vs. hospital-based mental health care: the case of Africa. *World psychiatry*, 1, 99–100.
- Becker, D. R. *et al.* (1996). Job preferences of clients with severe psychiatric disorders participating in supported employment programs. *Psychiatric services*, 47, 1223–1226.
- Becker T. & Vazquez-Barquero, J. L. (2001). The European perspective of psychiatric reform. *Acta psychiatrica scandinavica supplementum*, 8–14.
- Becker, T. (2001). Out-patient psychiatric services. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp. 277–282). Oxford: Oxford University Press.
- Burns, T. *et al.* (1999). Intensive versus standard case management for severe psychotic illness: a randomised trial. *Lancet*, 353, 2185–2189.
- Burns, T. *et al.* (2001a). Case management and assertive community treatment in Europe. *psychiatric services*, 52, 631–636.
- Burns, T. (2001b). Generic versus specialist mental health teams. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp. 321 – 338). Oxford: Oxford University Press.
- Campos, G. W. S. (2003). Da medicina preventiva à medicina baseada em evidências. In S. Arouca, *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

- (pp. 215-217). São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz (Originalmente publicado em 1975).
- Castiel, L. D. & Póvoa, E. C. (2002). Medicina baseada em evidências: “novo paradigma assistencial e pedagógico”? *Interface – comunicação, saúde, educação (Botucatu)*, 6(11), 117-132.
- Catty, J. *et al.* (2002). Home treatment for mental health problems: a systematic review. *Psychological medicine*, 32, 383-401.
- Catty, J., Burns, T. & Comas, A. (2003). *Day centres for severe mental illness* (Cochrane Review, Issue 1). Chichester: Wiley.
- Chilvers, R., Macdonald, G. & Hayes, A. (2003). *Supported housing for people with severe mental disorders* (Cochrane Review, Issue 1). Chichester: Wiley.
- Davies, S. *et al.* (1994). Community beds: the future for mental health care? *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 29, 241-243.
- Deci, P. A. *et al.* (1995). Dissemination of assertive community treatment programs. *Psychiatric services*, 46, 676-678.
- Desjarlais, R. *et al.* (1995). *World mental health: problems and priorities in low income countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Drake, R. E. *et al.* (1999). A randomized clinical trial of supported employment for inner-city patients with severe mental disorders. *Archives of general psychiatry*, 56, 627-633.
- Fiander, M. *et al.* (2003). Assertive community treatment across the Atlantic: comparison of model fidelity in the UK and USA. *British journal of psychiatry*, 182, 248-254.
- Friis, S. *et al.* (2003). Methodological pitfalls in early detection studies: the NAPE Lecture 2002. Nordic association for psychiatric epidemiology. *Acta psychiatrica scandinavica*, 107, 3-9.
- Gask, L., Sibbald, B. & Creed, F. (1997). Evaluating models of working at the interface between mental health services and primary care. *British journal of psychiatry*, 170, 6-11.
- Geddes, J. R. & Harrison, P. J. (1997). Closing the gap between research and practice. *British journal of psychiatry*, 171, 220-225.
- Hafner, H. (1987). Do we still need beds for psychiatric patients? An analysis of changing patterns of mental health care. *Acta psychiatrica scandinavica*, 75, 113-126.
- Hansson, L. *et al.* (1998). The nordic comparative study on sectorized psychiatry: contact rates and use of services for patients with a functional psychosis. *Acta psychiatrica scandinavica*, 97, 315-320.
- Harrigan, S. M., McGorry, P. D. & Krstev, H. (2003). Does treatment delay in first-episode psychosis really matter? *Psychological medicine*, 33, 97-110.
- Holloway, F. & Carson, J. (2001). Case management: an update. *International journal of social psychiatry*, 47, 21-31.
- Isaakidis, P. *et al.* (2002). Relation between burden of disease and randomised evidence in sub-Saharan Africa: survey of research. *British medical journal*, 324, 702.
- Johnstone, P. & Zolese, G. (1999). Systematic review of the effectiveness of planned short hospital stays for mental health care. *British medical journal*, 318, 1387-1390.
- Joy, C., Adams, C. & Rice, K. (2003). *Crisis intervention for people with severe mental illness* (Cochrane Review). Chichester: Wiley.
- Knapp, M. *et al.* (1997). The cost consequences of changing the hospital-community balance: the mental health residential care study. *Psychological medicine*, 27, 681-692.
- Larsen, T.K. *et al.* (2001). Early detection and intervention in first-episode schizophrenia: a critical review. *Acta psychiatrica scandinavica*, 103, 323-334.
- Latimer, E.A. (1999). Economic impacts of assertive community treatment: a review of the literature. *Canadian journal of psychiatry*, 44, 443-454.
- Leff, J. (1997). *Care in the community: illusion or reality?* London: Wiley.
- Lehman, A. F. (1995). Vocational rehabilitation in schizophrenia. *Schizophrenia bulletin*, 21, 645-656.
- Lehman, A. F. (1999). Quality of care in mental health: the case of schizophrenia. *Health affairs*, 18, 52-65.
- Lehman, A. F. *et al.* (2002). Improving employment outcomes for persons with severe mental illnesses. *Archives of general psychiatry*, 59, 165-172.
- Marshall, M. *et al.* (2001). Systematic reviews of the effectiveness of day care for people with severe mental disorders: (1) acute day hospital versus admission; (2) vocational rehabilitation; (3) day hospital versus outpatient care. *Health technology assessment*, 5, 1-75.
- Marshall, M. & Lockwood, A. (2003). *Assertive community treatment for people with severe*

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

- mental disorders* (Cochrane Review, Issue 1). Chichester: Wiley.
- McDonald, H. P., Garg, A. X. & Haynes, R. B. (2002). Interventions to enhance patient adherence to medication prescriptions: scientific review. *Journal of the american medical association*, 288, 2868–2879.
- McGorry, P. D. *et al.* (2002). Randomized controlled trial of interventions designed to reduce the risk of progression to first-episode psychosis in a clinical sample with subthreshold symptoms. *Archives of general psychiatry*, 59, 921–928.
- McGorry, P. D. & Killackey, E. J. (2002). Early intervention in psychosis: a new evidence based paradigm. *Epidemiologia e psichiatria sociale*, 11, 237–247.
- Mosher, L. R. (1999). Soteria and other alternatives to acute psychiatric hospitalization: a personal and professional review. *Journal of nervous and mental disease*, 187, 142–149.
- Mubbashar, M. (1999). Mental health services in rural Pakistan. In M. Tansella & G. Thornicroft (Eds.), *Common mental disorders in primary care*. London: Routledge.
- Mueser, K.T. *et al.* (1998). Models of community care for severe mental illness: a review of research on case management. *Schizophrenia bulletin*, 24, 37–74.
- Murray, C. J. L. & Lopez, A. D. (1996). *The global burden of disease. Vol. 1. A comprehensive assessment of mortality and disability from diseases, injuries and risk factors in 1990, and projected to 2020*. Cambridge: Harvard University Press.
- Nathan, P., & Gorman, J. (2002). *A guide to treatments that work* (2nd Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Njenga, F. (2002). Challenges of balanced care in Africa. *World psychiatry*, 1, 96–98.
- Nordentoft, M., Knudsen, H. C. & Schulzinger, F. (1992). Housing conditions and residential needs of psychiatric patients in Copenhagen. *Acta psychiatrica scandinavica*, 85, 385–389.
- Oiesvold, T. *et al.* (2000). Predictors for readmission risk of new patients: the nordic comparative study on sectorized Psychiatry. *Acta psychiatrica scandinavica*, 101, 367–373.
- Ormel, J. *et al.* (1994). Common mental disorders and disability across cultures: results from the WHO collaborative study on psychological problems in general health care. *Journal of the american medical association*, 272, 1741–1748.
- Patel, V. & Sumathipala, A. (2001). International representation in psychiatric literature: survey of six leading journals. *British journal of psychiatry*, 178, 406–409.
- Phillips, S. D. *et al.* (2001). Moving assertive community treatment into standard practice. *Psychiatric services*, 52, 771–779.
- Pinfold, V. *et al.* (2003). Reducing psychiatric stigma and discrimination: evaluation of educational interventions in UK secondary schools. *British journal of psychiatry*, 182, 342–346.
- Polak, P. & Warner, R. (1996). The economic life of seriously mentally ill people in the community. *Psychiatric services*, 47, 270–274.
- Priebe, S. *et al.* (1998). Employment, attitudes toward work, and quality of life among people with schizophrenia in three countries. *Schizophrenia bulletin*, 24, 469–477.
- Quirk, A. & Lelliott, P. (2001). What do we know about life on acute psychiatric wards in the UK? A review of the research evidence. *Social science and medicine*, 53, 1565–1574.
- Reynolds, A., & Thornicroft, G. (1999). *Managing mental health services*. Buckingham: Open University Press.
- Rosen, A. & Barfoot, K. (2001). Day care and occupation: structured rehabilitation and recovery programmes and work. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp. 295–308). Oxford: Oxford University Press.
- Saarento, O. *et al.* (1996). The nordic comparative study on sectorized psychiatry: utilization of psychiatric hospital care related to amount and allocation of resources to psychiatric services. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 31, 327–335.
- Scott, J. & Lehman, A. (2001). Case management and assertive community treatment. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp. 253–264). Oxford: Oxford University Press.
- Shepherd, G. (1990). *Theory and practice of psychiatric rehabilitation*. Chichester: Wiley.
- Shepherd, G. *et al.* (1996). Residential care in hospital and in the community: quality of care and quality of life. *British journal of psychiatry*, 168, 448–456.
- Shepherd, G. & Murray, A. (2001). Residential care. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp 309–

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

- 320). Oxford: Oxford University Press.
- Simmonds, S. *et al.* (2001). Community mental health team management in severe mental illness: a systematic review. *British journal of psychiatry*, 178, 497–502.
- Simon, G. E. (2002). Evidence review: efficacy and effectiveness of anti-depressant treatment in primary care. *General hospital psychiatry*, 24, 213–224.
- Sledge, W.H. *et al.* (1996). Day hospital/crisis respite care versus inpatient care, part I: clinical outcomes. *American journal of psychiatry*, 153, 1065–1073.
- Sytema, S., Micciolo, R. & Tansella, M. (1997). Continuity of care for patients with schizophrenia and related disorders: a comparative south-Verona and Groningen case-register study. *Psychological medicine*, 27, 1355–1362.
- Szmukler, G. & Holloway, F. (2001). In-patient treatment. In G. Thornicroft & G. Szmukler (Eds.), *Textbook of community psychiatry* (pp 321–338). Oxford: Oxford University Press.
- Tansella, M. (1986). Community psychiatry without mental hospitals – the Italian experience: a review. *Journal of the royal society of medicine*, 79, 664–669.
- Tansella, M. & Thornicroft, G. (1999). Common mental disorders in primary care. London: Routledge.
- Teague, G. B., Bond, G. R. & Drake, R. E. (1998). Program fidelity in assertive community treatment: development and use of a measure. *American journal of orthopsychiatry*, 68, 216–232.
- Thornicroft, G. (1991). The concept of case management for long-term mental illness. *International review of psychiatry*, 3, 125–132.
- Thornicroft, G. *et al.* (1998). From efficacy to effectiveness in community mental health services: PRiSM Psychosis Study 10. *British journal of psychiatry*, 173, 423–427.
- Thornicroft, G. (2001). *Measuring mental health needs* (2nd Ed.). London: Royal College of Psychiatrists, Gaskell.
- Thornicroft, G. *et al.* (2002). What are the research priorities of mental health service users? *Journal of mental health*, 11, 1–5.
- Thornicroft, G. & Bebbington, P. (1989). Deinstitutionalisation: from hospital closure to service development. *British journal of psychiatry*, 155, 739–753.
- Thornicroft, G. & Tansella, M. (Eds.). (1999a). *The mental health matrix: a manual to improve services*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thornicroft, G. & Tansella, M. (1999b). Translating principles into outcome measures for mental health service research. *Psychological medicine*, 29, 761–767.
- Thornicroft, G. & Tansella, M. (2003). *What are the arguments for community-based mental health care?* Copenhagen, Denmark: WHO Regional Office for Europe. Recuperado em 22 de janeiro, 2008, de <http://www.euro.who.int/document/E82976.pdf>
- Tomov, T. (2001). Central and eastern European countries. In G. Thornicroft & M. Tansella (Eds.), *The mental health matrix: a manual to improve services* (pp 216–227). Cambridge: Cambridge University Press.
- Trieman, N. *et al.* (1998). The TAPS Project 41: homes for life? Residential stability five years after hospital discharge. Team for the assessment of psychiatric services. *Community mental health journal*, 34, 407–417.
- Tyrer, P. *et al.* (1995). A randomised controlled study of close monitoring of vulnerable psychiatric patients. *Lancet*, 345, 756–759.
- Tyrer, P. *et al.* (1998). Randomised controlled trial of two models of care for discharged psychiatric patients. *British medical journal*, 316, 106–109.
- Tyrer, P. *et al.* (2003). *Community mental health teams (CMHTs) for people with severe mental illnesses and disordered personality* (Cochrane Review). Chichester: Wiley.
- Tyrer, P., Turner, R. & Johnson, A. L. (1989). Integrated hospital and community psychiatric services and use of inpatient beds. *British medical journal*, 299, 298–300.
- Ustun, T. B., Sartorius, N. (1995). *Mental illness in general health care: an international study*. Chichester: Wiley.
- Van Wijngaarden, G. K. *et al.* (no prelo). People with schizophrenia in five European countries: conceptual similarities and intercultural differences in family caregiving. *Schizophrenia bulletin*.
- Von Korff, M. & Goldberg, D. (2001). Improving outcomes in depression: the whole process of care needs to be enhanced. *British medical journal*, 323, 948–949.
- Warner, R. (1994). *Recovery from schizophrenia* (2nd Ed.). London: Routledge.
- Warner, R. & McGorry, P. D. (2002). Early

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

- intervention in schizophrenia: points of agreement. *Epidemiologia e psiquiatria sociale*, 11, 256–257.
- Warr, P. (1987). *Work, unemployment and mental health*. Oxford: Oxford University Press.
- Wiersma, D. *et al.* (1997). Assessment of needs for care among patients with schizophrenic disorders 15 and 17 years after first onset of psychosis. *Epidemiologia e psiquiatria sociale*, 6, 21–28.
- Wiersma, D. *et al.* (1995). Costs and benefits of hospital and day treatment with community care of affective and schizophrenic disorders. *British journal of psychiatry*, 27(Supl.), s52–s59.
- Wing, J. K. & Brown, G. (1970). *Institutionalism and schizophrenia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- World Bank (2002). *World development report 2002: building institutions for markets*. Washington: World Bank.
- World Health Organization (2001). *World health report 2001: mental health: new understanding, new hope*. Geneva: World Health Organization. Recuperado em 13 de julho, 2003, de <http://www.who.int/whr2001/2001/main/en>
- Ziguras, S. J. & Stuart, G. W. (2000). A meta-analysis of the effectiveness of mental health case management over 20 years. *Psychiatric services*, 51, 1410–1421.
- Ziguras, S. J., Stuart, G. W. & Jackson, A. C. (2002). Assessing the evidence on case management. *British journal of psychiatry*, 181, 17–21.

Anexos

Anexo 1. Características-chave dos principais períodos no desenvolvimento histórico dos sistemas de atenção à saúde mental (Thornicroft & Tansella, 1999a).

Período 1: A ascensão do manicômio	Período 2: O declínio do manicômio	Período 3: O surgimento do cuidado balanceado
Construção dos manicômios	Crítica aos manicômios	Manicômios substituídos por serviços menores
Aumento crescente dos leitos hospitalares	Redução crescente dos leitos hospitalares	Diminuição na redução dos leitos hospitalares
Reduzido papel da família	Aumento mas incompleto reconhecimento do papel da família	Importância das famílias crescentemente reconhecida em termos da atenção dispensada, potencial terapêutico, sobrecarga e potencial para lobby
Investimento público em instituições	Desinvestimento público em serviços de saúde mental	Aumento no investimento privado em tratamento e atenção, e foco no setor público na relação custo-benefício e restrição de despesas
Médicos e enfermeiras são os únicos membros das equipes	Psicólogos clínicos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais se desenvolvem na área	Mais membros das comunidades nas equipes. Nova ênfase no trabalho em equipe multidisciplinar
	Tratamentos efetivos são disponibilizados Início da avaliação do tratamento e de sistemas de diagnóstico padronizados Influência crescente da psicoterapia individual e grupal	Surgimento da psiquiatria baseada em evidências no tratamento farmacológico, social e psicológico
Primazia da contenção sobre o tratamento	Foco no controle farmacológico e reabilitação social Pacientes menos desabilitados têm alta dos manicômios	Surgimento da preocupação a respeito do equilíbrio entre o controle dos pacientes e a independência dos pacientes

Thornicroft, G. & Tansella, M. Quais são os argumentos a favor da atenção comunitária à saúde mental?

Anexo 2. Princípios-chave para os serviços comunitários em saúde mental equilibrados.

Os nove princípios a seguir são especificamente importantes como guias para o desenvolvimento de serviços comunitários de saúde mental. A discussão completa a respeito da escolha e elaboração destes princípios pode ser encontrada em um artigo de Thornicroft & Tansella (1999b).

Autonomia: a capacidade de um paciente de fazer decisões independentes e escolhas, apesar da presença de sintomas ou incapacidades. A autonomia deve ser promovida por tratamento e atenção eficazes.

Continuidade: a capacidade de serviços pertinentes em oferecer intervenções coerentes, no curto prazo, pela equipe e entre equipes (*continuidade transversal*), ou que são uma série não interrompida de contatos ao longo do tempo (*continuidade longitudinal*).

Eficácia: a capacidade de oferecer benefícios comprovados ou esperados ou os tratamentos e serviços em situações da vida real.

Acessibilidade: a capacidades dos pacientes receberem atenção onde e quando necessário.

Acolhimento: uma característica do serviço com duas dimensões. *Acolhimento horizontal* significa o grau até o qual um serviço é oferecido no curso de todo o alcance da severidade do transtorno mental, e na grande variedade das características dos pacientes. *Acolhimento vertical* significa a disponibilidade dos componentes básicos do cuidado, e sua utilização por grupos priorizados de pacientes.

Equidade: a justa distribuição dos recursos. Tanto a racionalidade utilizada para priorizar recursos escassos quanto os métodos utilizados para alocar recursos devem ser explicitados.

Responsabilização: A responsabilidade de um serviço de saúde mental para os pacientes, suas famílias e o público geral, os quais têm expectativas legítimas a respeito de como um serviço deve conduzir suas responsabilidades.

Coordenação: uma característica do serviço resultante de planos de tratamento coerentes para pacientes individuais. Cada plano deve ter objetivos claros e necessários e intervenções efetivas, nem menos e nem mais. A *coordenação transversal* significa a coordenação da informação e serviços no interior de um episódio de atenção. A *coordenação longitudinal* significa as interconexões entre os membros das equipes e agências no decorrer de um período mais longo de tratamento.

Eficiência: a minimização dos insumos necessários para atingir um dado nível de resultados, ou a maximização de resultados para um dado nível de insumos.

Categoria de contribuição: Ensaio
Tradução
Recebido: 17/06/2008
Aceito: 30/06/2008

Reflexões Históricas sobre as Culturas da Psicologia¹²

Réflexions Historiques sur les Cultures de la Psychologie

Jacqueline Carroy³

Régine Plas⁴

Resumo

O artigo das Professoras Jacqueline Carroy e Régine Plas, publicado originalmente na Jornada Científica do Centro George Canguilhem, na França, retrata o percurso histórico pelo qual vem passando a psicologia francesa, desde a vinculação inicial com a fisiologia e as artes médicas proposta por Taine e Ribot (final do século XIX) até as difíceis articulações políticas e científicas da pesquisa psicológica nos Centros de Pesquisa e órgãos de fomento governamentais na contemporaneidade. As autoras, baseadas na perspectiva cultural do sociólogo alemão Wolf Lepenies (1985), propõem um olhar histórico sobre a articulação, nem sempre calma, entre o discurso da psicologia com aquele das culturas científicas de sua época.

Palavras-chave: história da psicologia; epistemologia; psicologia.

Résumé

L'article proposé par les professeurs Jacqueline Carroy et Régine Plas, publié originalement dans les Journées Scientifiques du Centre George Canguilhem, France, veut montrer le parcours historique de la psychologie française depuis son début, dans une tradition physiologique et médicale (avec Taine et Ribot), jusqu'à ses articulations contemporaines, parfois difficiles, de la recherche psychologique aux centres universitaires et au CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique. Les auteurs, basé sur des perspectives sociologique contemporaines – notamment les écrits du sociologue allemand Wolf Lepenies (1985), proposent un regard historique sur l'articulation, pas toute à fait simple, entre le discours scientifique de la psychologie dès sa naissance, avec celui des cultures scientifiques de son époque.

Mots-clés: histoire de la psychologie; epistemologie; psychologie.

¹ O presente texto fez parte de uma Jornada Científica ocorrida no Centro Georges Canguilhem, Universidade Paris-Diderot, Paris VII, intitulada "O que é a psicologia nos nossos dias". O original em francês foi publicado em <http://centrecanguilhem.net/archives-1/annee-2004-2005/quest-ce-que-la-psychologie-aujourd'hui-1/contribution-de-jacqueline-carroy-et-regine-plas/>. Agradecemos às autoras e aos editores a gentileza de permitir a sua tradução e publicação em Pesquisas e Práticas Psicossociais.

² Tradução de Dener Luiz da Silva, Psicólogo, Doutor em Educação, professor de Psicologia Escolar e Educacional, na Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. Contato: densilva@ufsj.edu.br. Departamento de Psicologia UFSJ, Praça Dom Helvécio 79, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. CEP 36.300-000. Agradecimentos a Hélène Bossuyt, que colaborou gentilmente na tradução.

³ École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Centre Alexandre Koyré, Universidade Paris-Diderot, Paris VII.

⁴ Université René Descartes, Paris V

Introdução

A história da psicologia deu lugar a, pelo menos, dois relatos antagônicos. Do lado dos psicólogos, de início, um mito da origem, tipicamente representado pela história da psicologia de Maurice Reuchlin (1957), se ordena ao redor de dois eixos estreitamente associados: diz-se que a psicologia tornou-se científica no século XIX, por um lado por romper seus laços com a filosofia e, por outro, por reconhecer no mesmo movimento que ela não poderia ser uma psicologia verdadeiramente científica sem o apoio da fisiologia.

Certos filósofos, e de modo exemplar Georges Canguilhem, reagiram abertamente contra este mito afirmando que a psicologia, de fato, jamais rompeu com a filosofia porque ela é tributária de um projeto antropológico do qual se recusa explicitar. Em consequência, a história da psicologia não poderia ser contada como história de uma ciência da qual o desenvolvimento seria pontuado de rupturas, notadamente com a filosofia. Ela se desenvolveria, segundo Canguilhem, segundo o modo de uma história das idéias, com uma cronologia embutida, que descreveria a emergência sem descontinuidade de modos de pensamento e de interrogações jamais inteiramente vencidas.

Nós gostaríamos de propor um relato diferente inspirando-nos livremente nos trabalhos do sociólogo alemão Wolf Lepenies (1985) sobre a história da sociologia. Segundo este autor, a sociologia se edificou entre duas culturas científicas, a primeira com ênfase nas ciências naturais e a segunda nas humanidades e na literatura. Nós buscaremos mostrar como a psicologia francesa, desde o século XIX, procurou e ainda procura sua autonomia em uma relação de oposição, de dependência ou de aliança em relação com as diversas culturas científicas.

Psicologia, filosofia, medicina e ciências humanas

Na França, ao final do século XIX, a psicologia positiva nascente postulava para si um inimigo claro, o espiritualismo eclético, filosofia oficial do qual o mais eminente autor era Victor Cousin (1792-1867). Os primeiros psicólogos franceses voltam-se, deste modo, para a medicina mental.

Com efeito, Hippolyte Taine (1828-1893) e, mais ainda, Théodule Ribot (1839-1916) consideravam que a patologia mental constituía um método de estudo "experimental" privilegiado das funções psicológicas normais (Carroy & Plas, 1993). De outra parte, Ribot pensava que os

progressos da fisiologia nervosa tinham aberto a via para uma psicologia, finalmente, científica. Certas passagens de sua obra nos deixam entrever mesmo que ele considerava a psicologia como uma disciplina transitória destinada, em um porvir longínquo, a se confundir com a fisiologia: quando esta última

realizar um progresso tal que ela nem mesmo ousaria sonhar, for capaz de determinar as condições de todo ato mental, qualquer que seja este, mesmo o pensamento puro ou as percepções ou movimentos, então a psicologia inteira será fisiológica, o que será para ela um grande bem. (Ribot, 1879, p.XXIII)

Ribot não pensava jamais que a psicologia pudesse desenvolver-se sem se apoiar em uma fisiologia, com efeito, em grande parte hipotética. Todavia, em última análise, sua epistemologia é mais complexa e menos reducionista. É assim que em uma carta endereçada a Henri Piéron, em julho de 1907, ele escreve: "a psicologia é, ao mesmo tempo, ciência natural e ciência moral; ela é a ponte entre estes dois domínios" (Carroy & Plas, 2005).

Por outro lado, a ligação orgânica que ele estabelece entre a psicologia e a fisiologia não obteve a unanimidade, mesmo entre os representantes mais eminentes da psicologia francesa. Tomaremos apenas um exemplo: Pierre Janet, desde 1889, em seu *O automatismo psicológico*, coloca seriamente em dúvida que seja necessário fazer apelo à fisiologia para "explicar os fenômenos do espírito". E Janet não mudará jamais de opinião. Tal protesto contra o reducionismo reaparece de modo recorrente na história da psicologia francesa, aí incluída, em nossos dias, da parte de certas psicologias cognitivistas (cf. por exemplo, Tiberghien, 1999).

Tal estado de coisas permanece até o ponto de a psicologia experimental francesa ser marcada, desde sua origem, por laços privilegiados com a fisiologia: o primeiro laboratório de psicologia, criado em 1889 na Sorbonne e nomeado "Laboratório de psicologia fisiológica" foi dirigido pelo fisiologista Henry Beaunis (1830-1921). Todavia, Alfred Binet (1857-1911), que lhe sucedeu em 1894, mostra pouco interesse pela psicologia fisiológica "à la Alemanha"⁵ derivada do modelo do laboratório de Wundt em Leipzig, que o laboratório da Sorbonne supostamente praticava, e o abandona rapidamente. Ainda que ele seja considerado tradicionalmente como o fundador da psicologia experimental francesa, escreve ele neste mesmo ano de 1894:

Em nossos dias [...] podemos encontrar no conjunto

5 N.T. - no original: "à l'allemande".

de ferramentas de nossos laboratórios um número tão grande de aparelhos gráficos, elétricos e outros que tomamos de empréstimo da fisiologia que por vezes temos alguma dificuldade em estabelecer uma linha de demarcação entre a psicologia propriamente dita e a fisiologia do sistema nervoso. (p. 17)

Na seqüência deste mesmo texto afirma que a introspecção é o método por excelência da psicologia. Um ano após a morte de Binet, Henri Piéron lhe sucederá em 1912 e retomará ao laboratório sua orientação inicial. Piéron obtém, em 1923, uma cadeira de fisiologia das sensações no Collège de France.

O laboratório que foi em seguida dirigido por Paul Fraisse, existe até nos dias atuais e se chama atualmente Laboratório de psicologia experimental. Ele foi, até os anos 1970, o ponto de encontro e de referência da psicologia científica francesa: será em seu seio que serão formados ou acolhidos em um momento ou noutro de sua carreira a maioria dos professores e pesquisadores em psicologia experimental que, por conseguinte, partirão em bando para outras universidades e dirigirão ou criarão laboratórios, seja em Paris ou no interior da França. Eles perpetuarão a tradição que, em sua versão mais temperada, deseja que só haja psicologia científica quando esta esteja associada a uma fisiologia (ou, atualmente, às neurociências). Mas para Ribot, como vimos anteriormente, a psicologia era também uma ciência moral. Deste modo, para ele, a psicologia teria haver com a filosofia e aquilo que chamaremos de ciências humanas, isso porque Ribot não rompeu jamais com a filosofia, sua formação inicial. Se, em sua célebre introdução à *Psicologia inglesa contemporânea* (1870), Ribot profetizou que a filosofia se reduziria à metafísica uma vez que os ramos sucessivamente descolados de seu tronco terão tomado sua independência e se tornarão ciências (o último dos ramos sendo a psicologia), ele fundou, entretanto, em 1876, a Revista Filosófica que dirigiu até sua morte. Esta revista foi, sem qualquer dúvida, o ponto maior de divulgação e produção da psicologia positiva e das ciências humanas na França (Thirard [Carroy], 1976). Ali serão publicados, por exemplo, os primeiros artigos de Pierre Janet e de Alfred Binet mas, igualmente, os de Gabriel Tarde, os de Emile Durkheim e de Charles Seignobos. A política editorial de Ribot era muito aberta e, como bem mostrou Mara Meletti-Bertolini (1991), a Revista Filosófica foi igualmente o suporte de um diálogo fecundo entre filósofos de todas as escolas e em particular entre os espiritualistas "liberais" como Paul Janet ou Bergson e os representantes da psicologia "objetiva". As ligações entrevistas por Ribot com a filosofia eram, na realidade, muito

complexas. O mesmo vale dizer de Pierre Janet, que foi durante muito tempo considerado como maior expoente da psicologia francesa.

Assim, ao redor de Ribot acaba por se desenhar um personagem típico: universitário, médico e filósofo tal qual Janet, Georges Dumas, Charles Blondel, Ignance Meyerson, Henri Wallon, Daniel Lagache. Tais psicólogos, ligados ao Jornal de Psicologia Normal e Patológica fundado em 1904 por Janet e Dumas, voltam-se para as ciências humanas, para a história, sociologia e antropologia em particular. Tomaremos aqui apenas dois exemplos, e não obstante eles são numerosos: o linguísta Antoine Meillet em 1923, os sociólogos Marcel Mauss em 1934 e Maurice Halbwachs em 1944, o ano de sua deportação, serão presidentes da Sociedade Francesa de Psicologia. Do mesmo modo, Charles Blondel irá referir-se a Lévy-Bruhl para elaborar a noção de "consciência mórbida" enquanto que, por seu turno, o historiador Lucien Fèbvre inspirar-se-á na psicologia coletiva de Blondel.

Deste modo, a psicologia no período entre guerras, continuava desejando fazer a ponte entre as ciências naturais e as ciências morais. Ela deveria fazê-lo pelo próprio fato de que não havia, à época, uma formação específica em psicologia e, deste modo, a dupla formação - filosofia e medicina - se mostrava como indispensável.

Relembremos que na França, na Universidade, a psicologia - aí incluída a psicologia experimental - fora ensinada exclusivamente nos cursos de filosofia até 1948, ano onde a licença nacional de psicologia foi disponibilizada.

Psicologia clínica, ciências humanas e psicanálise

A partir dos anos 1950, com o aumento da influência e poder por parte de Daniel Lagache (1903-1972), filósofo, médico, psicanalista e sua função institucional, irão colocar um fim na dominação universitária da psicologia experimental (Ohayon, 1999; Carroy & Ohayon, 1999). Daniel Lagache é nomeado professor de psicologia geral na Sorbonne em 1947. Ele é, igualmente, membro influente na Sociedade Psicanalítica de Paris, primeira sociedade de psicanálise da França. Psicanalista e professor de psicologia, Lagache é reconhecido também como filósofo bastante influenciado pela fenomenologia.

Desde 1942, ele anuncia os princípios fundadores da psicologia clínica no seio da qual a psicanálise irá ocupar um lugar central. Ele abre, assim, a via para a profissionalização da psicologia. Lagache defende uma psicologia que ele denomina de humanista, baseada no modelo clínico, que

estuda "o homem total e concreto na situação". Tal psicologia tem vocação para fornecer uma "via compreensível" das condutas humanas (Lagache, 1949). Entretanto, em nome da unidade da psicologia, apresenta o método clínico e o método experimental como complementares mas, como bem supôs Canguilhem, havia boas razões para pensar que esta atitude reconciliante possuía motivos políticos: tratava-se, para Lagache, cujo projeto é percebido como uma ameaça para o monopólio médico e que encontra resistências consideráveis do lado dos psiquiatras, de não perder o apoio dos psicólogos experimentalistas e, em particular, de Piéron.

No mesmo movimento, entre 1951 e 1953, Lagache irá fundar o primeiro laboratório francês de psicologia social que será em seguida dirigido por Robert Pagès. O projeto de Lagache era claramente o de fazer uma psicologia geral eclética estabelecida por uma aliança com as ciências humanas. Rapidamente, os estudantes dirigem-se massivamente para as formações de clínica e de psicopatologia.

A psicologia experimental se encontra, então, em uma situação paradoxal de reivindicar sua vocação por ser uma psicologia geral e científica e ser rejeitada pela maioria dos estudantes. Tal situação perdura ainda nos dias atuais na maioria das Universidades francesas e está na origem de conflitos permanentes entre clínicos e experimentalistas. Mas, no decorrer dos anos 1960, o poder de Lagache é consideravelmente reduzido, de início como resultado de seu conflito com Jacques Lacan e o triunfo do lacanismo. Lacan mobiliza o anti-psicologismo dos filósofos. Além disso, o humanismo que Lagache representava é violentamente rejeitado pelo movimento estruturalista que tem seu poder aumentado na mesma época. Os intelectuais franceses desprezam então a psicologia, condenada tanto por Lacan quanto pelos filósofos como Michel Foucault e Georges Canguilhem.

Enfim, na Sorbonne, Juliette Favès-Boutonier, ex-aluna de Lagache, rompe o pacto de coexistência pacífica que havia sido construído com a psicologia experimental e, junto com Paul Fraisse, abre um conflito aberto que culminará em uma cisão em 1968. Lagache terminará sua existência no isolamento e na amargura. Contudo, muito rapidamente a psicanálise constituirá o núcleo duro e mesmo o essencial da psicologia clínica francesa e de uma grande parte da psicopatologia, ao ponto dos estudantes lhes assimilarem o mais freqüentemente uma a outra. Sendo dado que, fora quaisquer exceções, a psicologia clínica e a psicologia de caráter científico coabitam na maioria das Universidades, podemos considerar que,

finalmente, o programa eclético de Lagache foi aí colocado em ação. Entretanto, como veremos adiante, não poderíamos dizer o mesmo do CNRS (Conselho Nacional de Pesquisa Científica francesa).

As tribulações da psicologia no CNRS

Como iremos constatar, desde sua origem a questão que se coloca no CNRS é: "onde colocar a psicologia?". O primeiro organismo da pesquisa na França, o Serviço Central da Pesquisa Científica, foi criado em 1936 pelo governo da Frente Popular. Em 1937, a psicologia se encontrava na seção das ciências filosóficas. Em 1939, o Serviço Central da Pesquisa torna-se CNRS e é re-organizado após a II Grande Guerra, em 1945. A psicologia está sempre ligada à filosofia, em uma comissão intitulada "Estudos psicológicos e filosóficos, síntese das ciências". Em 1948, o CNRS é novamente re-organizado e desta vez a psicologia é associada à sociologia, na Comissão 11, Sociologia e Psicologia Social. A filosofia encontra-se agora isolada na Comissão 13.

Parece que esta nova repartição não satisfaz a praticamente nenhum dos lados. Certos filósofos reclamam que as três disciplinas não estejam reunidas em uma mesma Comissão e a cohabitação (que durará 13 anos) entre os psicólogos e os sociólogos é tão difícil que eles têm reuniões separadas. Há, entretanto, alguns índices, impossíveis de expor detalhadamente aqui, que nos permitem pensar que tal redução da psicologia à psicologia social e sua associação com a sociologia teria recebido o aval de Lagache, ardente defensor da psicologia social (Plas, 2004). Em 1961, enfim, a psicologia conquista sua autonomia: uma seção de psicologia é criada, sempre nas ciências humanas. Em 1965 uma seção de Psicofisiologia e psicologia, ciência do comportamento é criada nas ciências exatas e naturais. Ela coexiste com a seção de psicologia sempre existente nas ciências humanas. Enfim, em 1967, as duas seções se fundem e a nova seção Fisiologia e Psicologia se encontra nas ciências da vida. Atualmente o termo "Psicologia" não aparece no título de quaisquer das seções do CNRS e os pesquisadores em psicologia se encontram na seção 27 do departamento das Ciências da Vida, Comportamento, Cognição e Cérebro.

O resultado é que desde os anos 1970 a psicologia e, de modo especial, a psicologia clínica não estão mais representadas no CNRS, sendo que a psicologia social aí ocupa um lugar secundário, na condição de ser cognitiva. Vemos então que naquilo que concerne o setor da pesquisa, a psicologia experimental (tornada cognitiva) triunfou sobre a

psicologia clínica no decorrer dos anos sessenta que viu a derrocada das posições filosóficas e da orientação psicanalítica representada por Lagache.

Recapitulemos: a psicologia foi sucessivamente enamorada da filosofia e da sociologia. Após alguns anos de solteirice, ela se engajou com a fisiologia antes de desaparecer dos títulos das seções do CNRS. Na universidade, pelo contrário, a despeito das tentativas recorrentes e da atualidade dos psicólogos cognitivistas para reencontrar as faculdades de ciências, a psicologia é quase sempre ensinada nas faculdades de Letras e os estudantes escolhem sempre, em 80% a 90% das vezes, as formações de psicologia clínica e de psicopatologia.

Conclusão

A história das tribulações da psicologia no CNRS nos parece reveladora do status epistemológico ambíguo de um saber sobre o homem que não chega a se constituir como uma disciplina autônoma, mesmo se ela se institucionaliza. Não há apenas uma, mas várias psicologias, das quais a história é atravessada por recursos muito complexos.

Para retomar uma metáfora de Michel Foucault o que se fará da "caixa de ferramentas" que Canguilhem propõe ao Historiador da psicologia? Neste texto⁶, justamente emblemático, Canguilhem toma uma posição tripla, de moralista, de panfletário e de historiador. Parece-nos que, paradoxalmente, é enquanto moralista e panfletário que ele abriu o caminho para uma história crítica da psicologia e, neste sentido, seu texto é fundador. Em contrapartida, podemos nos perguntar se o quadro histórico que ele esboçou nos indicou, de fato, direções a seguir. Esperamos ter mostrado, nesta exposição, que os caminhos da psicologia estão frequentemente muito longe de serem tão claramente traçados e que, finalmente, seu trajeto gira entre os ensejos intelectuais, institucionais e práticos.

Referências

- Binet, A. (1894). *Introduction à la psychologie expérimentale*. Paris, Alcan.
- Carroy, J. & Ohayon, A. (1999). L'unité de la psychologie dans l'œuvre de Daniel Lagache. Idéal scientifique et compromis politique. *Bulletin de psychologie*, 52(2), 191-202.
- Carroy, J. & Plas, R. (1993). La méthode
- pathologique et les origines de la psychologie française au XIXe siècle. *Revue internationale de psychopathologie*, 12, 603-612.
- Carroy, J. & Plas, R. (2005). La psychologie science naturelle et science morale? Lettres inédites de Théodule Ribot à Henri Piéron. *Revue philosophique de la France et de l'Étranger*, T. 130, n° 3, 2005/3.
- Lagache, D. (1949). *L'unité de la psychologie. Psychologie expérimentale et psychologie clinique*. Paris, PUF, 1969.
- Lepenes, W. (1985). *Les trois cultures : entre science et littérature : l'avènement de la sociologie*. Paris, Ed de la Maison des sciences de l'homme, 1990.
- Meletti-Bertolini, M. (1991). *Il pensiero e la memoria. Filosofia e psicologia nella « Revue philosophique » di Théodule Ribot (1876-1916)*. Milano, Franco Angeli.
- Ohayon, A. (1999). *L'impossible rencontre: psychologie et psychanalyse en France. 1919-1969*. Paris, La Découverte.
- Plas, R. (2004). Comment la psychologie expérimentale française est-elle devenue cognitive?. *La Revue pour l'histoire du CNRS*, 10, 24-33.
- Reuchlin, M. (1957). *Histoire de la psychologie*. Paris, P.U.F, Coll. Que Sais-je.
- Ribot T. (1870). *La psychologie anglaise contemporaine*. Paris, Baillière, 1875.
- Ribot, Th. (1879). *La psychologie allemande contemporaine*. Paris, Alcan, 1909.
- Thirard (Carroy), J. (1976). La fondation de la Revue philosophique. *Revue philosophique*, 101, 401-413.
- Tiberghien, G. (1999). *La psychologie cognitive survivra-t-elle aux sciences cognitives?*. Article en ligne sur le site de l'Institut des Sciences Cognitives (Lyon), www.isc.cnrs.fr/wp/wp99-7.htm

Categoria de contribuição: Ensaio

Tradução

Recebido: 19/04/2008

Aceito: 30/04/2008

6 Trata-se do já clássico "Que é a psicologia?" publicado por Canguilhem na Revue de Métaphysique et de Morale (Paris, 1: 112-25, 1958), disponível em português na revista Impulso, 11 (26), 1999.

A Psicologia e o Psicólogo no Capitalismo de Consumo¹

The Psychology and the Psychologist in Consumption-based Capitalism

Raul Albino Pacheco Filho²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a questão da desvalorização social da Psicologia como ciência e profissão no capitalismo de consumo e a precariedade das condições de trabalho do psicólogo. Argumenta-se que estas circunstâncias não são acidentais, devendo-se a aspectos fundamentais dessa forma de sociedade. Propõe-se que os beneficiários e defensores do capitalismo nada têm a lucrar com o desenvolvimento de legítimas ciências do ser humano e da sociedade, interessando-lhes apenas as construções ideológicas que os auxiliem a veicular os valores e a visão de mundo que lhes interessa. Em consequência disto, têm se desenvolvido ideologias que apresentam o ser humano como simples *objeto* e as ciências como mera fornecedoras de *tecnologia*, em detrimento do desenvolvimento das verdadeiras e legítimas ciências do ser humano. Propõe-se que seja necessário: a) apontar-se os riscos de esmagamento da singularidade do sujeito humano e b) indicar-se a urgente necessidade de se responsabilizar o sujeito humano pela tarefa coletiva de discussão e reconstrução da sociedade em que vive.

Palavras-chave: psicologia; psicólogo; capitalismo; sujeito; ideologia.

Abstract

The purpose of this article is to examine the issue of social devaluation of psychology as a science and profession and the precarious conditions of work of psychologists in consumption-based capitalism. It is argued that these circumstances are not accidental: they are due to fundamental aspects of that form of society. It is proposed that beneficiaries and defenders of capitalism have nothing to gain from the development of legitimate sciences of human beings and society: they are interested only by ideological constructions that help to convey the values and vision of world that interest them. As a result of this, ideologies have been developed presenting human beings as mere object and the sciences as mere supplying technology to the detriment of the development of genuine and legitimate science of human beings. It is proposed to be pointing the risk of disappearance of the uniqueness of the human subject. It is also proposed to be pointing to the urgent collective task of rebuilding society in which we live.

Key words: psychology; psychologist; capitalism; subject; ideology.

¹ O conteúdo deste artigo foi objeto de uma palestra apresentada na mesa de abertura do evento "*III Psicologia nas Gerais: Ciência, Profissão, Compromisso Social e Valorização do Trabalho do Psicólogo*", promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, com apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras instituições de ensino superior da região metropolitana de Belo Horizonte, em 27 de agosto de 2008, no auditório do Instituto de Educação de Minas Gerais.

² Psicólogo e Psicanalista. Professor Titular da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da mesma universidade (inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq). Contato: raulpachecofilho@uol.com.br

O objetivo deste artigo é analisar a questão da desvalorização social da Psicologia como ciência e profissão e a precariedade das condições de trabalho do psicólogo. E pretende-se mostrar que estas circunstâncias não são acidentais, devendo-se, antes, a aspectos fundamentais da nossa sociedade: o chamado capitalismo avançado ou de consumo.

Lembre-mos que a atividade socialmente denominada Ciência teve sua alavancagem nos séculos XV a XVII e foi produto das profundas transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e religiosas do capitalismo. Galileu, Descartes, Copérnico, Bacon, Newton e tantos outros não poderiam ter desenvolvido sua subversão no campo do conhecimento, sem a subversão simultânea das estruturas sociais feudais. Como contrapartida, as disciplinas científicas que estudam os objetos da natureza geraram a tecnologia que impulsionou o desenvolvimento do capitalismo e, como consequência disto, ganharam a aprovação e as verbas que as ajudaram a se desenvolver.

Sem qualquer pretensão de se reificar uma polaridade epistemológica entre ciências naturais e ciências humanas, registre-se o fato de que as disciplinas científicas que estudam o ser humano e a sociedade e as disciplinas que estudam os objetos naturais sempre estiveram em situação bastante diferente. Aqueles que têm interesse em paralisar a História nas condições do capitalismo, considerando-o final do desenvolvimento histórico³, sem nada de melhor pela frente, nunca tiveram qualquer interesse em legítimas e genuínas abordagens científicas do ser humano e da sociedade. Afinal, elas põem à mostra o véu ideológico que esconde aspectos fundamentais das relações sociais e de trabalho dessa forma de sociedade, como a exploração e o conflito entre as classes, a alienação dos trabalhadores, a reificação do ser humano, a apropriação da mais-valia, o fetichismo da mercadoria, a falsa predominância da razão, da intencionalidade e da consciência na escolha e direção das ações dos sujeitos e dos grupos sociais, para citar apenas os mais importantes.

Os beneficiários e defensores do capitalismo nada têm a lucrar com o desenvolvimento de legítimas ciências do ser humano e da sociedade. Promovem apenas as construções ideológicas que os auxiliem a veicular os valores e a visão de mundo que lhes interessa. E colocam todos os entraves possíveis às teorias e abordagens que as

desmintam. É importante ter-se isto em mente, para não se incorrer no equívoco de que essas ciências são atrasadas e de que isto se deve à complexidade do seu objeto.

Um dos temas fundamentais que opõem os defensores do capitalismo e os interessados em uma legítima ciência do ser humano diz respeito à noção de *sujeito humano*, que não encontra lugar na ideologia do capitalismo. Seja no senso comum que dirige o dia-a-dia das pessoas, seja na pseudociência do capitalismo⁴, algumas concepções distintas e contraditórias, entre si, substituem a noção mais rigorosa de *sujeito*.

Uma delas, essencial para se entender o capitalismo é a noção de *indivíduo*. Vários autores já se debruçaram sobre esse tema, como o sociólogo alemão Norbert Elias (1987/1994) e o antropólogo francês Louis Dumont (1986/1993). O modo pelo qual o sujeito do capitalismo se vê, como um ser autônomo e auto-determinado, livre e dono de suas decisões, construtor racional e consciente de seu destino e auto-referenciado em relação ao todo social, é uma consequência do período histórico em que vive. O *indivíduo* (in/divíduo, indiviso, não dividido) é uma construção e um valor da nossa sociedade, com um desenvolvimento privilegiado a partir do final da Idade Média.

Consequência desta noção é a visão do indivíduo como uma mônada encapsulada e absolutamente separada da sociedade, que gera a ilusão de completa independência em relação à mesma e faz com que os seres humanos desconheçam a fonte de origem daquilo que os constitui. Além disso, adotado o ponto de vista de que apenas a racionalidade e a consciência fundamentam as ações das pessoas, ficam incompreensíveis inúmeros acontecimentos que compõem o cotidiano da nossa sociedade: linchamentos, guerras, racismo, neuroses, sofrimentos existenciais, intolerância, genocídio, violência, insensibilidade generalizada ao sofrimento de terceiros, adições de natureza diversa etc.

Para dar conta desse lado obscuro e menos desejável do indivíduo, propõe-se, então, uma

³ A respeito desta concepção do capitalismo como o "fim da História", considere-se o livro Fukuyama (1992). Uma visão crítica da mesma pode ser obtida em Anderson (1992).

⁴ Faz-se aqui uma distinção entre o que pode ser considerado genuinamente ciência e o que não passa de ideologia. Sem adentrar com maior profundidade nas discussões a respeito do conceito de ideologia, pode-se lembrar a proposta de Thompson: "... proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas." (Thompson, 1995, p.79).

ideologia determinista organicista, genética ou neurofisiológica, de um reducionismo ingênuo e radical, que relaciona toda e qualquer desordem ou sofrimento a alterações anatômicas ou bioquímicas do sistema nervoso. Em consequência disto, o psíquico passa a ser entendido como mero epifenômeno ou subproduto dos únicos processos considerados verdadeiramente importantes: as transformações neuro-anátomo-fisiológicas. A importância dos conflitos existenciais do sujeito, da enorme parcela do que eles desconhecem ou do que não têm consciência a respeito de si mesmos, e dos conflitos entre sujeito e sociedade é substituída por uma profusão infundável de pseudo-entidades mórbidas recém-criadas. São *TOCs*, *DOCs*, *oniomanias*, síndromes e transtornos dos mais variados tipos e graus de nocividade, que, como ocorre com tudo o que recebe uma nomeação, 'criam' a 'realidade' do que recebeu seu batismo. Afinal, saindo de uma epistemologia representacionista ingênua, sabemos que o imaginário construído coletivamente 'cria' ('constrói') a 'realidade' compartilhada em uma sociedade. E os 900 bilhões de dólares de faturamento mundial, previstos para a indústria farmacêutica em 2008⁵, tornam sensata a pergunta que recentemente eu vi um colega psicanalista fazer: novos medicamentos para novas patologias, ou novas pseudo-patologias para novas patentes de medicamentos?⁶

Como se constata, junto com a construção ideológica do indivíduo livre, auto-determinado, auto-referenciado e independente da sociedade – quando sadio e 'funcionando' bem –, constrói-se também a ideologia do robô estritamente determinado pelo orgânico ou pelo ambiente – quando adoecido ou não 'funcionando' como se espera. E os objetivos da pseudociência do ser humano limitam-se a: a) gerar lucros e propiciar a acumulação de capital das empresas capitalistas; e, de quebra, b) buscar inviabilizar a consolidação de legítimas ciências sociais e humanas, que desmintam as fantasias ideológicas sustentadas por essa pseudociência.

Em paralelo a isso, fomenta-se ainda a ilusão de que a ciência do capitalismo (incluído aí o que existe de legítima ciência sobre os eventos do mundo natural e de pseudociência sobre os seres humanos e as sociedades) poderia atender todo e qualquer desejo, eliminar totalmente toda e qualquer 'falta' ou incompletude e proporcionar uma felicidade absoluta e sem interrupções durante toda a existência. Constrói-se um imaginário massificado e alienado de bem-estar absoluto e de

completude da existência, pela via do consumo irrestrito de mercadorias. E isto possibilita algum nível de obscurecimento de condições de existência tantas vezes miserável, de fato.

No estágio inicial do capitalismo de produção, a ética e ideologia do puritanismo calvinista protestante possibilitou a sua alavancagem e aceleração, conforme demonstrou Max Weber⁷. Tratava-se de uma ascese que combinava a renúncia às tentações mundanas de futilidade e prazer e a dedicação ao trabalho, como meio virtuoso de glorificação de Deus. A ética ascética do puritanismo teria produzido trabalhadores e empreendedores burgueses, para o capitalismo, com as qualidades que ele requeria em seus estágios iniciais: sóbrios e aferrados ao trabalho (como vocação estipulada por Deus), corretos e com consciências tranqüilizadas em relação à distribuição desigual das riquezas (desígnios da Divina Providência).

O próprio Weber nos alerta, porém, para as contradições decorrentes do desenvolvimento da sociedade produzida por essa 'lógica', na medida em que, de um lado, ela aumenta progressivamente as riquezas e incrementa as paixões e apetites da carne e pelo mundo; de outro, ela depende fundamentalmente do aumento desse desejo inesgotável de consumir mercadorias (úteis ou espúrias), sem o qual a base econômica sobre a qual ela repousa desmoronaria. E aí, a própria imortalidade torna-se uma mercadoria. A Alcor, por exemplo, é a maior empresa de congelamento de corpos dos EUA, que trabalha com base na criogenia (o estudo científico dos sistemas em baixas temperaturas). Ela atende aos clientes interessados em manter o corpo congelado após a morte, na esperança de um dia voltar a viver. E cobra US\$ 120 mil para congelar um corpo e mantê-lo assim por, pelo menos, duzentos anos. Oferece também a opção de congelar apenas a cabeça e, nesse caso, o serviço é mais em conta: US\$ 50 mil. Se o cliente é estrangeiro, há o custo adicional de transporte do corpo até a clínica, localizada no Estado do Arizona, por US\$ 20 mil.⁸

O fato de que o capitalismo conseguiu fixar valores-de-troca para os objetos do mundo, como mostrou Marx, possibilitou uma aceleração exponencial das trocas comerciais, que permitiu consolidar o capitalismo. Mas, junto com isto, criou-se também um poderoso e inédito instrumento de padronização da 'desejabilidade' pelos objetos, para os diferentes sujeitos: propus em

⁷ Weber, M. (1904-1905/1967)

⁸ Iwasso (2002). Texto disponível na Internet:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2001.shtml> [15 set. 2008].

⁵ Carta Capital. (2005, p. 21).

⁶ Quinet (2006, p. 10).

outro lugar que poderíamos nos referir a isto como a padronização do ‘valor-desejo’ de um objeto, para os diferentes sujeitos.

Isto trouxe conseqüências perigosas, na medida em que o próprio ser humano deixou de representar um ‘*enigma*’, para tornar-se, igualmente, um objeto com ‘valor-desejo’ quantificado e padronizado. Isto acontece na medida em que, reduzido a mera “*encarnação do trabalho assalariado*”, o sujeito também passe a ter seu valor, como mercadoria: o trabalho que põe à venda no ‘mercado de trabalho’, e a que tende a se reduzir.

Outra conseqüência perigosa é a conversão cada vez maior da ciência em mera fornecedora de tecnologias. Os objetivos de se entender criticamente o mundo, o sujeito humano e a sociedade passam a ser substituídos pela finalidade única de investigação de técnicas de transformação do mundo, destinadas a produzir novas mercadorias, em quantidade cada vez maior. Em decorrência disto, toda pesquisa que não atenda aos interesses de geração de lucros das empresas capitalistas tende a ser considerada inútil, com a justificativa de que “*não atende aos interesses da sociedade*”. Do mesmo modo, as universidades e centros de formação de pesquisadores e profissionais, que não produzam os trabalhadores-mercadorias requeridos pelas empresas capitalistas, passam a ser considerados “*fora da realidade do mercado de trabalho*”.

E como ficam, frente a tudo isto, a Psicologia, como profissão e campo de investigação do ser humano, e o psicólogo? Penso que uma psicologia não comprometida com a fabricação de ilusões e ideologias, ou de técnicas de domesticação e persuasão a serviço da produção de humanos-mercadorias – uma Psicologia que não esteja a serviço apenas da geração de lucros e da acumulação de capital das empresas –, não terá uma vida confortável na sociedade capitalista. Da mesma forma, não terá vida confortável qualquer um que faça oposição ao obscurecimento dominante, de que é inviável uma vida humana, digna deste nome, sob este regime; ou que se oponha ao tamponamento da impossibilidade de se preservar o próprio planeta Terra, nestas condições. O último relatório (2007) do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas, registra, entre os impactos ambientais do aquecimento global: aumento global do nível do mar, diminuição das geleiras e coberturas de neve, secas mais intensas e longas, intensificação da atividade de ciclones

tropicais (tufões e furacões) e probabilidade maior do que 90% de ondas de calor extremo.⁹

E analistas têm previsto inúmeras outras conseqüências nocivas, como, para citar apenas um exemplo, a queda da produtividade de colheitas, que provocará efeitos adversos sobre a segurança alimentar mundial. Ressalte-se, além disso, que inúmeros estudos científicos posteriores à publicação do último relatório do IPCC têm feito previsões ainda mais negativas. Um estudo detalhado do degelo da capa glacial da Groenlândia, realizado por cientistas da Universidade de Wisconsin (EUA), publicado em agosto de 2008 no periódico *Nature Geoscience*, sugere que o aumento do nível do mar, em função do aquecimento global, pode ter velocidade maior do que a prevista pelo relatório do IPCC.¹⁰

Enquanto transformações substanciais não alterarem a essência da nossa sociedade, é preciso que uma psicologia não ideológica e não domesticadora do ser humano lute contra as dificuldades que encontra para se desenvolver. Entendo que isto responde, em boa medida, pela precariedade da formação do psicólogo e da desvalorização da Psicologia, enquanto ciência e campo profissional, que é preciso combater. Trata-se de circunstâncias estruturais relacionadas ao que a sociedade capitalista espera de seus profissionais e de seus campos científicos e não apenas de deficiências contingenciais e acidentais. Aliás, não os psicólogos não estão sozinhos nessa condição: professores, filósofos, cientistas sociais, pedagogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, historiadores, antropólogos, artistas e músicos (excluindo-se uma ínfima minoria), e tantos outros, acompanham-nos na

⁹O IPCC foi estabelecido pela Organização Meteorológica Mundial (OMM, ou WMO, em inglês) e pelo Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (UNEP), em 1988. Na época, houve um reconhecimento de que as mudanças climáticas se tratavam de um assunto sério e que os líderes de governos necessitariam de conselho científico imparcial – independente de interesses nacionais e de influência corporativa. O IPCC é responsável por recomendar aos tomadores de decisão ‘políticas relevantes’ – e não ‘políticas prescritivas’ – sobre todos os aspectos do problema das mudanças climáticas. O IPCC é aberto a todos os países membros da Unep e da OMM, e se reúne normalmente em sessões plenárias uma vez por ano. Estas sessões decidem a estrutura, princípios, procedimentos e programa de trabalho do IPCC, além de eleger a presidência e comissões do IPCC. Também é responsável por definir o escopo dos relatórios do IPCC e aceitar os relatórios. As sessões plenárias são conduzidas nas seis línguas oficiais da ONU e geralmente são atendidas por centenas de representantes de governos e organizações participantes. Veja-se o documento disponível na Internet no site:

http://www.greenpeace.org/raw/content/brasil/documentos/clima/greenpeacebr_070403_clima_relatorio_IPCC_avaliacao_mudancas_climaticas_port_v1.pdf [15 set. 2008]

¹⁰ Ângelo (2008, p. A13).

mesma condição dos que pagam o preço da escolha por uma área relevante e significativa para o ser humano, mas de menor interesse para mover a roda do capitalismo.

Entendo, porém, que esta consciência não deve nos impedir – a nós que fizemos essa escolha –, de nos perguntarmos sobre as melhores estratégias para sobrevivermos nesta sociedade e para nos desenvolvermos enquanto profissionais e pesquisadores de um campo de conhecimento e investigação. E isto, preservando uma atuação crítica e transformadora, que gere algum atrito no interior dessa maquinaria, que funciona em desenfreado moto-contínuo. Penso que o psicólogo e a Psicologia devem guardar-se de atender às demandas da sociedade capitalista, como, por exemplo, a reivindicação de eliminação completa do ‘mal-estar’ do existir. Eles devem denunciar a falsidade das promessas mentirosas feitas em nome de interesse escusos, o que não significa eximir-se de dar a sua cota de contribuição para o aprimoramento da existência das pessoas. Devem apontar para os riscos de esmagamento da singularidade do sujeito humano, sustentando a sua relevância e buscando construir lugares onde suas inquietações, angústias, conflitos, dúvidas, alegrias e desejos possam ser escutados e devidamente considerados. E isto, contra a sua instrumentalização pela sociedade capitalista. Finalmente, acho que também lhes cabe denunciar as pretensões totalitárias desta sociedade, apontando para o assujeitamento do ser humano por ela implicado, às custas de falsas promessas de totalidade e inevitabilidade por ela acenadas.

Citando Zigmunt Bauman, podemos dizer que, na sociedade de *produtores*, o *fetichismo da mercadoria* ocultava sua substância demasiado humana. Já na sociedade dos consumidores, o *fetichismo da subjetividade* vela a transformação dos *consumidores* em *mercadorias*: sua dissolução no mar de mercadorias. Tornar-se uma mercadoria desejável e desejada, é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas, no capitalismo! A ‘subjetividade’ dos consumidores adquiriu a forma de uma lista de compras. O cogito de Descartes foi substituído por “*Compro, logo sou ...*”¹¹.

Para terminar, lembro a frase de Lacan em “*A Ciência e a verdade*”, de que “*por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis*”¹². Quero estendê-la, para exprimir minha opinião de que responsabilizar-se pela tarefa coletiva de construir e reconstruir o mundo, mas sem ceder do próprio desejo como norte, assumindo, portanto, as contradições e conflitos inerentes ao laço social: é

este o único modo pelo qual o sujeito humano pode retomar o progresso na História, na condição de *dever* que é própria do seu ‘*ser*’!

Referências

- Anderson, P. (1992). *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Angelo, C. (2008). Groenlândia pode derreter rápido. *Folha de São Paulo*, 1º de setembro de 2008, p.A13.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Carta Capital (2005). *Receita explosiva*. São Paulo, ano XI, nº333, 16 de março de 2005.
- Dumont, L. (1986/1993). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Elias, N. (1987/1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Iwasso, S. (2002). Cresce interesse por congelamento pós-morte. *Folha Online*, 19 de dezembro de 2002. Texto disponível na Internet: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2001.shtml> [15 set. 2008].
- Lacan, J. (1996). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Quinet, A. (2006). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna - Teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa*. São Paulo: Vozes.
- Weber, M. (1904-1905/1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

Categoria de contribuição: Ensaio

Recebido: 15/09/08

Aceito: 27/09/08

¹¹ Bauman (2008, p. 26).

¹² Lacan (1966, p. 873).

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

“Play it again, Sam!” -Verdades e Mentiras dos Jogos de Verdade em História Oral¹

“Play it again, Sam!” -Truths and Lies of Games of Truth in Oral History

Heliana de Barros Conde Rodrigues²

Amanda dos Santos Gonçalves³

Daniel Maribondo Barboza⁴

Vanessa Menezes de Andrade⁵

Fernanda Alcântara de Oliveira⁶

Allan César Procópio Belém⁷

Resumo

O trabalho tem por base três relatos, intitulados *O homem das tartarugas*, *O beijo de Lacan* e *Por que matei minha mulher*, colhidos durante uma pesquisa sobre a História da Análise Institucional no Brasil, que facultam uma experimentação relativa aos jogos de verdade presentes em investigações que recorrem ao paradigma da História Oral. Com tal intuito, lança-se mão da genealogia foucaultiana e da micro-história, articulando-as às contribuições do movimento crítico em História Oral, ligado às ferramentas analíticas propiciadas por autores como Alessandro Portelli e Alistair Thomson. Considerações sobre fidedignidade, forma narrativa, relação entrevistador-entrevistado, posição do narrador, usos da biografia, memória, modos de subjetivação e dialogismo compõem o campo de análise forjado para apreciar os efeitos de verdade-poder que se fazem presentes quando a oralidade é incorporada a estudos históricos sobre as práticas psicológicas.

Palavras-chave: jogos de verdade; história da Psicologia; História Oral; narrativa; memórias.

Abstract

The paper is based on three reports, entitled *The man of turtles*, *The kiss of Lacan* and *Why did I kill my wife?*, collected during a research on the History of Institutional Analysis in Brazil that provided experimentation on the games of truth involved in investigations using the paradigm of Oral History. With this aim, we make use of Foucault's genealogy and micro-history, linked to the contributions of critical tools in Oral History offered by authors such as Alessandro Portelli and Alistair Thomson. Considerations on reliability, narrative form, interviewer-interviewee relationship, position of the narrator, uses of biography, memory, modes of subjectivity and dialogic form, open a field of analysis to assess the existing power-knowledge effects when orality is incorporated in the historical studies on psychological practices.

Key words: games of truth; history of Psychology; Oral History; narrative; memories.

¹ Apoio (bolsas de Iniciação Científica): UERJ; CNPq; FAPERJ

² Professora-adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ; Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Contato: helianaconde@uol.com.br

³ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq; graduanda em Psicologia; e-mail: amandasgon@gmail.com

⁴ Bolsista de Iniciação Científica da UERJ; graduando em Psicologia; e-mail: danielmbarboza@gmail.com

⁵ Bolsista de Iniciação Científica da UERJ; graduanda em Psicologia; e-mail: vanessadomar@hotmail.com

⁶ Bolsista de Iniciação Científica da UERJ; graduanda em Psicologia; e-mail: fefeoliveira@yahoo.com.br

⁷ Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ; graduando em Psicologia; e-mail: allan_cesar@hotmail.com

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

Os autores do presente ensaio⁸ - uma psicóloga (professora-orientadora) e cinco estudantes de Psicologia - formam um grupo de pesquisa dedicado à história da Análise Institucional (AI) no Brasil⁹. Tivemos por antecedente a tese de doutorado da primeira (Rodrigues, 2002), que, visando a construir essa mesma história, "errou" com a história oral. O termo escapa à negatividade de um *equivoco*. Sim, pois em teses (e vidas) há as linhas *habituais*, de começo, meio e fim; igualmente existem as *flexíveis*, em que num giro algo de novo se encontra; mas, imbricadas nas duas, surgem as linhas de *errância* extrapolando o caminhar, conspirando percursos (Deleuze e Parnet, 1980, p. 145).

"*Erre*" é o termo que Fernand Deligny utiliza para nomear as trilhas de desejos que cruza com crianças autistas nas montanhas francesas de Cévennes. Marcha de um barco, direção de um deslocamento, deriva, vestígio, *erre* permite muitas traduções-traições, mas o caráter *errático* lhe é consubstancial: "'Erre': a palavra me veio logo à cabeça....uma maneira de avançar, de caminhar....palavra muito rica que fala de marcha, de mar..." (Deligny, 1975, p. 12).

Vejam *errar*, agora em castiço português: *vaguear, espalhar-se, flutuar...* Dedos *erram* sobre o teclado e fragrâncias, pelo ambiente. Que ressonâncias da ordem do discurso terão feito do *errante* apenas um desqualificado vagabundo, subtraindo-lhe a expansão e o perfume? Não importa tanto. Cumpre porém ressaltar que sentidos múltiplos, diversos e despertos, fizeram com que a tese antes mencionada, bem mais do que uma história da Análise Institucional, se tornasse uma apreciação crítico-reflexiva da própria História Oral.

Desse erro/errância partimos, agora nós todos, em direção a análises conjuntas sobre uma paradoxal *historio-grafia* da oralidade, em nossos atuais trajetos investigativos. Por esse motivo o texto adota, em sua maior parte - dedicada à apresentação de relatos colhidos durante a pesquisa de Rodrigues (2002) -, a primeira pessoa do singular, para retomar, no momento das considerações finais, o plural da autoria coletiva.

Jogos de Verdade e Estética

⁸ Uma forma ligeiramente diferente do presente ensaio foi apresentada no IV Encontro Regional Sul de História Oral, 2007, e publicada em seus Anais Eletrônicos.

⁹ A AI está ligada às idéias de Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari. No Brasil, consiste em uma rede de conceitos, práticas e agentes a que se reúnem ainda os psicanalistas argentinos ligados ao Grupo Plataforma, a Psiquiatria Democrática de Basaglia e inumeráveis contribuições locais.

Pressiono a tela *play* do *walkman* que me permite controle, *a posteriori*, do andamento dos relatos de meus entrevistados. *Play it again...play it again, Sam?* A frase não-dita de Casablanca tornou-se recordação-síntese do filme¹⁰. A viagem de Freud aos Estados Unidos, em 1905, faz evocar uma declaração quicá jamais emitida: "Eles não sabem que lhes estamos trazendo a peste!". Diz Roudinesco (1988) haver Lacan afirmado, em 1955, durante uma conferência em Viena, que a frase de Freud lhe teria sido confidenciada por Jung. A historiadora questiona a fidedignidade do relato: "Ora, Jung parece ter narrado apenas a Lacan a revelação de tal segredo. Em suas memórias ele não fala em peste. Por seu turno, Freud nunca emprega este termo". E logo acrescenta: "Assim correm os boatos que formam as lendas e tecem a história" (p. 196).

Fontes em história oral: narrativas, intensas, belas... Ou boas, ou mesmo engraçadas, e por vezes tão apropriadas que chego a pensar, qual onipotente revisor do passado: se assim não foi...deveria ter sido! Faço de Alessandro Portelli um intercessor, pois ele encontra narradores que sonham com uma História menos aprisionada por vontades de verdade. Na autobiografia do *sioux* Black Elk, por exemplo, descobre ousadas filosofias:

Se aconteceu assim ou não, eu não sei, mas se você pensar a respeito, poderá ver que é verdade. "(...) Watanye disse que a história aconteceu exatamente como ele a contou, e talvez tenha sido. Se não foi, poderia ter sido, tanto quanto não ter sido" (Portelli, 1997, p. 20).

O historiador se deixa conduzir pela teorização do narrador: "Black Elk ouviu nesses contos não a verdade de eventos materiais, mas a verdade do símbolo religioso e a verdade da possibilidade" (idem, p. 20).

Trata-se de saber, portanto, não só o que fazem nossos depoentes - estes decerto contam histórias em que o prazer narrativo mescla história verdadeira e boa história -, mas o que nós, historiadores (titulados ou não), fazemos com "o

¹⁰ *Casablanca* é um filme norte-americano de 1942, dirigido por Michael Curtiz, de cujo elenco fazem parte, entre outros, Humphrey Bogard, Ingrid Bergman, Paul Henreid, Peter Lorre e Dooley Wilson. Narra acontecimentos, passados em Casablanca, no Marrocos, da vida dos que tentavam fugir da Europa, ocupada pelos nazistas, para os Estados Unidos. Um de seus diálogos ocorre entre Ilse (Bergman) e o pianista Sam (Wilson):
Ilse: Toque uma vez, Sam. Pelos bons velhos tempos.
Sam: Eu não sei o que quer dizer, Senhorita Ilse.

Ilse: Toque, Sam. Toque *As time goes by...*
As menções mais famosas a tal diálogo, no entanto, evocam Ilse dizendo: "Toque outra vez, Sam!" ("Play it again, Sam!") - frase jamais pronunciada no filme.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

projeto estético de muitos narradores, com a beleza incorporada a muitas das histórias que ouvimos" (idem, pp. 19-20). Portelli nos conclama a ir além do inventário da construção social da memória, a caminhar em direção a uma estética da narrativa-memória, pois "na aparente oposição entre verdade e beleza, talvez a beleza possa ser, ao invés de um ornamento supérfluo, outro - e talvez o único possível - meio de dizer outras verdades" (idem, p. 20).

Meus próprios depoentes impuseram-me essa exigência. Sendo assim, começo por contar três contos (e, decerto, inventar três pontos): *O homem das tartarugas*, *O beijo de Lacan* e *Por que matei minha mulher*¹¹.

O Homem das Tartarugas

Conversávamos em uma mesa de bar. Eu acabara de devorar *El libro de las separaciones* - autobiografia de Emílio Rodrigué -, que Gregorio Baremlitt¹² ainda não conhecia, e aproveitava para saber do destino dos contos do próprio Gregorio. Neste ritmo, pomo-nos a falar de Emílio, seu antigo analista didata. Marcus Vinicius e Cecília Coimbra, também presentes, têm lá seus ganchos com o assunto - uma dissertação de mestrado sobre a Psicanálise na Bahia e uma relação teórico-política com Plataforma, respectivamente. Quanto a Gregorio, não o fascina o que chama de *hippismo* de Rodrigué: à linha de publicações iniciada com *El anti yoyo*, prefere a antiga coletânea *Plenipotencias*. Mas sabe de minha pesquisa de doutoramento e acaba de ganhar uma audiência. Assim, chama atenção para o que vai dizer: "Isso tem interesse para você". Começa comentando que embora Emílio tenha ocupado todos os cargos importantes a que alguém pudesse aspirar como psicanalista, jamais se prendeu a eles, sendo esse "seu lado bom, talvez mesmo o bom lado do *hippismo*". Em seguida, passa rapidamente pela narrativa sobre "o dia em que eu e Emílio levantamos juntos, do divã e da poltrona, para redigir o manifesto de ruptura de Plataforma com a IPA" - sabe que conheço o detalhe, que me contara na entrevista que tivéramos em Belo Horizonte.

¹¹ As circunstâncias desses relatos são diversas: o primeiro deriva de uma conversa informal; o segundo é parte do conteúdo de uma entrevista gravada; o último é uma narrativa autobiográfica da própria pesquisadora.

¹² Emílio Rodrigué e Gregorio Baremlitt foram membros do Grupo Plataforma, que, em 1971, rompeu com a International Psychoanalytical Association (IPA) por motivos políticos, criticando a ideologia burguesa da Associação Psicanalítica Argentina (APA). Ambos se exilaram no Brasil, respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro. Rodrigué faleceu recentemente. Baremlitt reside hoje em Belo Horizonte, onde dirige o Instituto Felix Guattari.

Finalmente, como ponto alto, diz que mesmo quando recém-chegado de Londres como "grande kleiniano", Emílio Rodrigué possuía imenso bom humor. Segue-se fabulosa história em primeira pessoa: "Estou deitado no divã, de frente para o jardim do consultório de Emílio, em uma daquelas sessões pesadas, terríveis...quando, de repente, avisto duas imensas tartarugas...trepando!". Cecília, até então silenciosa, não resiste à curiosidade: "É como trepam as tartarugas?". Gregorio não perde a pose: "Com certa dificuldade", retruca. Mas imediatamente emenda, para não perder o impacto: "Digo-lhe, assustado, mantendo o formalismo que ainda usávamos: 'Doutor,...estou vendo no jardim duas tartarugas...trepando?!?'. E Emílio de volta: 'É claro, Doutor. Pensou que era o que? A cena primária?'". A mesa explode em risadas.

O Beijo de Lacan

Armando Bauleo¹³ foi um de meus grandes depoentes. Tudo favoreceu a geração de um excelente material: a espontaneidade do *Gordo*, o longo tempo que me concedeu, o local do encontro - um pequeno restaurante situado no jardim da Biblioteca de Buenos Aires. Armando privilegiou os tempos de estudante e médico recém-formado, e cedo emergiu seu personagem favorito, Pichon-Rivière. Inúmeros foram os casos relatados sobre ele, seu estilo de vida, boemia, aventuras - tudo não sei se verdadeiro, mas sempre bem contado. Evoco um deles. Afirma Bauleo que Pichon dizia conhecer Lacan muito bem, sem obter crédito entre os discípulos - destino funesto dos grandes narradores? Em uma viagem pela Europa, após uma estada na Londres da Antipsiquiatria, ele e seu mestre fazem breve passagem por Paris. Na primeira manhã, Pichon o arrasta, sem prévio aviso, ao consultório do já mítico psicanalista. Aguardam certo tempo na sala de espera. Armando está apreensivo, na expectativa de um daqueles desagradáveis encontros formais. Repentinamente entra Lacan e, numa atitude inesperada para quem pouco acreditava nas bravatas de Pichon, dirige-se a este, afetivo embora respeitoso, sapecando-lhe um apertado abraço e dois intensos beijos, um em cada face. Armando ainda não se recuperara do susto quando Pichon, desprendendo-se dos braços de Lacan, dá-lhe as costas e, aproximando-se com ar entre sério e maroto, sussurra ao ouvido do companheiro de viagem: "*Me mordió!*". Gostoso demais para não ser verdadeiro....

¹³ Armando Bauleo faleceu em 2008, em Buenos Aires.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

Por Que Matei Minha Mulher¹⁴

O IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições) era uma organização de formação de psicanalistas e analistas institucionais. Lá, porém, mais do que Freud, Lourau ou Guattari, reinava o filósofo marxista Louis Althusser. As aulas de Gregorio Baremlitt, em que a "Epistemologia Materialista-Racionalista-Descontínuista" era exposta a jovens profissionais, eram famosas pelo brilho e pelas conseqüências nem sempre racionais, eventualmente pouco rupturais e, em algum grau, idealizadoras. Lembrome de uma professora de Antropologia que não durou muito no curso de formação. A primeira aula parecia correr bem: a mestra reconstituía com talento os avatares da passagem de uma perspectiva evolucionista-colonialista para uma visão relativista. A certa altura, foi interrompida pela pergunta fatal de um aluno: "Mas qual é, afinal, o Objeto Formal Abstrato da Antropologia como ciência?". Julgávamos saber a resposta, fosse quanto ao Materialismo Histórico fosse quanto à Psicanálise. No primeiro caso, o "OFA" seria o modo de produção; no segundo, o aparelho psíquico conforme conceituado por Freud no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*. Pouco acostumada a tais arroubos teoricistas, a antropóloga nos achou divertidos, mas - em simpático eufemismo - um pouco rígidos. Eu mesma, embora bastante epistemofílica, senti-me incomodada com a situação; nem por isso parei de representar a althusseriana convicta na Universidade Santa Úrsula, onde lecionava. Um aluno em especial, o Joaquim, adorava polemizar comigo. Filho rebelde de um velho positivista, interessado em filosofias orientais, estava mais para fenomenólogo do que para filósofo dos conceitos. Em uma manhã qualquer de novembro de 1980, chego à sede do IBRAPSI para uma reunião. Mal entro no consultório de Osvaldo Saidón, coordenador de meu grupo de pesquisa, ouço seu lamento: "Como ele pôde fazer isso conosco?!". Custei a entender do que se tratava: os jornais tinham acabado de divulgar que Althusser estrangulara a mulher, Hélène, e fora internado sob o argumento de inimizabilidade por doença mental. Embora abalada com a notícia, registrei com humor, e mesmo certa ironia, a reação de Osvaldo. As gozações diárias de Joaquim durante o tempo - felizmente, pouco - que faltava para

terminar o semestre letivo levaram-me a concluir que ela talvez não fosse assim tão despropositada...

O Oral e o Escrito – Travessias, Diálogos, Combates

O homem das tartarugas tem a vantagem de poder ser comparado a registros escritos. Acompanhando Portelli (1991), não creio que os últimos detenham o monopólio da fidedignidade; porém, novamente seguindo-o de perto, reconheço que, sendo fixos, compõem um pano de fundo em relação ao qual a oralidade deve ser analisada (e vice-versa!). No caso, a fonte escrita disponível aparenta ser notavelmente adequada: uma autobiografia publicada de Emílio Rodrigué, principal personagem do relato de Baremlitt.

Lejeune (1975) denomina *pacto autobiográfico* o desempenho discursivo instaurador de uma coincidência de identidades entre autor, narrador e personagem, contrastando-o com o pacto romanesco, onde o eu se torna móvel, assume diferentes nucleações, irrealizando o autor enquanto sujeito. Cumpre assinalar, contudo, que o pacto autobiográfico freqüentemente se rompe, atenuando a oposição. Essa ruptura pode ser implícita, quando, por exemplo, o narrador discorre, no presente, sobre acontecimentos passados - neste caso, o *personagem infante* apenas se assemelha ao autor. A ruptura também pode estar explicitada mediante recursos estilísticos. Na autobiografia de Rodrigué, por exemplo, já na dedicatória com que se inicia o escrito, encontramos uma interessante *multiplicação do eu*: "Dedico este livro ao criativo, valente e um pouco histórico psicanalista argentino que se chama Emílio Rodrigué" (Rodrigué, 2000, p. 7). Em linha análoga, afirma ele em uma produção mais remota acerca de... si próprio (!?!):

...engana-se quem pensa que eu escrevo uma biografia. É outra coisa, sutilmente oposta. Como se minha vida fosse a autobiografia de minha autobiografia (...) uma ficção de ficção. Escrever o que vivo e viver o que escrevo às vezes se alinham, ao ponto de converter-se no mesmo ato. (Rodrigué, 1989, p. 44)

Vemo-nos, conseqüentemente, frente à demanda de comparar uma sempre verdadeira, a seu modo, história oral de vida (a de Baremlitt) com uma autobiografia que diz, por escrito, outras verdades - a da vida feita narrativa e, mais singularmente, a da narrativa tornada vida.

Atenhamo-nos inicialmente ao relato de Gregorio, frisando que a história oral pode ser associada à micro-história em função de dois aspectos: a prática da *redução de escala* (ênfase em

¹⁴ O título *Por que matei minha mulher* é inspirado em peça teatral escrita por Carlos Henrique Escobar (1983), *Matei minha mulher: a paixão do marxismo Louis Althusser*, que focaliza as paixões teóricas, políticas e mundanas do filósofo marxista francês.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

destinos particulares, mediante indícios intensivamente examinados) e as inovações introduzidas no *modo de exposição* (experimentações na escritura, conduzindo o leitor a uma reflexão compartilhada acerca dos métodos de investigação). Neste sentido, quando Emílio Rodrigué intervém privilegiando dados empíricos - tartarugas que, de fato, estariam trepando no jardim -, em resposta às virtuais psicopatologizações (alucinação?) ou psicanalistas (cena primária?) de seu angustiado paciente, pode-se hipotetizar, intensificando tal indício, a presença de uma singularização nas teorizações e ações clínicas de um dos futuros plataformistas, apta a favorecer modos menos disciplinadores de acercar-se da problemática subjetiva. Conquanto Gregorio não o diga explicitamente, o episódio parece estar em continuidade com suas observações anteriores sobre a ausência de fascínio de Rodrigué com o poder conferido pela IPA. Tudo ocorre como se a frase do analista didata portasse um subtexto: "Há muito mais coisas na vida do que as elucubrações freudianas!"¹⁵.

Prosseguindo nesta linha, voltemo-nos para os escritos autobiográficos de Rodrigué. Também neles proliferam detalhes em direção inconformista: a desavença com Arnaldo Rascovsky, seu primeiro analista, forçando-o a uma aventura kleiniano-existencial na Londres do pós-guerra; o retorno a Buenos Aires ornado de prestígio, seguido, tempos depois, da paixão pela mulher de um colega; a partida para os Estados Unidos, na intenção de realizar estudos de filosofia com Suzanne Langer, logo associada a incursões por trabalhos em Comunidade Terapêutica; o regresso a Buenos Aires como analista didata, a seguir presidente da APA e, com pouco intervalo, as ligações com Plataforma, as experimentações literárias (ficção científica, novela), a ruptura com a psicanálise oficial, o exílio no Brasil, a aproximação às práticas californianas de potencial humano, as novas aventuras ficcionais, os casamentos e descasamentos, os nexos com o Candomblé etc. Assim se expressa Rodrigué (2000) quanto a tudo isso:

... minha vida é uma causalidade de casualidades.(...) quando decidi minha profissão, lá por 1945, ser analista era coisa de charlatão e de judeus (...); três anos mais tarde tive uma briga com Arnaldo Rascovsky que me levou a emigrar para Londres,

depois vem o romance com Noune (...) logo entrei para Plataforma, que era um grupo escandaloso. Ou tomemos o caso mais recente: meu casamento no Axé Opô Afonjá; boda turbulenta (...). O haver-me casado quatro vezes é, por si só, um alvoroço (...). Nos últimos anos a subversão vem amarrada à palavra escrita. Desde *O antiyoyo* meus livros se tornaram escabrosos (...). Sou astuto e inocente ao mesmo tempo. Nisso, sou Exu. (p. 356)

Conforme concebida por praticantes contemporâneos como Alessandro Portelli e Alistair Thomson, também a história oral nos confere veleidades de Exu: a *inocência* de acatar as verdades de nossos depoentes (aquilo acreditam saber, desejam, gostam de contar etc.) e a *astúcia* de tentar reinventar sua forma singular de composição (produção social da memória e da imaginação, efeitos do presente sobre a evocação do passado, contingências derivadas do encontro com o pesquisador, da audiência efetiva ou visada etc.). Garimpando nesta vertente analítica, capacitamo-nos a hipotetizar, no diálogo entre a fonte oral (narrativa de Baremlitt) e a escrita (autobiografia de Rodrigué), paradoxais *fidelidades-desacordo*:

- Deslocamentos na data e contexto dos eventos relatados: Rodrigué não se tornou analista de Gregorio quando retornou de Londres, nos anos 50 - como poderia levar a supor *O homem das tartarugas* -, mas ao voltar dos Estados Unidos, nos anos 60; seu prestígio na APA, contudo, era efetivamente o de um londrino-kleiniano;
- Efeitos das experiências vividas e da escritura sobre a memória e a forma narrativa: os encontros de Emílio com sua ex-analisanda Juana Elbein (autora de *Os nagô e a morte*) começaram após a ruptura com a APA, e só então ele se soube filho de Xangô, cujo animal-símbolo é a tartaruga; na autobiografia de Emílio, há referência a um jardim anexo ao consultório, porém associado a um relato sobre o canário Gargantua, que lhe serve de mote para retratar os destinos de Plataforma; Gregorio e Emílio voltaram a se encontrar no Brasil, onde o último teria possuído uma tartaruga, habitando o jardim de sua residência, em Salvador; as parábolas com que Rodrigué tenta dar conta de certas experiências são freqüentemente construídas com base no comportamento de animais¹⁶;
- Conseqüências da situação de entrevista e da audiência presente e/ou visada sobre o relato: Rodrigué acabara de lançar sua autobiografia em Buenos Aires; Baremlitt julga, como me disse em entrevista, que seus contos dificilmente seriam editáveis na Argentina, devido às perturbações que imporiam aos psicanalistas; sabe que escrevo uma

¹⁵ O título *O homem das tartarugas* inspira-se no caso freudiano do homem dos lobos, bem como no artigo "Freud, o homem dos lobos e os lobisomens" (Ginzburg, 1989). Neste último, o autor confronta a interpretação freudiana de um sonho do paciente com indícios extraídos do folclore e da literatura russa, que permitiriam apreendê-lo como dotado de caráter iniciático (nexo entre nascer com a coifa e tornar-se lobisomem).

¹⁶ A respeito da tartaruga, do canário Gargantua e de outros animais (o cão Colita, o galo), ver Rodrigué, 2000, p. 204; 256; 317; 335; 343.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

tese na qual é importante personagem, e que Rodrigué reativou ligações com a Psicanálise, agora lacaniana; conta-me uma boa história, a ser divulgada, comportando vicissitudes da vida de um Emílio Rodrigué sempre em luta *com* - mas igualmente *contra* - a Psicanálise.

Após esta profusão de intercâmbios entre indícios orais e escritos, em que cada dimensão serve de horizonte para a outra, perfilam-se hipóteses: (1) a cena se passou tal como Gregorio a conta, devendo-se apenas, a bem da consistência, estar ciente de que data dos anos 60 e não dos anos 50; (2) eventualmente imaginária - seja qual for a verdade factual, importa, para a história oral, a versão dos narradores -, a cena simboliza a visão de Baremlitt acerca do antigo analista didata; (3) a cena deve ser apreciada sob a perspectiva da história da memória: o objeto da história oral é uma mutante/mutável recordação, em permanente re-composição (Thomson, 1997), demandando que se inventariem os relatos públicos que a condicionam.

A despeito de serem interessantes todas as suposições, tanto a adoção exclusiva de qualquer uma delas quanto a opção por um ecletismo conciliador soam insuficientes. Pois seja qual for a perspectiva analítica adotada, ela não é construída independentemente da *escrita da história* ou, como prefere Portelli (1997), da tomada de decisões quanto à história oral como gênero:

O modo como as vozes dos narradores são incluídas no livro do historiador (...) depende de se o efeito que este está buscando é o da factualidade material, ou se o valor estético de uma boa história, inventada ou não, é tomado como um signo de subjetividade cultural e individual, e se o historiador também tenta transmitir ao leitor alguma coisa das revelações ou prazeres estéticos experimentados em ouvir história oral. (p. 20)

Novas Experimentações

O espaço limitado do presente ensaio não permite, quanto aos demais relatos, um desenvolvimento tão minucioso quanto o dedicado ao primeiro. Conseqüentemente, seguem-se esboços quase telegráficos de articulação entre perspectivas analíticas e prazeres estéticos.

O Beijo de Lacan: versado na cultura francesa, Pichon-Rivière conhece bem Lacan, embora seus discípulos não lhe dêem crédito. Pichon apresenta os textos de Lacan a Oscar Masotta, que virá a ser o fundador do movimento lacaniano argentino. Até certo momento, lacanianos e plataformistas convergem nas renovações relativas ao estudo da subjetividade: a primeira conferência de Masotta sobre Lacan é realizada no Instituto Pichon-Rivière de Psiquiatria Social, em 1964, ao passo que

Baremlitt é um dos signatários da ata de fundação da Escola Freudiana de Buenos Aires, dez anos depois. Em outro ponto de seu depoimento, Armando Bauleo fala de um encontro entre Lacan e Plataforma, na Europa, do qual o primeiro teria saído decepcionado "por não desejar *Psicanálise e Revolução Social*¹⁷, mas unicamente revolução na Psicanálise". Enquanto os plataformistas são forçados ao exílio, o lacanismo se expande durante a ditadura militar argentina. Em sua autobiografia, Rodrigué (2000) afirma que "a maioria dos plataformistas odeia Lacan" e traz à baila versos da infância para caracterizar a situação: "Este dedito puso un huevito, este dedito lo cocinó, etc... y este dedito, este dedito lo comió, lo comió, lo comió, lo comió..." (pp. 165-166). Hoje, ex-plataformistas denunciam a existência, na Argentina, de "estruturas organizadas de esquecimento" (Thomson, Frisch & Hamilton, 1996, p.86), que abarcam tanto as renovações pré-ditatoriais nas práticas de saúde mental quanto os nomes de Pichon-Rivière, Bleger, Marie Langer etc. Não sei se Lacan '*mordió*' Pichon, se este realmente o disse assim a Bauleo, ou se tudo não passa de uma versão atualizada de algum "*Play it again, Sam!*". Mas *O beijo de Lacan* permite sonhar com interessantes composições estéticas...verdadeiras?

Por que matei minha mulher: o IBRAPSI faz uma escolha epistemológico-cientificista ao optar por uma leitura althusseriana da Psicanálise. Na entrevista que me concedeu em Belo Horizonte, Gregorio diz que embora fosse um estudioso de Deleuze/Guattari e de Lourau antes do exílio, ao chegar ao Rio de Janeiro percebeu ser indispensável preservar alguma referência à Psicanálise. Para propor uma ligação da perspectiva freudiana com o marxismo, divisava três caminhos possíveis: Bleger, Reich ou Althusser. Conta-me ter sido Bleger o grande mestre marxista dos plataformistas, que por ele esperaram até o último momento para que também rompesse com a APA. Bleger, porém, não apareceu. Viria a falecer um ano depois, deixando um artigo inédito com severas críticas ao grupo dissidente. Assim, entre a orientação reichiana (freudo-marxista), já sob o bombardeio das críticas à falta de rigor, e o althusserianismo, que facultava a produção de uma sofisticada Teoria das Ideologias, o IBRAPSI fica com o último. Neste sentido, Althusser, se é que matou a mulher, não fez...e fez isso *conosco* (= com o IBRAPSI) - meu aluno Joaquim acusa o golpe, logo habilmente manejado por conhecidos críticos.

¹⁷ Título de um artigo de Marie Langer, publicado após a ruptura de Plataforma com a APA.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

Considerações finais

Retomando a autoria coletiva, afirmamos que os efeitos do paradigma da Análise Institucional sobre as práticas "psi" não se exercem apenas no plano da teorização/ação: incluem, em grau nada negligenciável, a forma de escritura privilegiada pelos agentes. Pensador de grande influência sobre os institucionalistas, Cornelius Castoriadis (1987) expressa-se, quanto a esse aspecto, mediante uma comparação entre as perspectivas *conjuntista-identitária* e *poiética*¹⁸:

...quase sempre, os filósofos começam dizendo: 'Quero saber o que é o ser, o que é a verdade. Ora, eis aqui uma mesa: que é que essa mesa me exhibe como traços característicos de um ser real?' Jamais qualquer filósofo começou dizendo: 'Quero saber o que é o ser, o que é a realidade. Ora, eis aqui minha lembrança do meu sonho na noite passada; que é que ele exhibe como traços característicos de um ser real?' (...) Por que não poderíamos começar postulando um sonho, um poema, uma sinfonia, como instâncias paradigmáticas (...) e considerar o mundo físico como um modo deficiente de ser.?' (pp. 227-228).

Grande parte da literatura produzida pelos analistas institucionais, bem como inúmeros de seus relatos orais colhidos em nossa pesquisa atual parecem estar à procura do *paradigma do sonho*, ao passo que a investigação e a escrita da história, em particular a da Psicologia, freqüentemente se aferram ao da *mesa*. Atento ao problema, René Lourau (1988) dedicou parte significativa de suas reflexões à busca de uma escritura *implicada*, com a aspiração de introduzir, nas solitárias mesas dos gabinetes da intelectualidade, os sonhos que povoam os (implicáveis?) diários de campo dos pesquisadores. De modo análogo, Felix Guattari (1990) nos incentivou à adoção de paradigmas ético-estético-políticos e Michel Foucault (1984), a fazer da vida uma obra de arte, por intermédio da proposição (ética) de uma estética da existência.

Todos esses projetos, embora associados à Análise Institucional, convergem, em nossa perspectiva, para a história oral: o paradigma do sonho (poiético), implicacional, ético-estético-político, estético-existencial ou como se opte por denominá-lo é indispensável a um exercício que torne a história oral peculiar, diferente ou singular na própria História. Temos procurado pô-lo

¹⁸ Aos modos instituídos de dizer/representar e fazer/atuar que concebem o ser e a temporalidade como um já-dado, Castoriadis chama de lógica *conjuntista-identitária*. Aqueles que privilegiam o imaginário radical - dimensão instituinte da história se fazendo como magma de significações -, denomina *poiesis*.

cotidianamente à prova na construção de *certas histórias* das práticas psicológicas no Brasil.

Referências

- Castoriadis, C. (1987). O imaginário: a criação no domínio social-histórico. In C. Castoriadis, *As encruzilhadas do labirinto 2* (pp. 225-243). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1980). *Dialogos*. Valencia: Pre-textos.
- Deligny, F. (1975). *Nous et l'innocent*. Paris: Maspero.
- Escobar, C. H. (1983). *Matei minha mulher: a paixão do marxismo Louis Althusser*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Ginzburg, C. (1989). Freud, o homem dos lobos e o lobisomem. In C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais* (pp. 207-217). São Paulo: Companhia das Letras.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- Lejeune, P. (1975). *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil.
- Lourau, R. (1988). *Le journal de recherche. Matériaux d'une théorie de l'implication*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Portelli, A. (1991). What makes oral history different? In A. Portelli, *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history* (pp. 45-58). Albany: State University of New York Press.
- Portelli, A. (1997). Oral history as genre. In A. Portelli, *The battle of Valle Giulia: oral history and the art of dialogue* (pp. 3-23). Madison: University of Wisconsin Press.
- Rodrigué, E. (1989). *Ondina Supertramp*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodrigué, E. (2000). *El libro de las separaciones. Una autobiografía inconclusa*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Rodrigues, H. B. C. (2002). *No rastro dos cavalos do diabo. Memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP. São Paulo.
- Roudinesco, E. (1988). *História da Psicanálise na França 2. A Batalha dos Cem Anos 1925-1985*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Thomson, A. (1997). Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História* 15. Ética e História Oral.

Rodrigues, H. de B. C.; Gonçalves, A. dos S.; Barboza, D. M.; Andrade, V. M. de; Oliveira, F. A. de; Belém, A. C. P. "Play it again, Sam!" - Verdades e mentiras dos jogos de verdade em História Oral

Thomson, A., Frisch, M. & Hamilton, P. (1996). Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In M. M. Ferreira e J. Amado (orgs.), *Usos e abusos da história oral* (pp. 65-91). Rio de Janeiro: FGV.

Categoria: Ensaio
Recebido: 02/08/08
Aceito: 16/08/08

Cultura e Imaginário Organizacionais: Análise Psicossociológica de Algumas Imagens Típicas Brasileiras

Organizational Culture and Imaginary: A Psychosocial Analysis of a few Brazilian Typical Images

Marília Novais da Mata Machado¹

Resumo

Este artigo coloca em foco significações imaginárias sociais em organizações. São brevemente revistas algumas produções de teóricos da administração (Freitas, Motta, Ramos, Davel e Vasconcelos) que se dedicaram ao estudo da relação entre cultura organizacional, especialmente da gerência, e traços, figuras, caracteres ou tipos culturais brasileiros como o cunhado, o coronel, o cordial, o malandro, o jeitoso e o despachante. Essas produções teóricas e a reflexão de antropólogos, historiadores e sociólogos (Ribeiro, Holanda, DaMatta, Carvalho) que trataram daquelas figuras são contrastadas a reflexões sobre o imaginário social (Castoriadis) e à abordagem psicossociológica que lida com a organização como um sistema simultaneamente cultural, simbólico e imaginário (Enriquez). Busca-se compreender o papel que as imagens tipicamente brasileiras têm nas organizações reais, em especial na sustentação de um modelo gerencial autoritário, nos moldes de uma grande família patriarcal envolvendo compadres, padrinhos e afilhados, muito distantes de um modelo que privilegiaria a autonomia nas relações sociais.

Palavras-chave: Tipos culturais brasileiros; cultura organizacional; significações imaginárias sociais; organizações; gerência.

Abstract

This article focuses on social imaginary meanings and organizations. It presents a brief review of some Brazilian theoretical management production (Freitas, Motta, Ramos, Davel and Vasconcelos) concerning the relationship between organizational culture, especially manager's, and Brazilian cultural traits, figures, characters or types such as the brother-in-law, the colonel, the cordial person, the trickster, the skillful and the dispatcher. Those theoretical productions and the thinking of Anthropologists, Historians and Sociologists (Ribeiro, Holanda, DaMatta, Carvalho) that dealt with those characters are opposed to thoughts concerning the social imaginary (Castoriadis) and to the psychosocial approach that considers the organization as a system simultaneously cultural, symbolic and imaginary (Enriquez). It is searched to understand the role played by those typically Brazilian images in concrete and real organizations and, especially, in the maintenance of an authoritarian manager's model, based on the large patriarchal family that agglomerates brothers-in-law, god-fathers, godchildren, very distant from a model that favors autonomous social relationships.

Keywords: Brazilian cultural types; organizational culture; social imaginary meanings; organizations; management.

Introdução

Desde a década de 70 do séc. XX, o tema cultura organizacional tornou-se importante para os

teóricos da administração. Nos anos 80, inspirou numerosas pesquisas, sobretudo nos Estados Unidos. Esses estudos foram impulsionados inicialmente pelas dificuldades vividas pelas

empresas norte-americanas no bojo das duas crises do petróleo (1973, 1979). Quando comparadas às bem sucedidas empresas japonesas daqueles anos, as norte-americanas pareciam estar em decadência.

Dificuldades de umas e sucessos de outras foram atribuídos a fatores culturais.

Hoje o tema permeia o ensino, a prática, a pesquisa e a teorização em administração, além das fronteiras dos Estados Unidos. No Brasil, precedidos por Ramos (1966), entre muitos outros

¹ Doutora em Psicologia Social. Professora do Mestrado em Administração da Faculdade Novos Horizontes, Minas Gerais. Contato: marilianmm@terra.com.br.

estudiosos, Motta (2006), Motta e Alcadipani (1999), Freitas (2006), Vasconcellos (1996), Davel e Vasconcelos (2006), debruçaram-se sobre o tema, buscando nas teorias sobre cultura brasileira as raízes e os fundamentos dos aspectos culturais presentes nas organizações nacionais. Para tanto, retomaram obras antropológicas (Ribeiro, 1995; DaMatta, 1984, 1997), sociológicas (Holanda, 1995; Freyre, 1984; Ramos, 1983) e históricas (Prado Jr, 2000). Dentro da tradição aberta pelo norte-americano Schein (2004) para a investigação da cultura organizacional, colocaram em foco figuras de liderança brasileira, destacando o gerente empresarial; dentro da tradição dos holandeses Hofstede e Hofstede (2005), buscaram os limites que a nacionalidade impõe na estruturação e funcionamento das empresas do país.

O que pensaram os teóricos brasileiros de administração

Antes mesmo que se iniciassem estudos sobre cultura organizacional, *Alberto Guerreiro Ramos* retomou a teoria de Riggs (1964) do formalismo e a aplicou à cultura brasileira e, por extensão, a organizações. Riggs (1964) criara um modelo linear de sociedades. Num extremo, estariam as mais tradicionais, no outro as mais modernas e no centro as sociedades prismáticas, isto é, aquelas em que coexistiriam o antigo e o moderno, o atrasado e o avançado, o velho e o novo, elementos urbanos e rurais, tecnologias de diferentes épocas, costumes, hábitos, atitudes sofisticadas, ao lado de comportamentos estritamente tradicionais. Nessas sociedades, critérios familísticos interfeririam na administração. O nepotismo, uma das principais características do formalismo, seria grande.

Ramos, baseando-se em Riggs (1964), definiu o formalismo como “a incongruência entre a norma e o fato”, “a discrepância entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supõe regulá-la.” (Ramos, 1983, p. 252). Cita literalmente Riggs:

O *formalismo* corresponde ao grau de discrepância entre o prescrito e o descritivo, entre o poder formal e o poder efetivo, entre a impressão que nos é dada pela constituição, pelas leis e regulamentos, organogramas e estatísticas, e os fatos e práticas reais do governo e da sociedade. Quanto maior a discrepância entre o formal e o efetivo, mais formalístico o sistema. (Riggs, 1964)

Ramos (1966, 1983) reescreveu a teoria do formalismo para tratar o caso brasileiro. Reconheceu que essa característica está presente em toda sociedade, sendo mais intensa em sociedades prismáticas como é o caso do Brasil, país dependente em relação às potências industriais

do ocidente. Estendeu a noção a toda elite, econômica, política ou religiosa, considerando que qualquer uma é sempre cética com relação às regras e normas que regulam as massas. O mesmo ocorre com toda burocracia, os funcionários sempre aplicando suas normas apenas ritualisticamente e, frequentemente, irracionalmente. Observou que o formalismo é adotado também individualmente, como é o caso do trabalhador rural que se desloca para o mundo industrial e aí se acomoda, indiferente a promoções tão almejadas nesse meio, querendo apenas juntar um pecúlio para retornar à sua terra natal e à sua antiga profissão.

Segundo Ramos (1966, 1983), como tema, o formalismo aparece desde o séc. XIX na sociologia brasileira. A revisão dessa literatura o levou à seguinte conclusão a respeito dos primeiros teóricos brasileiros do formalismo:

O que lhes parecia primordial era (...) neutralizar as ambições das “parcialidades” (Visconde de Uruguai), erradicar a “mania” de imitar o estrangeiro (Sílvio Romero), curar o “complexo de inferioridade” das elites (Oliveira Viana), “criar” artificialmente a consciência nacional (Alberto Torres) pela tutela da nação, exercida por um corpo seletivo de cidadãos. A todos eles faltou uma visão da capacidade auto-articuladora e auto-organizadora do processo histórico-social do desenvolvimento, de que eram reflexo, aliás, as próprias orientações que adotavam. (Ramos, 1983, p. 269)

Ramos resume a sua própria tese, acentuando em *itálico* os principais pontos:

(...) poderíamos afirmar que o *formalismo não é característica bizarra, traço de patologia social nas sociedades prismáticas, mas um fato normal e regular, que reflete a estratégia global dessas sociedades no sentido de superar a fase em que se encontram*. Outro enunciado complementar de nossa tese é ainda o seguinte: *o formalismo nas sociedades prismáticas é uma estratégia de mudança social imposta pelo caráter dual de sua formação histórica e do modo particular como se articula com o resto do mundo*. (Ramos, 1983, p. 271)

De seu lado, em livro publicado em 1997, *Fernando C. Prestes Motta e Miguel P. Caldas* (Motta e Caldas, 2006) argumentam que a formação brasileira fundou-se nas matrizes indígena, portuguesa e africana, desembocando numa cultura cabocla ou mameluca ao norte do Brasil, na cultura sertaneja no nordeste e centro-oeste, na caipira mineira e paulista, nos diferentes brasis sulinos, tudo com o tempero dos emigrantes europeus. Fundamentaram-se, nesses pontos, especialmente em Ribeiro (1995), mas lembraram que, além de raça e etnia, as classes sociais, instituições e organizações também produzem culturas específicas.

Na trilha de Hofstede (1984), Motta (2006) apresentou a cultura da organização brasileira como tendendo ao coletivismo, mantendo no seu interior distâncias de poder muito grandes, buscando em grau elevado evitar incertezas, tendo tanto características femininas quanto masculinas. Além disso, apontou nepotismo no provimento de cargos, o uso do “jeitinho” como prática cordial personalizando relações sociais e malandragem amiga e sedutora na vida cultural organizacional.

Com Alcázar, Motta voltou ao tema do jeitinho brasileiro (Motta & Alcázar, 1999), que eles definiram como o processo por meio do qual um objetivo é atingido a despeito de leis e regras. O jeitinho está em todo canto na sociedade brasileira, nas relações públicas e privadas. Ele tem indubitavelmente uma faceta de controle social e competição. Além disso, congrega traços históricos culturais brasileiros como cunhadismo, coronelismo, formalismo.

Outro teórico, *Alexandre Borges de Freitas*, escreveu sobre os traços culturais brasileiros, importantes não apenas para analisar organizações, mas também para compreender resultados, nem sempre bem sucedidos, de implantações de modelos de gestão importados. Esses traços seriam comuns à maioria dos brasileiros. Seriam, usando noção sugerida por Schein (2004), pressupostos básicos utilizados por todos para se reconhecerem. Freitas (2006) foi buscá-los na obra *Casa Grande & Senzala* do sociólogo Gilberto Freyre (1984), em *Formação do Brasil Contemporâneo* do historiador Caio Prado Júnior (2000), além das obras do antropólogo Roberto DaMatta (*Carnavais, malandros e heróis*, 1983; *A casa e a rua*, 1985; *O que faz o Brasil, Brasil?*, 1986)

Os traços brasileiros teriam se originado da colonização portuguesa, híbrida já no descobrimento, como mostrado por Freyre (1984), com caracteres europeus e africanos, católicos e maometanos, resultando em indivíduos plásticos, flexíveis, cheios de contrastes e antagonismos. Os principais traços brasileiros, para Freitas (2006) seriam: (1) Hierarquia, fruto do sistema escravocrata brasileiro, centrado na casa-grande, especificamente na figura do patriarca; (2) Personalismo, também derivado do Brasil colônia, traço que, em todas as esferas da vida, incluindo a jurídica e a política, privilegia não o cidadão, mas as relações estabelecidas por pessoas, famílias, grupos de parentes e amigos, marcadas por afetividade, calor humano e amizade, tudo colocado acima da lei; (3) Malandragem, traço gerado pela grande hierarquização, desigualdades sociais e patriarcalismo; a malandragem inclui o jeitinho, a esperteza, a flexibilidade, as soluções inovadoras, o dinamismo; (4) Sensualismo, resultado da

miscigenação portuguesa, da aceitação moura da poligamia, da moral sexual livre e do cunhadismo dos indígenas, da falta de mulheres brancas nos primeiros anos após o descobrimento, da tolerância pelas mais diversas formas de uniões com vistas ao aumento de população, tudo isso levando a danças, músicas, culinárias estimuladoras do amor e da fecundidade; (5) Aventura, vinda do desprezo pelo trabalho manual, incluindo o trabalho de lavrar a terra, com preferência pela coleta e caça e gosto pela ociosidade.

Eduardo Paes Barreto Davel e *João Gualberto M. Vasconcelos* partiram da hipótese de que a história e a cultura de um povo marcam sua trajetória no plano político, familiar e profissional. Tendo em vista que a cultura atua como um contexto que engloba acontecimentos, ações, instituições e processos, para entender o mundo organizacional é pertinente analisar como a história brasileira influencia a construção do imaginário social de seu povo. Os autores dedicaram-se especialmente a refletir sobre a gerência e a autoridade nas empresas brasileiras, buscando saber em que medida a figura paterna herdada do passado colonial as impregna.

Esses autores (Davel & Vasconcelos, 2006) mostraram como as uniões entre homens e mulheres, no interior do país, durante o período colonial, frequentemente foram de senhores e escravas e efêmeras. Dentro e fora de casa, os colonizadores impunham sua cultura, submetendo e destruindo os colonizados. As relações sádicas e violentas tudo permeavam, favorecendo o desenvolvimento de tendências perversas nos adultos. A situação era de autoritarismo total; a separação entre povo e elite era enorme. Os senhores de engenho foram onipotentes na esfera privada e na pública. Afeto e sadismo se misturavam. Em torno desses senhores todopoderosos – figuras paternas por excelência – a família e a produção se estruturaram. Os laços de sangue e compadrio sempre atuaram no sentido de manter a autoridade do grande pai.

No séc. XIX e início do séc. XX, com a industrialização, a parentela, unida por vínculos econômicos de solidariedade, parentesco, lealdade ao chefe, tornou-se a base operária da indústria nascente. Trazia consigo as normas da sociedade arcaica patriarcal, o que favoreceu a manutenção de poderosos núcleos centrais de autoridade.

Para Davel e Vasconcelos (2006), essa dimensão centralizadora reapareceu nas relações de trabalho no Brasil. Ela impregnou a família urbana posicionando o homem (marido e pai) como chefe da unidade familiar, encarregado do sustento econômico, e a mulher (esposa e mãe) como submissa, fiel ao chefe da família, encarregada da

casa, da procriação e educação dos filhos; a esses, cabia apenas obediência e dependência. Esse modelo patriarcal sustenta hierarquias do tipo piramidal, de disciplina rígida, geradora de docilidade e sujeição. Foi esse modelo, concebido segundo o molde familiar, que chegou ao sistema empresarial brasileiro. Do pai-patrão esperam-se práticas como concessão de moradia, assistência médico-hospitalar, empréstimos, auxílios, gratificações. Embora a família centralizadora ainda seja dominante, há sinais de que vem se desgastando, como o número de divórcios e o surgimento de valores matriarcais como compaixão, otimismo, confiança, intuição, criatividade.

Enquanto a estrutura psíquica da família dominada por homens tende a criar um sentimento de impotência, acompanhado por um medo e dependência da autoridade (...), sob a influência de valores matriarcais, a vida organizacional seria muito menos dividida em níveis hierárquicos, mais compassiva e holística, os meios seriam mais valorizados que os fins e haveria maior tolerância pela diversidade e abertura à criatividade. (Davel & Vasconcelos, 2006, p. 106)

Esses autores concluem que, no momento atual, as organizações brasileiras oscilam entre o velho paternalismo e tentativas de superá-lo, uma única organização podendo mostrar características dos dois tipos.

Os tipos gerenciais nacionais

As diferentes teorias revistas acima apresentam enfoques diferentes. Não se trata aqui de compará-las, o que pode ser objeto de outro estudo, mas de retirar delas os retratos dos “tipos” gerenciais que apontam. Observa-se que são importados de estudos históricos, antropológicos e sociológicos. São tipos que já “viviam” na organização brasileira antes do surgimento da noção de cultura organizacional: o cunhado, o coronel, o homem cordial, o malandro, o jeitoso, o despachante.

Acompanhando Ribeiro (1995), o primeiro “gerente” nacional teria sido o *cunhado*. Nos primeiros anos da colonização ocorreu amplo cruzamento da matriz indígena com a portuguesa, contribuindo para a formação do povo brasileiro. O *cunhadismo* surgiu do hábito indígena de incorporar estranhos à sua comunidade: “Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo.” (Ribeiro, 1995, p. 81). Todos os parentes da geração dos pais tornavam-se pais ou sogros, os da própria geração passavam a ser

irmãos e cunhados, os da geração inferior filhos e genros.

Como o número de esposas podia ser muito grande, havendo registros históricos de europeus com mais de 80 esposas, um recém-chegado podia contar com uma multidão de parentes, postos a seu serviço. O cunhadismo foi uma instituição que facilitou recrutamento de mão-de-obra para trabalhos pesados, como cortar e carregar pau-brasil, além de gerar numerosos mestiços que povoaram o Brasil. Ribeiro (1994), citou três grandes núcleos centrados ao redor de cunhados: o de João Ramalho, na costa paulista, especializado na venda de índios cativos, capaz de levantar 5 mil índios em guerra (enquanto a coroa portuguesa não conseguiria mais que 2 mil); o de Diogo Álvares, Caramuru, que funcionou como a base da instalação portuguesa na Bahia; o de Pernambuco, gerador de numerosos mamelucos, congregava índios tabajaras e diversos portugueses, entre os quais Jerônimo de Albuquerque, capitão de guerra na luta da conquista do Maranhão ocupado pelos franceses.

Além dos portugueses, também os franceses “fundaram seus criatórios com base no cunhadismo” (Ribeiro, 1995, p. 85): o do Rio de Janeiro, resultado do cruzamento com índios tamoios, gerou mais de mil mamelucos; o da Paraíba, com os potiguares; o de Pernambuco, com os caetés.

Um segundo tipo de “gerente” brasileiro, muito presente na literatura, é o *coronel*. Ele apareceu quando as antigas províncias brasileiras se tornaram estados. Dominou a Primeira República ou República Velha.

Naqueles anos, predominava a política dos governadores, baseada em acordos entre o governo federal e os estados, troca de favores e apoios recíprocos. O governo federal se sustentava nos arranjos com os estaduais e esses com os municipais. Nesse contexto, surgiu o *coronelismo*: o coronel era o chefe político local do município, da vila ou do distrito. Normalmente era um fazendeiro, frequentemente exportador. Como proprietário de grandes terras, seus agregados e dependentes formavam as milícias locais. As disputas eram resolvidas pela força das armas. Funcionários da justiça, da polícia, coletores fiscais, professores, padres, médicos, advogados eram indicados pelo coronel, com quem mantinham boas relações, executando suas ordens e desejos.

Os grupos de coronéis regionais, suas famílias e seus aliados formaram as oligarquias rurais, industriais e financeiras que dominaram os estados, muitas vezes por mais e uma geração. Parcela do povo apoiava os coronéis e era por eles protegida.

Nessa altura, a maioria da população era analfabeta, sem acesso à escola e à assistência à saúde.

Para Carvalho (1997), enquanto sistema político, o coronelismo é datado historicamente, tendo durado de 1889 a 1930 e desaparecido com a prisão dos grandes coronéis baianos.

Mas, no imaginário social, o coronel persiste, como bem demonstrou Vasconcellos (1995). Ele está vivo na gerência paternalista e autoritária, atuando como um obstáculo cultural ao desenvolvimento das organizações brasileiras. Existe ainda no país a figura do coronel empresarial no centro de cartéis e oligopólios, convivendo lado a lado a ilhas de perfeita racionalidade. Vasconcellos retomou a história do Brasil, focou o coronel na Primeira República e apontou na mistura de afeto e violência a força de sua dominação. Mostrou como o imaginário do coronel continua presente no curral eleitoral, no voto de cabresto, na corrupção eleitoral, no clientelismo, no nepotismo, na apropriação do Estado por famílias importantes (Vasconcellos, 1995, p. 227). Seu autoritarismo, favoritismos, ausência de critérios ultrapassam a política e chegam às relações de trabalho. Garantem o paternalismo nas empresas: “O gerente autoritário, a ausência da valorização da competência em favor do favorecimento da lealdade pessoal, tudo isto se desenvolveu na base do capitalismo brasileiro.” (Vasconcellos, 1995, p. 230).

Nos anos 30 do séc. XX, outro tipo cultural brasileiro foi criado por Holanda (1995), o *homem cordial*, de traços simples, sincero, hospitaleiro e generoso, segundo seu criador. Emotivo, inimigo dos ritualismos, o homem cordial busca na vida em sociedade libertar-se do pavor que tem de viver consigo mesmo. Adota em suas relações formas de convívio familiar, empregando muito os diminutivos, omitindo nomes de família em todo trato social, privilegiando os prenomes, abolindo assim barreiras sociais. Sua religiosidade é apenas de superfície.

No que diz respeito à afetividade e a emotividade, o homem cordial tem os mesmos traços do coronel (Motta & Alcadipani, 1999).

A sua maneira de ser à vontade, desenvolta, lembra o *malandro*, mais um dos tipos culturais, esse contemporâneo e resgatado do imaginário popular por DaMatta (1983, 1985, 1986). Antes desse resgate, entretanto, Ramos (1966, 1983) já havia apontado o jeitoso e o despachante, primos irmãos do malandro, frutos do formalismo. Mas não se apresentou como criador desses tipos. Viu analogia entre, de um lado, o jeitoso e, de outro, a “resposta adaptativa” e o “tratamento mediador”, noções já presentes na sociologia.

Além disso, Ramos recorreu a texto de 1960, de Roberto Campos, que alegava que a instituição paralegal do jeitinho é essencial na vida brasileira, pois nossas formulações legais são irreais, a tensão social resultante podendo levar ou a uma paralisia da sociedade através da obediência, ou a uma explosão “pelo descompasso entre a lei, o costume e o fato” (Campos, 1960).

Para Ramos, o “jeito” é o “genuíno processo brasileiro de resolver dificuldades, a despeito do conteúdo das normas, códigos e leis” (Ramos, 1983, p. 287), mas que seria utilizado também, amplamente, na América espanhola. Com raiz no formalismo, o jeito é reflexo de uma estrutura de poder oligarquizada. Tenderia a desaparecer com a industrialização, que demanda racionalidade nas relações sociais.

O ‘jeito’ é tanto mais eficaz quanto mais o exercício do poder público se acha submetido a interesses de famílias ou de *clãs*, no sentido lato do termo. Onde domina a política de *clã*, pode-se sempre dar um “jeito”, a despeito da lei ou contra ela. (Ramos, 1983, p. 289)

Já o *despachante*, ele é o profissional do “jeito”, cidadão prestimoso, de *status* mal definido, que se encarrega, em troca de gratificação proporcional à importância de seus serviços, de tratar de interesses de terceiros junto às repartições oficiais, livrando-os de muitas caminhadas e de aborrecimentos a que se exporiam, se diretamente procurassem entender-se com os agentes do Estado. (Ramos, 1983, p. 291)

Mas foi o antropólogo DaMatta (1983, 1986) quem tratou com mais minúcia do malandro e do jeitoso. Mesmo sem serem explicitados, o formalismo e o personalismo estão presentes em sua tese segundo a qual o dilema brasileiro está na oscilação entre a estrutura universal de suas leis, voltadas para o indivíduo, e situações nas quais cada qual se salva e se despacha como pode e, para tanto, utiliza seu sistema de relações pessoais (DaMatta, 1986, p. 95). Cria-se o embate entre leis que valem para todos e relações que funcionam para quem as tem, resultando num sistema social dividido entre indivíduo – sujeito das leis universais – e pessoa – sujeito das relações sociais. Entre os dois estaria o *malandro*, figura que, diante de uma lei universal que sempre afirma “não pode!”, desenvolveu “um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!”” (DaMatta, 1986, p. 99) e consegue, contra toda lógica, juntar o “pode” com o “não pode”, através de jeitinhos e arranjos.

O *jeito* é um “modo simpático, desesperado, humano de relacionar o pessoal com o impessoal” (DaMatta, 1986, p. 99). Em geral é pacífico e legítimo. DaMatta o compara a um drama em três

atos: (a) um cidadão humilde solicita algo, em uma repartição pública, a um funcionário protegido por um balcão, em situação hierarquicamente superior; (b) sua solicitação de princípio não pode ser atendida, pois o solicitante é um *um indivíduo qualquer*, um alguém que é ninguém; (c) diante do impasse, solicitante e funcionário apelam ao *jeitinho*, descobrem algo em comum entre eles, um amigo, um time de futebol, uma cidade natal, tornam pessoal a relação entre eles.

O *malandro*, para DaMatta (1986, p. 102), é o profissional do *jeitinho* e da arte de sobreviver em situações difíceis, através de “expedientes”, “histórias”, “contos-do-vigário”. A *malandragem* é ação concreta, entre a lei e a desonestidade, e também forma social de cumprir ordens absurdas, de conciliar mandos impossíveis, de burlar disfarçadamente leis e normas e isso tudo, com grande prazer e esforço mínimo.

A presença do *malandro* tende a aumentar no país, chegando a postos poderosos, tendo seu lugar nas organizações, a crer na letra de música de Chico Buarque:

Agora já não é normal/ O que dá de malandro/
Regular, profissional/ Malandro com aparato/
De malandro oficial/ Malandro candidato/
A malandro federal/ Malandro com retrato/
Na coluna social/ Malandro com contrato/
Com gravata e capital/ Que nunca se dá mal.

Considerações finais: imaginário social e organizacional

Cunhados, coronéis, homens cordiais, *malandros*, *jeitosos* e *despachantes* não são figuras encontradas em todos os períodos da história brasileira. Cada qual é datado e tem suas localizações preferidas no espaço nacional. Como indivíduos ou como pessoas nunca chegaram a ter existência real nas organizações. Mas, como muito bem mostrou Vasconcellos (1995) tratando o caso do coronel, são imagens que, interiorizadas pelos indivíduos, estão presentes no imaginário social e no imaginário organizacional. Como imagens, criam realidades, instituem sociedades, como diria Castoriadis (1982).

Todas remetem a figuras paternas protetoras, a *padrinhos* que virão ajudar, substituir o pai quando ele falhar, dar um jeito quando as coisas derem errado. Isso foi apontado por Motta (2006, p. 33) que fala da descoberta e do cultivo do *padrinho*, por DaMatta (1983), que afirma que os *padrinhos* nas organizações são os *despachantes* que cobram pouco e abrem caminhos, por Freitas (2006, p. 49) que diz que o brasileiro sabe muito bem que, ao ingressar numa organização, deve arrumar um bom

padrinho, por Davel e Vasconcelos (2006, p. 99) que mencionam a força dos vínculos de *compadrio*, unindo *padrinhos* e *afilhados*.

Todas as imagens apontam para a prevalência de relações de subordinação e dependência, que permanecem intocadas, inclusive nos casos do *jeitoso*, do *despachante* e do *malandro*, que apenas contornam a figura do grande pai, mas que permanecem num mundo que funciona nos moldes de uma grande família patriarcal com *compadres*, *comadres*, *padrinhos* e *afilhados*.

Estamos longe de poder ver, nessas imagens, figuras capazes de deliberações compartilhadas, lúcidas, refletidas, coletivas, democráticas (Castoriadis, 1982). Elas não apontam para seres autônomos, mas para seres inibidos, dependentes, amedrontados, de grande heteronímia, mesmo quando se quer ver neles – como no caso do *malandro* – criatividade, flexibilidade, inovação. (Nesse suposto tipo flexível estamos, de fato, diante de um exemplo do imaginário enganoso, como diz Enriquez (1992), em uníssono com Castoriadis (1982).)

Para Enriquez (1992), a organização, hoje, deve ser tratada como sistema simultaneamente *cultural*, *simbólico* e *imaginário*. As imagens aqui estudadas remetem a gerentes, todos eles, do *cunhado* ao *malandro*, seres centralizadores e autoritários. Caso se considere a organização como um *sistema cultural*, os valores e normas desses “gerentes” são familísticos e autoritários, os lugares são hierárquicos, os papéis e condutas são arbitrários, a socialização infantilizante, inibidora, criadora de condutas dependentes e individualistas. Caso se tome a organização como um *sistema simbólico*, ela gira em torno de figuras mitológicas todo-poderosas, os ritos de iniciação incluem a busca de *padrinhos*, os heróis oscilam entre a violência e a afetividade, são instáveis, mais ou menos honestos. Se a organização é vista como *sistema imaginário*, *cunhados*, *coronéis*, *malandros*, etc. privilegiam não o *imaginário motor*, favorecedor da imaginação criadora de seus membros, da inovação, da quebra das rotinas, de novos projetos, da palavra livre, do pensamento questionador, do jogo e da brincadeira, do desafio às regras, mas o *imaginário enganoso*, com obediências irrestritas, afirmações narcísicas, fantasias de onipotência, desejos arcaicos, couraças sólidas de status e de papel, rigidez.

Considerando que o sistema imaginário ajuda a organização a se estabelecer como cultura e símbolo (Enriquez, 1992), resulta que imagens como as dos *cunhados*, *coronéis*, *homens cordiais*, *malandros*, *jeitosos* e *despachantes*, todos patriarcas capazes de atender os apelos, angústias, desejos, fantasias e demandas de seus subordinados,

preenchendo totalmente seus imaginários sociais, ajudam a criar falácias de organizações, divinas, onipotentes, únicas, benevolentes, mães nutridoras e devoradoras.

Qual é a saída? Voltando a Castoriadis (1982, p. 175; 2002, p. 183-185), a sociedade e as organizações brasileiras teriam que se voltar a outras orientações, buscar outras redes simbólicas, reescrever sua história, buscando seus momentos instituintes, de pleno exercício da autonomia, criar outras formas de viver e de se representar, descobrir objetos novos de investimento prático, afetivo e intelectual, em suma, descobrir e criar outro imaginário social não determinado, mas determinante, outro poder, obra do imaginário coletivo anônimo, do imaginário instituinte, fundamentado não mais na coerção, mas na interiorização de outras significações instituídas pela sociedade nas quais esteja presente um projeto de autonomia.

Referências

- Campos, R. (1960, jul). A sociologia do “jeito”. *Revista Senhor*, p. 29.
- Carvalho, J. M. de. (1997). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, 40(2). Consultado a 26/01/2007. Disponível em <http://www.scielo.br/sielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext> 14p.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. (G. Reynaud Trad.; revisão técnica Luis R. S. Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castoriadis, C. (2002). *As encruzilhadas do labirinto: a ascensão da insignificância*. Vol. IV. (R. Vasconcellos, Trad.). São Paulo: Paz e Terra.
- DaMatta, R. (1983). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DaMatta, R. (1985). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- DaMatta, R. (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Davel, E. P. B. & Vasconcelos, J. G. M. (2006). Gerência e autoridade nas empresas brasileiras: uma reflexão histórica e empírica sobre a dimensão paterna nas relações de trabalho. In F. C. P. Motta & M. P. Caldas (Orgs.), *Cultura organizacional e cultura brasileira* (pp. 94-110). São Paulo: Atlas.
- Enriquez, E. (1992). *L'Organisation en analyse*. Paris: P.U.F.
- Freitas, A. B. de. (2006). Traços Brasileiros para uma cultura organizacional. In F. C. P. Motta & M. P. Caldas (Orgs.), *Cultura organizacional e cultura brasileira* (1ª ed., 6ª reimpressão; pp. 38-54). São Paulo: Atlas.
- Freyre, G. (1984). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (23ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: international differences in worked-related values*. London: Sage Publications.
- Hofstede, G. & Hofstede, G. J. (2005). *Cultures and organizations: software of the mind*. New York: Mcgraw Hill.
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil* (26ª ed.; 19ª reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras.
- Motta, F. C. P. (2006). Cultura e organizações no Brasil. In F. C. P. Motta & M. P. Caldas (Orgs.), *Cultura organizacional e cultura brasileira* (pp. 25-37). São Paulo: Atlas.
- Motta, F. C. P. & Alcadipani, R. (1999, jan./mar). Jeitinho brasileiro: controle social e competição. *Revista de Administração de Empresas*, 39(1), 6-12.
- Motta, F. C. P. & Caldas, M. P. (Orgs.). (2006). *Cultura organizacional e cultura brasileira* (325p.). São Paulo: Atlas.
- Prado Júnior, C. (2000). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (Publifolha. Grandes nomes do pensamento brasileiro). São Paulo: Brasiliense.
- Ramos, A. G. (1966). *Administração e estratégia de desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial de administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Ramos, A. G. (1983). *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Riggs, F. W. (1964). *A ecologia na administração pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Schein, E. H. (2004). *Organizational culture and leadership* (3ª ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Vasconcellos, J. G. M. (1995). O coronelismo nas organizações: a gênese da gerência autoritária brasileira. In E. Davel & J. Vasconcelos (Orgs.), *“Recursos” humanos e subjetividade* (pp. 220-231). Petrópolis: Vozes.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa

Recebido: 11/08/08

Aceito: 20/08/08

Mayorga, C.; Ziller, J.; Souza, L. M. de & Costa, F. C. S. Universidade e diversidade sob o olhar da representação discente

Universidade e Diversidade sob o Olhar da Representação Discente

Universidad y Diversidad en la Percepción de la Representación Estudiantil

Cláudia Mayorga¹

Joana Ziller²

Luciana Maria de Souza³

Fabíola Cristina Santos Costa⁴

Resumo

O presente texto é resultado de um trabalho investigativo instituído junto às instâncias de representação discente dos cursos de graduação da UFMG. Pretendeu-se analisar como os órgãos de representação estudantil percebem e se posicionam em relação à diversidade do alunado da UFMG e, assim, identificar na conduta e postura de tais órgãos a existência de mecanismos e lógicas institucionais de exclusão, invisibilidade e/ou silenciamento, que dificultam o acesso e/ou permanência dos/as estudantes nos diferentes espaços da UFMG, sobretudo no que diz respeito à classe, gênero, raça/cor. Em uma análise preliminar, identificou-se que os órgãos de representação do corpo discente parecem não apresentar mecanismos satisfatórios de reconhecimento da diversidade dos/as alunos/as que teoricamente representam. Percebemos também que o discurso da qualidade, do mérito e da excelência acadêmica é um fator que contribui para o impedimento do avanço nas discussões sobre a democratização da Universidade. Apontamos, portanto, para a necessidade da adoção de políticas inclusivas associadas à reestruturação dos espaços acadêmicos para que esses se configurem de fato como espaços públicos e democráticos.

Palavras-chave: universidade, democratização, diversidade, estudantes.

Resumen

Este trabajo presenta los principales resultados de una investigación que logró cumplirse junto a los representantes de los alumnos de la UFMG. Lo que se quiso investigar fue la percepción de los órganos de representación estudantil acerca de la diversidad del alumnado de la UFMG e identificar, en las prácticas y relaciones cotidianas la existencia o no de lógicas institucionales de exclusión, invisibilidad y/o silencio que pueden ayudar o dificultar el acceso y permanencia de los/as estudiantes en los distintos lugares de la UFMG, con especial atención a las categorías de clase social, género, raza/color. En un análisis preliminar, se pudo identificar que los órganos de representación de los alumnos parece no presentar mecanismos satisfactorios de reconocimiento de la diversidad de los alumnos que teoricamente representan. Se pudo identificar que el discurso acerca de la calidad, de la meritocracia y de la excelencia académica son factores que contribuyen para la insuficiencia de las discusiones acerca de la democratización de la universidad. Sin embargo, destacamos la necesidad de políticas inclusivas asociadas a la reestructuración de los espacios académicos que se constituyan, de hecho, como espacios públicos y democráticos.

Palabras-llave: universidad, democratización, diversidad, académicos.

¹ Doutora em Psicologia Social, Professora Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenadora do Programa Conexões de Saberes, UFMG. Contato: mayorga.claudia@gmail.com .

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação das Ciências da Informação, UFMG.

³ Graduanda no curso de Psicologia, UFMG.

⁴ Graduanda no curso de Pedagogia, UFMG.

Diante das profundas mudanças que sofreu a universidade pública no país nos últimos anos, não esquecendo a consonância dessas mudanças com o cenário social, faz-se hoje imprescindível, do ponto de vista de uma luta pela democratização desse espaço, repensar e discutir as conseqüências dessas mudanças no que diz respeito ao papel da universidade pública como instituição de fato para todos. É preciso, para tal, um esforço analítico para compreender em que pontos e de que forma a universidade reafirma em suas práticas exclusões de gênero, sociais e raciais, em detrimento de seu papel de instituição pública. Pretendemos, com este trabalho, levantar reflexões pertinentes a essa discussão, especialmente no que tange à representação discente.

O trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo Programa Conexões de Saberes na UFMG. O objetivo do Programa é aproximar a universidade pública das comunidades populares, dos movimentos sociais e melhorar as condições para a permanência bem-sucedida dos/as estudantes negros/as de origem popular. Nesse sentido, optou-se, inicialmente, por, entre outras frentes de ação, identificar e analisar os mecanismos e lógicas institucionais de exclusão, invisibilidade e/ou silenciamento que facilitam ou dificultam o acesso e/ou permanência dos/as estudantes nos diferentes espaços da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), focalizando as questões de classe, gênero, raça/cor, proposta elaborada para traçar o que se chamou de Mapa da Exclusão na UFMG.

O trabalho aqui apresentado, que trata especificamente da representação discente, pretendeu investigar como tais instâncias percebem, e se percebem a diversidade do alunado da universidade e como o representam.

A busca por essas informações se justifica pelo fato de que a Universidade precisa possuir mecanismos de reconhecimento da diversidade de seus/as alunos/as para permitir que tal diversidade seja contemplada em suas políticas - uma postura conservadora da Universidade nesse ponto poderia caracterizar uma forma de exclusão institucional para aqueles/as que não se encaixam no padrão do alunado da UFMG.

A pesquisa apresentada neste artigo parte da delimitação de Centros Acadêmicos (CAs) ou Diretórios Acadêmicos (DAs) e Grêmios de todos os cursos da Universidade como universo. Os DAs são oficialmente a referência de representação dos/as alunos/as nas instâncias de participação política e de decisão dentro das dinâmicas de cada curso (DDCS & PROGRAD, 2007). A escolha dos

membros dessas instituições é feita por meio de eleição, em que chapas se candidatam e, após um processo de campanha, os/as alunos/as de cada curso elegem os gestores do órgão de representação.

Os Centros Acadêmicos, Centros de Estudos e Grêmios são “as menores unidades de representação. Eles congregam alunos de um mesmo curso e têm por finalidade promover a interação de alunos, professores e funcionários” (DDCS & PROGRAD, 2007, p. 18). Vale ressaltar que nos cursos em que não existem Centros e Diretórios Acadêmicos ou Grêmios, há o Centro de Estudos, que assume funções semelhantes às dos órgãos citados.

Percurso do Trabalho

Para a coleta de dados juntos às instâncias de representação estudantil foi utilizado um questionário auto-aplicável, ferramenta que possibilitou abranger um grande número de pessoas dispersas geograficamente, como é o caso das unidades da Universidade, garantindo também a menor influência do entrevistador sobre o entrevistado. As perguntas se destinavam a mapear alguns dos mecanismos e lógicas que permeiam o cotidiano dos DAs, CAs ou Grêmios, recolhendo informações sobre as visões desses órgãos a respeito da diversidade dos/as alunos/as e sobre as posturas referentes a essa diversidade, investigando se os órgãos de representação estudantil se caracterizam como espaços de exclusão ou silenciamento da diversidade dos alunos de cada curso. Para tal, foram analisados predominantemente a forma de eleição das chapas, a promoção de eventos e a gestão e o uso dos recursos destinados a cada CA, DA ou Grêmio.

Resultados

Um dos elementos primeiros da possibilidade de participação estudantil diz respeito ao horário de funcionamento dos DAs, CAs e Grêmios. É importante que os centros de representação estejam disponíveis aos estudantes dos respectivos cursos não apenas nos horários de aula, mas também em horários diferentes desses, a fim de permitir a real participação do corpo discente nas atividades desenvolvidas.

As respostas apontam para o fato de que a maior parte dos DAs funciona no turno da tarde – um total de doze diretórios. Em seguida, vêm os

que funcionam no turno da manhã – oito. E, por último, os que funcionam à noite – apenas quatro. Comparando esses dados com a oferta de cursos da UFMG à noite (um total de doze), podemos perceber que nem todos os alunos que estudam no noturno têm acesso aos DAs, CAs e Grêmios.

Procurou-se também analisar qual seria o possível perfil do alunado que procura os DAs, CAs e Grêmios quanto às categorias de sexo, cor e horário de curso, a partir da percepção dos representantes discentes. Os dados revelaram que, se fôssemos traçar um perfil do alunado que comumente procura a representação estudantil, esse perfil seria de um estudante do sexo masculino, branco e do curso diurno.

É interessante analisar em separado os dados relativos à raça. Todos os membros de DAs, CAs e Grêmios que responderam à pergunta referente a esse tema apontam que a representação estudantil é procurada apenas por alunos brancos. Vale notar: essa porcentagem esconde um total de 47,4% de questionários em que não houve resposta ou em que ela foi nula.

Estudos da própria UFMG (ARAÚJO, PEIXOTO, BRAGA, FENATI, s/d) mostram que os/as alunos/as negros/as e pardos/as estão locados, em sua maioria, nos cursos noturnos. Segundo análise de dados cedidos pela Pró-Reitoria de Graduação ao Programa Conexões de Saberes, esses estudantes representaram 38% do total de alunos do noturno. Nos cursos diurnos, esse percentual cai para 30%. Sendo assim, DAs, CAs e Grêmios não se apresentam como espaço onde o aluno negro encontra acesso às suas demandas e onde é representado e acolhido em sua especificidade, apontando para o fato de que nem todos os estudantes usufruem e interagem com esse espaço de representação estudantil.

Interesse e diferenças financeiras

Quanto ao questionamento em relação ao que mais prejudica o rendimento dos estudantes do curso que representa, o desinteresse do aluno foi o fator mais fortemente apontado. Para essa pergunta, foram apresentadas as possibilidades: 1- Educação Básica insuficiente/inefcaz ou de baixa qualidade; 2- Jornada Dupla; 3- Desinteresse; 4- Dificuldades Financeiras; 5- Acesso limitado a recursos tecnológicos/comunicação; 6 - Preconceitos e discriminações vivenciados na universidade. O questionário determinava que o respondente deveria estabelecer uma escala de importância de 1 a 6 para as possibilidades apresentadas, em que 1 seria o mais importante e 6 seria o menos importante.

O desinteresse dos estudantes pode ser fruto de vários fatores, como a insatisfação com o curso e o seu mercado de trabalho, a rotina diária ou até mesmo fatores pessoais. O desinteresse é objeto de estudo de pesquisas relacionadas à evasão escolar. Uma delas, realizada em 2007, constatou que, dentre os jovens de 15 a 17 anos que abandonaram os estudos, 45,1%⁵ apontaram como culpados os próprios colégios e o desinteresse dos estudantes pela escola foi registrado como o principal responsável pela evasão dessa faixa etária. Os dados nos mostram que segundo DAs, CAs e Grêmios o principal problema de permanência do aluno na Universidade também é sua insatisfação pessoal com o curso, ou seja, vem de um elemento de cunho individual.

É importante, nesse assunto, destacar que a alternativa de resposta relativa à questão financeira não aparece de forma significativa em nenhuma das posições, do primeiro ao sexto lugar de importância. Esse dado nos faz pensar que elementos financeiros da vida do estudante não parecem influenciar, em uma primeira análise, sua trajetória acadêmica. Essa ausência pode direcionar a configuração dos DAs, CAs e Grêmios como um espaço de assistência e acolhimento do estudante com menos recursos financeiros. Não podemos deixar de pensar que essa tendência dos resultados pode também evidenciar o que vem sendo apontado por outras pesquisas dentro da UFMG (BRAGA & PEIXOTO, 2006): o fato de que no corpo discente não estão presentes de forma significativa estudantes oriundos de camadas populares, sendo o corpo de alunos da UFMG formado majoritariamente pelas classes financeiramente mais favorecidas.

Essa discussão é importante para pensar a entrada de estudantes oriundos de camadas populares na Universidade⁶. Pensando na configuração de DAs, CAs e Grêmios como espaços de representação dos estudantes, vale lembrar Boaventura de Sousa Santos, que em palestra ministrada na Faculdade de Direito da UFMG⁷, aponta que o maior acesso ao ensino deve

⁵ ARAÚJO, PEIXOTO, BRAGA, FENATI. Cursos Noturnos: Uma Alternativa para a Inclusão Social no Ensino Superior Brasileiro - Estudo de caso da UFMG. PP.1.

⁶ A temática torna-se ainda mais relevante desde a aprovação pelo Conselho Universitário, em 2008, da incidência de bônus de 5% nos totais obtidos por alunos que cursaram ensino fundamental e médio em escolas públicas e 10% para alunos afro-descendentes com esse percurso.

⁷ Conferência intitulada: “*Democratização do acesso à justiça*”, ministrada em 21/09/2007, sexta-feira, na Faculdade de Direito da UFMG. Nessa conferência o sociólogo defende que somente o acesso massivo da sociedade à justiça e à educação superior pode modificar e democratizar o Direito

significar a busca por uma reestruturação de todo o aparato institucional ligado a ele.

Assim, a entrada desses alunos deve ser acompanhada por uma mudança nas condutas das instâncias de representação direta do aluno. Sem a ocorrência dessa mudança, os vários espaços da academia serão mais um lugar de exclusão por desconsiderarem, em sua conduta, a experiência e especificidade de vida desses alunos. A necessidade de que DAs, CAs e Grêmios se configurem como instâncias de percepção da realidade do alunado é imprescindível para que estes sejam de fato órgãos de representação dos estudantes e possam ter como frente de ação a permanência bem sucedida dos discentes que representam, abarcando a diversidade que os configura.

Formação da representação discente

O questionário também procurou apurar os principais eixos de campanha durante as eleições para gestão dos diretórios. Dessa forma, pretendia-se examinar quais demandas são mais gerais e prioritárias aos diretórios e se em uma análise dos eixos de campanha podem ser sinalizados pontos comuns de necessidade dos cursos e das instâncias de representação.

De acordo com os resultados, verificou-se que um dos principais focos de campanha (25,58% de ocorrência) é tornar os DAs, CAs e Grêmios uma instância de representação discente dentro da Universidade, um espaço politizado na tentativa de resgatar o papel desses órgãos como organismos de defesa dos direitos dos estudantes no espaço acadêmico. A configuração de DAs, CAs e Grêmios como representação direta dos estudantes é o principal papel dessa instância e se mostra presente nos estatutos de boa parte dos diretórios, justificando, assim, sua existência. Dessa maneira, as campanhas empenham-se em reforçar o que já é previsto legalmente como função primeira de DAs, CAs e Grêmios.

A partir desse dado, é possível pensar na apresentação de DAs, CAs e Grêmios como possibilidade institucionalizada de acesso às decisões da Universidade. Essa forma de participação é condizente com um modelo clássico de participação política, uma participação representativa em que cada segmento tem uma possibilidade de representação, não necessariamente paritária, nos locais de decisão.

Esse possível *esvaziamento* de DAs, CAs e Grêmios como instâncias políticas e a decorrente

tentativa de resgatar esse lugar se apresenta como provável indicador do que já apontam alguns autores em relação à participação política do jovem⁸ atualmente. Quando se pensa em participação política da juventude⁹, a idéia mais comum é a de que participar politicamente é ocupar os espaços institucionalizados de decisão e ação política tradicional, como partidos, sindicatos, grêmios e outros (SPOSITO, 1999; Souza, 2007). Mas a desarticulação de espaços formalizados de participação política pode, na verdade, indicar a falta de eficácia e pertinência que essas estratégias de participação significam para a juventude e a necessidade de adoção de novas formas de participação que não a institucionalizada. O *esvaziamento* pode significar uma reação à inadequação desses espaços de representação, revelando uma tensão necessária na configuração dos ambientes de representação dos estudantes, em um apontamento para a necessidade de revisão destes e, talvez, numa configuração de alternativas que sejam mais condizentes com a realidade e especificidade da juventude universitária.

Observando DAs, CAs e Grêmios como instância primeira e institucionalizada de representação dos alunos reconhecida pela UFMG, é importante pensar que a escolha daqueles que representarão os alunos seja resultado de um processo democrático, tanto do ponto de vista da votação quanto do ponto de vista da candidatura de chapas às eleições. Para isso, é fundamental que todos/as os/as alunos/as que se interessarem tenham a possibilidade de se candidatar e poder ver viabilizada sua candidatura.

Cada DA, CA ou Grêmio possui verba destinada a patrocinar as campanhas das chapas concorrentes às eleições. Assim, optou-se por investigar, também, como são financiadas as campanhas aos DAs, CAs e Grêmios para analisar se o fator econômico é empecilho à candidatura de determinados grupos às eleições.

Verificando os dados, percebe-se que somente 35,7% das gestões pesquisadas se utilizaram de recursos do próprio DA para realizar sua campanha, enquanto 42,9% das chapas utilizaram verba dos próprios integrantes. Outras fontes não apareceram de forma significativa.

⁸ É importante lembrar que, segundo Mouffe (2005), a falta de interesse em partidos e política em geral ocorre entre as pessoas em geral e não especificamente entre os jovens.

⁹ A discussão aqui presente foi mais desenvolvida no artigo *Protagonismo Juvenil: A Politização do Jovem ou a redução da ação Política*, produzido por bolsistas do programa Conexões de Saberes da UFMG. Integra no link: http://docs.google.com/View?docid=dhcppdpx_45gx8sbs

e a Universidade.

Ou seja: são os próprios/as alunos/as que pagam a campanha à representação discente. A possibilidade de se eleger à instância máxima de representação dos/as alunos/as é, dessa forma, dificultada para aqueles/as alunos/as que não dispõem de recursos financeiros para custear a campanha. Assim, o processo eleitoral dos DAs, CAs e Grêmios caracteriza-se como um mecanismo que não contempla amplamente a realidade do estudante carente da UFMG.

Acesso ao ensino superior público

A melhoria do ensino público na educação básica é apontada nas respostas ao questionário como prioridade (70,6%) no que tange o acesso ao ensino superior, indicando um discurso em que a universidade se isenta de sua responsabilidade para com as desigualdades sociais e raciais do país e a transfere para a educação básica. Essa alta porcentagem revela que, para os/as representantes estudantis, a democratização da universidade é um processo que ocorrerá de fora para dentro, com a melhoria do ensino fundamental e médio, não precisando a universidade dele se ocupar, pois suas lógicas e instrumentos de seleção seriam, por si só, suficientemente justos.

Apesar de estarmos cientes da necessidade de mais mudanças do ensino público brasileiro, é um grande erro pensar que, no âmbito das políticas públicas democráticas, os avanços se produzem por etapas sequenciais: primeiro melhorando a educação básica e depois democratizando a universidade. Ambos os desafios são urgentes e necessários, mas precisam ser assumidos enfaticamente de forma simultânea.

A opção pelos cursos noturnos e pela revisão do sistema de vestibular são freqüentes nas escolhas dos membros dos DAs, CAs e Grêmios quando está em discussão a temática do acesso. Os cursos noturnos aparecem como segunda e terceira opção em 26,7% das respostas e como quarta e quinta em 25,0% delas. Já a modificação do processo de seleção por vestibular aparece como primeira opção em 11,8% das respostas; como segunda em 26,7%; como terceira em 13,3%; e como quarta e quinta em 25,0% das respostas. Um discurso, portanto, muito mais freqüente que o das cotas raciais, por exemplo, que aparece como terceira opção apenas em 6,7% e como quarta e quinta opção em 8,3% das respostas.

A criação de cursos noturnos faz parte da proposta de inclusão defendida pela UFMG, mas segundo Aranha, “buscar a inclusão unicamente através de cursos noturnos é uma prática

insuficiente”, pois eles “são importantes, mas esbarram em problemas complexos, inclusive de infra-estrutura” (2006, p.4). Os cursos noturnos hoje concentram a maioria dos/as estudantes negros/as e oriundos/as de escolas públicas, entretanto não podem ser a única possibilidade de acesso desses ao ensino superior: “Precisamos oferecer o melhor da universidade a todos. Além, é claro, de melhorar o atendimento nos cursos noturnos” (ARANHA, 2006, p.4).

Cotas raciais

A implementação de cotas raciais aparece com última opção em 58,3% das respostas, demonstrando a pouca receptividade dessa política entre os/as membros/as dos DAs, CAs e Grêmios e a ausência do debate racial na Universidade. Mas como pensar a democratização do acesso ao ensino superior sem refletir sobre estratégias que incluam pessoas pertencentes a grupos socialmente e racialmente desfavorecidos?

O discurso do mérito acadêmico e a preocupação com a qualidade e excelência da universidade são alguns dos entraves que dificultam a implementação e até mesmo o debate sobre as cotas raciais – tanto que essas são apontadas, pelos/as membros/as dos DAs, CAs e Grêmios, como a última opção a ser considerada. Entretanto, como afirma Gomes:

não podemos reduzir o acesso à universidade, sobretudo pública, a uma questão de mérito. Ninguém nega que a vida acadêmica exige determinadas competências e saberes, o que é muito diferente de discursarmos friamente sobre o mérito, como se o vestibular classificatório fosse uma competição em que todos os concorrentes participassem em condições de igualdade. Com efeito, as condições de vida, trajetórias sociais e escolares de negros e brancos não são iguais. (Gomes, 2004, p. 50)

O vestibular baseado na meritocracia reforça a desigualdade, reproduzindo-a na Universidade. Nesse sentido, o discurso do mérito configura-se como um discurso ideológico. Universidades que adotaram cotas (UnB, UnB, UFBA, UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não-cotistas é o mesmo, não havendo diferenças concretas. Portanto, não procede a crença de que a flexibilização do sistema de ingresso poderia acarretar uma perda de qualidade do ensino e da excelência das universidades.

Papel da universidade

Quanto ao que os representantes discentes consideram mais importante em relação ao papel da Universidade, constatou-se que “constituir-se como espaço de direito e educação de qualidade” aparece em primeiro lugar. Em segundo, está “contribuir para a formação de cidadãos”. “Fomentar e financiar pesquisas”, “produzir respostas às demandas sociais do país” e “ser espaço de diálogo, diversidade e troca de saberes” aparecem em terceiro lugar de importância e “fomentar e financiar projetos de intervenção social” está em quarto.

Ser espaço de direito e educação de qualidade é o principal papel da Universidade segundo 50% das repostas dos/as membros/as dos DAs, CAs e Grêmios. Um discurso um pouco utópico e contraditório se considerarmos o perfil social, econômico e racial da Universidade e a análise de estratégias de acesso a ela. A Universidade se constitui um espaço de direito? para quem? para os mais aptos, para a elite, para a população branca? Definitivamente ela ainda não se configura como um espaço de direito para todos, mas um espaço de privilégio de grupos favorecidos histórica, cultural, social, econômica e racialmente.

Os mesmos questionamentos também podem ser feitos para a opção de contribuir para a formação de cidadãos, que ficou em segundo lugar. Que tipos de cidadãos as universidades têm formado, se em “certos momentos, ela recusa determinadas tarefas com um discurso aparentemente qualificado, mas que no fundo, é muito conservador” (GAZZOLA, 2008, p. 8), como no caso das questões sociais e raciais? A universidade brasileira, criada e mantida historicamente com o objetivo de instruir e formar os dirigentes do país, num projeto moderno, liberal e elitista, tem como papel formar que cidadãos? Após 80 anos de história da UFMG, os cidadãos formados são os que lutam por um país mais justo e democrático começando por suas instituições e os lugares que hoje ocupam na Universidade?

Nessa mesma perspectiva, se encontra a terceira opção, empatada entre fomentar e financiar pesquisas, produzir respostas às demandas sociais do país e ser espaço de diálogo, diversidade e troca de saberes. Fomentar e financiar projetos de intervenção social está em quarta opção como central no papel da universidade segundo os/as membros dos DAs, CAs e Grêmios. Como afirma a ex-reitora da UFMG Ana Lúcia Gazzola, “a qualidade, embora imprescindível, não se sustenta sem a pertinência social” e a universidade “deve

oferecer respostas” aos desafios sociais do país (GAZZOLA, 2008, p. 5).

Considerações Finais

A partir dos resultados obtidos e das análises feitas dentro do Programa Conexões de Saberes na UFMG, programa que tem como bolsistas estudantes de origem popular que se autodeclararam negros e negras, podemos compreender como em certos espaços da universidade há mecanismos e lógicas que, quando não excluem diretamente, silenciam ou invisibilizam os diferentes segmentos marginalizados de nossa sociedade em suas demandas e lutas políticas, sociais, culturais e econômicas.

Os órgãos oficiais dos cursos oferecidos pela UFMG percebem e se posicionam em relação à diversidade de seu alunado de forma a não considerar satisfatoriamente que as diferentes especificidades de seus estudantes podem impactar na experiência dentro da Universidade e na vida acadêmica de alunos/as que não são público tradicional da Universidade, como negros e negras, oriundos ou não de camadas populares.

O discurso da qualidade, que recai em uma supremacia do esforço individual e da supervalorização da excelência acadêmica, é fator que contribui para o impedimento do avanço nas discussões sobre a democratização da Universidade.

Careceria, tal como relatou Chauí (2003), se pensar numa transformação da própria universidade pública sob a perspectiva da formação e da democratização – e não da massificação. Sendo assim, simplesmente aumentar as vagas no contexto do REUNI ou garantir um pequeno bônus aos oriundos de escola pública não conseguiria sanar de vez os problemas oriundos de um longo processo de exclusão de minorias. É urgente, todavia, que a Universidade não espere respostas que venham do Estado e adote medidas de inclusão coniventes com seu status de instituição pública e democrática. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para impô-las.

Referências

- Aranha, A. V. (2006). – Retirado em: <http://www.ufmg.br/boletim/boll557/quarta.shtm>.
- Araújo, A. E. A., Peixoto, M. do C. de L., Braga, M. M. & Fenati, R. Cursos Noturnos. *Uma*

Mayorga, C.; Ziller, J.; Souza, L. M. de & Costa, F. C. S. Universidade e diversidade sob o olhar da representação discente

Alternativa para a Inclusão Social no Ensino Superior Brasileiro – Estudo de caso da UFMG. Disponível em: http://www.ufmg.br/ampliacaodoacesso/cursos_noturnos.doc.

Braga, M. M. & Peixoto, M. do C. de L. (2006) *Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG.* Belo Horizonte: Ed.UFMG.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, no. 24 pp. 5-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. doi: 10.1590/S1413-24782003000300002

DDCS & PROGRAD (2007) Disponível em: <http://www.ufmg.br/guiaacademico/direitos-e-deveres.htm>

Gazzola, A. L. (2008). *A Universidade Necessária.* Disponível em: <http://www.ufmg.br/diversa/13/entrevista.html>

Gomes, N. L. & Martins, A. A. (Orgs). (2004). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade.* Belo Horizonte: Autêntica.

Mouffe, C. (2005) Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia. Política*, n.25. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>>.

Souza, R. M. de. (2007). *O discurso do protagonismo juvenil.* 351p. Tese Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/>. Acesso em: 16 Ago 2007.

Sposito, M. P. (1999). *Algumas hipóteses sobre as relações entre Juventude, Movimentos Sociais e Educação.* In: XXI Reunião Anual da ANPED.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
Recebido: 01/09/2008
Aceito:20/09/2008

Góes, A. A. F.; Cárdenas, C. J. de; Gomes, L. & Tavares, A. B. Percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal

Percepção dos Idosos sobre o Transporte Público no Distrito Federal

The Elderly's Perception of Public Transportation in Distrito Federal

Alda Abrahão Faiad Góes¹

Carmen Jansen de Cárdenas²

Lucy Gomes³

Adriano Bueno Tavares⁴

Resumo

Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa executada por meio da análise das respostas e relatos de 80 idosos portadores de passe livre no transporte coletivo urbano da Capital Federal. A maioria (52,5%) dos idosos entrevistados presenciou, ou vivenciou, maus tratos no transporte coletivo urbano da Capital Federal. A análise dos relatos apresentou, como principais problemas, a ocorrência de agressão verbal por parte de cobradores das vans (transporte alternativo) no interior dos coletivos e o uso de assentos exclusivos para idosos por passageiros mais jovens. As reclamações mais frequentes foram: desrespeito ao direito como cidadão e desobediência dos motoristas que não atenderam ao sinal de entrada e descida dos passageiros. A maioria dos idosos entrevistados está insatisfeita com o tratamento recebido no transporte coletivo urbano da Capital Federal. Ressalta-se a importância da adoção de políticas públicas específicas que coibam maus tratos a este segmento da população.

Palavras-chave: transporte coletivo urbano, passageiros idosos, motoristas de transporte coletivo.

Abstract

It is about the quantitative and qualitative research carried out by the analysis of the answers and reports presented by 80 elderly who use free urban transport ticket in the Brazilian capital, Brasilia. Most of the elderly interviewed (52,5%) have witnessed or even suffered mistreatment in urban transport in Brasilia. The analyses of the reports have pointed out, as the main trouble, the offensive attitude of the conductors in vans (alternative transport) and on buses, as well as the misuse of the reserved seats by younger passengers. The most frequent complaints were: disrespect for the rights as citizens; drivers' disobeying the stepping down and getting on signaling. Most of the elderly interviewed is dissatisfied with the treatment received in the urban transport in Brasilia. It is important that local authorities reinforce public policies to restrain mistreatment in order to meet the needs of this social segment.

Key words: urban transport, elderly passengers, urban transport drivers.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Católica de Brasília. Brasil. Contato: aldafaiad@gmail.com

² Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Católica de Brasília. Brasil. Orientadora da mestranda que co-autora o presente trabalho.

³ Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Católica de Brasília. Brasil..

⁴ Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Católica de Brasília. Brasil.

O transporte coletivo urbano, principalmente o ônibus, ainda é o meio de transporte muito utilizado por uma grande parcela da população brasileira, para realização de atividades necessárias à vida cotidiana, para viagens de trabalho, para acesso aos serviços de saúde, lazer, independente de sexo e idade.

No Brasil, o aumento da população idosa (60 anos ou mais) foi de 6,1% (7.204.517 habitantes) em 1980, para 8,6% (14.536.029 habitantes) em 2000, correspondendo a aumento absoluto de 7,3 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1981, 2001). O crescimento populacional do segmento idoso trouxe a necessidade de se conhecer o tratamento oferecido por profissionais e demais usuários do transporte coletivo urbano da Capital brasileira e entorno, ao passageiro idoso portador do passe livre.

A Constituição Federal de 1988, Art. 230, § 2º (Constituição, 1988), menciona a gratuidade no transporte público urbano para o idoso. No campo sócio-político, observou-se melhora dos serviços prestados à população idosa, assim como garantia de direitos. Além do direito ao passe livre no transporte convencional (ônibus e micro-ônibus), o idoso tem gratuidade nos veículos de transporte alternativo (vans), em consonância com o Decreto nº 17.045, de 22 de dezembro de 1995 (Decreto n. 17.045, 1995), que trata do Regulamento do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal - STPA/DF. Em conformidade com a lei, existe a obrigação de se transportar até dois passageiros com direito à gratuidade.

Na Capital brasileira, a garantia do passe livre para o idoso se deu em 1986, após a reivindicação do grupo da terceira idade "Fraternidade" do Cruzeiro-DF, visando à reintegração do idoso no contexto social. O exemplo de Brasília se estendeu para toda a nação brasileira (Governo do Distrito Federal, 2005).

O meio-ambiente urbano se transforma continuamente e altera o modo de vida da maioria das pessoas, dificultando especialmente a vida dos idosos. As barreiras invisíveis representadas pela arquitetura das cidades, bem como o aumento das distâncias, o tráfego rápido, violento e inadequado, e o alto custo de vida agravam os problemas sociais e econômicos e pode levar o indivíduo idoso ao isolamento.

A senescência ou envelhecimento fisiológico está associado a deficiências, que podem causar limitações das atividades ou restrição da participação social (Moraes, Santos & Silva, 2008). Além dos obstáculos correspondentes dessa fase de vida, existem ainda comprometimentos como perdas da cognição, capacidade de decisão, de

associar informações, alterações nas articulações e músculos, assim como surgimento de várias patologias que fazem dos idosos uma categoria diferenciada dos demais passageiros do transporte urbano no Brasil e, conseqüentemente, na capital brasileira e entorno.

A indústria do transporte coletivo representa papel importante na sociedade brasileira. Dados da Associação Nacional dos Transportes Públicos (2008) revelam que cinco milhões de brasileiros dependem do transporte coletivo urbano. A questão do transporte urbano é relevante para a população idosa, pois a utilização desse meio de locomoção é uma das primeiras capacidades que o indivíduo perde e, entre as atividades cotidianas, é avaliada como a mais difícil (Veras, 1994).

A população idosa enfrenta, além das dificuldades naturais da idade em seu dia-a-dia, o desafio dos transportes públicos e do trânsito no ambiente urbano. Essa forma de violência começa desde o *design* dos ônibus com escadas de acesso muito altas e roletas apertadas ou difíceis de mover. Evidentemente, a comodidade e a adequação desses veículos até hoje não têm levado em consideração os velhos, ou quaisquer pessoas portadoras de deficiência. Mas o desrespeito se expressa, sobretudo, na insensibilidade dos profissionais do transporte urbano. Sinais muito rápidos, calçadas esburacadas e arranques nos ônibus notadamente configuram agressão à população idosa usuária do transporte coletivo (Minayo, 2003).

A violência à pessoa idosa pode ser definida como ações ou omissões cometidas, uma ou muitas vezes, prejudicando a integridade física e emocional das pessoas desse grupo etário e impedindo o desempenho de seu papel social.

A violência acontece como uma quebra da expectativa positiva dos idosos em relação às pessoas e instituições que os cercam (Camarano, 2007). Esta conduta altera de forma negativa o equilíbrio psicológico do idoso. Envelhecer com dignidade é um direito fundamental, de modo que a violência contra a pessoa idosa é uma violação dos direitos humanos.

Podem ser encontrados comportamentos pró-sociais entre passageiros que favoreçam a qualidade no transporte público, entre moradores de área urbana, demonstrando "responsabilidade social". Tal comportamento, segundo o autor, contribui para a melhora o transporte público (Silva & Günter, 2001).

Aqueles que utilizam o transporte coletivo público (ônibus e micro-ônibus) e alternativo (vans) da capital brasileira e entorno constatarem que o usuário idoso vem sendo cada vez mais desprestigiado. Em observação feita com motoristas de ônibus de Brasília, verificou-se que a

preocupação com o cumprimento de horários fixos constitui um dos fatores que podem influir nos comportamentos inadequados dos motoristas, como: parar fora do ponto, frear bruscamente e dirigir acima da velocidade permitida no trânsito (Oliveira & Pinheiro, 2007). A falta de acesso e a má qualidade dos serviços compreendem abusos de poder entre usuários e profissionais, dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional (Gomes, 2006). A presente pesquisa objetiva verificar qual a percepção dos idosos sobre o transporte público da Capital Federal e entorno.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 80 idosos, com idade acima de 65 anos, moradores das Cidades Satélites do Distrito Federal (vide Tabela 1) e portadores de passe livre. Os idosos foram abordados em locais de atividades comunitárias, pontos de ônibus, logradouros públicos e residências, nas cidades de Taguatinga (N=9), Ceilândia (N=5), Guará (N=1), Núcleo Bandeirante (N=2), Recanto das Emas (N=3), Gama (N=5), Brazlândia (N=1), Planaltina (N=28), Sobradinho (N=3), Plano Piloto (N=3), Samambaia (N=8), Varjão (N=9), São Sebastião (N=1) e Riacho Fundo (N=2), definindo-se uma amostra por conveniência.

Os pontos de coleta de dados foram definidos a partir de observações prévias dos pesquisadores, onde se evidenciou maior frequência de idosos: paradas de ônibus, logradouros públicos, bem como em locais de convivência de idosos (Universidade da Terceira Idade e grupos religiosos) e no interior dos ônibus.

A idade média dos participantes foi de 69,86 anos (DP=6,94). A renda familiar variou entre nenhum a 8 salários mínimos, sendo que 40% (N=32) deles recebiam apenas um salário mínimo. Quanto ao sexo, 69% (N=55) são mulheres e 31% (N=25) homens. Ao serem questionados sobre com quem vivem, 43,75% (N=35) relataram morar com a família (cônjuge, filhos e netos), 25% (N=20) com filhos e 13,75% (N=11) moram sozinhos. Os demais relataram morar com irmãos, netos, Instituto Asilar ou primos.

Quanto ao local de moradia, 13,75% (N=11) são de Samambaia, 12,5% (N=10) da Ceilândia o mesmo quantitativo do Varjão, 11,25% (N=9) de Taguatinga, 8,75% (N=7) de Sobradinho, o mesmo quantitativo do Gama, 6,25% (N=5) do Riacho Fundo II, 5% (N=4) do Plano Piloto, 2,5% (N=2) das cidades de Brasilândia, Planaltina e Recanto das

Emas e 1,25% (N=1) das cidades do Núcleo Bandeirante, do Guará, de Mestre D'armas, de Nova Colina e de Santo Antonio.

Procedimento de coleta de dados

Para coleta de dados nos locais definidos foram selecionados 05 auxiliares de pesquisa, voluntários, alunos de graduação em Enfermagem e Psicologia, além do pesquisador responsável pela pesquisa. Os entrevistadores foram devidamente treinados para execução da coleta e utilizaram os seguintes recursos: prancheta, caneta e dois formulários (Termo de Consentimento Livre Esclarecido e Roteiro de Entrevista). Inicialmente, foi feita uma abordagem individual do idoso, esclarecendo o motivo da pesquisa e um convite para sua participação. Após anuência, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e realizada a entrevista semi-estruturada que teve duração média de 25 minutos. Os dados fornecidos pelos idosos, durante a entrevista, foram registrados pelos entrevistadores nos respectivos formulários.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Brasília, tendo sido realizada no período de 28 de abril a 15 de maio de 2007.

Instrumento

O Roteiro de Entrevista buscou avaliar a qualidade do atendimento aos passageiros idosos, usuários do transporte coletivo da capital brasileira. Composto por 12 itens que avaliam, inicialmente, os dados sócio-demográficos dos participantes (idade, gênero, residência, com quem vive, renda familiar, se participa de atividade na comunidade e frequência semanal que utiliza o coletivo urbano). Na análise da qualidade do atendimento, foram avaliados o grau de satisfação do atendimento no coletivo urbano (de excelente a péssimo), a nota atribuída ao serviço (de 0 a 10), as maiores dificuldades encontradas (a partir de uma listagem de 8 possibilidades) e uma questão aberta para avaliar se o idoso já foi vítima de maus tratos em coletivo urbano ou se já presenciou maus tratos com algum idoso.

Procedimento de análise de dados

A dimensão quantitativa fundamentou a análise dos dados obtidos nos instrumentos aplicados baseada nas seguintes questões: (a) Atividades que realizam na comunidade; (b) Frequência com que pegam ônibus; (c) Grau de satisfação com o atendimento no coletivo urbano e nota atribuída; (d)

Tipos de dificuldades encontradas no transporte; (e) Se já presenciou ou se foi vítima de maus tratos em coletivo urbano. Foram definidas análises estatísticas descritivas básicas por meio do Pacote Estatístico para Windows SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 14.0.

A dimensão qualitativa fundamentou a análise e interpretação dos dados obtidos na questão aberta do questionário: (d.1) Se já presenciou ou se foi vítima, descreva o fato por meio da análise de conteúdo.

Resultados

Quando questionados se realizam algum tipo de atividade, 46,25% dos entrevistados afirmaram que sim, 46,25% afirmaram que não e 7,5% se omitiram. As atividades relatadas pelos idosos são apresentadas na Tabela 1, mostrando que a atividade de maior frequência é a ida à Igreja e atividades religiosas (22,5%), embora a metade não tenha especificado a atividade que realiza. A Tabela 1 apresenta as atividades relatadas pelos idosos.

Tabela 1. Atividades relatadas pelos 80 idosos entrevistados.

Qual o tipo de atividade que realiza?	Igreja e atividades religiosas	18	22,5%
	Grupo de Idosos	10	12,5%
	Atividades Físicas (Ginástica, Hidroginástica)	2	2,5%
	Outras	10	12,5%
	Sem Resposta	40	50%

Quanto à frequência com que os idosos utilizavam o coletivo urbano, 42,5% (N=34) relataram utilizá-lo até 2 dias por semana; 21,3% (N=17), de 3 a 4 dias/semana; 17,5% (N=14), de 5 a 6 dias; 11,3% (N=9), diariamente e 7,5% (N=6) não souberam responder.

Com referência ao grau de satisfação dos idosos com o atendimento no transporte coletivo

urbano, a Tabela 2 mostra que 41,3% (N=33) dos idosos consideram que o atendimento no transporte coletivo urbano é bom, enquanto 30% (N=24) o consideram ruim. Quanto à nota atribuída para a qualidade do atendimento no transporte coletivo, os idosos atribuíram uma média igual a 5,90 (d.p =3,48; moda = 10).

Tabela 2. Grau de satisfação dos 80 idosos com o atendimento no transporte coletivo urbano

Grau de satisfação	Excelente	7	8,8%
	Bom	33	41,3%
	Ruim	24	30%
	Péssimo	10	12,5%
	Sem Resposta	6	7,5%

Quanto às dificuldades relatadas pelos respondentes, relativas ao transporte coletivo, verificou-se que o fato do motorista não atender ao sinal para descida do passageiro idoso é considerada a principal delas (86,3%, N=69). Os maus tratos por parte dos demais usuários para com os idosos é citado como uma dificuldade por 78,8% (N=63). O fato de o motorista não atender ao sinal do idoso na parada é dificuldade para 75% (N=60) dos participantes. Já 67,5% (N=54) apontam que a dificuldade está no fato de o motorista não aguardar o passageiro idoso sentar-se, antes da partida do veículo. Outra questão é que os demais passageiros

não cedem a cadeira para o idoso se acomodar (62,5%, N=50). Outras dificuldades relatadas são o acesso ao ônibus (subida e descida) relatado por 36,3% (N=29) e a dificuldade de enxergar o letreiro do veículo 36,3% (N=29).

Quanto à questão se já presenciou ou se foi vítima de maus tratos em transporte coletivo urbano, a maioria (52,5%) dos idosos afirma ter presenciado ou vivenciado maus tratos. A análise qualitativa dos relatos feitos por passageiros idosos no transporte coletivo do DF, seja como testemunhas ou vítimas de maus tratos, é apresentada na Tabela 3.

Góes, A. A. F.; Cárdenas, C. J. de; Gomes; L. & Tavares, A. B. Percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal

Tabela 3 - Análise qualitativa dos relatos feitos por passageiros idosos do transporte coletivo do DF seja como testemunhas ou vítimas de maus tratos.

Temática	Relatos	Agente	Legislação
<p>Discriminação. Recusa em aceitar um passageiro idoso.</p> <p>Negligência. Indiferença; recusa ou omissão de cuidados necessários aos idosos.</p> <p>Violência. Relações sociais interpessoais que causam danos físicos, mentais e morais, de forma direta ou indireta; agressão verbal incluindo palavras depreciativas que desrespeitam a identidade, dignidade e a auto-estima do idoso.</p>	<p>“A senhora estava sentada na van e o motorista deu uma arrancada e ela caiu.”MGG69a.</p> <p>“O motorista fez o balão em alta velocidade e a mesma caiu da cadeira.”AFP92a.</p> <p>“Já perdi a consulta médica por conta das Vans que não param.”ORS67a.</p> <p>“Motorista na maioria das vezes não pára quando solicitado.”MCC70a.</p> <p>“O motorista do ônibus não esperou que eu me sentasse, eu quase caí.”DL69a.</p> <p>“Quando ia descer, o motorista não esperou e quase caí com uma caixa de mercadoria.”PS68a.</p> <p>“Sou obrigado a descer na carreira porque o motorista não tem paciência.”AS67a.</p> <p>“Quando entrei no ônibus uma passageira me cedeu o lugar e o motorista tentou impedir e ficou reclamando o tempo todo.”CS75a.</p> <p>“As vans não gostam de levar idosos. Certa vez peguei uma van, o motorista deu uma arrancada, eu caí e ele nem me socorreu, só depois de algum tempo uma passageira me ofereceu ajuda.MD73a.</p>	Motorista	<p>Lei n. 10.741 de 01 de outubro de 2003. Da Constituição Federal de 1988.</p> <p>Art.4 Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de NEGLIGÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA, CRUELDADE OU OPRESSÃO e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.</p> <p>§ 1 É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.</p>
	<p>“A gente pede para o cobrador avisar quando chegar no ponto, ele nem avisa que já chegou no local.DS78a.</p> <p>“Na van o cobrador me mandou sair dizendo que já tinham dois idosos e me agrediu verbalmente.”JS72a.</p>	Cobrador	
	<p>“A gente pede para o cobrador avisar quando chegar no ponto, ele nem avisa que já chegou no local.”PD72a.</p> <p>“Na van o cobrador me mandou sair dizendo que já tinham dois idosos e me agrediu verbalmente.”NDC68a.</p>	Cobrador e Motorista	
<p>Atitude cidadã do idoso perante os profissionais e demais usuários do transporte.</p> <p>Percepção do Idoso sobre os demais usuários do transporte.</p> <p>Visão do passageiro idoso sobre a qualidade do serviço do transporte coletivo urbano.</p>	<p>“No caminho do Plano Piloto o motorista rodava com o ônibus quase tombando, fazendo barbaridade, quando cheguei na minha casa liguei no tráfego, (156) o motorista não roda mais” (foi retirado da linha).JS72a.</p> <p>“Já ajudei outra idosa que o ônibus deixou longe da parada do hospital e a mesma mancava muito.”MR72a.</p> <p>“Quando o ônibus está cheio ninguém dá lugar para o idoso sentar.”JA75a.</p> <p>“Não oferecem lugar para os idosos e alguns passageiros reclamam se o idoso não consegue segurar direito quando o ônibus está cheio.ROC74a.</p> <p>“Os outros passageiros não cedem lugar para os idosos e fica difícil ficar de pé no ônibus.”ARB69a.</p> <p>“Quando bem tratada, faço carta de agradecimento.”RSM75a.</p>	Passageiro o idoso e demais passageiros	<p>Lei n 10.741 de 01 de outubro de 2003.</p> <p>Constituição Federal de 1988.</p> <p>§2 Serão reservados 10% dos assentos para os idosos, com placa de reservado preferencialmente para idosos.</p> <p>Estatuto do Idoso Título II Cap. I Do Direito à Vida. Art. 9 É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.</p> <p>O Art. 129 Da Lei do Distrito Federal Versa sobre Acessibilidade: Conjunto de alternativas de acesso a edificações, espaços públicos e mobiliários urbanos que atendem às necessidades de pessoas com diferentes formas de dificuldade de locomoção e oferecem condições de utilização com segurança e autonomia;</p>
	<p>“Achava melhor quando entrava no ônibus pela porta traseira.”LF90a.</p> <p>“Na van, quando eu disse que era carteirinha, o cobrador reclamou porque eu não disse antes, mandou que eu sentasse no canto para não incomodar os demais passageiros”SE69a.</p> <p>“As vans são muito cheias.”FR83a.</p>	Estrutura do Sistema de Transporte Urbano do Distrito Federal	
	<p>“Quando estou na parada, o cobrador da van grita para o motorista: “é cheque sem fundo”, “é zero oitocentos”, “é assombração”, “é fim de carreira”, isso porque o idoso não paga passagem.”RS75a.</p> <p>“Tem demora dos ônibus”.PR83a.</p> <p>“Pouca cortesia dos motoristas e cobradores.” MR87a.</p>	Limitação física do passageiro Idoso e Danos à saúde dos mesmos	
	<p>“Tenho dificuldade em descer do ônibus. FS83a.</p> <p>“Ao descer do ônibus machuquei o joelho, tive que fazer tratamento.”TGF89a.</p> <p>“Os idosos ficam na parada e se sentem mal.”SG73a.</p> <p>“Presenciei na linha do setor O, na Ceilândia, o motorista frear bruscamente e o idoso bater a cabeça na porta.”AC78a.</p> <p>“O ônibus deu uma freada que fiquei passando mal.”ACT75a.</p> <p>“Quando ia subir no ônibus, o cobrador ficou reclamando, não me esperou sentar e eu machuquei a mão.”JCR78a.</p>		

Discussão

A Lei Magna de nosso país em seu artigo 1º (Constituição, 1988) declara a cidadania e a dignidade humana como princípios fundamentais, o que ressalta que o idoso tem Assento Constitucional no que tange à sua proteção. E este idoso, como qualquer outro ser humano, deve, no entanto, ser respeitado em seus direitos.

O presente artigo faz um recorte de um dos direitos assegurados por lei ao idoso que é o direito ao passe livre no transporte coletivo urbano, existente na capital brasileira e entorno, embora retrate, a partir de dados coletados junto a usuários deste serviço, qual tem sido a qualidade e o tratamento recebidos no mesmo.

O Estado da Arte sobre a temática da qualidade do atendimento de idosos no transporte coletivo na capital brasileira e entorno aponta poucos trabalhos e pesquisas na área.

Os dados da atual investigação apontam que discriminação, desrespeito, negligência, maus tratos, violência e omissão estão presentes no tratamento recebido pelo idoso portador do passe livre do transporte coletivo urbano da capital brasileira e entorno em seu cotidiano.

O fato de maior ocorrência:

a) Motorista não atender ao sinal para descida do passageiro idoso, quando o mesmo está no interior do veículo, o que pode levar o passageiro idoso a caminhar mais até chegar ao destino desejado e demonstra descaso por parte do condutor do veículo com o idoso;

b) A pesquisa mostra, como problema preocupante, o fato de o motorista recusar o sinal para o idoso adentrar no coletivo; o mesmo só é atendido quando, na parada de ônibus, existem outros passageiros pagantes, é principalmente nos transportes alternativos. Alegam seus condutores que já conduzem a cota de passageiro idoso exigida pela lei. Quando consegue entrar, o idoso verifica que não há veracidade na informação, não há outro idoso no veículo. *“Na van o cobrador me mandou sair dizendo que já tinham dois idosos e me agrediu verbalmente.” JS72a. “Na van, quando eu disse que era carteirinha, o cobrador reclamou porque eu não disse antes, mandou que eu sentasse no canto para não incomodar os demais passageiros” SE69a;* a atitude dos profissionais do transporte coletivo, com relação ao idoso portador do passe livre, demonstra que os mesmos se interessam apenas por passageiro pagante.

c) A relação com os demais usuários do transporte é considerada outra dificuldade do passageiro idoso. É comum ver assentos reservados para idosos ocupados pelos jovens e, quando

recebem atenção dos mesmos, são criticados pelos condutores: *“Os outros passageiros não cedem lugar para os idosos; é difícil ficar de pé no ônibus” ARB69a.* Pelos relatos, conclui-se que não há cultura de respeito ao passageiro idoso. Entretanto, podem ser encontrados comportamentos pró-sociais entre passageiros que favorecem a qualidade no transporte público (Silva & Günter, 2001), entre moradores de área urbana, demonstrando responsabilidade social. A presente pesquisa demonstra que tal prática não é usual com o idoso e, quando manifestada, é criticada pelos motoristas, como se vê: *“Quando entrei no ônibus, uma passageira me cedeu o lugar e o motorista tentou impedir e ficou reclamando o tempo todo”. CS75a.;*

d) O motorista não espera o passageiro idoso sentar-se, antes da partida do veículo. Tal atitude do motorista coloca em risco o idoso por sua fragilidade: *“Quando ia subir no ônibus, o cobrador ficou reclamando, não me esperou sentar e eu machuquei a mão” JCR78a. ;*

e) O acesso ao ônibus (subida e descida) é apontado pelos entrevistados como outra dificuldade: *“Ao descer do ônibus machuquei o Joelho, tive que fazer tratamento” TGF89a.* A questão do transporte urbano torna-se relevante, para a população idosa, pois a utilização deste meio de locomoção é uma das primeiras capacidades que este indivíduo perde e, dentre as atividades cotidianas, é avaliada como a mais difícil (Veras, 1994). Considera-se a inadaptação do veículo a esta categoria de usuário como uma agressão.

Este estudo comprova a necessidade de haver maior atenção com os idosos portadores de passe livre, para que os mesmos se mantenham socialmente ativos. A fragilidade dos idosos é, muitas vezes, motivo de piadas. Por ser o bom humor característica do povo brasileiro, o mesmo, consegue rir até das instituições que deveriam estar ao seu serviço, e dos dirigentes que têm a obrigação de representar seus interesses (Gomes, 2006). Entretanto, quando o riso se perde em pura distração, morre a atitude crítica. O jeito piadístico representa a ausência de autenticidade. Esta questão está presente no tratamento recebido pelo passageiro idoso, quando chamado de: “é zero oitocentos”, “é cheque sem fundo”, “é assombração”, “é fim de carreira”.

Há, portanto, necessidade de ações especiais em políticas públicas que concentrem medidas e investimentos para identificar e intervir na qualidade do atendimento prestado ao passageiro idoso portador de passe livre na capital brasileira e entorno. Faz-se necessário maior zelo por parte do Estado, ao rever falhas na aplicação da lei em vigor e monitorar as empresas para o cumprimento da lei.

Góes, A. A. F.; Cárdenas, C. J. de; Gomes, L. & Tavares, A. B. Percepção dos idosos sobre o transporte público no Distrito Federal

Julga-se necessário realizar a promoção de campanhas educativas no interior dos coletivos, visando sensibilização das empresas prestadoras do serviço e demais usuários do transporte coletivo urbano; dar visibilidade à qualidade do atendimento oferecido aos idosos que precisam utilizar o transporte urbano e despertar na população atitudes que demonstrem a importância da “responsabilidade social” para a melhoria do transporte coletivo urbano para idoso portador do passe livre, no Distrito Federal, a capital do país.

básicos de geriatria e gerontologia (pp. 37-60). Belo Horizonte: Coopmed.

- Oliveira, A. C. F., & Pinheiro, J. (2007). Indicadores psicossociais relacionados a acidentes de trânsito envolvendo motoristas de ônibus. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 171-178.
- Silva, A. V., & Günther, H. (2001). Ajuda entre passageiros de ônibus. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 79-86.
- Veras, R. P. (1994). *País jovem com cabelos brancos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Referências

- Associação Nacional de Transportes Públicos (s/d). *O transporte na cidade do século 21*. Retirado em 09 jun. 2008 do site da Associação Nacional de Transportes Públicos, http://hist.antp.org.br/telas/transporte/capitulo1_transporte.htm
- Camarano, A. A. (2007). Resultados preliminares das pesquisas sobre violência contra a pessoa idosa no Brasil. Artigo apresentado no *Seminário Nacional Violência Contra a Pessoa Idosa*. Brasília: Brasil.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1998). Brasília. Retirado em 09 jun. 2008 do site da Presidência da República Federativa do Brasil, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Decreto n. 17.045, de 22 de dezembro de 1995* (1995). Aprova o novo Regulamento do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal. Retirado em 09 jun. 2008 do site do Tribunal de Contas do Distrito Federal, <http://www.tc.df.gov.br/silegisdocs/distrital/gdf/decretos/1998/dec-1995-17045-500.htm>
- Gomes, R. (2006). *Crítica da razão Tupiniquim*, (13. ed.). Curitiba: Criar Edições.
- Governo do Distrito Federal. Gerência de Valorização do Idoso (2005). *Terceira idade no Distrito Federal*. Brasília: GDF.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1981). *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001). *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Minayo, M. C. S. (2003). Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(3), 783-791.
- Moraes, E. N., Santos R. R., & Silva, A. L. A. (2008). Fisiologia do envelhecimento aplicado à prática clínica. In E. Moraes. *Princípios*

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
Recebido: 09/09/2008
Aceito: 20/09/2008

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da. Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

Uma Questão de Cotas? Como Pessoas com Deficiência Percebem sua Inserção no Mercado de Trabalho com Base em Políticas Públicas de Inclusão

A Question of Quotas? How Disabled People Perceive their Integration in the Labour Market Based on Public Policies for Inclusion

Michelle Villaça Lino¹

Ana Cristina Barros da Cunha²

Resumo

No contexto da deficiência, várias políticas públicas de inclusão surgiram para facilitar a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, como, por exemplo, a Lei nº 8.213/91 (Lei das Cotas) que prevê a obrigatoriedade da contratação de empregados com deficiência. O presente estudo teve como objetivo verificar o que pensam as pessoas com deficiência sobre a sua inserção no mercado de trabalho, após esta obrigatoriedade legal. Em uma ONG da cidade do Rio de Janeiro, foram aplicados individualmente questionários a 49 pessoas, de ambos os sexos, com deficiências diversas e idade média de 35 anos. Os resultados obtidos permitem sugerir que, apesar do aumento das oportunidades de trabalho após a Lei das Cotas, as pessoas com deficiência ainda percebem existir atitudes preconceituosas e de temor por parte dos empregadores e funcionários com relação à sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; mercado de trabalho; políticas públicas.

Abstract

In the context of disability, several public policies for the inclusion emerged to facilitate the integration of disabled people in the labor market, such as the Law n. 8.213/91 (the Quota Law), which provides for the compulsory recruitment of employees with disabilities. This study aimed at verifying what disabled people think about their integration into the labor market, after this legal requirement. In a non-governmental organization, in Rio de Janeiro city, a questionnaire research was conducted on 49 individual subjects, of both sexes, with various disabilities and average age of 35 years old. The results suggest that, despite the increase in job opportunities after the Quota Law, disabled people still see that employers and employees have prejudiced attitudes and fear towards them with respect to their integration in the labor market.

Key words: disabled people; labor market; public policies.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Psicóloga na Secretaria de Trabalho e Ação Social do Rio de Janeiro. Contato mvlino@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Contato: acbcunha@yahoo.com.br

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

O conceito de deficiência, de excepcional³ ou, mais recentemente, de necessidades educativas especiais (NEE)⁴, bem como a inserção do indivíduo com deficiência no mercado de trabalho, tem passado por profundas transformações devido às mudanças sociais e organizacionais derivadas não só dos grandes acontecimentos históricos, como o surgimento do capitalismo, dos avanços tecnológicos, das guerras mundiais etc., mas também da criação de leis que muito contribuíram para que, tanto o governo quanto a sociedade, repensassem formas de proporcionar a inserção e garantir os direitos desse indivíduo.

Considerando que a deficiência é uma condição incapacitante e dolorosa, não apenas por suas limitações orgânicas intrínsecas, mas, principalmente, pelas limitações sociais que ela acarreta (Glat, 1995), pode-se considerar que a deficiência jamais passa em 'brancas nuvens', já que representa aquilo que foge ao esperado, ao eficiente, ao considerado perfeito. Dessa forma, a deficiência, assim como quase tudo que se refere à diferença, à diversidade humana, provoca a hegemonia do emocional e, nessa perspectiva, "o processo de legislação em defesa das pessoas com deficiência é compreendido como um processo relativamente demorado e difícil, no que se refere às questões relacionadas à sua inclusão social, educacional e ocupacional" (Amaral, 1995, p. 112).

Nesse contexto, é importante discutir a questão da gestão da diversidade no campo da inclusão da pessoa com deficiência, que conta com dispositivos legais como o Decreto nº. 4.228 de 13 de maio de 2002, que instituiu um Programa de Ações Afirmativas e busca a implementação efetiva do princípio da igualdade (Brasil, 2002). Além disso, destacam-se algumas políticas públicas que subsidiam esta discussão, como, por exemplo, a Lei nº. 8.213/91 do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social (Brasil, 1991), a Resolução nº. 630/98, que dispõe sobre as ações a serem desenvolvidas para garantir a reserva de vagas pelas empresas para a pessoa portadora de deficiência reabilitada (Brasil, 1998), e a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para

a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Brasil, 1989).

Com base nestas e outras políticas públicas, "a inclusão ocupacional dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho passou a ser um direito instituído legalmente, independente do tipo de deficiência que a pessoa apresente e do seu grau de comprometimento motor, sensorial e/ou mental" (Nambu, 2003, p. 31). Com isso, o que se verifica é o início de um processo legal voltado para uma ampla inclusão social, principalmente em se tratando de pessoas com deficiência, no qual a Constituição Federal é o indutor principal da inserção destas pessoas no mundo do trabalho, já que prevê a reserva de cargos e a proibição de qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Ainda sobre essa questão, tem-se a comumente chamada Lei das Cotas, ou seja, a Lei nº. 8.213/91, que, através da Resolução nº 630 de 1998, instituiu nas empresas a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência como um direito legal a eles assegurado, através de normas gerais que legitimam o exercício dos seus direitos individuais e sociais. Essa Lei, em seu artigo 2º, atribui ao Poder Público à tarefa de

assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, além de outros direitos decorrentes da Constituição e das políticas públicas que propiciam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (Pastore, 2001, p. 45)

Com base na Lei das Cotas e através do Decreto nº. 3.298/99⁵, os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades puderam ser concretizados com base no conceito de inclusão social, cujo objetivo consistiu em dar apoio e oferecer suporte aos indivíduos com deficiência.

Cabe ressaltar que o debate sobre inclusão social das pessoas com deficiência passa necessariamente por uma discussão dialética entre inclusão e exclusão, em que, o movimento da inclusão deve ser compreendido como uma mudança paradigmática. O que, de acordo com Omote (1999), significa que

[...] a construção de uma sociedade inclusiva implica em uma nova visão de mundo e de homem, um novo paradigma capaz de valorizar e respeitar efetivamente a diversidade, de tal maneira que

³ Os termos "deficiência", "deficiente", "excepcional", "pessoa portadora de necessidades educativas especiais" serão usados de maneira intercambiável ao longo do texto, pois se referem ao mesmo fenômeno.

⁴ De acordo com a Secretaria de Educação Especial, a pessoa portadora de necessidades especiais "apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais amplamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais" (Brasil, 2000, p. 22-23).

⁵ Decreto nº 3.298 /99 criado em 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853 / 89 (Brasil, 1999).

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

quaisquer pessoas com as mais variadas diferenças, em relação à média da população ou a padrões de normalidade estabelecidos por outros critérios, em termos das condições anátomo-fisiológicas, psicossociais, sócio-econômicas e étnico-culturais, encontrem oportunidade de uma vida digna e a mais plena possível, dentro das fronteiras impostas pela realidade da limitação eventualmente determinada por tais condições a elas inerentes. (p. 9)

Dessa forma, entende-se que o uso de práticas capazes de contribuir para a existência de uma sociedade inclusiva, incluindo dispositivos legais como os acima citados, é fator determinante para a construção de um tratamento mais digno para com a pessoa com deficiência. Atualmente, dentre as determinações legais destaca-se também o artigo 36 do já citado Decreto Federal nº. 3.298/99, o qual determina que a empresa que possua acima de 100

empregados deve preencher seus postos de trabalho com 2% a 5% de empregados beneficiários da Previdência Social que sejam reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas (Brasil, 1999).

Com base nesse Decreto, cabe à pessoa habilitada ter um certificado ou um diploma de conclusão do curso de educação profissional de nível básico, técnico, tecnológico ou superior. E, ainda, deve apresentar um certificado de conclusão do processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social, INSS (IBDD, 2004). De acordo com o Decreto, o percentual de pessoas com deficiência que a empresa é legalmente obrigada a empregar varia segundo o número total de empregados que ela possua, como pode ser observado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Percentual de empregados com deficiência de acordo com o total de funcionários da empresa segundo o Decreto nº 3.298/99.

Número total de funcionários da empresa	Percentual de empregados com deficiência
até 200 empregados	2%
de 201 a 500 empregados	3%
de 501 a 1000 empregados	4%
Acima de 1001	5%

Tendo como base a abrangência e os avanços sociais e legais referentes ao processo de inclusão dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho é que se pode melhor compreender a importância do terceiro setor, no caso da pesquisa, das Organizações não-Governamentais (ONG) para consolidação das políticas inclusivas no trabalho. A participação do terceiro setor no processo de inclusão do indivíduo com deficiência, tanto no mercado de trabalho quanto no contexto educacional, é um meio eficaz para facilitar e garantir os direitos desses indivíduos neste novo e atual contexto organizacional baseado na gestão da diversidade.

Neste contexto da gestão da diversidade, mais especificamente da deficiência, a educação pode ser indicada como facilitadora da inclusão social e da inserção ocupacional dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho. Ao se refletir sobre as novas formas de compreensão das relações humanas pela perspectiva da gestão da diversidade e da inclusão de indivíduos com deficiência é que se pode entender a magnitude da inclusão social pautada em práticas de educação inclusiva, já que a educação inclusiva implica numa total mudança de conceitos capazes de promover um paradigma que valorize e respeite, efetivamente, a diversidade humana proporcionando oportunidades dignas para todos os indivíduos.

Existe uma estreita relação entre educação inclusiva e inserção no mercado de trabalho para promoção da inclusão social dos indivíduos com deficiência. A educação inclusiva enfoca aspectos positivos que apontam para uma melhora não só na vida desses indivíduos, através de mudanças no desenvolvimento, no desempenho e no comportamento deles, mas também melhorias no relacionamento destes com os demais membros da instituição (professores, corpo docente, demais alunos, empresários e funcionários). Tais mudanças tendem a promover o potencial dos indivíduos com deficiência frente ao mercado de trabalho, ou seja, melhorar sua capacitação profissional e, conseqüentemente, suas oportunidades de inclusão profissional.

Esta relação entre educação e inclusão social na perspectiva acima surge após o período do Pós-Guerra, quando se percebe a real necessidade de se atender às demandas do mercado de trabalho e, devido a isso, passou-se então a capacitar profissionalmente os indivíduos que regressavam da guerra, em sua maioria, portadores de algum tipo de deficiência adquirida. Esta capacitação ocorria através do desenvolvimento de habilidades e competências por meio de cursos de qualificação profissional e/ou adaptação do ambiente real de trabalho.

Surge, assim, o que se convencionou chamar de reabilitação profissional, com o objetivo de ensinar

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

competências profissionais em prol de um contexto inclusivo de trabalho e com a finalidade de “permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim, a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade” (Organização Internacional do Trabalho, 1983, apud IBDD, 2004, p. 118).

Para inserção dos indivíduos com deficiência após o processo de reabilitação profissional, o artigo 35 do Decreto nº. 3.298/99 cita que essa inserção deve ocorrer mediante três diferentes modalidades: 1) colocação competitiva (inciso I): o contrato de trabalho regulado pelas normas trabalhistas e previdenciárias, concorrendo o portador de deficiência em condições de igualdade com os demais trabalhadores, inclusive quanto à eficiência exigida para a prestação do serviço. Este tipo de contratação independe da adoção de procedimentos especiais para a sua concretização, embora não exclua a possibilidade de utilização de apoios especiais; 2) colocação seletiva (inciso II): a contratação depende, para se viabilizar, da utilização de procedimentos e apoios especiais. Consideram-se procedimentos especiais os meios e as condições não ordinárias, dos quais depende a pessoa portadora de deficiência, em razão do grau de sua incapacidade (motora, sensorial ou mental), para executar atividade laboral; 3) por conta própria (inciso III): derivada de certos tipos de deficiências que exigem determinadas condições facilitadoras, tais como: jornadas variáveis; horários flexíveis de trabalho e adequação do ambiente de trabalho às suas especificidades. Pode ser incluído neste grupo o trabalho em tempo parcial (Neri, Carvalho & Costilla, 2002).

Entretanto, em se tratando de reabilitação profissional de indivíduos com deficiência no Brasil, ainda se presencia atitudes de reserva e preconceito devido à baixa escolaridade e à desqualificação profissional destes indivíduos. Com base na literatura sobre o assunto, o que se percebe é que “além de fatores individuais, econômicos e sociais, um outro aspecto que dificultaria a inserção da pessoa com deficiência no trabalho é a falha no processo de formação e qualificação profissional” (Tanaka & Manzini, 2005, p. 275).

Para Tanaka e Manzini (2005), o que dificulta ainda o processo de integração de profissionais com deficiência, além do descumprimento das determinações estabelecidas pelas políticas públicas, é o descrédito em relação a real capacidade destes indivíduos para o exercício das funções a eles atribuídas, por vezes atividades de natureza simples e que exigem pouca ou até nenhuma qualificação profissional.

Na prática o que se percebe é uma grande resistência das empresas em adotar a Lei das Cotas, seja por conta da pouca escolaridade e/ou qualificação profissional de indivíduos com deficiência, seja pela falta de interesse por parte das empresas frente à obrigação em ter que substituir, em caso de demissão, o profissional por outro que também possua deficiência. Isso contribuiu significativamente para que muitas empresas não queiram executar esta política pública de inclusão (Lei das Cotas).

Para muitas empresas a dificuldade em se encontrar profissionais com deficiência aptos ao desempenho das funções também é algo que impossibilita a contratação de pessoas que possuam algum tipo de deficiência. Isto resulta do pouco investimento em prol da qualificação profissional destes indivíduos e tem como consequência um grande número de pessoas com deficiência desempregadas ou, ainda, inseridas em atividades do setor ‘informal’, muitas vezes consideradas ‘ilegais’, tendo em vista a ausência do asseguramento dos direitos trabalhistas.

No Brasil, tendo em vista a instabilidade econômica, além do aumento da competitividade, da necessidade de qualificação profissional e, conseqüentemente, do crescente desemprego, o que se verifica é que a falta de informação e a crença de que o indivíduo com deficiência não tem qualificação e não apresenta eficácia no ritmo de produtividade imposto pela empresa são fatores que dificultam a contratação dessas pessoas.

Por outro lado é relevante considerar que, além das questões referentes à obrigatoriedade legal, surge neste contexto uma nova postura por parte das organizações voltada para o exercício da responsabilidade social. A prática empresarial pautada na responsabilidade social permite identificar e compreender as principais motivações que levam empresas a contratar profissionais com deficiência. Dessa forma, com o intuito de assumir uma postura “politicamente correta”, a inserção dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho vem despertando grande interesse e preocupação por parte do setor empresarial.

De acordo com o Instituto Ethos (2001, apud Teodósio, Batista & Givisiéz, 2003), a prática da responsabilidade social caracteriza-se pela permanente preocupação com a qualidade e com a ética nas relações entre as empresas e seus colaboradores, clientes, fornecedores, meio ambiente, comunidades e poder público. Nesse sentido, as empresas brasileiras têm, no mínimo, quatro razões para implementar projetos relativos à contratação de profissionais com deficiência.

De acordo com Ribeiro (2005) essas razões são: 1) razão de ordem legal - baseada em um

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

sistema de cotas estabelecido no Art. 36 do Decreto 3.298/99; 2) razão de ordem funcional - em que nada ou quase nada deverá ser mudado nas políticas internas da empresa, ou seja, a empresa pode ou não se adaptar fisicamente as necessidades de locomoção do profissional; 3) razão relacionada à responsabilidade social - diz respeito à valorização pelo mercado das empresas que tem a preocupação com o bem-estar da sociedade, em colocar em prática, estratégias de promoção social “politicamente corretas”; 4) razão de ordem emocional - trata-se do que se convencionou chamar de ‘efeito colateral’, que tem origem na atitude das empresas que já contrataram profissionais com deficiência; ou ainda, de pessoas que têm em seu quadro de amizade profissionais com deficiência.

Entretanto, para algumas empresas o fato de ter que contratar um determinado percentual de profissionais com deficiência implicaria não só numa reestruturação em termos do ambiente físico da empresa, a fim de extinguir as barreiras arquitetônicas, como também na necessidade de se demitir um percentual igual de funcionários ‘não deficientes’, ou gerar novos postos de trabalho. E, ainda, algumas empresas se utilizam de expedientes, como, por exemplo, o patrocínio de cursos de capacitação profissional para qualificação de mão-de-obra de pessoas com deficiência para contratação posterior deste indivíduo já capacitado como funcionário, em caso da oportunidade de uma vaga. Ao contrário, existem ainda empresas que optam por pagar multas por não contratarem pessoas com deficiência.

Dessa forma, percebe-se que os problemas que os indivíduos com deficiência enfrentam para sua inclusão no mercado de trabalho não dizem respeito à ausência de mecanismos e dispositivos legais, mas sim à eficácia das normas existentes, que não são executadas corretamente em função dos preconceitos e das barreiras atitudinais construídas pelas representações sociais negativas a que estes indivíduos estão sujeitos. Tudo isso repercute na negação do deficiente e em barreiras atitudinais, como, por exemplo, a segregação e a exclusão, que dificultam, e por vezes até impossibilitam, a convivência social das pessoas com deficiência com as demais e as colocam à margem da sociedade (Amaral, 1995).

Neste contexto, o papel que os próprios indivíduos com deficiência exercem influencia o seu ingresso e a sua permanência no mercado de trabalho ‘inclusivo’. Para tanto, faz-se mister analisar e discutir como eles representam socialmente o seu meio, a sua interação com o outro e seus valores pessoais que permeiam as atitudes adotadas por eles para sua própria inclusão no

mercado de trabalho. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi discutir, no âmbito das políticas públicas de inclusão social, da gestão da diversidade e da responsabilidade social, como os indivíduos com deficiência percebem as medidas legais que pretendem garantir a sua colocação no mercado de trabalho, tendo em vista a obrigatoriedade legal da contratação de profissionais com deficiência regulamentada pela Lei nº. 8.213/91 (Lei das Cotas).

Método

Local e participantes

Participaram do presente estudo 49 indivíduos com deficiências de diversas ordens (física: 42; auditiva: 03; visual: 03; mental: 01); todos moradores de diferentes bairros da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A amostra incluía indivíduos de ambos os sexos, sendo 18 mulheres e 31 homens e as idades dos participantes variaram entre 18 e 55 anos (M=35), dos quais 18 eram casados, 26 eram solteiros e 5 eram separados.

Os participantes declararam possuir diferentes níveis de escolaridade (ensino superior: 05; ensino médio: 34; ensino fundamental: 10), completo ou incompleto; sendo todos alunos dos cursos de capacitação profissional (informática, auxiliar administrativo, telemarketing e almoxarifado), oferecidos por uma organização não-governamental (ONG) onde foi conduzido o estudo, o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)⁶.

O estudo⁷ foi conduzido na ONG acima citada, o IBDD, localizada em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro, que tem como finalidade promover o resgate da cidadania da pessoa com deficiência através da prestação de serviços, tais como: cursos de capacitação profissional, inserção de mão-de-obra no mercado de trabalho, apoio jurídico, atividades esportivas e orientação quanto aos seus direitos jurídicos e civis.

Os dados foram coletados nas salas de aulas onde eram realizados os cursos de capacitação profissional oferecidos pelo IBDD. Para os alunos dos cursos de telemarketing e informática, o

⁶ Somente foi possível a divulgação do nome da ONG, o IBDD, Instituto Brasileiro de Direitos da Pessoa com Deficiência, após consentimento formal da coordenação da ONG, através de assinatura de um Termo de Livre Consentimento de realização da pesquisa na instituição.

⁷ Cabe destacar que, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do HUCFF/UFRJ e a pesquisa seguiu procedimentos éticos para pesquisa com seres humanos, ou seja, todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

questionário foi aplicado na sala de informática; já para os alunos de almoxarifado e auxiliar administrativo, o questionário foi aplicado em uma sala de aula.

Instrumento de coleta de dados

Para coleta de dados foi elaborado um questionário contendo questões quantitativas sobre os dados pessoais de cada participante (idade, sexo, tipo de deficiência, zona de residência, escolaridade, estado civil e situação profissional) e duas questões qualitativas, elaboradas como perguntas semi-dirigidas: 1ª) “Como você percebe o tratamento das empresas com o funcionário portador de deficiência?”; e 2ª) “Você acredita que houve alguma mudança após a iniciativa do governo quanto à obrigatoriedade legal das cotas de funcionários portadores de deficiência nas empresas privadas? Explique sua resposta”, as quais foram respondidas pelos participantes de forma escrita e discursiva em espaço no questionário reservado ao registro destas respostas; podendo para as respostas mais extensas ser usado ainda o verso da folha do questionário.

Procedimento e processamento dos dados

Após autorização prévia da ONG, realizou-se contato com os professores e os alunos de cada turma, a fim de explicar os objetivos e o método da pesquisa. Após o consentimento dos participantes iniciou-se a aplicação dos questionários.

Os questionários foram aplicados em grupo e respondidos individualmente pelo próprio

participante, durante horário cedido pelo professor do curso de capacitação profissional.

A aplicação dos questionários teve como duração média 30 minutos para cada turma e o estudo teve como duração total dois semestres (2º semestre/2005 e 1º semestre/2006).

Os dados das questões quantitativas dos questionários foram processados e analisados em termos de registro de frequência simples para elaboração do perfil da amostra e os dados das questões qualitativas foram analisados em termos da frequência da ocorrência das categorias de análise do relato verbal do participante, propostas com base no procedimento de Análise de Conteúdo de Bardin (1970). Essas categorias de análise foram criadas a partir das respostas dos próprios participantes às duas questões qualitativas do instrumento e estão discriminadas a seguir nas figuras dos Resultados.

Resultados

Os dados da aplicação do questionário foram analisados em termos das categorias de análise discriminadas nas figuras abaixo. As categorias de análise da primeira pergunta do questionário “Como você percebe o tratamento das empresas com o funcionário portador de deficiência?”, que se referem à percepção dos participantes a respeito da maneira como as empresas tratam os funcionários que possuem algum tipo de deficiência, podem ser observadas na Figura 1.

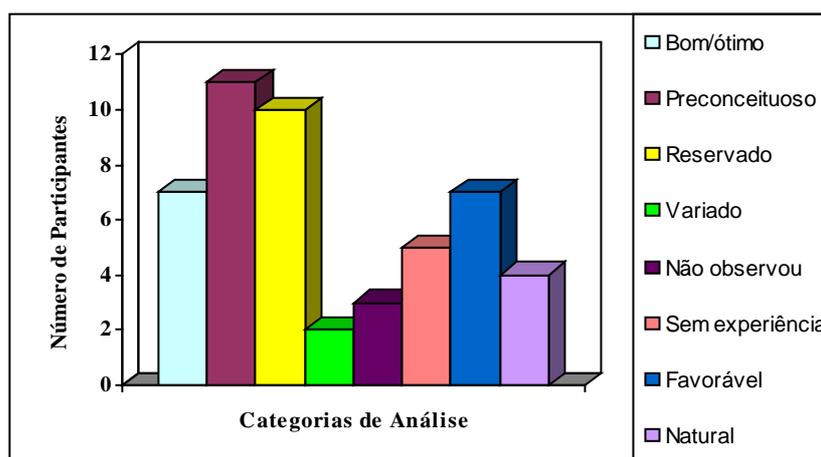


Figura 1 - Respostas dos participantes à questão “Como você percebe o tratamento das empresas com o funcionário portador de deficiência?”

Com base na Figura 1, constatou-se que do total da amostra (n=49), 11 participantes consideravam o tratamento da empresa para com o

profissional com deficiência baseada ainda em atitudes preconceituosas, ou seja, idéias pré-concebidas sobre a deficiência. Para outros 10

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

participantes, o tratamento oferecido pelas empresas ainda era algo restrito e reservado, podendo ainda variar conforme a empresa (n=02).

Ao contrário, para 7 participantes o tratamento dado das empresas era bom ou ótimo e outros 7 responderam que as empresas passaram a adotar um tratamento favorável, após o estabelecimento da Lei das Cotas. No entanto, para outros 4 participantes esse tratamento era considerado algo natural, já que, na visão deles, não houveram mudanças perceptíveis após a Lei.

Apenas 3 participantes mencionaram não ter observado mudança, seja ela positiva ou não, a respeito da colocação de mão-de-obra de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ou, ainda,

5 participantes destacaram não possuir experiência profissional o que, segundo eles, dificultaria uma análise mais eficaz sobre a questão.

As Figuras 2 e 3 apresentam, respectivamente, as categorias de análise referentes às respostas “Sim” e “Não” dos participantes na segunda pergunta do questionário “Você acredita que houve alguma mudança após a iniciativa do governo quanto à obrigatoriedade legal das cotas de funcionários portadores de deficiência nas empresas privadas? Explique sua resposta”. Os resultados referentes à resposta “Sim” dos participantes significava que eles percebiam mudanças nas empresas após a regulamentação da Lei das Cotas.

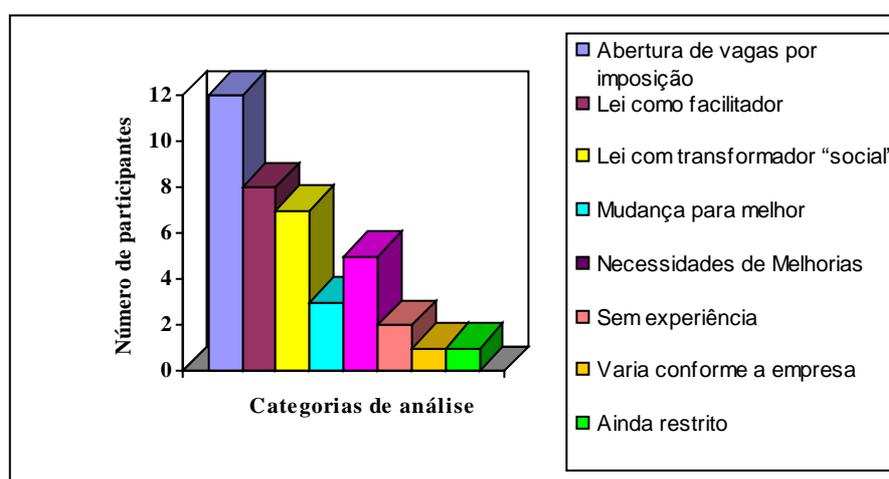


Figura 2. Respostas *Sim* dos participantes à questão 3 “Acredita que houve alguma mudança após a iniciativa do Governo quanto à obrigatoriedade legal das cotas de funcionários portadores de deficiência nas empresas privadas?”

Do total de 49 participantes, 40 responderam “Sim” a esta segunda pergunta do questionário, ou seja, acreditavam que houve mudança após o estabelecimento da obrigatoriedade legal. Com base nestas respostas, 12 participantes acreditavam que a abertura de vagas ocorreu por imposição da Lei; já para 8 participantes, a Lei atuou como um facilitador ou, ainda, para 7 participantes a Lei era um dispositivo que favorecia a transformação social, haja vista que para outros 3 participantes a Lei proporcionou uma melhora no tratamento para com a pessoa com deficiência.

Entretanto, para 5 participantes ainda se faziam necessárias mudanças que visassem uma melhora no tratamento dispensado aos indivíduos com

deficiência. Houve, ainda, participantes que, por não possuírem experiência profissional (n=03), se apresentavam indiferentes à questão e outros participantes que julgavam que a forma pela qual a pessoa com deficiência era tratada variava conforme a empresa (n=01), podendo ainda ser bastante restrita (n=01).

Os resultados apresentados na Figura 3 dizem respeito à resposta “Não” dos participantes, o que significava que eles acreditavam não terem ocorrido mudanças nas empresas após a Lei das Cotas. Verificou-se que do total de 49 respondentes, 9 participantes não acreditavam que houve mudanças nas empresas após o estabelecimento da obrigatoriedade legal.

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

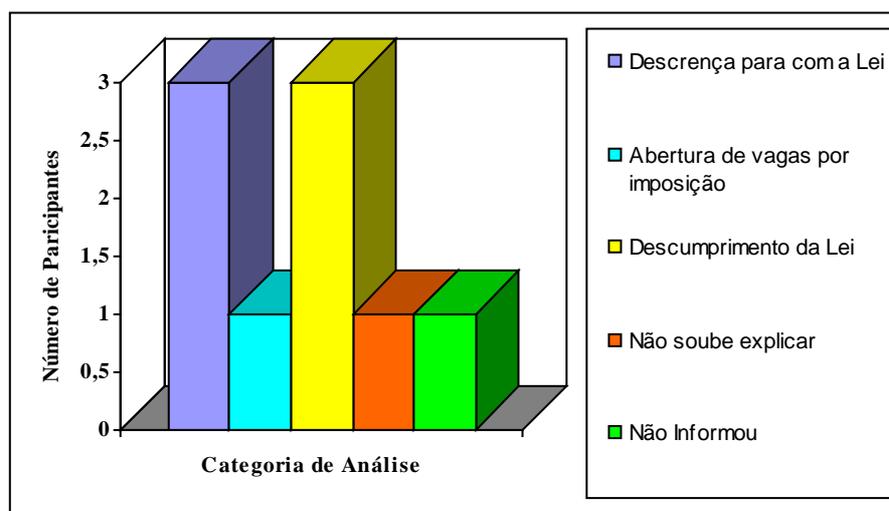


Figura 3. Respostas *Não* dos participantes à questão 3 “Acredita que houve alguma mudança após a iniciativa do Governo quanto à obrigatoriedade legal das cotas de funcionários portadores de deficiência nas empresas privadas?”

Desse total (n=09), 3 participantes demonstraram descrença a respeito da aplicabilidade da Lei das Cotas como forma de assegurar um tratamento eficiente para indivíduos com deficiência. E, ainda, observando a Figura 3, percebe-se que 1 participante considerou que a abertura de oportunidades para estes indivíduos só ocorreu por imposição da Lei e 3 participantes destacaram o descumprimento da Lei como reforçador da não credibilidade para com a obrigatoriedade legal. Apenas 1 participante não soube explicar por que acreditava que não houberam mudanças nas empresas após o estabelecimento da Lei e somente 1 participante optou por não fornecer informação sobre a questão.

Discussão

De acordo com o objetivo proposto no presente estudo, ou seja, analisar as concepções de indivíduos com deficiência acerca da sua inserção no mercado de trabalho, principalmente após o estabelecimento da Lei nº. 8.213/91, a Lei das Cotas, estratégia governamental criada para garantir a participação destas pessoas no mercado formal de trabalho, foi observado que a obrigatoriedade legal de contratação destes indivíduos não garante a aceitação e o acolhimento dos mesmos por parte das empresas, como sugerem os resultados encontrados.

O fato dos participantes perceberem atitudes preconceituosas e um tratamento reservado por parte das empresas sugere que tais atitudes de reserva e preconceito para com o profissional com deficiência podem se tornar barreiras atitudinais

para inclusão destas pessoas no mercado de trabalho. Ainda que, após a Lei de Cotas, se aumente o número de oportunidades nas empresas para estas pessoas, as barreiras atitudinais, como a segregação e a exclusão, construídas pelas representações sociais negativas acerca dos indivíduos com deficiência, torna ainda mais difícil a convivência social e, conseqüentemente, o exercício pleno da cidadania destas pessoas (Amaral, 1995).

De acordo com Néri et. al (2002), tais preconceitos estão relacionados ao desconhecimento das reais possibilidades dos indivíduos com deficiência em se inserirem ativamente no processo de produção, o que pode ser ilustrado por resultados do presente estudo que confirma, a partir das respostas dos participantes, que tais atitudes decorrem da desinformação por parte da empresa ou, ainda, da pouca qualificação profissional da maioria dos indivíduos com deficiência (“*Eles sempre têm dúvida, pensando que não vamos trabalhar, pois temos problemas físicos. Eles não sabem que somos tão capazes quanto as pessoas aparentemente normais*”: Ana⁸, 29 anos).

Não obstante a contratação de profissionais com deficiência resultar da imposição da Lei, houve uma melhora na ‘imagem’ da pessoa com deficiência, uma vez que as empresas contratantes estão assumindo uma nova postura frente a este ‘novo’ profissional. Isto denota que, hoje em dia, as empresas ultrapassaram, ainda que de forma

⁸ Com objetivo de preservar a identidade dos participantes, os nomes usados são fictícios.

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

limitada, uma visão restrita à concepção da deficiência negando as potencialidades que todo indivíduo com deficiência possui, como bem ilustra o relato de alguns participantes do estudo: “*Por que antes da lei as empresas não davam oportunidades ao portador, achando que éramos incapazes*” (Pedro: 43 anos).

Pode-se, assim, afirmar que a inserção dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho formal é um dos maiores obstáculos para a sua plena inclusão social, já que, na maioria das vezes, esta inserção somente ocorre por meio do uso de dispositivos legais que garantem uma ordem social, que deveria ser estabelecida com base no primado do trabalho como promotor do bem-estar e da justiça social (Néri et. al., 2002).

Os resultados obtidos permitem constatar que, a percepção dos indivíduos com deficiência, em relação à sua inserção no mercado de trabalho, revela uma mudança gradativa por parte das empresas, principalmente, após a criação desta política pública de inclusão (Lei das Cotas). Entretanto, ainda existem muitos preconceitos em relação à capacidade produtiva da pessoa com deficiência, tendo em vista o nível competitivo que hoje orienta o mundo empresarial. De fato, deve existir também uma preocupação em se aumentar as oportunidades de trabalho para os indivíduos com deficiência e, além disso, existe uma real necessidade de qualificação profissional e garantia de um suporte social que facilite a estes indivíduos a ocupação de cargos cujo perfil profissional seja compatível com as suas habilidades e com a demanda real da empresa (Tanaka & Manzini, 2005). Essa preocupação decorre não somente da competitividade e seletividade do mercado de trabalho, mas também das inúmeras barreiras de ordem social, arquitetônica e funcional, que tendem a comprometer o direito fundamental à cidadania das pessoas com deficiência (Ribeiro, 2005).

Na perspectiva de garantir este direito é que foi criada a Lei das Cotas (Lei nº. 8.213/91) como um sistema de reserva legal de vagas ou cotas visando à inserção e participação dos indivíduos com deficiência no mundo do trabalho. Porém, essa estratégia é acima de tudo um mecanismo compensatório que se encontra inserido no contexto da ação afirmativa como medida antidiscriminatória adotada por alguns países, a fim de promover a igualdade de oportunidade entre membros de determinados grupos excluídos do contexto social mais amplo (Néri et. al., 2002).

Dessa forma, este tipo de estratégia está fundamentada no princípio de inclusão que defende o direito de todos aos serviços de educação, de saúde e de assistência social, além do direito ao trabalho, à acessibilidade, ao lazer, ao esporte,

dentre outros. Assim, reconhece-se que todo cidadão, independente da sua condição de diversidade, deve ter garantido o direito de acesso aos serviços e aos recursos que melhor atendam às suas necessidades.

A guisa de conclusão, propõe-se uma reflexão a partir do seguinte trecho do texto de uma publicação do departamento das pessoas deficientes do Governo de Québec, Canadá:

[...] As pessoas deficientes têm os mesmos direitos que qualquer cidadão, mas no cotidiano de cada uma nenhuma lei ou imposição pode assegurar o respeito à diferença: é uma questão de atitudes, de mentalidades, de interesses e de relações de força. Injustiças graves persistem e um esforço intenso de recuperação deve ser realizado. A proposta de estratégias globais para assegurar as condições efetivas de integração social das pessoas deficientes é o resultado de um esforço marcável de colaboração e de reflexão do conjunto de participantes sociais. Colocá-las em ação impõe o desafio de exprimir uma vontade coletiva de mudança social. (Québec, 1984, apud IBDD, 2004, p. 35)

Nesse sentido, a participação ativa não somente do Estado, mas também da sociedade civil e dos próprios indivíduos, no que diz respeito à garantia dos direitos e o respeito à dignidade das pessoas com deficiência é de extrema relevância. Dessa forma, deve-se priorizar a ação conjunta entre indivíduo, família, sociedade e governo e não a simples prescrição de leis, como a única forma de se assegurar os direitos dos indivíduos com deficiência de inclusão no trabalho.

Referências

- Amaral, L. A. (1995). *Conhecendo a deficiência*: (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe.
- Bardin, L. (1970). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (2002). *Decreto-Lei Nº. 4.228, de 13 de maio de 2002*. Retirado em 03 de agosto de 2008 do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm.
- Brasil. (2000). Ministério da Educação e da Cultura. SEESP, Secretaria de Educação Especial. *Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: DF.
- Brasil. (1999). *Decreto-lei Nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999*. Retirado em 02 de agosto de 2008 do

Lino, M. V. & Cunha, A. C. B. da Uma questão de cotas? Como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm.
- Brasil. (1998). *Resolução N.º 630, de 20 de outubro de 1998*. Retirado em 01 de junho de 2008 do http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/naac/docs/portarias_res/res_630_98.pdf.
- Brasil. (1991). *Lei N.º 8.213, de 24 de julho de 1991*. Retirado em 03 de agosto de 2008 do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm.
- Brasil. (1989). *Lei N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Retirado em 02 de agosto de 2008 do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm.
- Glat, R. (1995). Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial. *Temas em Psicologia, 02*, 89-94.
- IBDD. (2004). *Responsabilidade social e diversidade: deficiência, trabalho e exclusão*. Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, IBDD. Rio de Janeiro: BNDES.
- Nambu, T. S. (2003). Construindo um mercado de trabalho inclusivo: guia prático para profissionais de recursos humanos. *Coleção de Estudos e Pesquisas na Área de Deficiência, 10*, Brasília: CORDE.
- Neri, M., Carvalho, A.P. & Costilla, H.G. (2002). *Política de cotas trabalhistas das pessoas com deficiência*. Retirado em 15 de maio de 2006 do <http://www.epge.fgv.br/portal/arquivo/1310.pdf>
- Omote, S. (1999). Normalização, integração, inclusão. Ponto de Vista. *Revista do Curso de Pedagogia da UFSC, 1* (1), 4-13.
- Pastore, J. (2001). *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*. São Paulo: LTR.
- Ribeiro, M. (2005). *Contratar um PPD: profissional portador de deficiência*. Retirado em 18 de agosto de 2007 do http://www.institutomvc.com.br/costacurta/artmr01_ppd.htm.
- Tanaka, E. D. O.; Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial, 11*(2). Retirado em 20 de março de 2007 do http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S1413-65382005000200008.
- Teodósio, A. S. S., Batista, C. A. M. & Givisiéz, L. J. V. B. (2003). *Gestão inclusiva: primeiro, segundo e terceiro setor*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
 Recebido: 23/06/2008
 Aceito: 05/082008

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação com as famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

A Relação com as Famílias no Tratamento dos Portadores de Transtorno Mental Realizado no Centro de Atenção Psicossocial

The Relationship with the Families in the Treatment for Mentally Troubled Patients at the Psychosocial Attention Center

Eliane de Souza Pimenta¹

Roberta Carvalho Romagnoli²

Resumo

Este artigo tem como tema a relação da família, no tratamento dos portadores de transtorno mental, com o serviço de saúde mental, a partir de uma perspectiva institucionalista. O objetivo é analisar o campo de forças que se estabelece nessa tríade que dificulta uma efetiva adesão dos familiares ao tratamento dos usuários atendidos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A pesquisa de campo foi realizada no CAPS de Ribeirão das Neves, por meio tanto de entrevistas semi-estruturadas com quatro famílias dos portadores de transtorno mental, usuárias desse serviço, quanto da nossa prática profissional. Analisamos que são diversos os fatores que vão influenciar nas dificuldades que se apresentam na relação entre o portador de transtorno mental, sua família e o serviço de saúde mencionado. A família ainda não se vê como parte importante da assistência ao portador de transtorno mental, e o serviço de saúde, por sua vez, tem dificuldade em levá-la a se ver como tal. Concluímos ser necessária uma reflexão por parte do serviço de saúde sobre o seu papel neste processo, e também sobre o que tem sido oferecido à família para que seja propiciada sua participação ativa na assistência do portador de transtorno mental.

Palavras-chave: família; saúde mental; portador de transtorno mental; Centro de Atenção Psicossocial; cuidado.

Abstract

The theme of this article is the family relation with the mental health care services within the mental health patient's treatment from an institutionalist perspective. It aims to analyze the strength field established by this triad which makes it difficult for the family members to actually adhere to the treatment of users of the Psychological Attention Center (CAPS). The field research has been performed at the CAPS in Ribeirão das Neves, by the means of semi-structured interviews with four mentally troubled patient's families, all of which are users of this service, along with our professional practice. We have found that there are many factors of influence regarding the difficulties presented in the relations amongst the family, the service and the mentally troubled patient. The family members still do not see themselves as an important part of the assistance to the mentally troubled patient and the service has also a hard time attributing this place to the family. We came to the conclusion that the service has to reflect on its role in this process. On the other hand, the service also has to reflect on what has been offered to the family members to make them participate actively in the mentally troubled patient's assistance.

Key words: family; mental health; mentally troubled patient; Psychological Attention Center; care.

¹ Psicóloga, Especialista em Psicologia da Saúde e Mestre em Psicologia pela PUC-Minas. Professora do curso de Psicologia da UNIPAC Bom Despacho, Coordenadora e Supervisora da Clínica Escola. Psicóloga do CAPS de Nova Serrana – MG. Contato: elianepiment@yahoo.com.br

² Psicóloga, Mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela UFMG, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP, Professora Adjunto III do Departamento de Psicologia da PUC-Minas/ Núcleo Universitário Betim. Contato: robertaroma@uaivip.com.br ou robertaroma@uol.com.br

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação com as famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

ntes do movimento da Reforma Psiquiátrica, que no Brasil se iniciou no final da década de 1970, o louco vivia à margem da sociedade. Quando ocorria o primeiro surto, o doente era trancado em manicômios por longos anos, às vezes para sempre. Neste momento histórico, o portador de transtorno mental era afastado de qualquer convívio ou sinal de uma vida produtiva, ficava à margem do social, distante da família, esquecido, excluído. Muitas vezes, falecia na instituição asilar.

Nesse contexto, o louco era distanciado da família como uma proposta de “isolamento terapêutico”. Para justificar tal procedimento, defendia-se que a família estaria sob ameaça de alienação e que, por isso, necessitaria ser protegida. O louco era encarado como uma figura perigosa para a estrutura familiar, supondo-se que poderia subverter os membros mais frágeis, tornando-se um modelo exemplar negativo, ao ser imitado. Entretanto, embora a família precisasse ser protegida do seu membro doente, o grupo era também acusado de promover a loucura. Esta contradição se dava devido à idéia de que a alienação provinha da estrutura familiar e dos conflitos que aconteciam a partir desta relação.

Dessa maneira, a relação da família com o portador de transtorno mental era mediada por agentes médicos e por agências estatais, encarregadas da cura, da custódia e da assistência. À família cabia identificar a loucura e encaminhar para o asilo, fornecer informações importantes, às vezes visitar o doente e esperar por sua recuperação pacientemente. “Recuperação” que, na maior parte das vezes, não acontecia, e assim o louco nunca mais voltava para o seio familiar. Morria no asilo ou ficava nas ruas perambulando, rejeitado pela família, perdendo qualquer vínculo social.

A Reforma Psiquiátrica teve como uma de suas propostas trazer a loucura para o seio familiar. Desta forma, vemos que ocorre uma grande transformação. Se antes o louco era afastado da família por ser uma “ameaça”, ele agora é inserido nesse grupo, a partir do qual pode receber subsídios para a vida em sociedade. Com esta mudança, surgem as dificuldades enfrentadas pelos familiares diante deste novo encargo: lidar com a loucura de forma tão próxima e ainda ser parte imprescindível da reinserção social do portador de transtorno mental.

Moreno e Alencastre (2003) ressaltam, na 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1987, que as dificuldades enfrentadas pela família do portador de transtorno mental não obtiveram destaque. Em 1992, na 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, os familiares tiveram sua representatividade assegurada e uma das

recomendações foi: “[...] evitar culpabilizar o usuário e família, e promover o atendimento integrado da mesma inserida no contexto comunitário e social” (Conferência de Saúde Mental, 1994, p. 26). Já na 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, ocorrida em 2001, procura-se afirmar a importância da família como aliada na nova forma de atenção a ser dada ao portador de transtorno mental, e nela busca-se o suporte dos serviços de saúde através do cuidado domiciliar e do enfrentamento das crises.

Em nossos dias, devido às propostas de mudança da Reforma Psiquiátrica, está em funcionamento uma rede ampla e diferenciada de serviços substitutivos do modelo psiquiátrico tradicional. De maneira geral, eles se caracterizam pela utilização intensiva de um conjunto amplo e complexo de tecnologias terapêuticas e práticas psicossociais dirigidas para manter o portador de transtorno mental na comunidade. Todavia, cabe pontuar que é uma vivência repleta de obstáculos, dificuldades, incertezas e sofrimentos.

Neste contexto, esse estudo privilegia a relação entre o portador de transtorno mental, sua família e o serviço de saúde mental, enfatizando os aspectos instituídos e instituintes dessa relação, desvendando o que dificulta o necessário e real apoio no tratamento do usuário, por parte do familiar, e o que pode propiciá-lo. A realização da pesquisa de campo se deu através de aplicação de entrevistas semi-estruturadas, com quatro famílias de portadores de transtorno mental do CAPS II de Ribeirão das Neves, em janeiro de 2007. As famílias selecionadas para serem entrevistadas foram aquelas cujo portador de transtorno mental encontrava-se em tratamento e estabilizado. A escolha dos informantes se deu mediante discussão com a equipe de saúde do Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) de Ribeirão das Neves. Procurou-se incluir o membro da família mais próximo do usuário e a pessoa de referência do serviço de saúde, ou seja, aquela pessoa com quem os profissionais do NAPS estabeleciam contato. As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados. O portador de transtorno mental não foi excluído do processo: ele foi convidado a participar da entrevista, caso tivesse interesse, sem obrigação de responder ao questionário. Sua contribuição, nos casos em que ocorreu, veio como complementação dos dados colhidos.

A ida a campo permitiu o conhecimento da realidade dos grupos familiares pesquisados e da sua real articulação com o serviço de saúde mental. Além disso, utilizamos a análise da implicação da pesquisadora, que como parte integrante da equipe constituiu por si um atravessamento para a pesquisa,

pois de certa maneira atualiza várias instituições também presentes nessa pesquisa: o lugar de trabalhadora de saúde, da psicologia, da academia, dentre outras. Nesse contexto, optamos por não entrevistar familiares de pacientes que estavam sob nossos cuidados profissionais, dado que nesses casos já existiria um vínculo previamente estabelecido com os entrevistados, e isso poderia influenciar nas respostas fornecidas. Ainda assim, acreditamos que ocorreu as respostas dos familiares sofrerem alguma influência, uma vez que a entrevistadora fazia parte da equipe do serviço de saúde. Os entrevistados talvez acreditassem que não deveriam avaliar negativamente o serviço prestado, já que prevejam da assistência.

Essa pesquisa tem ainda como marco teórico a Análise Institucional de Lourau (1975). A partir das idéias do citado autor podemos afirmar que a instituição se constitui na dialética instituinte *versus* instituído, compondo processos cotidianos que se fazem entre pessoas, ações, conhecimentos e práticas social e historicamente produzidas. O campo do instituinte corresponde às forças produtivas que tendem tanto a transformar as instituições quanto a fundá-las, quando ainda não existem. O instituinte é dinâmico, considerado como grandes momentos históricos, revolucionários, de transformações institucionais, fundamentando a contestação, a capacidade de inovação. Por outro lado, o instituído seria o produto do que já foi um dia instituinte, sendo resultado do processo de fundação de uma instituição, correspondendo ao que é estático, ao que está estabilizado. Ou seja, esse pólo sustenta a ordem estabelecida, os valores, os modos de representação e de organização considerados normais, como igualmente os procedimentos habituais de previsão. Nessa perspectiva, as resistências à mudança são resistências do instituído ao instituinte, amparado nas formas sociais instituídas que operam em prol da reprodução. A partir desta visão evidenciamos quais atravessamentos existem na família, portador de transtorno mental e o serviço de saúde mental, e que efeitos esses atravessamentos têm no grupo participante da pesquisa e no tratamento do portador de transtorno mental.

O Transtorno Mental na Família: Crise e Necessidade de Cuidado

O movimento de luta antimanicomial, em sua proposta de reestruturação da assistência em saúde mental, foi bem sucedido em várias frentes. De

fato, a reforma psiquiátrica brasileira teve muitos méritos, sustentando o redirecionamento do modelo assistencial para serviços de bases comunitárias, criando serviços substitutivos que possibilitaram a desospitalização. Entretanto, percebemos, a partir da pesquisa com os familiares, o entendimento da desospitalização como sinônimo de omissão. Essa omissão sugere a articulação da dificuldade de engajamento da família com a noção de que o cuidado em relação ao portador de transtorno mental seja “dever do Estado”. Ou seja, as famílias entendem que a luta antimanicomial, ao invés de resultar na reinserção social da loucura, é, de fato, uma ausência de cuidado por parte do Estado. Nesse contexto, sobrevivem na lógica do assistencialismo, aguardando que venha de fora a ajuda para suas necessidades. Sendo assim, não correm em busca de melhorias, não lutam, não se organizam.

Romagnoli (2006) ressalta que, muitas vezes, os familiares assumem o lugar de “ignorantes”, destituídos de qualquer saber sobre si mesmos e sobre o doente, o que os impede de se reconhecerem como sujeitos autônomos. Dessa maneira, ocupam um lugar de alienação que não possibilita a realização de novas experiências, e que dificulta que assumam o papel de um grupo ativo no processo de construção da vida. Nessa passividade, os familiares passam a organizar suas vidas em torno da doença mental.

O que constatamos, em nossa prática profissional, é que no momento das crises a família geralmente vem com a demanda de internação. Tsu (1993) comenta que a custódia ou o tratamento são requeridos em função da apresentação, por parte do paciente, de condutas que o familiar considera intoleráveis ou anormais. Vale dizer, o acompanhante valida a demanda de internação e se justifica nas várias queixas que possui contra o paciente.

Embora essa postura seja usual, busca-se atribuir à família a responsabilidade pelo seu membro doente. Mas, ao mesmo tempo, é preciso atentar para o fato de que, a partir do momento em que se consegue fazer da família uma parceira no tratamento, é preciso estar atento às forças instituídas. No caso, a tendência do grupo passivo, como vimos anteriormente, é se manter à mercê dos especialistas, repetindo práticas já fixadas e que não deram certo. No nosso entender, é latente a necessidade de que aconteçam processos que levem a força instituinte a aflorar no seio familiar, permitindo que os familiares do doente saiam do lugar da queixa, que deixem de se sentir vítimas, ou que carregam um fardo. Talvez essa força possa ser

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação das famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

usada para promover um novo sentido para a vida, mais prazerosa do que a relação já instituída e que a doença possa permitir. O desafio que cabe aos profissionais da saúde mental é construir dispositivos que apontem nessa direção.

Segundo Melman (2001), nossa sociedade atribui grande importância à família, lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos e do amor. A família é indispensável para o funcionamento social, responsabilizando-se quase integralmente pela educação, desenvolvimento e formação das crianças, pela felicidade e bem-estar das pessoas. Nesse sentido, em nosso universo de estudo, se a família é tão relevante, ela também se torna responsável por tudo o que possa suceder a seus membros, inclusive pela participação ativa na inserção do portador de transtorno mental na sociedade.

Cabe salientar que o vínculo genealógico, sanguíneo persiste, por definição, enquanto viverem as pessoas ligadas por essa relação. Por muitas vezes, esta relação é conflituosa e mantém-se por meio de grande instabilidade emocional. De certo modo, nomear um relacionamento parental traz consigo uma atribuição de estabilidade e força; e baseada nesses pressupostos, a sociedade refere-se à família como um “porto seguro”. Entretanto, é preciso salientar que a família consanguínea nem sempre ocupa esse lugar no cotidiano. Além de valorizá-la em excesso, as pessoas também apresentam uma forte tendência a idealizá-la, esperando encontrar no seio familiar tudo aquilo de que necessitam, todo o apoio e afeto inesgotável. Esse processo de idealização conduz à ilusão de se pensar que a única solução para que se possa sustentar um paciente e inseri-lo na comunidade passa, necessariamente, pela família (Melman, 2001).

Geralmente, os serviços de saúde também efetuam essa idealização, e trabalham com a concepção de que é na família que o portador de transtorno mental estará bem. Parte-se da idéia de que a família, por sua condição, já garantiria o cuidado e o bom relacionamento. E, nesse processo, não se leva em consideração a singularidade de cada grupo e a especificidade de cada família ao relacionar com a doença mental. Essa singularidade é influenciada ainda pelos valores e representações acerca da loucura presentes em um determinado momento histórico, de acordo com Melman (2001). Cada indivíduo, família ou comunidade apresenta formas de se posicionar que são reflexos de contextos culturais, religiosos, ideológicos, econômicos, dentre outros. Esses fatores, sem dúvida, irão influenciar na dinâmica de

funcionamento de cada família. O transtorno mental surge no seio do grupo familiar como um evento imprevisto, que exerce impacto e produz efeitos desestruturantes em sua organização. Esse impacto se configura como algo ameaçador, e os desdobramentos variam, como vimos, de um grupo familiar a outro, em virtude de sua localização na estrutura social e de sua singularidade, de sua biografia particular. Não raro os familiares apresentam um comportamento de negação diante dos sintomas do portador de transtorno mental, diante daquilo que aparece como estranho para a família. Por outro lado, existe também uma tendência à acomodação, numa tentativa de aguardar a crise passar, na esperança de que o distúrbio se resolva por si mesmo e sem necessidade de tratamento. Admitir a possibilidade de que alguém da família esteja perturbado pode originar em muita ansiedade, tanto pela incapacidade de resolver o problema no âmbito familiar quanto pelo temor de que o estigma da doença mental recaia sobre toda a família (Tsu, 1993).

Gonçalves e Sena (2001) afirmam que vários estudos têm chamado a atenção para a sobrecarga que a família enfrenta na convivência com o doente mental, principalmente por ocasião da alta hospitalar, desencadeando atitudes de incompreensão familiar e até mesmo de rejeição, causadoras de reinternações sucessivas vivenciadas com muita dor e fracasso, ou até mesmo de internações permanentes. A partir dessas contestações, as referidas autoras defendem que a família necessita de ajuda de profissionais de saúde mental. Observamos essa mesma realidade de sofrimento e essa mesma necessidade nas famílias que entrevistamos.

Para Melman (2001) a vivência de catástrofe desestrutura as formas habituais de lidar com situações do cotidiano, e muitos familiares não estão preparados para enfrentar os problemas, não sabem como agir, vivenciando dúvidas e conflitos. Nessa mesma vertente, Rosa (2003) afirma que “[...] o transtorno mental provoca deslocamentos nas expectativas e nas relações afetivas entre as pessoas, ao ser um fenômeno não integrado no código de referência no grupo” (p. 243). A família é levada a mudar rotinas, costumes, valores com os quais até então estava acostumada a lidar, devido ao rompimento, à outra direção que a realidade, que o transtorno convoca.

Decerto, o transtorno mental é um fator desestruturador da família, uma vez que os cuidados dispensados ao membro doente devem ser redobrados e os conflitos e a desorganização do

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação das famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

ambiente aumentam. O espaço familiar passa a ser atingido por desavenças, tensões e brigas. Conseqüentemente, passa a ser necessária uma nova forma de organização familiar para lidar com esses fatores. Uma das formas de possibilitar ajuda a essas famílias é através do estabelecimento de condições básicas para seu tratamento. Examinando a importância das políticas públicas para garantir tais direitos, Moreno e Alencastre (2003), afirmam que se a família não puder contar com uma rede de serviços que a auxilie no atendimento ao paciente, a tendência é que as internações sucessivas se tornem mais freqüentes. Nesse sentido, os serviços precisam elaborar programas visando a atender as necessidades do grupo. É preciso ofertar ao núcleo familiar a possibilidade do cuidado em um período em que a família enfrenta essa crise, além de assegurar um acompanhamento posterior.

As vivências descritas acima mostram que o peso do sofrer psíquico de quem vive e sente a doença mental também se estende sobre a família. Para Pereira (2003) a família, com raras exceções, recebe pouca atenção do sistema de saúde e não é chamada efetivamente a participar, uma vez que a prática psiquiátrica asilar adota ou tutela o doente, tirando-o do convívio social e familiar. Ao mesmo tempo, evidencia-se a importância do papel da família no processo de ressocialização e reabilitação do doente mental. Nesta perspectiva, à medida que cresce a proposta de uma assistência mais abrangente, aumenta a necessidade de eficiência do serviço de saúde no cumprimento de seu papel. Isso significa que o interesse e a solicitação podem ocorrer concomitantemente ao aumento da eficácia e competência do sistema.

No transtorno mental os costumes, a higiene, o sono, a alimentação, o afeto, a consciência, a atenção, a inteligência, o senso de percepção, as relações, dentre outros, podem sofrer drásticas alterações. Isso acarreta uma defasagem para o sujeito, inclusive orgânica. Romagnoli (2006) confirma que a piora orgânica, presente nos portadores de transtorno mental, vai incidir numa constante necessidade de zelo com a higiene pessoal do doente, com a alimentação, com a ajuda para se vestir, com as saídas de casa, o que leva à necessidade de que o doente seja sempre assistido ao efetuar essas atividades corriqueiras. A autora afirma ainda que, como esses quadros tendem a se agravar, há sempre uma perspectiva de mais necessidade de cuidado e atenção.

Observamos em nossa pesquisa que existe ainda outro fator que perturba as famílias: a busca de uma explicação para a emergência do transtorno mental. O que percebemos é que os familiares

sempre tentam encontrar alguma resposta para o seu aparecimento, se consomem em dúvidas e tentativas de explicação do porquê da enfermidade no membro da família. Outros familiares, diante do transtorno mental, se sentem paralisados, fechados em um universo tenso, reduzido, espesso. Muitas vezes, sem informações satisfatórias, sentem-se perdidos e isolados. Sem saber o que fazer, iniciam um processo de sofrimento e culpabilização, tentando achar respostas em algum fato do passado: o que foi feito ou por causa de quem o sujeito veio a adoecer. Na presença de um surto psicótico, parece inevitável que os parentes mais próximos, responsáveis mais diretos pela formação da pessoa doente, sintam-se, de alguma forma, culpados pelo aparecimento do transtorno mental. Sobretudo pelo que foi proporcionado ou que se deixou de proporcionar ao portador de transtorno mental, devido à educação dada e/ou dificuldades financeiras enfrentadas pelos familiares em momentos anteriores ao seu surgimento.

São tantas as tentativas de explicação que até mesmo uma formação familiar que foge ao padrão da família nuclear, convencional, algumas vezes é usada pelos entrevistados para explicar o aparecimento do transtorno mental. A família tem passado por profundas transformações em relação a sua constituição. A família patriarcal, ao longo do tempo, vem perdendo força e dando lugar à família nuclear. Esta, por sua vez, é composta pelos cônjuges unidos em matrimônio e pelos filhos decorrentes desta união. Romagnoli (2007) diz que, a partir da década de 60, aparecem novos arranjos de famílias, que escapam ao modelo da família nuclear – são as denominadas *famílias alternativas*. No entanto, a sociedade ainda vê de maneira preconceituosa essas novas formações familiares, o que acaba influenciando os valores do grupo e dimensionando o sentimento de culpa que esta carrega. Isso fica evidente quando a formação familiar não-convencional é usada para explicar o aparecimento do transtorno mental.

Na tentativa de amenizar o sentimento de culpa pelo membro que portador transtorno mental, muitos familiares encontram ainda uma explicação na religiosidade. De acordo com Pereira (2003), ao mesmo tempo em que a explicação sobrenatural diminui o sentimento de culpa, de vergonha, ela aumenta a condescendência, cria contraposição com outros membros da família, suscitando a retrospectiva da educação dada ao portador de transtorno mental. Isso traz a idéia das implicações do contexto vivido.

Diante dessas situações, alguns familiares mostram uma tendência para a superproteção e o

hiperenvolvimento, intensificando exageradamente os conflitos e dificultando os acordos; pois, com a presença do transtorno mental, a família, principalmente o cuidador do membro portador de transtorno mental, coloca o doente no lugar de incapaz. Acreditando que o paciente não tem condições de ser responsável pelos seus atos, escolhas e atitudes, as famílias adotam uma postura infantilizada de cuidados.

Por fim, percebemos que para os familiares o surto psicótico representa, de certa forma, o colapso dos esforços, o atestado de incapacidade de cuidar adequadamente do outro, o fracasso de um projeto de vida, o desperdício de muitos anos de investimento e dedicação. A doença mental continua sendo, com frequência, motivo de muita vergonha para os familiares, por mais que a concepção da loucura tenha sofrido mudanças.

As histórias dos nossos entrevistados apresentam diferenças, mas também muitos pontos em comum. A maioria das pessoas não sabe como agir quando precisa lidar com comportamentos estranhos e bizarros. Os familiares ficam perdidos, paralisados quando um dos membros do grupo alucina, perde a razão. Não sabem se confrontam, se brigam ou se colocam limites, se devem se calar ou fingir aceitar a “realidade” do outro, tão estranha à vida habitual. Surgem dúvidas, inseguranças, dentre outros sentimentos. Muitas vezes, a questão que se coloca para os profissionais da saúde é: como ajudar os familiares na interação e na gestão da vida cotidiana dos parentes adoecidos?

A Família e o Serviço de Saúde Mental no Jogo do Instituído *Versus* Instituinte

Segundo Melman (2001), nos últimos anos o conceito de sobrecarga familiar foi desenvolvido para definir os encargos econômicos, físicos e emocionais a que os familiares estão submetidos. Ou seja, para definir quanto a convivência com um paciente representa um peso material, subjetivo, organizacional e social. Todos aqueles que trabalham com os doentes e convivem com o universo de pacientes psicóticos, com história de doença de longa evolução, conhecem alguns dos elementos característicos da vida de muitas dessas pessoas: isolamento, distanciamento das relações afetivas, exclusão social, dificuldade em mobilizar o próprio desejo.

Acredita-se que as conseqüências da reforma psiquiátrica, sem desmerecer seus méritos, se refletem, de forma direta, na família do portador de transtorno mental, principalmente sobre as pessoas responsáveis pelo seu cuidado. Essa sobrecarga se

agrava com a impossibilidade de mudanças comportamentais no portador de transtorno mental.

Nesse contexto, com base na Análise Institucional de Lourau (1975), analisamos que persiste a presença do instituído, que tenta calar a todo custo o novo que irrompe e que, nesse momento, é visto só em seu lado negativo ou perturbador. Essa postura tenta driblar o instituinte que convoca outra forma de ser da família, no momento da eclosão da doença mental, e que abala o que já está estabelecido. A relação vai sendo moldada como se não fosse possível ampliar o horizonte das possibilidades diante do transtorno mental. As incertezas e dúvidas iniciais vão sendo substituídas pela certeza da incurabilidade, o que vai enrijecendo as relações da família com o portador de transtorno mental, além dos conflitos que vão aparecendo com a desestabilização do quadro, com a presença de comportamentos que geram intolerância no âmbito familiar.

Sabemos que a família é o lugar onde acontecem as relações mais próximas e, em conseqüência disso, ela é geradora de conflitos. Os desentendimentos e dificuldades, no ambiente familiar, vão aparecer também como conseqüência do transtorno mental. Além desses conflitos já inerentes às relações, na análise dos dados coletados também averiguamos que a presença do portador de transtorno mental no lar mostrou-se coercitiva para todos os familiares, evidenciando uma grande tensão, devida ao constante estado de alerta a que ficam submetidos os familiares.

Por todos os motivos expostos, fica cada vez mais clara a importância de a família ser incluída na assistência do tratamento do portador de transtorno mental. É necessário que ela seja parceira do serviço de saúde mental, uma vez que ela está presente na maior parte da vida do usuário; mas ela também precisa de assistência, para que lhe seja possível suportar as atribuições causadas em seu cotidiano pelo transtorno mental de seu familiar. Furegato, Santos, Nieves e Silva (2002) afirmam que, por um lado, percebe-se a família como o melhor ambiente para acolher e manejar o comportamento do doente, mas por outro, vêm-se o despreparo e a sobrecarga agindo negativamente sobre o cotidiano e as relações intrafamiliares.

A relação entre a família, o usuário e o CAPS é permeada por um jogo de forças dialético entre o instituído e o instituinte. Em alguns momentos, as forças instituintes têm mais vigor, e emerge o novo, aquilo que potencializa a relação, o tratamento, a vida cotidiana. Outras vezes, as forças instituídas ganham mais energia, levando a uma relação mais endurecida, sem produção, voltada para a

manutenção do estabelecido, neste caso para culpabilizações e, conseqüentemente, influenciando de maneira negativa o tratamento do portador de transtorno mental. A partir disso vemos que é preciso analisar como se dá o encontro entre família e serviço de saúde. Que pactos acontecem nesta relação? Quais deles vêm proporcionando mais saúde e qualidade de vida para os portadores de transtorno mental e em que condições têm acontecido? Quais deles facultam mudanças nos serviços e nos modos de funcionamento familiar? Que dispositivos investem na cristalização destas relações: o olhar individualizante, a família, o portador, o serviço, o tratamento?

No decorrer da nossa trajetória profissional, observamos a necessidade de considerar a família como um grupo que precisa ser atendido, a fim de se sentir mais instrumentalizado para cuidar de seu familiar doente. Ao longo desta caminhada, temos percebido que, freqüentemente, a família está distante do seu familiar doente, no sentido de não ser cuidada, e tampouco de participar e se envolver com o cuidado do seu familiar, possivelmente pelo fato de os profissionais de saúde não reconhecerem sua condição de “ser capaz”. Apesar disso, estes últimos mantêm o discurso de que é no seio familiar que o portador de transtorno mental tem de estar inserido para a manutenção do cuidado, e também para poder encontrar subsídios para manter a vida em sociedade. Também pudemos perceber que, muitas vezes, os profissionais de saúde não conseguem ter a sensibilidade e a habilidade necessárias na relação interpessoal com a família do portador de doença mental, para atender à sua necessidade de apoio e suporte emocional diante da realidade da doença.

A interação da família com os serviços de saúde mental é uma fonte de estresse. Geralmente, o contato com os profissionais de saúde resulta numa experiência frustrante, confusa e humilhante. Isso se dá pelo fato de esses profissionais desconhecem não só o que significa para a família vivenciar esta experiência, mas também seus sentimentos, dúvidas, incertezas, necessidades e desejos. Nesse sentido, observamos a supremacia do instituído, que percebe a família como culpada e como um grupo em que é impossível a construção de outro tipo de relação com o usuário do serviço de saúde, um tipo de relação que não seja adoecedor. Provavelmente, a partir da compreensão do significado do que é vivenciar a doença mental, para a família, o cuidado com estes seres possa se dar de maneira mais compreensiva e humanizada, possibilitando que eles sejam mais bem atendidos, como pontua Medeiros (2007).

Moura e Araújo (2005) afirmam que, a partir de meados do século XX, o Estado brasileiro vem organizando uma série de propostas e programas de modo a considerar a importância da família. Os autores, porém, ressaltam que, muitas vezes, tais propostas são idealizadas por gestores desconectados com as características e necessidades da população que procuram ajudar, além de privilegiarem soluções economicamente mais vantajosas para problemas complexos. Além disso, tais programas tomam como homogêneos práticas, experiências e valores que podem ser muito diversos em nossa sociedade, especialmente com relação à instituição familiar.

A desospitalização configura uma nova realidade, na qual um número cada vez maior de pessoas passou a ser assistido em serviços extra-hospitalares. Esse fenômeno introduz novos elementos no campo de negociação entre famílias e os serviços de saúde mental, obrigando as partes envolvidas a rediscutirem as bases de uma nova relação (Melman, 2001). Conforme Lima Júnior e Veloso (2007), essa nova forma de cuidar estimula uma significativa queda nas internações psiquiátricas, e intensifica a exigência do comportamento da família, o que modifica, de forma significativa, sua participação nesse processo.

Sendo assim, verificamos, a partir das entrevistas realizadas, que, se com a reforma psiquiátrica não é mais aceitável estigmatizar, excluir e recluir os loucos, também não se pode reduzir a reforma psiquiátrica à devolução destes às famílias, sem nenhum tipo de intervenção ou acolhimento desses grupos, como se a família fosse, indistintamente, capaz de resolver a problemática da vida cotidiana acrescida das dificuldades geradas pela convivência, pela manutenção e pelo cuidado com o doente mental, conforme alertam Gonçalves e Sena (2001). É necessário que o sistema de saúde e todos os dispositivos que abarcam a assistência ao portador de transtorno mental estejam preparados para receber e dar suporte à família.

Por outro lado, percebemos que a família delega ao serviço de saúde mental a tarefa de resolver todos os problemas do paciente e, conseqüentemente, os da família. Ainda prevalece a idéia de que a instituição de saúde mental é a única responsável pelo tratamento e a ela caberia decidir e resolver o que é melhor. Esta é a idéia que ainda prevalece entre os familiares, apesar de não ser isso o que a Reforma Psiquiátrica propõe. Para esse movimento, a idéia é que a família seja co-responsável pelo tratamento, atuando como parceira do serviço de saúde mental.

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação das famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

Além de esperar que o serviço de saúde mental preencha essa lacuna, e muitas vezes suprir aquilo que falta em suas vidas, os familiares não apresentam críticas quanto a tudo mais que poderia ser feito. Não sentem que é possível fazer algo mais, insistindo em não avaliar a assistência prestada e em manter uma postura passiva. Tantos levam uma vida tão dura, com tamanha privação, que quando encontram uma instituição que lhes proporciona o mínimo de assistência ou amparo, isso já lhes parece suficiente.

Em nossas entrevistas pudemos constatar que os familiares não conseguem perceber a possibilidade de outra postura frente à assistência dos serviços de saúde, mantendo-se, geralmente, no lugar de incapazes, por não possuírem títulos e saber. Além disso, apresentam certa passividade, forma com que geralmente as camadas baixas se inserem no cenário social, nesse processo. É preciso que as forças instituintes, nesse jogo da Reforma Psiquiátrica, ganhem maior vigor e não deixem que imperem as forças instituídas. É preciso ir muito além do que atualmente os serviços têm ofertado à família. Esta oferta tem que se sobrepor às forças instituintes e a todo tempo inventar e reinventar práticas que incluam a família, enquanto assistidas e também enquanto parceiras no tratamento do portador de transtorno mental, oferecendo apoio e algum tipo de ajuda.

Sabemos que existe certa dificuldade, por parte da equipe, ao considerar a família como parceira no tratamento e como alvo também da assistência. Saraceno (1999) interpreta o movimento de culpabilização da família como uma espécie de defesa ante as dificuldades no tratamento dos doentes mentais. Para ele, ocupar-se dos pacientes fora do manicômio é uma tarefa difícil, trabalhosa, complexa, que exige responsabilidade, e talvez seja mais fácil para alguns terapeutas remeter o problema de volta à família culpada, elaborando teorias que legitimem essa prática.

São diversas as formas como os membros das famílias podem participar do processo terapêutico do portador de transtorno mental. Porém, grande parte da adesão decorre do papel desempenhado pelas instituições no sentido de sensibilizar os componentes da rede sociofamiliar a participar de forma mais ativa no tratamento do paciente, fortalecendo o vínculo com a instituição, o que nem sempre é observado. Gonçalves e Sena (2001) salientam que, na prática, a equipe, como um todo, dificilmente está disponível e/ou disposta a trabalhar a dimensão subjetiva e objetiva do cuidado com o doente mental. Os autores observam também que é comum profissionais da saúde

mental exigirem que a família aceite a doença sem oferecer-lhe suporte e orientações.

É importante lembrar que as famílias estão expostas às sobrecargas emocionais, como afirmamos anteriormente, e, mesmo com a Reforma Psiquiátrica, elas são alvos de preconceitos e discriminação. A própria carência de suportes institucionais não permite que as famílias sejam suficientemente amparadas para o enfrentamento do problema.

Observamos que, na atualidade, muitos são os profissionais que ainda apresentam concepções equivocadas quanto às causas da doença mental e defendem os modos de tratamento tradicionais. Em uma dessas concepções, podemos destacar a pressuposição usual de que, se a família tivesse adotado outro padrão de relacionamento com o paciente, este não teria desenvolvido a doença. Essa forma de perceber a doença mental, nos aspectos exclusivos no campo relacional família-paciente, mostra efeitos desfavoráveis para os familiares cuidadores, pois gera uma atmosfera pouco amistosa e tende a inibir as manifestações de solidariedade e amparo que as famílias desejam receber dos profissionais e da comunidade.

Na pesquisa realizada por Melman (2001), foi possível observar o relato de familiares que disseram da presença, com certa frequência, de comentários culpabilizantes por parte de alguns técnicos, que responsabilizam, direta ou indiretamente, a família pelo adoecimento do paciente. Tais observações acabam reforçando a resistência das pessoas quanto a sua participação no tratamento. Além disso, trazem nas entrelinhas algum tipo de punição, como se a família não pudesse sair desse processo sem o devido castigo. E, ao contrário do que acontece, com o processo da Reforma Psiquiátrica espera-se que a família deixe de ser culpabilizada pela doença do seu familiar e passe a atuar como coadjuvante em seu tratamento e reabilitação. Embora a associação com o grupo apareça nos discursos e nas propostas desse movimento, é preciso que haja ações concretas que viabilizem essa aliança. A proposta da Reforma Psiquiátrica não pode ser apenas uma utopia.

A partir dos relatos, percebemos que, muitas vezes, os profissionais julgam os comportamentos da família, em vez de tentar entendê-los e efetivar laços, criam barreiras que acabam afastando essas pessoas. De uma forma geral, constatamos que sempre vai existir algum membro da família que assume o lugar do responsável pelo usuário, e é essa a pessoa que muitas vezes é julgada. Esse julgamento evidencia a primazia do instituído, pois, ao fazê-lo, os profissionais levam em consideração

um modelo abstrato de família, ou do modo de se relacionar desse grupo ideal. É inegável a importância da família em todo esse processo, mas em geral um único familiar assume os principais cuidados e tem mais ligação com o portador de transtorno mental. Observamos que é esse cuidador quem acaba por ter uma relação mais próxima com o serviço de saúde.

Essa relação, muitas vezes, não permite um olhar crítico do familiar diante da assistência fornecida. Assim, os familiares passam a ocupar um lugar passivo no tratamento do portador de transtorno mental. Entretanto, o serviço de saúde pode também ser responsabilizado por essa passividade, uma vez que coloca em segundo plano a assistência da família, resumindo-a a uma fonte de informações sobre a história pregressa do portador de transtorno mental. Com isso, a família tem apenas participação em reuniões, em algumas visitas espontâneas, com predominância de uma orientação diretiva e/ou aconselhamento. Dessa forma, o sofrimento da família não é acolhido, em sua intensidade e integralidade, pelo serviço de saúde, tampouco ela é instruída sobre como lidar com a sintomatologia do transtorno mental (Rosa, 2003). E aqui, mais uma vez, vemos que o discurso de trazer a família para ser parceira do serviço fica, quase sempre, no campo da demagogia, e o que acontece, de fato, é a repetição do instituído, a predominância do que já está estabelecido.

Contudo, como o instituído existe concomitantemente com o instituinte, percebemos que esse embate de forças se dá num momento de singularidade, acontece na especificidade de cada serviço. Sendo assim, a proposta de o CAPS substituir o hospital psiquiátrico, esta forma mais humanizada de lidar com o transtorno mental também tem alcançado seus objetivos. Os relatos dos familiares sobre o tratamento dispensado ao portador de transtorno mental, no CAPS, revelam que esta instituição é a que melhor atende as expectativas dos usuários e familiares, se a compararmos ao hospital psiquiátrico. Ressaltamos, no entanto, que os relatos dos informantes dizem respeito apenas à instituição que serviu de contexto para esta pesquisa, e que não refletem, necessariamente, a situação de outros CAPS, em outras regiões do estado e do país.

Considerações Finais

Embora a Reforma Psiquiátrica tenha tido repercussões positivas com os familiares e a comunidade em geral, a partir da pesquisa realizada, ainda fica clara a necessidade de

melhorar a relação do serviço de saúde mental com a família. Romagnoli (2004) acredita que “[...] os serviços de saúde mental têm potencial para estabelecer uma parceria com as famílias, para ajudar a construir outro arranjo coletivo, outra relação com a doença mental” (p.79), sendo possível gerar um campo de afetamento que opere a criação de novos modos de subjetivação, e que, portanto, possibilite que forças instituintes estejam mais atuantes. É possível que isso aconteça a partir da associação do conhecimento teórico-técnico do profissional ao conhecimento da família sobre si mesma. Porém, cabe ressaltar que o conhecimento teórico-técnico não cabe a todos os profissionais que trabalham em um CAPS. Os profissionais, tais como auxiliares de enfermagem, profissionais de apoios, pessoal administrativo, porteiro, dentre outros, na maioria das vezes vão primeiramente para a prática. Alguns deles nunca haviam ouvido falar de Reforma Psiquiátrica, mas precisam conhecê-la para aprender a lidar com o portador de transtorno mental, e reconhecer todo o processo que envolve o tratamento e os familiares.

Para cuidar, são necessários suporte e alívio de tensões e de angústia. Possibilitar para o familiar um espaço em que ele possa se sentir apoiado, onde, diferentemente do papel que desempenha em casa, ele tenha espaço para dizer daquilo que é insuportável, que não dá conta de resolver e que o incomoda, pois espera-se que essa pessoa resista a todo tipo de sofrimento, demanda e angústias que pairam sobre sua vida. Frente à estrutura do seu cotidiano, não lhe resta tempo para lidar com essas questões.

Diante dos dados analisados, observamos que é fundamental que a referência técnica crie vínculos, conheça a casa, a família, para poder cuidar. É importante a atenção voltada para o portador de transtorno mental, mas também é relevante que a família esteja inserida no processo. Para que seja parceira do serviço, ela precisa de ser cuidada, necessita de alguém para escutá-la, acolhê-la e orientá-la. A partir do momento em que isso é proporcionado aos familiares, todos passam a sentir que estão envolvidos na assistência, e fica mais fácil para a família ser parceira da equipe. Nesse sentido, esperamos que esse estudo favoreça a construção de trabalhos com famílias, que dêem passagem às forças instituintes, a novas formas de tratar e trabalhar com o grupo, a outras conexões com a loucura.

Referências

Pimenta, E. de S. & Romagnoli, R. C. A relação das famílias no tratamento dos portadores de transtorno mental realizado no Centro de Atenção Psicossocial

- Conferência de Saúde Mental (1994). *Relatório final*. Brasília: Ministério da Saúde/Divisão de Saúde Mental.
- Furegato, A. R., Santos O. S., Nievas A. F. & Silva E. C. (2002) O fardo e as estratégias da família na convivência com o portador de doença mental. *Texto & Contexto Enfermagem*, 11(3), 51-56.
- Gonçalves, A. M. & Sena, R. R. (2001). A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. *Revista Latino-Americana*, 9(2), 48-55.
- Lima J. R., J. & Veloso, T. M. G. (2007). Convivendo com a loucura: as representações sociais de familiares de usuários de instituição psiquiátrica. *Vivência*, n. 32, 163-172.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Medeiros, M. M. de. (2007). Informação e representações sociais: um estudo com familiares de portadores de sofrimento mental. *Encontros Bibu*, n. 24, 72-91.
- Melman, J. (2001). *Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares*. São Paulo: Escrituras.
- Moreno, V. & Alencastre, M. B. (2003). A trajetória da família do portador de sofrimento psíquico. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, 37, 43-50.
- Moura, S. M. S. R. & Araújo, M. F. (2005). Produção de sentidos sobre a maternidade: uma experiência no Programa Mãe Canguru. *Psicologia em Estudo*, 10(1). Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 jul. 2007.
- Pereira, M. A. O. P. (2003). Representação da doença mental pela família do paciente *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 71-82.
- Romagnoli, R. C. (2007). O pensamento institucionalista e a transformação da família. In: C. Ceverny (Org.). *Família, movimento e transformação* (pp. 97-119). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Romagnoli, R. C. (2006). Famílias na rede de Saúde Mental: um breve estudo. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 305-314.
- Romagnoli, R. C. (2004). Trabalhando com famílias na rede de saúde mental: dificuldades e desafios. *Pulsional*, 17(180), 71-80.
- Rosa, L. C. S. (2003). *Transtorno mental e o cuidado na família*. São Paulo: Cortez.
- Saraceno, B. (1999). *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte: Te Corá.
- TSU, T. (1993). *A internação psiquiátrica e o drama das famílias*. São Paulo: Vetor.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
 Recebido: 12/03/2008
 Aceito: 31/07/2008

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Trajetórias de Desenvolvimento e Contextos de Subjetivação e Institucionalização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas¹

Developmental Trajectories and Contexts of Subjectivation and Institutionalization among Adolescents attended in the Socio-Educational System

Tatiana Yokoy²

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira³

Resumo

A presente pesquisa investiga processos de subjetivação e institucionalização de adolescentes no contexto cultural de uma casa de semiliberdade do Distrito Federal. O arcabouço teórico do trabalho articula a Psicologia Histórico-Cultural, a análise institucional pós-estruturalista e a epistemologia qualitativa. A produção social da delinquência, o papel da intencionalidade individual e a cultura da cadeia como circunscritores que orientam o desenvolvimento são objetos de discussão. Por meio de observações etnográficas e entrevistas narrativas autobiográficas com adolescentes vivendo em uma casa de semiliberdade, procura-se interpretar as trajetórias de desenvolvimento e os contextos de subjetivação e institucionalização dessa adolescência. A análise das narrativas foi integrada à análise da cultura e das práticas institucionais. As recomendações finais sugerem melhorias concretas e simbólicas nas instituições que atendem adolescentes envolvidos em atividades infracionais.

Palavras-chave: adolescência; medidas socioeducativas; epistemologia qualitativa; análise institucional; psicologia histórico-cultural.

Abstract

This research aims at investigating processes of subjectivation and institutionalization of adolescents in the cultural context of a part-time correctional institution in Distrito Federal, Brazil. The theoretical framework articulates cultural-historical psychology, post-structuralist institutional analysis and qualitative epistemology. The social production of delinquency, the role of individual intentionality and prison culture as a symbolic constraint of adolescent development, are discussed. Through ethnographic observations and autobiographical narrative interviews with institutionalized adolescents, we aim at interpreting developmental trajectories and contexts of subjectivation and institutionalization of these adolescents. The analysis of narratives was articulated with the analysis of institutional culture and practices. Lastly, recommendations are formulated to shed new light on the construction of concrete and symbolic changes at institutions which attend adolescents involved with infractions.

Key words: adolescence; juridical psychology; qualitative epistemology; institutional analysis; cultural-historical psychology.

¹ Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Mestre em Psicologia Escolar. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde da Universidade de Brasília. Contato: tatiana.yokoy@gmail.com

³ Doutora em Educação. Pós-doutorada - Clark University, EUA. Professora da Universidade de Brasília. Contato: mcsoliveira@terra.com.br

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, é considerado uma legislação de vanguarda, pois rompe com doutrina da situação irregular e reafirma a noção da proteção da infância e juventude. No que diz respeito a adolescentes “em conflito com a lei”, o Estatuto apresenta as medidas socioeducativas, que visam punir um ato infracional e reparar o dano social. A medida de semiliberdade exige a permanência em estabelecimento socioeducativo nos dias de semana e não comporta prazo determinado, devendo os técnicos elaborar relatórios periódicos. As casas de semiliberdade são unidades residenciais cujas atividades externas são realizadas na comunidade.

Segundo relatórios de Silva e Guerresi (2003) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (2002), o perfil do adolescente infrator brasileiro é o de sujeitos do sexo masculino; com idade entre 16 e 18 anos; que não freqüentavam a escola, não trabalhavam e viviam com a família quando praticaram o delito. Em geral, eles não concluíram o ensino fundamental, são usuários de drogas e suas principais infrações são o tráfico de drogas e os atos contra o patrimônio, prevalecendo roubos e furtos.

Pereira (2002) e Oliveira (2002) apontam algumas das motivações relatadas por adolescentes, em cumprimento de medida de privação de liberdade, para terem começado a praticar infrações: a condição socioeconômica; a violência doméstica; o envolvimento com outros infratores; e a idéia de predestinação para o crime. Como fatores que dificultam a saída da trajetória infracional são relatados: as conseqüências financeiras sobre os familiares; as ameaças de rivais; as relações de fidelidade no grupo de pares infratores; e a incredulidade da sociedade na descontinuidade do crime, atualizada nos olhares e recusas de emprego, por exemplo (Silva, 2003; Silva, Rossetti-Ferreira & Carvalho, 2004).

A cada ponto de bifurcação no curso de vida, a pessoa lida com múltiplas circunscrições culturais no processo de constituição da subjetividade (Mishler, 2002). O período de cumprimento das medidas socioeducativas é um possível evento disruptivo, que pode dificultar a construção de novas trajetórias de vida relacionadas à criminalidade e reorganizar as trajetórias de desenvolvimento marcadas pela exclusão social, com flexibilidade para uma

negociação e significação de si, da sua existência e de seus atos (Silva & Rossetti-Ferreira, 2002).

Este relato de pesquisa foi construído a partir de informações de entrevistas narrativas autobiográficas e observações etnográficas realizadas em uma casa de semiliberdade do Distrito Federal, como parte da pesquisa de mestrado da primeira autora sob a orientação da segunda autora, com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. A partir da investigação de processos de subjetivação e de institucionalização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a pesquisa se propõe a interpretar as trajetórias de desenvolvimento e os contextos de subjetivação e institucionalização dessa adolescência específica. Por meio de estados interativos e rituais institucionais (McLaren, 1992), são constituídas maneiras sutis de internalização e atualização dos valores e normas presentes nas práticas institucionais. De acordo com Lopes de Oliveira e Vieira (2006), o *self* do adolescente privado de liberdade se configura nas relações entre os sistemas semióticos formais e informais que compõem a instituição socioeducativa em que vive. Os sistemas formais contemplam as normas de funcionamento e hierarquias relacionais; já os informais abrangem crenças, valores, dispositivos disciplinares implícitos e a cultura institucional.

A presente pesquisa se alinha com as Diretrizes para a Prática Profissional do Psicólogo em Unidades Destinadas a Adolescentes Autores de ato Infracional do Conselho Federal de Psicologia (2006). Assume-se que a produção científica e divulgação de conhecimentos a respeito de medidas socioeducativas deve contribuir para a construção de intervenções profissionais críticas que desnaturalizem práticas instituídas e relações violentas, bem como se pautem em um compromisso ético de garantia da universalidade dos direitos humanos aos adolescentes autores de ato infracional.

Metodologia

Fundamentação epistemológica

Neste trabalho, a metodologia é vista como um ciclo dinâmico de fases indissociáveis, ao longo do processo de construção de conhecimento (Branco & Valsiner, 1997). A epistemologia qualitativa (González Rey, 1997;

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Marecek, 2003) é adotada, destacando-se que a produção de conhecimento é interpretativa, interativa e inserida politicamente em um contexto sociocultural.

Participantes

Os atores institucionais da fase de observação etnográfica incluíam os adolescentes de uma casa de semiliberdade e as equipes técnica, administrativa, de apoio, de voluntários e de educadores sociais. A instituição abrigava cerca de 23 rapazes, entre 14 e 22 anos de idade, da classe média-baixa e baixa, vindos de diferentes cidades do DF. A maioria deles frequentava a sexta série do Ensino Fundamental do terceiro turno (noite) em escola da comunidade. Todos os seis adolescentes entrevistados, aqui identificados por codinomes, já tinham cumprido internações anteriores e relataram histórico infracional que contemplava latrocínio, tráfico de drogas e tentativas de homicídios. Também indicaram uso de álcool e tabaco e muitos deles eram usuários de maconha e cocaína.

Caracterização da casa de semiliberdade

A instituição funcionava no local pesquisado há dois anos e ainda estava em reformas, com móveis improvisados. Não existiam espaços adequados para atendimentos dos adolescentes e suas famílias, que otimizassem a socialização, ou para esportes diversificados em condições seguras. A sigla CSL será adotada em referência à instituição, por considerar que a palavra “casa” remete ao campo semiótico do lar, familiar e afetivo, o que não se expressava naquele contexto.

Procedimentos de construção e análise das informações da pesquisa

Observações etnográficas

As observações etnográficas aconteceram ao longo de sete meses (outubro/2005 a abril/2006) de interações estabelecidas com funcionários, voluntários e adolescentes da CSL. A frequência média de visitas à instituição era de três vezes por semana, no período da tarde. As observações eram registradas em diário de campo, por meio de notas de campo, descritivas e reflexivas. Foram observadas atividades formais e interações informais. Uma atitude não-participante foi

assumida somente nas atividades coordenadas pelos profissionais da CSL, a fim de desvincular o papel de pesquisadora do papel de membro da equipe. A saída de campo foi progressiva, envolvendo a diminuição de idas à instituição, contato exclusivamente telefônico e reunião para oficializar a saída.

Entrevistas narrativas autobiográficas

Foram realizadas seis entrevistas narrativas autobiográficas em que se encorajavam os adolescentes da CSL a contarem suas histórias de vida. As entrevistas oscilaram entre 45 min e 1h20, entre janeiro e março de 2006, registradas em gravador analógico comum e transcritas integralmente. Os adolescentes entrevistados foram selecionados a partir do bom vínculo estabelecido. A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro semi-estruturado, prezando-se a não-interrupção do relato e a emergência de narrativas sobre eventos de vida considerados relevantes pelos adolescentes.

Resultados e Discussão

Os tópicos que se mostraram relevantes na compreensão dos resultados da presente pesquisa são apresentados em três seções, a seguir.

Trajetória de vida e contextos de subjetivação dos adolescentes

Esta seção estabelece pontos em comum entre as trajetórias pessoais, familiares e institucionais dos adolescentes da CSL e associa momentos do ciclo de vida e contextos de subjetivação que se mostraram relevantes na pesquisa. A Tabela 1 traz algumas falas significativas dessas relações, sendo que os exemplos apresentados são representativos das vivências regulares dos outros adolescentes da CSL. A trajetória de vida desses rapazes é marcada por baixa escolaridade; uso de drogas; subempregos; e institucionalizações prévias, corroborando os perfis de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas traçados também por outros pesquisadores (Silva & Guerresi, 2003; MPDFT, 2002). Os relatos dos adolescentes da CSL expressam a canonicidade de uma infância feliz, uma adolescência irresponsável e uma vida adulta séria e permeada por preocupações com a família.

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Tabela 1. Trajetória de vida e contextos de subjetivação dos adolescentes.

	Infância	Adolescência	Vida adulta
	<i>“Eu acho a época melhor. Não sabia inda de nada do mundo. Ficava só no colo.”</i> (Corisco)	<i>“Adulto, adulto mesmo, não. Ainda tenho muita coisa que eu tenho que... parar pra pensar um pouco.”</i> (Januário)	<i>“Eu acho que eu já sou adulto, né? Que eu já tenho responsabilidade demais.”</i> (Cajarana)
Família	<i>“Minha família, tipo, me deu... deu do bom e do melhor.”</i> (Meia Noite) <i>“Cabuloso! Toda minha infância é cabuloso!”</i> (Virgulino)	<i>“Eles [pais] tá do seu lado, entendeu? Pro que tu precisas. Nunca rejeitou. Sempre tá do meu lado, me dando força.”</i> (Meia Noite)	<i>“Vou voltar a estudar, vou terminar meus estudos, né? Trabalhar, comprar meu carro, ter minha casa, ter... Assim, ter um lugar pra mim morar e ter minha família.”</i> (Januário)
Escola	<i>“A minha infância foi legal. Soltar pipa, jogar bola, ir pra escola.”</i> (Januário)	<i>“Lá [na escola] é uma tentação, moço! Muita gente que eu conheço (...) Não tem como você resistir não, moço! Usar droga, já...”</i> (Cajarana)	<i>“Enquanto tava aí roubando, não deu certo. Eu vou tentar é na caneta, agora! Acho que ela... me dá um pouco mais de futuro.”</i> (Januário)
Rua	<i>“Curti muito. Ah... sair pra córrego. Massa!”</i> (Januário) <i>“Só jogar bola e soltar pipa mermo.”</i> (Corisco)	<i>“Comecei a sair pra rua, pra boate, curtir frevo [festa]... Tomar umas e.. Comecei a fumar e... Fui curtindo com os amigos. Aí, foi indo...”</i> (Januário)	<i>“Eu tô de boa. Quase nem tô saindo mais não. Eu fico mais é dentro de casa, com a minha dona lá.”</i> (Januário)

A infância dos entrevistados é qualificada como boa e é idealizada como a melhor época da vida pelos adolescentes entrevistados, pois se sentiam queridos por todos e brincavam em espaços públicos. Esse ideal de infântilidade está associado à pureza e imaturidade, anteriores à conformação às regras sociais e à disciplinarização do corpo nas instituições pelas quais estes adolescentes já passaram. Essa infância idealizada se associa a uma maior valorização do passado, significada como fase da vida em que predominam a ingenuidade e a diversão sobre a violência e sofrimentos das vivências atuais dos adolescentes da CSL. A tentativa de mostrar uma imagem de infância feliz é apresentada narrativamente como antítese à adolescência vivida no contexto da infração.

Dois adolescentes entrevistados enfatizaram mais os elementos “trágicos” (*sic*) da própria infância, por apanharem por motivos banais do padrasto alcoolizado, por precisarem trabalhar e terem crescido em comunidade violenta. O trabalho infantil é reportado pelos entrevistados, geralmente, acompanhando seus pais em subempregos ou

realizando pequenos serviços para as figuras de autoridade locais. Diversos trabalhos nos mostram o retrato regular de uma infância vivida na pobreza pelo jovem infrator brasileiro (Assis & Constantino, 2005; Athayde & MV Bill, 2006; Castro, 2005; Rizzini, 2005; Zamora, 2005). As infâncias desses adolescentes são marcadas pelo trabalho infantil no mercado informal; pelo abandono da escola; pela tolerância aos pequenos delitos; e por vivências comunitárias permeadas pela violência dos comandos locais.

Essa idealização da infância pelos adolescentes da CSL pode funcionar como uma salvaguarda da família, que é qualificada como fonte de apoio, carinho e sustento. Os adolescentes entrevistados afirmam que seus familiares são as únicas pessoas dignas de confiança no mundo e ressaltam que suas famílias sempre se esforçaram para dar o melhor a eles. Essa preservação da família pode ser uma reação dos adolescentes às constantes significações, da sociedade em geral e do próprio atendimento socioeducativo, de que suas famílias são desestruturadas, violentas, permissivas e

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

delitogênicas, como também nos aponta os trabalhos de Espíndula e Santos (2004) e Povoia (2003). Na vida adulta, a família adquire, para os adolescentes entrevistados, a conotação de refúgio da violência da rua e a casa é significada como local de proteção e ambiente exclusivo de relações afetivas positivas e desinteressadas.

A adolescência dos sujeitos envolvidos na criminalidade é considerada somente como uma fase de transição pelos entrevistados. Muitos destes adolescentes não têm clareza sobre se posicionar como adolescentes ou como adultos. Da mesma forma, os funcionários da CSL são ambivalentes ao significar os adolescentes da instituição como adultos ou crianças, infantilizando-os quando orientam os pais a levar o adolescente até a porta da sala de aula, ou se isentando de intervenções promotoras de desenvolvimento, por já considerarem-nos como “*homens barbados e pais de família*” (fala da equipe).

A identidade adolescente é associada pelos entrevistados a uma postura de irresponsabilidade, resignação ao destino e às poucas possibilidades de modificar sua própria condição de classe. O adolescente seria aquela pessoa brincalhona, bagunceira, que passa o tempo na rua. Esse estereótipo do adolescente anti-social é adotado e naturalizado pelos próprios adolescentes nas entrevistas e pelos funcionários da CSL, que usam essa imagem para explicar diversos comportamentos de rebeldia às famílias dos adolescentes. Essa representação negativa da adolescência na CSL também é encontrada em outras pesquisas sobre a representação da adolescência pelos próprios adolescentes e pelos profissionais que os atendem (Espíndula & Santos, 2004; Ozella, 2002).

A vida adulta é organizada pelos adolescentes da CSL segundo duas visões contrastantes. A primeira visão do futuro é a da incerteza, da morte, do encarceramento ou de seqüelas físicas. Nessa perspectiva, o futuro contempla o “*matar ou morrer*” (sic) e a metáfora dos três C’s (cadeia, cemitério ou cadeira de rodas), que são dados documentados também em outros trabalhos (Athayde & MV Bill, 2006; Conceição, Tomasello & Pereira, 2003). A entrada na criminalidade é considerada como um contrato eterno, cuja quebra é significada como traição e digna de punição (Silva, 2003; Silva *et al.*, 2004).

Já a segunda possibilidade de futuro narrada pelos adolescentes da CSL contempla uma imagem da vida adulta associada a planos típicos do projeto de vida da classe média: começar a trabalhar, voltar a estudar, fazer os cursos oferecidos pela CSL e

juntar dinheiro para ter um carro. O sujeito adulto, para os adolescentes entrevistados, tem um emprego formal, casa própria e filhos educados. Os resultados da presente pesquisa convergem com os encontrados por Lightfoot (1997), ao apresentar o adulto como aquele que se envolveria em atividades associadas ao trabalho e à família e cujos comportamentos de risco seriam menos freqüentes, devido à mudança do seu *status* legal e às expectativas sociais que prescrevem um comportamento mais conservador.

O retrato da identidade adulta construído pelas narrativas dos adolescentes da CSL é o de uma pessoa com maior agência e capacidade de diálogo. O adulto se relacionaria melhor com a família e não guardaria mágoas de ninguém, o que é atribuído pelos entrevistados ao “*amadurecimento*” (sic). O adulto seria mais racional, sério e calmo do que o adolescente; ele gosta de conversar e prefere lazeres saudáveis. Muitos adolescentes da CSL que se consideram adultos ressentem-se pela perda do emprego e não gostam de ser objeto de constante vigilância na CSL, pois relatam já saberem o que querem da vida e que assumem as conseqüências dos seus atos. Eles moram sozinhos com suas namoradas, têm filhos e cuidam das próprias despesas.

O retorno à escola e à casa da família como sinalizadores de um desenvolvimento adulto contrastam com a permanência prolongada na rua e a fuga da escola, experiências típicas da adolescência dos moradores da CSL. Apesar de a escolarização ser obrigatória na medida de semiliberdade, a escola é um local em que esses rapazes passam pouca parte do seu tempo. Alguns sofrem ameaças de rivais na escola e precisam se esconder ou fugir do local. Outros saem da escola e freqüentam sinucas e bares. Nem a escola nem a CSL são significadas pelos adolescentes entrevistados como ambientes de formação, que podem conferir-lhes agência e auto-estima. Outros mercados, como o tráfico de drogas e as outras infrações, cooptam esses adolescentes, acenando com a possibilidade de inserção na cultura do consumo (Bruner, 2001).

A baixa escolaridade dos adolescentes da CSL é reconhecida por eles como um obstáculo à sua inserção no mundo do trabalho. No entanto, eles não acreditam que ter os diplomas escolares ou dos cursos profissionalizantes seja garantia de emprego no mercado de trabalho formal, o que se coaduna com os trabalhos de Pereira (2002) e Lopes de Oliveira (2003). Para os entrevistados, não há nada de bom na escola, com exceção das moças com quem eles ficam. Outros elementos negativos

também são identificados nas narrativas dos adolescentes da CSL sobre a escola destinada a eles, coerentemente com Assis e Constantino (2005), como: a baixa qualidade do ensino; a falta de motivação para os estudos; as repetidas reprovações; a baixa qualidade das interações com colegas e com professores; além das péssimas relações entre unidade socioeducativa e escola e o despreparo dos educadores para atender essa adolescência.

A saída do ambiente da rua também indica uma entrada na vida adulta, segundo as narrativas dos adolescentes da CSL. Na infância, a rua é o local de brincar e de trabalhar, como discutido anteriormente. A realização de pequenas tarefas para os comandos locais funciona como uma alternativa de trabalho para os sujeitos que não são atendidos pelos serviços e instituições públicas de saúde, educação, justiça e segurança, conforme discutido por Fausto Neto e Quiroga (2003) e por Dowdney (2005). Athayde e MV Bill (2006) e Dowdney (2005) exemplificam a divisão laboral que pode ser exercida nas ruas pelas crianças envolvidas com o mundo infracional, como: olheiros que avisam sobre a entrada da polícia nos territórios (“falcões”); transportadores de drogas (“aviões”); vendedores de drogas (“vapores”); além dos meninos que cometem infrações nos fins de semana para aumentar o orçamento familiar (“sabadões”).

A rua na adolescência passa a ser o ambiente em que os sujeitos passam a maior parte do seu tempo e o contexto em que eles buscam referências identitárias (Pereira, 2002). O contexto da rua é significado pelos adolescentes da CSL com o da “guerra” (rivalidades) e da “correria” (atividades infracionais). O mundo da guerra é regido pela lei do mais forte, do “matar pra não morrer”. Lightfoot (1997) e Dowdney (2005) também observam que metáforas bélicas são usadas por adolescentes que se envolvem em comportamentos de risco para descrever seus contextos.

Os adolescentes da CSL relatam se organizar no mundo da rua em grupos caracterizados por atividades delinquentes, códigos severos de comportamento e lealdade, bem como por uma socialização que usa a força bruta e a violência, o que converge com os resultados discutidos por Fausto Neto e Quiroga (2003). Nesses grupos, as condutas são anônimas, o contato com a alteridade é reduzido e as possibilidades de negociação de conflitos e diferenças por modos pacíficos são menosprezadas.

Os adolescentes da CSL dizem entrar na criminalidade por necessidade, pois não conseguem

um emprego cujo salário seja suficiente para sustentar sua família ou para arrumarem namoradas. Eles desejam ter práticas de lazer e objetos de consumo valorizados socialmente, se tornando independentes financeiramente dos seus pais. Indicadores muito semelhantes foram documentados por outros pesquisadores (Athayde & MV Bill, 2006; Dowdney, 2005; Pereira, 2002) quando verificam relatos de que o crime financia sonhos de consumo, como roupas de marca, bicicletas e tênis da moda. Assim, a vida da “correria” (atividades infracionais) inicia-se a partir da inserção em atividades informais de trabalho fronteiriças com os delitos, na procura ativa por oportunidades de se desenvolver em contextos em que emprego, escolarização e profissionalização são escassíssimos (Castro, 2005).

No próximo tópico, outros fatores serão discutidos nessa produção social da delinquência, como a corrupção da polícia e dos donos de bares; a cultura permissiva com relação aos pequenos delitos; e a ausência de políticas educacionais que atendam efetivamente esses adolescentes.

A produção social da delinquência

Este tópico problematiza a construção da delinquência por uma sociedade corrupta e corruptora, a partir dos indicadores empíricos da pesquisa sobre a complacência das diversas instituições de socialização dos adolescentes com as pequenas infrações iniciais e o papel ativo do sujeito adolescente ao longo do processo de configuração dessa subjetividade “guerreira”.

A familiaridade com a violência e com atividades ilícitas narrada pelos entrevistados é regularidade desde a infância, o que é coerente com dados de outras pesquisas (Oliveira, 2002; Pereira, 2002; Tomasello, 2006). Os adolescentes da CSL relatam contato desde a infância com armas de fogo, violência doméstica e trabalho infantil, como acabamos de ver no tópico anterior. Além disso, eles dirigem sem habilitação, usam drogas lícitas e ilícitas, freqüentam motéis e jogos de sinuca, que são todas atividades interditas a menores de idade. Eles relatam andar armados no fim de semana, seja para ir ao “frevô” (festas), seja para se proteger dos seus rivais, evitando andar a pé para não se tornarem vulneráveis a tiros e emboscadas.

Todos os adolescentes da CSL relatam que suas comunidades são muito violentas, com tiroteios e mortes freqüentes. Todos têm conhecidos que foram mortos na rivalidade das ruas, na “guerra”, e vários deles temem pela segurança e o sustento dos

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

seus filhos, pois se consideram marcados para morrer. A morte, para os adolescentes da CSL, faz parte do seu mundo lúdico, como podemos ver nas suas brincadeiras e em seu fascínio pelas armas e pelos jornais com notícias de homicídios hediondos, chamadas ali de “*jornalzinho das mortes*” (sic).

A ida à sinuca e o dirigir sem habilitação dos adolescentes da CSL iniciam-se com a socialização orientada pelos irmãos mais velhos. Em geral, o dirigir sem habilitação é permitido pela família para a realização de pequenas tarefas e em situações de fuga de tiroteios em que alguém está ferido. Essa relativa tolerância familiar com os pequenos delitos é atribuída à significação destes como “bicos”, o que neutraliza julgamentos de valor dos adolescentes como infratores. Além disso, as famílias são complacentes em relação a que o adolescente more sozinho, ou com outros adolescentes, mantendo-se com dinheiro das infrações. As pequenas infrações são justificadas na cultura familiar pelas dificuldades da vida na pobreza, suprimindo necessidades pessoais e familiares, ajudando a pagar o aluguel e a comprar roupas e alimentos para as crianças (Castro, 2005; Fausto Neto & Quiroga, 2003; Tomasello, 2006).

A subjetivação “guerreira”, presente nos relatos dos adolescente entrevistados, é forjada na exclusão social, nos subempregos e suas estigmatizações, refletindo as contradições da globalização, na qual a cidadania é dada pela capacidade de consumo e em que as promessas de universalização de direitos nunca se concretizaram (Fausto Neto & Quiroga, 2003). O consumo como processo de comunicação (Mancebo, Oliveira, Fonseca & Silva, 2002) classifica e diferencia as pessoas, apesar de fornecer a ilusão da abundância e da igualdade. Os adolescentes da CSL buscam acesso a bens dos quais se sentem injustamente privados, mesmo que seja pela via da infração.

As poucas perspectivas de trabalho com as quais eles entram em contato são caracterizadas pela instabilidade e precariedade de vínculos trabalhistas, por não garantirem sua sobrevivência, bem como pelo trânsito entre o ilegal, o informal, o subemprego e desemprego, também documentados por Fausto Neto e Quiroga (2003). Assim, os adolescentes entrevistados não se significam nem como trabalhadores, nem como cidadãos ou ampouco como sujeitos de direitos, noção de base do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nas famílias de diversos adolescentes da CSL, com frequência, existe mais alguém envolvido com a criminalidade, como também verificado por Zamora (2005). Essa pessoa é representada como o

protetor dos mais fracos, sejam os adolescentes quando crianças, ou suas mães quando apanhavam dos maridos alcoolizados. Esses familiares, embora sejam atualmente representados negativamente pelos adolescentes, exerceram um papel importante na infância deles. Considerando que a polícia é representada de forma negativa nesses contextos culturais, coerentemente com os resultados de Castro e Abramovay (2002) e Dowdney (2005), o “*fazer justiça com as próprias mãos*” (sic) por meio da violência é legitimado por estes adolescentes como forma de defesa e proteção.

Conforme narrado das entrevistas, os donos dos estabelecimentos de sinuca e de motéis oferecem a abertura de contas aos adolescentes e ensinam os dispositivos para enganar a fiscalização. Os adolescentes da CSL relatam que os policiais responsáveis pela fiscalização das sinucas e nas *blitzen* de trânsito são corruptos e ganham propina, para não entrar em determinados territórios ou para fingir que não percebem as irregularidades. Mesmo dentro da CSL, algumas atividades ilícitas ou impróprias estão presentes. À noite, alguns adolescentes fogem da escola, usam drogas e freqüentam sinucas. Agressões verbais entre os adolescentes costumavam ser toleradas pelos funcionários, quando estes julgavam que aqueles fossem mercedores de tais agressões. Somente as agressões físicas eram plenamente sancionadas e punidas.

A escola, da forma como é representada discursivamente pelos adolescentes da CSL, não estabelece nenhuma estratégia que os inclua nas rotinas escolares nem se configura como espaço prazeroso ou protetor, no qual relações afetivas significativas se estabeleçam, como pudemos ver no tópico anterior. Os certificados escolares também não são valorizados, pois não constituem garantia de emprego com carteira de trabalho assinada. Tal qual a CSL, a escola não produz rupturas significativas nas trajetórias de desenvolvimento infracionais dos adolescentes institucionalizados.

Por outro lado, segundo Zamora (2005), os adolescentes pouco são conscientes da própria participação nesses mecanismos sociais de produção da própria delinquência e costumam atribuir o início do seu envolvimento na criminalidade à habituação com o ilícito, se posicionando como pessoas altamente influenciáveis, conforme a própria concepção negativa de adolescência apresentada anteriormente. A passividade e suscetibilidade são evidentes quando os adolescentes da CSL comentam que, na escola, sofrem “*más influências*”

(sic), para matar aula e ir para o bar. A entrada no crime, de acordo com as entrevistas, se tornaria inevitável, quando associada a elementos como: drogas; jogos de sinuca; abandono da escola; porte de armas; “más companhias”; falta do que fazer; viver em comunidade violenta; e se acostumar com atividades ilícitas.

Com frequência, as primeiras infrações dos adolescentes entrevistados são encomendadas por um terceiro e realizadas em companhia de outros adolescentes, já envolvidos com atividades infracionais. O aprofundamento na carreira infracional é atribuído por muitos adolescentes às “más influências”, sejam familiares ou amigos criminosos, e a conflitos emocionais, como a separação dos pais ou uma surra sofrida. Somente quando se trata de ouvir os conselhos das famílias, especialmente das mães e das namoradas, esse alto grau de sugestibilidade é considerado como positivo pelos adolescentes da CSL.

No entanto, em diversos momentos das entrevistas, esse retrato de pessoa facilmente influenciável é questionado, quando os adolescentes se posicionam como pessoas que quiseram entrar na vida do crime para ter fama nas suas comunidades e que já sabiam o que essa vida implicava. A infração como uma expressão da agência e intencionalidade individual também foi discutida por Conceição *et al.* (2003), Castro e Abramovay (2002) e Dowdney (2005). O adolescente toma a figura do criminoso como modelo comportamental e realiza infrações como meio de conseguir *status* social e respeito na comunidade. A figura do traficante, segundo as entrevistas realizadas na CSL, é associada a significados de invulnerabilidade, respeito, poder, riqueza.

Guattari e Rolnik (1993) significam a infração como manifestação de uma vontade de afirmação social e de ser legitimado como sujeito na sociedade capitalista. O sujeito é ativo em seu desenvolvimento, negociando significados na esfera interpessoal e reconstruindo a cultura. O comércio de drogas acena para o adolescente com a possibilidade de melhoria de vida e uma ocupação concreta. Além disso, a atividade no tráfico é uma via possível para a realização de desejos de consumo que não seriam satisfeitos pelos meios legais (Dowdney, 2005; Rizzini, 2005).

A “*justiça com as próprias mãos*” (sic) e a delinquência como estratégia de inclusão na sociedade de consumo são discussões amplas que contemplam não somente a rede de tráfico de armas e de drogas, mas também a permissão da família frente à intimidade com atividades ilícitas e a

corrupção da polícia e dos donos de estabelecimentos comerciais que descumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro elemento central à compreensão dessa construção da delinquência é a própria “cultura da cadeia” típica das unidades socioeducativas, a qual será abordada a seguir a partir dos dados da CSL investigada. A “cultura da cadeia” consolida uma identidade infratora e dificulta a promoção de descontinuidades na criminalidade, pois reafirma a lógica retributiva, a masculinidade hegemônica e a desconfiança na alteridade.

A cultura da cadeia⁴

Uma real reprodução da “cultura de cadeia”, tal como se configuram as instituições de sanção para adultos, é evidente nos comportamentos, linguagem e valores da CSL estudada. Ela se torna um circunscritor típico das instituições socioeducativas, que é significado como um referencial para a construção da subjetividade desses adolescentes. O código penal sugere os apelidos dados, por meio dos seus artigos e dos crimes associados, por exemplo, 121 (homicídio) e 157 (latrocínio). Campos (2005) propõe que um verdadeiro dialeto socioeducativo circula dentro e fora das unidades de execução das medidas, em virtude do nomadismo que marca a trajetória de vida destes adolescentes. Diversos elementos observados na CSL, como as gírias típicas das prisões, a lei do silêncio, o retributivismo, a gangue como referência identitária e os comportamentos tipicamente expressos frente aos visitantes, confirmam a associação da CSL com um presídio. Esse *ethos* (McLaren, 1992) do presídio- o humor e a qualidade das comunicações- é o pano de fundo para a compreensão das relações dentro da CSL.

A CSL é percebida como uma prisão pelos adolescentes entrevistados e as medidas socioeducativas são significadas como eufemismos para pena, o que é verificado também em outros trabalhos (Athayde & MV Bill, 2006; Kolker, 2004). Para Kolker (2004), essa significação é facilitada pela semelhança entre as condições de vida de muitas unidades socioeducativas e as prisões, como a baixa qualidade da alimentação; a assistência médica precária; a arbitrariedade das punições; e o desrespeito nas relações. Além disso, a CSL enquanto cadeia é significada pelos adolescentes que ali vivem como um local

⁴ Apesar de reconhecermos que a pesquisa se estrutura no âmbito de instituições socioeducativas, o termo “cadeia” será adotado neste trabalho, pois é dessa forma que esses ambientes foram significados discursivamente pelos adolescentes nas entrevistas.

impróprio para o desenvolvimento de interações positivas.

A lealdade aos moradores mais antigos é um importante elemento da “cultura da cadeia”. Já no primeiro dia na CSL, os adolescentes relatam que são avisados a respeitar especialmente os educadores e os adolescentes mais antigos na instituição e são recebidos com trotes (ex: piadas sobre suas características físicas). Essa recepção, também caracterizada por Campos (2005), objetivaria explicitar como ele será tratado, caso desrespeite as normas implícitas de convivência. Sob o efeito dessas ameaças e violências iniciais, alguns adolescentes fogem da CSL.

Além disso, “*condutas erradas*” (sic), entre as quais desrespeitar verbalmente a mãe do outro e eliminar gases na hora da comida, são justificativas relatadas para surras e podem levar à necessidade de fugir da CSL, para não sofrer mais ameaças ou violências por parte dos outros adolescentes. A lei do silêncio, a não-delação, é norma implícita da CSL, o que implica punições generalizadas e o tratamento dos adolescentes como um grupo homogêneo, em episódios de ocorrências de infração dentro da instituição. Alguns adolescentes fogem (“*pinam*”) da CSL após sofrerem punições consideradas por eles como injustas, mas não delatam o autor da ocorrência.

A expectativa é que o adolescente se comporte como alguém obediente, quieto e humilde na CSL. O *ethos* de sobrevivência na CSL é o da aceitação passiva das normas e da participação nas atividades oferecidas. A troca de favores, como compartilhar cigarros e emprestar dinheiro, é necessária à manutenção de um clima institucional calmo. A humildade e a recusa de privilégios para demonstrar que ninguém é melhor do que o outro são valores que regem as relações na CSL. “*A humildade prevalece, sempre, em toda cadeia*” (fala do adolescente Cajarana).

A lógica da retribuição e do revanchismo são princípios típicos do *ethos* da prisão representados no dia-a-dia da CSL. Se o adolescente for agredido, provocado ou desafiado, ele tem a obrigação e o direito de agredir de volta. Os atrasos na chegada do fim de semana na segunda-feira são descontados na saída, seguindo uma lógica retributiva. Adolescentes e educadores da CSL dizem que tratam uns aos outros da mesma forma com são tratados, em um ciclo de baixa qualidade das relações que se perpetua.

Outra marca da subjetivação dos adolescentes da CSL que nos remete à “cultura da cadeia” é a desconfiança na alteridade, presente também em outros ambientes de institucionalização. Esta

desconfiança abrange as relações dentro do grupo de adolescentes da CSL e entre adolescentes e equipe de funcionários. Esse “*acreditar desconfiando*” (fala da equipe) é uma orientação dada pela equipe da CSL aos familiares dos adolescentes.

A celebração da masculinidade hegemônica é realizada na CSL por meio de piadas preconceituosas, tratamento sedutor às estagiárias, brincadeiras de luta e menosprezo aos sentimentos. Para apartar inícios de briga entre adolescentes que brincavam de se esmurrar, funcionários da CSL dizem que eles deviam “*brigar de verdade*” ou parar com “*essa coisa de viado*” (sic). De acordo com Madureira e Branco (2004), o currículo oculto de gênero exerce impacto significativo no desenvolvimento, ao canalizar a internalização de crenças implícitas, carregadas de afetos e emoções.

Essa “cultura de cadeia” como circunscritora da subjetivação dos adolescentes da CSL se consolida e é internalizada, passando a orientar o desenvolvimento em outros contextos. Na escola, a lógica retributiva rege as relações dos adolescentes da CSL com os seus professores. Se o professor os trata com respeito, os adolescentes dizem que o tratam educadamente e ficam quietos nas aulas. Se o professor é autoritário, reclama dos atrasos ou das conversas em sala de aula, os adolescentes dizem que se comportam mal e o desafiam. Na família, a retribuição também se concretiza no medo de que seus familiares sofram violências pelos rivais e nas surras justificadas pela defesa da honra ou da mãe. Os adolescentes da CSL não estabelecem relações de confiança com os seus pares em suas comunidades, afirmando que seus familiares são seus objetos exclusivos de investimentos afetivos.

Considerações Finais

A análise articulada da cultura da CSL e das narrativas autobiográficas dos adolescentes que ali vivem nos permite acessar os processos de institucionalização e subjetivação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Conjugaram-se as expectativas historicamente constituídas sobre adolescentes infratores e a forma como eles mesmos se apropriam destes significados, na organização das suas ações, afetos e pensamentos, em relação a si mesmos, à alteridade e à sua condição atual.

As medidas socioeducativas potencialmente podem reconfigurar as trajetórias de desenvolvimento marcadas pela exclusão social dos adolescentes autores de ato infracional. No entanto, a própria CSL reproduz a “cultura de cadeia” e não

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

é significada como ambiente promotor de rupturas pelos adolescentes ali institucionalizados. As subjetividades dos adolescentes infratores são engendradas a partir da inserção em atividades informais de trabalho fronteiriças com os delitos, na procura ativa por oportunidades de se desenvolver em contextos culturais complacentes com as pequenas infrações iniciais.

Os resultados da pesquisa apontam que o contexto das medidas socioeducativas no DF se assemelha à situação das demais instituições executoras de medidas no país e sugerem a necessidade de intervenções que compreendam os adolescentes em suas singularidades e que incentivem a sua participação social ativa, produtiva e criativa, coerentemente com as Diretrizes do Conselho Federal de Psicologia para a atuação do psicólogo com adolescentes autores de ato infracional (2006). São necessárias mudanças nos circunscritores materiais e nos circunscritores simbólicos das instituições de socialização, a fim de canalizar novas posições subjetivas a serem ocupadas pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Referências

- Assis, S. G. & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e saúde coletiva*, 10(1), 81-90.
- Athayde, C. & MV Bill (2006). *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Branco, A. U. & Valsiner, J. (1997). Changing methodologies: a co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and developing societies*, 9, 35-64.
- Bruner, J. (2001) *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Campos, F. S. (2005). Adolescentes infratores acautelados: uma caricatura dos sistemas penitenciários. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.113-124). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Castro, P. R. A. (2005). O *script* de um drama: um estudo de caso. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.125-138). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de pesquisa*, 116, 143-176.
- Conceição, M. I. G., Tomasello, F. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Oficinas temáticas para adolescentes em medida socioeducativa: construindo um projeto de vida. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição & M. T.da Silva (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.203-214). Brasília: Plano.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2006). *Seminário: a atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade - Relatório 2006*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Dowdney, L. (2005). *Nem guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: Viveiro de Castro. Retirado em: 12/02/07 de: <http://www.coav.org.br/publique/media/NemguerraNempaz.pdf>.
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. F. S. (2004) Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em estudo*, 19(3), 357-367.
- Fausto Neto, A. M. Q. & Quiroga, C. (2003). Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. *Pensar BH política social*, 07, 19-24.
- González Rey, F. (1997). *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1993). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Kolker, T. (2004). A atuação dos psicólogos no sistema penal. In E. P. Brandão & H. S. Gonçalves (Orgs.) *Psicologia jurídica no Brasil* (pp.157-204). Rio de Janeiro: NAU.
- Lightfoot, C. (1997). *The culture of adolescent risk-taking*. New York: Guilford Press.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2003). Inserção escolar no contexto das medidas socioeducativas: “sem a escola, a gente não é nada”. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição & M. T.da Silva (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.293-307). Brasília: Plano.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. & Vieira, A. O. M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do *self* adolescente. *Educação e pesquisa*, 32(1), 67-83.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. B. (2004). Coconstruction of gender identity in social interactions: the role of communication and metacommunication processes. . In A. U. Branco & J. Valsiner (Orgs.) *Communication*

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

- and metacommunication in human development* (pp.151-189). Greenwich, CT: Information Age.
- Mancebo, D., Oliveira, D. M., Fonseca, J. G. T. & Silva, L.V. (2002). Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. *Estudos de psicologia*, 7(2), 325-332.
- Marecek, J. (2003). Dancing through minefields: toward a qualitative stance in psychology. In P. M. Camic, J. E. Rhodes & L. Yardley (Orgs.) *Qualitative research in psychology. Expanding perspectives in methodology and design* (pp.49-69). Washington DC: APA.
- McLaren, P. (1992) *Rituais da escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2002). *Perfil dos adolescentes infratores do DF: 1997-2001*. Comissão permanente de política criminal. Brasília: MPDF.
- Mishler, E. G. (2002). Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In L. P. M. Lopes & L. C. Bastos (Orgs.) *Identities: recortes multi e interdisciplinares* (pp. 97-119). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Oliveira, M. C. R. (2002). *O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFCL-RP.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In S.H. Koller (Org.) *Adolescência e psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.16-24). Rio de Janeiro: CFP.
- Pereira, F. R. P. (2002). *Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, FFCL-RP.
- Povoa, M. L. S. (2003). *Significações das famílias e dos técnicos das instituições sociojurídicas em relação às medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Rizzini, I. (2005) O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.09-12). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Silva, A. P. S. da (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Silva, A. P. S. da & Rossetti-Ferreira, M. C. (2002). Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(3), 573-585.
- Silva, E. R. A. & Guerresi, S. (2003). *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: IPEA. Retirado em: 25/01/06 de: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id423.htm>.
- Silva, A. P. S. da, Rossetti-Ferreira, M. C. & Carvalho, A. M. A. (2004). Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. da Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.) *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 81-93). Porto Alegre: Artmed..
- Tomassello, F. (2006). *Oficinas RAP para adolescentes: proposta metodológica de intervenção psicossocial em contexto de privação de liberdade*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Zamora, M. H. (2005). A lógica, os embates e o segredo: uma experiência de curso de capacitação com educadores. In M.H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp. 79-112). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
 Recebido: 30/08/2007
 Aceito: 02/06/2008

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

O Cultural e o Político no Coletivo Hip Hop Chama: um Papo Reto sobre Participação Política e Relações entre Universidade e Movimentos Sociais

The Cultural and the Political in the Collective Hip Hop Chama: a *Straight Chat* on Political Participation and Relationship between University and Social Movements

Claudia Mayorga¹

Manuela de Sousa Magalhães²

Cláudio Junio Patrício³

Daniel Antonio Gomes Cruz⁴

Suellen Guimarães Alves⁵

Resumo

Este artigo é fruto de pesquisa coletiva realizada pelo Programa Conexões de Saberes na UFMG sobre as mudanças na relação entre pesquisadores e os movimentos sociais com base na crítica à hierarquia de saberes. Realizamos uma pesquisa-intervenção junto ao Coletivo Hip Hop Chama, organização político-cultural voltada para ações educativas com a juventude da região metropolitana de Belo Horizonte. Analisamos as formas de organização e práticas do Coletivo e a construção de identidade coletiva de seus integrantes, a fim de contribuir para o entendimento das formas diversas de participação política. A atuação do grupo não pode ser apreendida se separarmos as instâncias da participação política da produção cultural. Na relação pesquisador/campo constatamos a persistência de uma hierarquia de saberes com predomínio da ciência e a invisibilidade das temáticas enfrentadas pelo Coletivo na Universidade e nas formas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: juventude, Hip Hop, identidade coletiva, participação política, hierarquia de saberes.

Abstract

This article results from a collective research conducted by the “Programa Conexões de Saberes”, at the Federal University of Minas Gerais, about the relationship between researchers and social movements, based on the criticism of the hierarchy of knowledge. We conducted an action-research with the Coletivo Hip Hop Chama, a cultural-political organization that promotes culture and education for the youth in the metropolitan area of Belo Horizonte. We studied the organization and community practices of the Coletivo and the construction of the collective identity of its members, aiming to the understanding of the varied forms of political participation. The experience of the Coletivo points to the construction of a collective identity that rearranges the cultural and political dimensions of their political participation. The researcher–field relation reveals the persistence of a hierarchy of knowledge with the predominance of science, and the invisibility of issues faced by the Coletivo both at the University and in other sources of knowledge production.

Key words: youth, Hip Hop, collective identity, political participation, hierarchy of knowledge. .

¹ Doutora em Psicologia Social, Coordenadora do Programa Conexões de Saberes e Professora da UFMG. Contato: mayorga.claudia@gmail.com

² Coordenadora de eixo do Programa Conexões de Saberes – UFMG; mestre em Psicologia pela UFMG.

³ Bolsista do Programa Conexões de Saberes – UFMG; graduando em Psicologia na UFMG

⁴ Bolsista do Programa Conexões de Saberes – UFMG; graduando em Ciências Sociais na UFMG.

⁵ Bolsista do Programa Conexões de Saberes – UFMG; graduanda em Geografia na UFMG.

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

A produção acadêmica da modernidade ocidental tem se sustentado, segundo diversos autores (Santos, 2003; Haraway, 1995; Rosenmann, 2005), através de mecanismos hegemônicos de hierarquização e invisibilização de saberes que revelam, sobretudo, as bases coloniais das relações de poder na produção científica (Rosenmann, 2005). Neste artigo são apresentados resultados de uma pesquisa-intervenção realizada no âmbito do Programa Conexões de Saberes na UFMG que vem buscando problematizar e superar as formas como, na maior parte das vezes, a ciência moderna tem tratado os saberes produzidos em torno das formas de participação política, qual seja, através da invisibilização e da deslegitimação que se reitera em discursos que tratam os movimentos sociais ora como não-saberes ora como meras matérias-primas a serviço dessa ciência. Para isso, foi tomada como análise a relação de parceria estabelecida entre o Programa Conexões de Saberes e o Coletivo Hip Hop Chama – grupo de hip hop da cena de Belo Horizonte e Grande BH. A partir dessa parceria de pesquisa-intervenção elementos como a identidade coletiva e a relação do Coletivo com a Universidade puderam ser tomados como base para ação e como campo de reflexão acerca da relação entre pesquisadores/as e grupo pesquisado, as possibilidades de problematização da hierarquia de saberes e os caminhos para experimentar outras relações na produção de conhecimento.

O Programa Conexões de Saberes e a construção de um lugar enunciativo contra-hegemônico na produção de conhecimento

O Programa Conexões de Saberes vem acumulando ações e reflexões baseadas na interpelação das hierarquias engendradas na produção de conhecimento sobre o mundo e em como essas relações organizam as relações sociais entre sujeitos coletivos e entre saberes diferentes, de modo que a pluralidade de atores tem sido relegada à subalternidade e submetida à hegemonia do processo de produção de conhecimento e na sociedade de uma maneira geral⁶. Este trabalho está integrado a um dos eixos de atuação do Programa que trata da *Relação Universidade e Comunidade e Movimentos Sociais: tradução de saberes* e está em consonância com os

6 O Programa Conexões de Saberes está organizado em três eixos de atuação sendo que um deles trata da relação entre a Universidade e os movimentos sociais. Para outras informações sobre o Programa acessar: www.fafich.ufmg.br/conexoes

objetivos mais amplos do Programa de dar visibilidade a experiências sociais que são invisibilizadas no espaço acadêmico e na sociedade. Para isso, buscamos em nosso eixo de atuação problematizar a relação da Universidade e do saber acadêmico com outros saberes produzidos em movimentos sociais e/ou grupos sociais, a partir de uma prática de fortalecimento da trajetória social e acadêmica d@s bolsistas do Programa, e de valorização / visibilização de saberes produzidos em espaços sociais que não a universidade.

Nesse contexto, consideramos o debate sobre a relação pesquisador/a-pesquisado como central para a atuação no Programa e, nesse sentido, torna-se fundamental problematizar a inserção dos/as bolsistas que são negros/as de origem popular. A sua inserção junto aos movimentos sociais tem se pautado na construção de caminhos que buscam não reproduzir hierarquias e que possibilitem o diálogo entre as diferentes experiências, tanto dos movimentos quanto dos/as bolsistas e das lógicas de produção científica. Dessa forma, a trajetória e as vivências anteriores, tendo em vista a origem nas camadas populares dos/as bolsistas, apontam um lugar enunciativo diferenciado – considerando a maior parte dos/as pesquisadores/as em nosso país – que pode ser experimentado a partir da construção de outras lógicas não-hierarquizantes na produção de conhecimento.

Tendo em vista esses pressupostos e objetivos mais gerais do Programa é que se configurou a oportunidade de traçar um caminho de trabalho conjunto com o Coletivo Hip Hop Chama. Esse grupo é uma organização político-cultural que vem promovendo desde 2000 ações sociais e comunitárias junto à juventude de Belo Horizonte. A parceria mostrou-se interessante por vários motivos, sendo que um deles é fato de que o Coletivo coloca-se como uma rede de caráter aberto e dele participam pessoas do movimento hip hop⁷ ligadas aos quatro elementos⁸

7 Adotamos aqui a grafia hip hop (em minúsculo) ao nos referirmos ao movimento cultural de modo mais geral por ser uma forma já consagrada no meio. Ao nos referirmos a um grupo em específico, como no caso do Coletivo Hip Hop Chama, utilizaremos o termo em maiúsculo como recurso enfático.

8 A origem do hip hop relaciona-se à música negra norte-americana e ao movimento de manifestação contra o racismo e opressão no final dos anos 60 nos bairros periféricos de Nova York, nos Estados Unidos. No Brasil, o movimento Hip Hop inicia-se na cidade de São Paulo no final dos anos 70 e, assim como em Nova York, ele surge com a proposta de “contar uma realidade vivida pela população residente nas periferias da cidade” (Souza, 2006, p.1). O movimento hip hop, tomada como uma cultura,

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

(DJs, grafiteiros, grafiteiras, b-boys, b-girls e rappers), e também outros colaboradores que não estão ligados diretamente hip hop mas que são simpatizantes ao movimento. O Coletivo destaca-se ainda pelo esforço de criar formas de sociabilidade e participação política que privilegiem a horizontalidade e descentralização nas tomadas de decisão. Nesse sentido, o potencial de trabalho conjunto poderia apontar para uma aproximação às formas de participação política da juventude ao mesmo tempo em que colocava como centro do debate a problematização da hierarquia de saberes entre Universidade e movimentos sociais e por outro as possibilidades de tradução (Santos, 2003) que essa relação possibilitava. Além disso, ao adotarmos o caminho de discussão conjunta das ações da pesquisa-intervenção buscou-se produzir dados e produtos que fossem relevantes para a dinâmica do Coletivo Hip Hop Chama.

A parceria e a definição dos passos metodológicos: as etapas da tradução de saberes

A parceria estabelecida entre o Programa Conexões de Saberes e o Coletivo Hip Hop Chama apontou que a realização de um mapeamento da rede que compõe o Coletivo poderia ser um importante trabalho a ser realizado pelo Programa. Por outro lado, a oportunidade de levantar em quais comunidades os sujeitos estão atuando, quais atividades e temas estão desenvolvendo, discutindo e trabalhando faria coro para compreender e analisar a organização da rede do Coletivo e, portanto, as formas de participação política da juventude do hip hop. Segundo Aúrea Dejavuh, essa espécie de mensuração da rede, além de facilitar o acesso à mesma, poderia contribuir também para uma possível rearticulação de seus/as integrantes.

Com esse horizonte posto para o trabalho, foram privilegiados instrumentos qualitativos para percorrer o caminho metodológico da pesquisa-intervenção. Assim, a partir de uma lógica etnográfica⁹ de organização dos dados de pesquisa, foi possível

engloba elementos do rap (rhythm and poetry, ou seja, a música), do grafitti (a pintura) e do break (a dança) (Tella, 2006).

⁹ Estamos usando o termo 'lógica etnográfica' para deixar claro que o que estamos fazendo se difere de alguma maneira da etnografia tal e qual é desenvolvida em pesquisas de cunho antropológico. Isso porque o nosso trabalho pretende ter uma visão mais interdisciplinar devido à própria composição do quadro de bolsistas do Programa Conexões de Saberes. Particularmente, este trio é composto por três graduandos de cursos diferentes: Ciências Sociais, Geografia e Psicologia.

construir uma narrativa da experiência de diálogo entre os sujeitos participantes da mesma e os/as pesquisadores/as envolvidos/as. Dessa forma, o eixo central da organização metodológica esteve informado pelo conceito de *tradução*, tal qual foi desenvolvida na Antropologia Interpretativa (Geertz, 1978) e aproximando-a da Sociologia Cosmopolita das Ausências e Emergências (Santos, 2005). Estamos entendendo-a basicamente como uma reorganização mútua de categorias sociais, ou seja, entre os vários sujeitos que compõem a 'polifonia' (Silva, 2005) da situação de pesquisa, na perspectiva dialógica e ecológica entre saberes. Isso quer dizer que se compreende o trabalho de campo como um espaço de diálogo tenso e agonístico (Crapanzano, 1991) entre vários interlocutores sejam eles os sujeitos com o qual o/a pesquisador/a se encontra/confronta no campo, sejam eles os teóricos com os quais estabelecemos 'diálogos ocultos'. Um trabalho com enfoque etnográfico seria, portanto, um trabalho de edição e apropriação dessas multiplicidades de vozes, ou em outras palavras, uma interpretação de outras interpretações, assim como define Geertz (1978).

Santos (2003) trabalha a idéia de tradução como uma teoria emancipatória. Para ele, a teoria e a prática da tradução são capazes de fornecer elementos de articulação entre lutas diversas de modo que os sujeitos coletivos envolvidos possam encontrar um campo comum, uma 'zona de inteligibilidade mútua' entre suas lutas sem perder as especificidades de cada uma de suas causas. O exercício da tradução de práticas e de saberes é "fundamental para permitir a articulação entre recursos intelectuais e cognitivos diversos e de origem distinta que são articulados nos vários modos de produzir conhecimento sobre iniciativas e experiências contra-hegemônicas" (Santos, 2003, p.41). Trabalhamos assim, com essa concepção polissêmica do termo tradução tanto no nível metodológico e epistemológico quanto no nível das políticas e poéticas que envolvem o processo de construção do conhecimento.

Para colocar a termo o trabalho de tradução foram acionados como principais instrumentos metodológicos a observação participante (Silva, 2005; Brandão, 1984) em festas, eventos e reuniões com o Coletivo Hip Hop Chama com registro em diário de campo; análise documental de relatórios de atividades promovidos pelo grupo; e entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com integrantes do Coletivo.

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

Outra estratégia metodológica acionada nesse percurso foi a realização de uma ‘oficina de tradução’ que buscou criar um espaço dialógico e de reflexão sobre os dados colhidos e analisados pelo Programa após quase um ano de inserção em campo, bem como possibilitar um momento de troca de experiências e saberes entre os bolsistas e o grupo de modo a reiterar o aspecto de construção conjunta da pesquisa. Baseados no modelo de oficinas psicossociais (Afonso et al., 2002), mas buscando trazer para a centralidade metodológica e epistemológica desse espaço a tradução de saberes, elegeu-se como tema central a Participação Política da Juventude, uma vez que esse debate poderia promover uma ‘zona de contato’ (Santos, 2005) entre os envolvidos. Os temas geradores foram definidos a partir de uma análise preliminar dos dados e ficaram delimitados da seguinte maneira: a (des)articulação do Coletivo; a construção da Identidade Coletiva; a relação com a Universidade. Essa oficina foi dividida em três momentos de acordo com as temáticas definidas. As dinâmicas pensadas abrangiam a construção conjunta de um mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte em que as pessoas se localizariam cartograficamente em relação a sua regional de origem e espaços políticos de atuação que ocupa. Além dessa atividade foi pensada uma dramatização que denominamos o “duelo do Nós/Eles” pretendíamos discutir a construção de identidade coletiva do grupo. Estava previsto também um terceiro momento em que, através de trechos de falas retirados das entrevistas que fizemos, conversaríamos com o grupo sobre a relação com a universidade/ saber científico e os integrantes do hip hop. A oficina precisou ser adaptada, pois no planejamento havíamos previsto um número maior de participantes do grupo. Como foi possível a presença de apenas um dos convidados/as, a oficina foi conduzida em forma de conversa, preservando o intuito de construir um espaço de tradução de saberes. Nela abordamos os temas acima descritos além de termos dado início ao mapeamento.

Sendo assim, o trabalho de tradução se configurou como um terreno epistemológico e metodológico para as atividades da pesquisa-intervenção que foram realizadas, e as ferramentas qualitativas acionadas serviram para que os sujeitos de pesquisa pudessem ser tomados no processo de interação.

Um pouco sobre Hip Hop e sobre o Coletivo Hip Hop Chama

Segundo Lima (2005), o hip hop é considerado como um movimento social juvenil por sua contestação social e política através de seus elementos artísticos (*rap, break, graffiti*) que garante visibilidade e, em alguma medida, cidadania aos jovens que dele participam. O hip hop é visto como uma ação coletiva que possibilita a jovens práticas, relações inter-pessoais e símbolos por meio dos quais eles podem criar espaços próprios que proporcionam uma referência na elaboração e vivência de sua condição juvenil.

Para Torres (2005), o hip hop pode ser definido como uma forma particular da cultura juvenil de periferia de se apropriar do espaço urbano e uma forma de “agir coletivo capaz de mobilizar jovens excluídos em torno de uma identidade compartilhada” (p.2). De acordo com a autora, que pesquisou o mundo do hip hop em Belo Horizonte e em São Paulo, a pertença ao mesmo está ligada de maneira mais fundamental à idéia compartilhada de *atitude*.

Assim ser integrante do hip hop é não somente compartilhar significados e códigos de um estilo subcultural, mas principalmente elaborar suas próprias mensagens a partir de um contexto específico de atuação, nas quais se expressam e se veiculam tais significados, princípios estruturantes dessa cultura, sua visão de mundo e seus conteúdos normativos. (Torres, 2005, p.3)

Deste modo, o hip hop além de seu caráter artístico, teria uma clara intenção (re)formadora da periferia, principalmente do segmento negro e juvenil através de suas mensagens que expressam a necessidade de uma conscientização política. O movimento hip hop para Souza (2006) “aponta no sentido de refletir sobre os processos causadores de problemas e desigualdades sociais” (p.3). O hip hop possuiria, então, uma dimensão estética e uma dimensão mobilizadora e estabelecadora de linhas políticas de ação e reação a agentes até então não reconhecidos. Uma vez incorporado por uma significativa parcela da juventude afro-descendente da periferia, o hip hop aparece como “instrumento de contestação e de construção de novas representações sobre a realidade social” (Tella, 2006, p.3). A expressão artística do hip hop, em sua performance, não pode ser entendida como separada de uma dimensão política contra-hegemônica. De fato, toda produção artística possui também uma dimensão

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

política devido à própria condição parcial de qualquer produção de saber, tal qual nos adverte Haraway (1995).

Esse caráter contestador e crítico do movimento hip hop dialogam com as histórias de vida dos bolsistas que integraram essa pesquisa-intervenção. Por mais que essas histórias possuam suas particularidades, também apresentam fatores de compartilhamento com a maioria dos sujeitos do Coletivo, tais como: a origem social popular, a faixa etária e a pertença étnico-racial negra baseada na ancestralidade africana. Esse compartilhamento não significa, necessariamente, o estabelecimento de uma identidade total com o grupo com o qual estamos estudando, mas sim o estabelecimento, como considera Haraway (1995), de “conexões parciais” dentro de um diálogo que não apaga os conflitos, as diferenças de posições (sociais, culturais etc.), mas que as problematiza a partir de lugares de fala marcados pelo contexto em que são produzidos. Entre nós há um compartilhamento de um projeto de transformação social, o que implica no estabelecimento de um elo e espaço possível de tradução de experiências.

O Coletivo Hip Hop Chama tem um histórico de atividades e participação política importantíssimo na cena hip hop de Belo Horizonte e vem participando, desde seu surgimento, dos diversos espaços de debate (institucionais ou não), principalmente, sobre juventude. Dentre as propostas políticas e objetivos gerais do Coletivo Hip Hop Chama, destaca-se a preocupação em suscitar no movimento hip hop discussões políticas e, desta forma, desenvolver mecanismos de formação que vão além do caráter puramente artístico. Seus integrantes entendem que deve haver um esforço de todo o movimento hip hop em não desvincular o fazer artístico e a atuação política. O Coletivo surge tendo como principal objetivo o fortalecimento da cultura hip hop em Belo Horizonte, mas com o amadurecimento do movimento e com sua atuação cada vez mais qualificada nos espaços políticos da cidade, começou a ampliar suas pautas e a incorporar novas bandeiras de luta. Desde 2005 vem atuando em três frentes principais: as questões de gênero, orientação sexual e redução de danos¹⁰.

10 A política de redução de danos trata sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas e as possibilidades de redução dos danos causados por elas.

O Coletivo Hip Hop Chama e os seus processos (des)articulatórios de construção da Identidade Coletiva

As teorias das identidades sociais e identidades coletivas sempre colocam a questão de que estas são construções sociais que se processam de maneira relacional entre as pessoas. Na antropologia e em outros campos das ciências sociais como a sociologia e a psicologia social elas ganham força a partir da década de 70 como alternativas epistemológicas aos modelos estruturais que não davam espaço para as agências e subjetividades na constituição e na mudança da sociedade (Canclini, 1997).

Nesse sentido, as identidades passam a ser compreendidas como processos duais que ao mesmo tempo constituem na interação social uma *identidade para si* e uma *identidade para o outro*. Ou seja, o estabelecimento de identidades implica num processo constante de negociação de sinais de (in)diferenciações sociais entre grupos, no estabelecimento de fronteiras NÓS - ELES (Prado, 2006). As identidades são, portanto, auto-atribuídas e socialmente legitimadas a partir de categorias sociais de marcação de distinções entre pessoas e nas palavras de Prado (2006) pode ser compreendida como:

um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencimentos grupais entre elementos que compartilham crenças e valores societais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidade e reconhecimento. (p.200)

Entender como se processam as formações de identidades coletivas nos movimentos sociais colabora para escapar das definições substantivas dos mesmos, ou seja, é preciso deslocar as análises sobre os movimentos sociais entendendo-os não como um fim, mas sim, como um processo de ações coletivas, um meio que se expressa através de ações (Melucci, 1996).

É sobre essa compreensão que se sustenta a análise das formações de identidade coletiva que empreendemos neste estudo e como pode ser observado nos trechos seguintes retirados das entrevistas realizadas com o Coletivo Hip Hop

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

Chama fica evidente que um dos critérios de inclusão no grupo passa por uma adesão a uma série de princípios estético-políticos. Para Negro F.

O hip hop só se torna um critério se as pessoas estão contribuindo para o movimento. Uma coisa é a gente fazer uma parceria com a 'dança afro', mas a gente não vai desenvolver uma atividade de 'dança afro' a não ser se for uma oficina que tenha um cunho de casar 'dança afro' com 'break' por exemplo. A gente não vai fazer um 'pagode' do coletivo. A partir do momento que quem é produtor, simpatizante, escritor, qualquer pessoa que queira participar tem que entender que nossa causa maior é o hip hop. A gente faz do hip e para o hip hop. (Negro F. Em entrevista, 27/02/2008)

Para Lauana o principal critério de pertença é

o comprometimento com a cultura. Acho que o primeiro passo é esse. Tem que ter um comprometimento com a cultura hip hop e dentro de sua comunidade também, ser um jovem ativo. Participar das atividades dentro da cidade, participar dos eventos promovidos, debater, estar sempre presente nos debates. Acho que é isso, um jovem com visão política também. E que se não for, que a gente consiga dentro do Hip Hop Chama despertar isso, esse interesse. Porque tem muitos jovens no Coletivo Hip Hop Chama que entraram sem saber o quê que era, uma pessoa que ficava extremamente calada, não fazia nada, tudo que falava achava bom, só balançava a cabeça, não falava um 'a'. Mas que hoje é destaque. Falou pouco ou nada, mas tudo que escutou foi acúmulo, foi sugando, sugando, e hoje é 'ponta'. Gente que falava que não queria estudar mais e está dentro de faculdade, está pautando discussões de gênero nos espaços, está falando do Hip Hop Chama em tudo quanto é lugar que aparece. E hoje se eu sou o que eu sou, se eu tenho o que eu tenho hoje foi dentro do Coletivo Hip Hop Chama que deu essa formação, então tem isso também, as pessoas que já tem esse comprometimento com o hip hop e pessoas que não estão articuladas, mas que estão abertas a aprender e estar nesse processo de formação e que passa um tempo na linha de frente do Coletivo. (Lauana. Em entrevista, 29/03/2008)

O compartilhamento de valores e concepções em torno de uma proposta política é mais uma característica identitária forte do Coletivo Hip Hop Chama, uma vez que, com isso, eles estabelecem uma fronteira em relação a outros grupos no quais arte e política são tidas como instâncias separadas. Porém, não podemos perder de vista que em seus discursos apesar de andarem juntas, arte/cultura e política são

duas coisas que devem ser distintas no sentido de que há um entendimento de que a política não se restringe à expressão artística e seus conteúdos politizados, mas se refere aos momentos e espaços de deliberação, debate e participação política – compreendida nos moldes mais clássicos.

O Hip Hop Chama é um grupo, um coletivo de jovens que tem a idéia de formar um núcleo de formação política através do hip hop. Então o hip hop é só um instrumento que a gente usa pra trabalhar a questão da política, que entra várias áreas. É política cultural e política de várias áreas. E aí essa bandeira que a gente tem é essa: levar o hip hop em todas essas áreas onde há política: levar o hip hop porque acho que não dá pra andar separado arte de tudo, é levar a política junto com a arte. Então tem essa bandeira assim, mas a gente é a favor dos direitos humanos, da questão de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos, e aí vem uma 'zaga'¹¹, mas a idéia do Coletivo é formar um núcleo de formação política de jovens de várias regiões de BH. (Lauana. Em entrevista, 29/03/2008).

Como pôde ser observado, a formação política do Coletivo é um dado importante e que dialoga com a própria expressão do hip hop nos diversos contextos sócio-espaciais em que ele surge. Para os sujeitos pertencentes ao movimento hip hop, principalmente na versão brasileira, os elementos que compõem a sua prática artística devem ser instrumentalizados nos termos da criação de uma denúncia social das condições subalternas em que às periferias, marcadamente no Brasil identificadas na categoria *morro*, se encontra em relação ao *asfalto*, ou seja, a cidade reconhecida e legitimada (Torres, 2005):

Uma das formas de compreender o hip hop é pensá-lo como instrumento coletivamente inventado em um contexto marcado pela violência, sendo uma forma de narrá-la, de refletir sobre ela, de denunciá-la e muitas vezes de propor soluções através da substituição da violência real pela violência retórica. (p.4)

De acordo com Gilroy (2001), a conscientização político-pedagógica é um dos alicerces básicos sobre os quais se erige a cultura hip hop. Além desse elemento, os dois outros são a afirmação e a brincadeira. Ou seja, ele não exclui o lúdico, o festivo o artístico da participação política:

A gente puxa através da arte, que é uma coisa dos integrantes. A gente puxa através da cultura, através

11 Nesse contexto significa que junto às idéias e bandeiras anteriores surgem muitas outras semelhantes.

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

dos quatro elementos. Porque é muito mais fácil você chamar um jovem através da cultura do que você falar com ele que vai discutir política com ele, discutir gênero, ele não quer nem saber, ele vai falar assim: "ah, minha filha, eu tenho mais o que fazer, vou ali soltar papagaio, vou jogar uma bola". Mas a pessoa quer dançar, quer uma oficina de dança, uma oficina de grafite, ela quer escutar um grupo de rap, ela quer aprender a rimar. Então a gente trabalha a partir disso, por isso que as nossas oficinas são também muito dinâmicas, a gente consegue falar de gênero, falar de machismo, sem falar de opressão, mas a gente consegue falar dentro do cotidiano das pessoas. Por exemplo, letras de rap dentro da vivência da pessoa, o que ela vive no seu dia-a-dia, e elevar isso pra música. Então nosso instrumento é a arte, a gente usa a arte como instrumento pra trazer essa pessoa pro nosso lado e entender qual que é a discussão, aí através da arte a gente insere a política. (Lauana. Em entrevista, 29/03/2008)

O Coletivo Hip Hop Chama de fato tem buscado acionar estratégias de aglutinação, de estabelecimento de laços de pertença e de ampliação dos debates pautados pelo grupo através de uma combinação criativa e crítica da arte e da política. Nesse sentido, compreendemos que a construção identitária do grupo vem sendo delineada pelos sentimentos, estratégias e articulações que decorrem da relação entre o lúdico, a arte e o debate e a política, ao mesmo tempo em que é possível perceber uma apropriação dessa relação de acordo com a cultura juvenil de periferia e do hip hop, bem como uma politização de esferas da vida e de temas que dificilmente poderiam ser pautados fora do eixo da arte.

Outro fator importante para compreender a construção da identidade coletiva do Coletivo Hip Hop Chama e que é um ponto muito atual para o grupo é contexto de uma possível (*des*)articulação do grupo. Como já apontamos anteriormente, a idéia de desarticulação do Coletivo está ligada à dificuldade de mobilização de seus integrantes para encontros específicos do grupo para tratar de questões sobre o rumo de suas ações em torno do Hip Hop Chama. Seguiremos a uma reflexão de como essa forma de compreensão do atual momento do Coletivo deve ser questionada e como podemos compreendê-la nos marcos do debate sobre a construção identitária do grupo e suas formas de organização e participação política.

Assim, é notório considerar questões apontadas pelos entrevistados da pesquisa como, por exemplo, o individualismo de alguns integrantes como uma das causas da dificuldade de encontro. No entanto, outros

fatores pareceram ter um peso maior na configuração desse quadro de *relativa desarticulação* do Coletivo. Um desses, é o fato de que alguns/as dos/as militantes que haviam abandonado os estudos, agora dividem seu tempo também com a escola ou faculdade, situação essa desencadeada pelo próprio processo de formação engendrado pelo Hip Hop Chama. Esse quadro não é visto, de modo algum, como desfavorável ao grupo, pelo contrário, seus/suas os/as integrantes entendem e apontam como uma conquista e fator de motivação para continuar desenvolvendo atividades e mobilizando-se politicamente o acesso e retorno aos espaços da educação formal pelos seus integrantes. Além desse retorno à escola e, em alguns casos, inserção nos espaços acadêmicos, o Coletivo proporcionou maior visibilidade para seus/as integrantes que vivem profissionalmente do hip hop, de modo que muitas dessas pessoas estão inseridas profissionalmente em trabalhos ligados ao hip hop. Num contexto onde a juventude compõe a porcentagem mais alta de desempregados deste país, vemos que se intensificam a busca por trabalho que, em geral, consomem grande parte do seu tempo. Esse contexto também acaba inviabilizando a reunião do grupo para fins deliberativos sobre o Hip Hop Chama.

Além disso, outro dado importante para contextualizar o debate e que aparece nas entrevistas realizadas, é que o histórico do Coletivo é marcado por períodos de atividades intensas em que o grupo se reúne bastante e por momentos em que os encontros específicos do grupo são escassos. Portanto, o atual momento de *relativa desarticulação* não é um elemento novo na dinâmica do grupo como pode-se observar no trecho de entrevista abaixo:

O Coletivo iniciou mais ou menos em 2000/2001, iniciou, mas parou. [...] Aí passou um tempo, de 2000 a 2003/2002 assim, aconteceu o 1º Hip Hop Chama. [...] foi na escola sindical, foram muitos jovens, tinha mais de 300 pessoas inscritas, com oficinas, aí foi um dia inteiro de atividades. Aí desse dia o Hip Hop Chama começou a reunir mais vezes, ter encontros periódicos e tal. [...] Aí passou isso o Hip Hop Chama começo a movimentar, mas parou de novo, ficou mais um tempo parado. Aí depois voltou com a idéia de um outro seminário. [...] Foi no Centro Cultural da UFMG e foi um dia inteiro, onde a gente se voltou pra profissionalização do hip hop como arte, dentro dos quatro elementos, questão de empreendimento, essas coisas mais empresariais, como a gente ia fazer pra fortalecer o hip hop dentro da cidade. [...] Aí depois desse evento a gente tinha mandado um projeto que era o Hip Hop Chama na Idéia e que já tinha sido aprovado e ia entrar no próximo ano, acho que é 2005,

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

sei lá, acho que foi. Um projeto que foi aprovado pela FASE aonde que a gente ia trabalhar políticas públicas da juventude. Aí o Hip Hop Chama deu um boom mesmo, a gente reunia todos os finais de semana, a gente tinha planejamento, ia pra algum sítio planejar nossas atividades. Então de meados de 2004 até 2006, o Hip Hop Chama tava a mil por hora, mil atividades, mil coisas acontecendo, se reunindo, sempre trabalhando e fomentando a política cultural dentro da cidade. [...] depois cada um foi pra alguma comunidade fazer a prática comunitária. O que a gente teve na formação a gente foi multiplicar em alguma comunidade. (Lauana. Em entrevista, 29/03/2008)

Além dessa alternância de períodos de reuniões e atividades intensas em torno do Hip Hop Chama e outros de maior dispersão dos/as integrantes, há ainda o fato de que era previsto pelo grupo um momento em que eles fossem trabalhar os temas abordados no período de formação interna (Redução de Danos, Diversidade Sexual e Gênero) nas comunidades, escolas e periferias de Belo Horizonte, ou seja, era previsto que houvesse um retorno qualificado às comunidades, retorno no sentido de *multiplicar* o que foi construído no Coletivo em termos de formação, só que agora em conjunto com as comunidades. Como fica explícito na fala anterior, estava embutida na forma de organização do Coletivo e nas estratégias de fortalecimento de seus integrantes, uma perspectiva de um trabalho de formação que pudesse ser seguida por atividades descentralizadas nas diversas comunidades e periferias dos integrantes do grupo.

Esse quadro de *desarticulação* foi um ponto marcante das conversas e dos encontros com os/as integrantes do Coletivo já nos primeiros contatos que tivemos com o grupo. Entretanto, pelo exposto, as atividades e as ações comunitárias desenvolvidas pelos integrantes não pararam de acontecer, muito pelo contrário. O que foi percebido durante a inserção em campo e nas entrevistas, é que a intensidade e a frequência dessas ações é que, em parte, tem inviabilizado a reunião do grupo para um *Encontro de Planejamento*¹². Por um lado, é a partir desse encontro que o grupo delibera ações em conjunto e pode avaliar sua atuação nas comunidades, além de ser um momento de socialização e um espaço em que seus/as integrantes podem se ver, conversar, trocar experiências e, é claro, ocupar-se com o fazer artístico e o lúdico entre amigos. O *Encontro de*

Planejamento é, portanto, entendido como um momento de grande importância para o grupo uma vez que nele tem sido centrada a idéia de construção de um sentido *coletivo* para as práticas de seus integrantes. É também um espaço importante para garantir a formação continuada dos sujeitos envolvidos, lembrando que a formação aparece sempre como prioridade na organização do Coletivo Hip Hop Chama. É nesse sentido em que se insere a importância atribuída ao *Encontro de Planejamento* e, portanto, é uma das questões mais fortes para que o grupo identifique o atual momento como desarticulação.

Por outro lado, vimos que a inviabilidade de promover um *Encontro de Planejamento* – em meio a tantas atividades distintas e simultâneas que cada sujeito do Coletivo se envolve – não significa que os/as integrantes não se mantenham informados e troquem experiências acerca das ações comunitárias que vêm ocorrendo com grande intensidade pela região metropolitana de Belo Horizonte. Vimos que os momentos de festa são também espaços de articulação política entre esses sujeitos. Mesmo privilegiando um momento específico de deliberação e debate – o *Encontro de Planejamento* – eles/as conseguem promover um intercâmbio de informações, experiências, sentimentos e também intervir politicamente juntos, simultaneamente ao lúdico e ao festivo, que representam um espaço importante de afirmação de uma identidade coletiva do grupo. Nesse sentido, as ações comunitárias realizadas pelos/as integrantes dialogam diretamente com os princípios e objetivos gerais do Coletivo Hip Hop Chama e as bandeiras e temas levantados no período de formação estão sendo multiplicados pelas comunidades e periferias da Grande Belo Horizonte.

Durante a Oficina de Tradução, problematizamos a idéia da desarticulação e debatemos em torno do significado do termo utilizado para caracterizar o atual momento do Coletivo, e propomos chamar de (des)articulação, buscando não só relativizar a questão, mas principalmente apontar e compreender para a um movimento de articulação-desarticulação que deveria ser analisado no contexto de organização e de construção identitária do Coletivo. Para Marcão¹³ há, de fato, uma certa desarticulação porque

12 O *Encontro de Planejamento* é um momento privilegiado pelo grupo para avaliar atividades desenvolvidas ou em andamento e também pensar estratégias e ações futuras em conjunto.

13 Marcão, além de integrante do Coletivo Hip Hop Chama, é MC e trabalha com produção áudio-visual e musical.

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

o momento de encontro e deliberação é muito importante para o grupo, como já abordado anteriormente. No entanto, ele também concorda quando colocamos que o termo desarticulação remete à desmobilização e, até mesmo a certa apatia política, o que nem de longe parece ser o caso dos militantes do Coletivo que continuam envolvidos em ações sócio-culturais diversas.

Em muitos momentos da pesquisa nos perguntamos se, participando das diversas atividades que os integrantes do grupo participam, estamos nos envolvendo com o Coletivo propriamente dito ou com atividades individuais de seus/as integrantes isoladamente. Sentimos que talvez não estivéssemos acessando o Coletivo como uma totalidade, mas fragmentos dele. Nesse sentido, a ausência de uma sede, de um espaço físico e de pessoas com cargos burocráticos determinados talvez tenham aumentado nossa angústia em relação ao campo. Esses momentos remetiam a uma frase de Áurea Dejvuh no nosso primeiro encontro com parte do grupo: *o Hip Hop Chama é, antes de tudo, um sentimento*. Na tentativa de compreender o atual momento do Coletivo, entendemos que incorporar a percepção de desarticulação à pesquisa, quando de fato percebíamos nas atividades de campo uma grande efervescência de ações políticas promovidas por esses sujeitos, seria reproduzir um *desperdício de experiências* (Santos, 2005). Seria, sobretudo, não nos atentar para a complexidade que as formas de participação da atualidade e nesse caso, da juventude negra e de periferia apresentam no sentido de suas re-configurações, estratégias e formas de mobilização que devem ser re-pensadas em modelos que considerem as dinâmicas e necessidades e contextos sociais, culturais, econômicos e políticos de seus integrantes.

Diante disso, percebemos que acessar o Coletivo Hip Hop Chama, sua forma de atuação e a mobilização de seus/as integrantes em torno de objetivos comuns demandou e ainda demanda um esforço de tentar apreender esse *sentimento* do qual nos fala Áurea, e é nesse movimento que localizamos a análise realizada acerca da construção identitária do Coletivo. Outros elementos, que abordaremos a seguir, também colaboraram para analisarmos a experiência dessa pesquisa-intervenção de modo que pudéssemos visibilizar as dinâmicas do Coletivo Hip Hop Chama, bem como, repensar a relação entre Universidade e Movimentos Sociais.

Relação com a Universidade e o saber técnico-científico

As Ciências Sociais, ao tomar o fenômeno da emergência de movimentos sociais, têm tratado a experiência destes agentes enquanto objeto de estudo privilegiado para refletir academicamente a respeito das formas de sociabilidade e participação políticas que estão à margem do processo democrático institucional. Os movimentos sociais foram, dessa forma, classicamente categorizados pelos cientistas sociais como uma forma de atores subalternizados, e que assim se reconhecem na lógica de distribuição do poder e que se mobilizam para que suas causas e lutas pelo acesso e pela invenção de direitos façam parte da agenda política pública e da transformação da cultura política.

O termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais (Alexander, 1998, p.1).

Segundo Alvarez; Dagnino e Escobar (2000), os movimentos sociais se comportam como

arenas políticas nas quais os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e nas quais os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais demandas coletivas são problematizadas e avaliadas nas suas exigências de equidade e justiça. (p. 106)

De acordo com Alexander (1998), a ação política destes sujeitos tem sido considerada como um importante mecanismo de atuação na construção de uma democracia mais participativa em que os processos decisórios não ficam restritos ao Estado composto pelos representantes eleitos pelo voto direto. Os movimentos sociais passaram a ser compreendidos a partir da categoria de sociedade civil sendo, por alguns teóricos, considerados inclusive como a tradução desta.

Entretanto, ao tratar da dinâmica dos movimentos sociais, a academia tem, na maioria das vezes, ressaltado seu espaço de poder enquanto pesquisadores frente a seus *objetos* de análise e, deste modo, praticando uma segunda espoliação do poder de autonomia destes sujeitos já excluídos dos processos legitimados de participação da esfera

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

pública ou subalternizados dentro desses processos. A separação entre o sujeito de saber e conhecimento (o pesquisador) e seus objetos de estudo (os pesquisados) bem como a tentativa de garantir a legitimidade da pesquisa pelo discurso da objetividade desinteressada e, supostamente, politicamente neutra fez com que, historicamente, a troca entre os dois sujeitos coletivos tenha se banalizado. Assim a relação entre os sujeitos numa pesquisa tende a se caracterizar não pela reciprocidade e pelo diálogo, mas sim por uma lógica que privilegia o pesquisador que representa a *voz do excluído*, sem problematizar o fato destes mesmos não terem acesso aos mecanismos de se auto-representarem, numa dinâmica que recoloca os movimentos sociais no lugar inferior na hierarquia de saberes e poderes.

Ao falar pelos sujeitos da pesquisa e na ausência dos mesmos, os pesquisadores acabaram por, na maioria dos casos, legitimar e reproduzir epistemologicamente a dominação e subalternidade econômica, racial e de gênero, por exemplo. Além de promoverem uma redução normativa dentro de categorias analíticas que não levam em conta as definições dos próprios sujeitos sobre suas ações e sobre a política de um modo mais amplo.

O que se pode perceber a partir dessa constatação é que a relação entre os pesquisadores e os movimentos sociais sofreu ao longo do tempo um desgaste que culminou em duas grandes conseqüências: em primeiro lugar percebemos que os movimentos sociais estão cada vez mais restringindo o acesso de pesquisadores que não se impliquem politicamente em suas causas e, por outro lado, estes movimentos têm se apropriado de um aparato técnico, científico e conceitual, antes entendido como exclusividade da cultura científica, e os têm instrumentalizado nas apresentações e negociações de suas reivindicações, entre outras estratégias de luta e de inserção no mundo público (Santos, 2005).

A princípio, a relação do Coletivo Hip Hop Chama com a Universidade nos pareceu, através de entrevistas e conversas, como uma relação muito positiva marcada pela troca de saberes e experiências. Além disso, a Universidade aparece como um espaço de crescimento pessoal importante para os integrantes que conseguem esse acesso. É uma possibilidade de ampliar horizontes no sentido de qualificar o discurso do grupo.

Buscando entender mais e melhor sobre essa relação do grupo com a Universidade, problematizamos a questão durante o desenrolar da

pesquisa e de forma mais específica durante a Oficina de Tradução. Se o que caracteriza essa relação, segundo alguns de seus integrantes, é a *troca* qual seria então a contribuição ou contrapartida do grupo, ou seja, no que implica a presença de seus integrantes no espaço acadêmico? Eles conseguem pautar suas bandeiras de luta nos debates acadêmicos? Conseguem dar visibilidade às suas experiências de participação política e militância? Conseguem romper com algumas lógicas de silenciamento e hierarquias ou, em outras palavras, a Universidade apresenta-se permeável e aberta ao diálogo com esses sujeitos de saberes?

De uma maneira geral, a resposta foi negativa para tais questões. De fato, há uma tensão gerada a partir da presença desses militantes na universidade em que seus discursos são, quase sempre, deslegitimados. Como afirma Marcão, “*se não tiver um bom discurso eles passam por cima*” (Marcão. Em entrevista, dia 30/05/2008).

Vemos que esses sujeitos e atores coletivos ainda têm suas experiências e vozes silenciadas se tomarmos como referência as lógicas institucionais de produção de conhecimento na academia. Nosso trabalho no Programa Conexões de Saberes tem apontado como dos movimentos sociais emanam saberes, formas de organização, objetivos, estratégias, discursos, práticas e visões de mundo que, por um processo de diferenciação hierarquizada na produção de conhecimento, continuam sendo deslegitimados, silenciados e invisibilizados.

Ao mesmo tempo em que são procurados por pesquisadores/as e despertam o interesse da academia (os integrantes do Coletivo são recorrentemente solicitados a palestrar, responder pesquisas, entre outros), estes atores sociais quando vão para a universidade, como estudantes, “*incomodam bastante*”. Além disso, apontam que a relação com as pesquisas ainda segue modelos tradicionais em que o pesquisador toma o conhecimento do movimento como mera *matéria-prima*, geralmente não devolve os dados ao grupo e não se propõe a conviver com o mesmo. Quando consideramos que as relações de poder colonizadoras que se sedimentaram com a práxis científica, principalmente no âmbito das ciências sociais e humanas, podem ser traduzidas na idéia de que o pesquisador é o sujeito e o pesquisado é o objeto a ser conhecido (Quijano, xxxx; Rosemann, 2005; Haraway, 1995), podemos localizar e analisar as relações estabelecidas entre movimentos sociais e a Universidade. Neste modelo, o objeto está subordinado e deve fornecer saberes e memórias,

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

enquanto a ciência se resguarda numa posição de distanciamento e imparcialidade. Nessa relação hierárquica, desconsidera-se que “a relação é entre sujeitos e não entre um sujeito e um objeto” (Santos, 2000, p. 22).

Diante do exposto, vale salientar que nossa equipe vem analisando os elementos da interação entre pesquisador e campo como pontos nodais para compreender como se estruturam as lógicas de hierarquização entre saberes e como parte fundamental para orientar nossas ações e nossas reflexões durante a pesquisa-intervenção. De fato, a Universidade parece ter incorporado em suas práticas de pesquisa e de extensão formas de agir e de se posicionar diante da sociedade que deslegitimavam/deslegitimam os atores de suas próprias falas e experiências, além de manter na invisibilidade diversos desses temas com os quais temos trabalhado.

Por outro lado, a não-existência e subalternização que os grupos e os/as bolsistas do Programa experimentam têm permitido que haja um reconhecimento mútuo entre eles capaz de explicitar tensões e diferenças, mas também, e talvez principalmente, construir unidades de resistência e de partilhamento de valores que são fundamentais na construção identitária dos grupos e dos/as pesquisadores/as. Se pelo lado dos movimentos há um reconhecimento da importância da trajetória dos/as bolsistas para se estabelecer relações produtivas com a academia e se é essa a porta de entrada para um espaço que, historicamente, os deslegitimou; por outro lado, temos experimentado formas de fazer ciência a partir de saberes localizados (Haraway, 1995), buscando resgatar uma ciência que tenha no horizonte de sua prática a construção de uma sociedade mais justa (Santos, 2003).

Considerações finais: o Cultural e o Político no Coletivo Hip Hop Chama e as relações com a universidade

Ao contrário de uma visão muito difundida de que a juventude é politicamente desmobilizada, a pesquisa com o Coletivo Hip Hop Chama tem demonstrado que as formas de participação da juventude atuais são muito diversificadas e que as articulações entre os espaços de lutas políticas bem como os instrumentos nestas utilizados passam por dinâmicas que para um olhar desatento e/ou conservador parecem não existir.

Assim, consideramos a experiência do Coletivo

Hip Hop Chama particularmente interessante uma vez que na relação entre cultura/arte e política cada uma dessas instâncias é pensada pelo grupo como inseparáveis. A arte para eles não é vista como algo com um fim em si mesmo, mas sim um instrumento de luta política.

Deste modo, o estabelecimento de redes de sociabilidade e cooperação (Magnani & Torres 1996; Magnani 2002) em que novas experiências societárias são construídas, pode ser entendido como ponto-chave para o desmonte de discursos elaborados por estas correntes pessimistas em relações às dinâmicas sociais contemporâneas que entendem espaço urbano simplesmente como um lugar marcado por individualidades, rupturas de laços sociais, afastamento dos sujeitos de suas comunidades e grupos de origem, desagregação das pessoas e enfraquecimento do tecido social. Não queremos com isso dizer que estas características não marquem, em alguma medida, esse espaço urbano e a sociedade de uma maneira geral, mas entendemos que os processos de individuação e coletividade andam juntos. É preciso ponderar tais perspectivas e destacar que a atuação de agentes de transformação da realidade urbana vem criando novas formas sociabilidades e mostrando suas múltiplas atuações e estratégias de enfrentamento das opressões por eles sofridas.

A idéia de desmobilização da juventude se sustenta a partir de uma visão *adultocêntrica* constituída pela cultura política da racionalidade moderna que concebe a política como um exercício que exclui as outras esferas da vida social bem como as afetividades e diversidades de pertencimentos coletivos. Ela é excludente ao postular que o exercício da política deve ser conduzido por um indivíduo racional e supostamente neutro em espaços formais de deliberação e tomada de decisões, ou seja, as associações, os partidos políticos e os órgãos representativos. Assim, ela é baseada no consenso e como argumenta Mouffe (1996) ao centrar-se no consenso essa visão da política exclui o elemento que deve ser constitutivo de um projeto de democracia em sua radicalidade, a saber, o seu caráter agonístico¹⁴.

A cultura hip hop, como expressão estético-política da juventude majoritariamente negra e urbana, não exclui, portanto, o festivo e o lúdico do político (Gilroy, 2001). É na própria festa e nas performances em que ocorre grande parte da

14 O termo agonístico refere-se a uma visão das relações humanas em que o conflito é visto como elemento estruturante das mesmas (Mouffe, 2005).

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

movimentação política desses agentes, reforço da identidade política através de processos intersubjetivos de reconhecimento e dramatização das formas de opressão as quais os envolvidos compartilham, entre outros fatores. Por outro lado, apenas a politização da atividade artística não é vista por alguns de seus envolvidos como suficiente e, nesse sentido, essa politização não funcionaria como medida de redistribuição de recursos simbólicos materiais e não-materiais. Essa última postura é bem declarada entre os/as integrantes do Coletivo Hip Hop Chama.

Em relação às parcerias com a universidade, é preciso pensar, por exemplo, se elas não podem encobrir certas hierarquias de saberes entre o científico e o militante, apesar dos relatos de as experiências de parceria que o grupo relata com a universidade serem marcadas pela positividade. No entanto, pudemos observar quando problematizamos a relação do grupo com a Universidade na Oficina de Tradução, que permanecem as mesmas lógicas de invisibilidade e silenciamento quando tomamos a estrutura de produção de conhecimento e os impactos que outros saberes têm nessa produção e na instituição. Nesse sentido, consideramos que a academia permanece, na maior parte das vezes, impermeável aos saberes e experiências esses sujeitos mesmo quando alguns deles estão presentes nos bancos escolares destas instituições.

Para Haraway (1995), a ciência só pode se construir sem destruir outras formas de ver o mundo a partir do momento que localiza o lugar de onde fala e produz conhecimento, e apenas dessa forma, consegue-se objetividade. Para essa autora, a objetividade “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21). Assim, localizarmos o lugar de onde o Programa fala, de onde bolsistas e grupos falam nos parece fundamental, e em acordo com a autora, para que o conhecimento produzido ganhe corporeidade, pois dessa forma, empreendemos também uma análise de como funcionam os sistemas utilizados para ver o mundo dos pontos de vista psíquico, social e técnico (Haraway, 1995). Nós acrescentaríamos que se faz necessário, tão importante quanto estes outros sistemas, somar o ponto de vista político como um caminho importante para pautar a discussão das relações de poder na construção do conhecimento.

Nesse contexto, foi fundamental a análise da relação entre pesquisador e grupo para que pudessem

ser engendradas reflexões do lugar de fala dos/as bolsistas não só como aqueles da universidade, mas da periferia, negros e jovens. Dessa forma, ao tomar a experiência da tensão entre pesquisador e campo pesquisado como caminho analítico das formas de hierarquização, enfrentamos e refletimos sobre os conflitos que são gerados diante de formas de conhecer, perceber e intervir no mundo, o que tem possibilitado analisar como os saberes inferiorizados, sejam eles dos próprios bolsistas quanto dos atores sociais com os quais temos trabalhado, denunciam formas de opressão e formas de participar do mundo público que não compartilham de determinadas lógicas hegemônicas. Esse encontro não acontece sem transformações, sem emoção e sem reflexão sobre a própria prática da ciência, sobre a própria maneira como bolsistas, grupos e coordenação analisam a sua experiência, sobre a forma como se posicionam no mundo, como nos unimos, como nos construímos iguais e diferentes.

Além disso, vimos, também, nos discursos e práticas do Coletivo Hip Hop Chama a necessidade de estabelecer um novo padrão de sociabilidade entre as pessoas, baseada em uma noção de horizontalidade. Constantemente, termos com grande poder simbólico de mudança tais como autogestão e empoderamento são utilizados na tentativa de bloquear o surgimento ou a permanência de desigualdades de direitos. Além dos debates e denúncias mais tradicionais no movimento hip hop, ou seja, aqueles que se referem ao racismo e os embates de classe, o Coletivo Hip Hop Chama tem desenvolvido, sem abandonar os anteriores, estratégias diversas como oficinas, seminários e encontros para pensar também as questões colocadas pelo feminismo a respeito das opressões e desigualdades de gênero e as questões colocadas pelos movimentos de defesa da livre orientação sexual. As dificuldades de articulação de uma ação conjunta parecem vir muito mais de um problema de conciliação das múltiplas atividades em que os mesmos se vêm envolvidos nas várias esferas da vida social (família, trabalho, escola, faculdade) do que uma falta de interesse na participação política. E nesse sentido, seria necessário incorporar aos estudos sobre as formas de participação política as especificidades que atravessam as vivências da juventude nos seus esforços de se organizar cultural e politicamente, aliando a sobrevivência e a construção de trajetórias de vida pessoais.

Ao finalizar esse texto, fruto de uma parceria em andamento, gostaríamos de deixar que as palavras de

Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais

Negro F. resumam o que pensamos sobre como deve ser a relação pesquisador/pesquisado e qual a importância de um trabalho baseado em processos verdadeiramente tradutórios entre pesquisadores e pesquisados. Isso não por uma questão de *bonomia*, ou seja, de sermos politicamente corretos, mas pelas próprias condições atuais de enunciação e de construção de conhecimento científico ou não.

Eu vejo pelos dois lados. Uma coisa é quando o hip hop é objeto de pesquisa para uma coisa que seja fomentada e aí o contrário eu acho quando as pessoas tratam o hip hop simplesmente como se fosse um rato de laboratório. Exemplo disso, fim de ano agora eu respondi uns quatro e-mails de pesquisa de faculdade de neguinho doido, desesperado porque precisava entregar o negócio no outro dia e não tinha tempo de vir aqui, queria saber o que era NUC, o que era Hip Hop Chama, o que era hip hop em BH. Por um lado, a gente até entende a vida de todo mundo, mas eu acho que fica negativo porque as pessoas não vêm entender na base, na prática. Diferente é a gente conversar olho a olho, de perto, a gente ter acesso a comunidade, as coisas que estão acontecendo, ir nas atividades, do que ficar no achismo e no virtual. Hoje você vai achar o que é hip hop de várias fontes de várias línguas do mundo. Uma coisa diferente é, e aí voltando numa coisa bem breve, como é que uma pessoa diz que é do hip hop? Ninguém ganha selo. As pessoas se tornam hip hop. Elas fazem parte ou não. Não só pelo fato de eu estar cantando quer dizer que eu sou do hip hop. Então eu penso que a pessoa para saber o que é a nossa cultura, tem que estar no dia-a-dia. Tem que conviver com a gente, viver as dificuldades e as alegrias. Aí com certeza as pessoas que também querem transformar o mundo, ver o mundo melhor, acreditar naquilo tudo que a gente sonha junto, ela também vai ser hip hop.. (Negro F. Em entrevista dia 27/02/2008)

Referências

- Afonso, M. L. et al. (2002). *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Alexander, J. C. (1998). Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000200001&lng=en&nrn=iso>. Acesso em: 03 Dez. 2007.
- Alvarez, S. E., Dagnino, E. & Escobar, A. (2000). O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG.
- Brandão, C. R. (org.) (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Canclini, N. G. (1997). *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Crapanzano, V. (1991). “Diálogo”. *Anuário Antropológico*, 1988. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gilroy, P. (2001). *O atlântico negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu*.
- Lima, M. S. de. (2005). *Rap de batom: família, educação e gênero no universo rap*. Dissertação apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas sobre uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Magnani, J. G. C. e Torres, L. de L. (orgs.) (1996). *Na metrópole. Texto de antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Usp.
- Melucci, A. (1996). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Young*, 4(2). Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf Acesso em: 03 de dezembro.
- Mouffe, C. (1996). Feminismo, cidadania e política democrática radical. In *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.
- Prado, M. A. M. (2006). Movimentos Sociais em Massa. Identidades Coletivas no espaço público contemporâneo. In *Mídia, esfera pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UfmG.
- Rosenmann, M. R. (2005) Conflito e crise no pensamento social latino-americano. In R. Leher & M. Setubal (orgs.), *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis* (pp. 141-155). São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2005). *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2003). Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da

- Mayorga, C.; Magalhães, M. de S.; Patrício, C. J.; Cruz, D. A. G.; Alves, S. G.. O cultural e o político no Coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais igualdade. In B. de S. Santos (org.), *Reconhecer para libertar - caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Editora Civilização brasileira.
- Santos, B. de S. (2000). *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Silva, V. G. da. (2005). Entre a poesia e o raio x: uma introdução á tendência pós-moderna na antropologia. In J. Guinsburg & A. M. Barbosa (orgs.), *Pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva.
- Souza, Á. M. de. (2006). *A globalização do movimento hip-hop: estabelecendo relações de consumo e gênero*. Retirado de: www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Angela_Maria_de_Souza_43.pdf.
- Tella, M. A. P. (2006). Reação ao estigma: o rap em São Paulo. In *Revista Enfoques*, 5. Rio de Janeiro. Retirado de : <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/marco06/pdfs/marcodoc06-02.pdf>
- Torres, J. (2005). *Movimento Hip Hop como cultura política expressiva [manuscrito]: fluxos simbólicos e re-significações locais*. Dissertação apresentada ao departamento de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFMG.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
Recebido: 01/09/2008
Aceito:30/09/2008

Pessoas com Deficiência e Dança: Uma Revisão de Literatura

Disabled People and Dance: A Literature Review

Eleonora Campos da Motta Santos¹

Denise Maria Barreto Coutinho²

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a relação corpo, dança e pessoa com deficiência. Analisando diversos estudos dos últimos dez anos, ressalta a predominância de uma racionalidade cartesiana onde o corpo considerado não normal é visto como portador de limitações intransponíveis. Do mesmo modo, a dança é considerada veículo/instrumento de ação pedagógica que pode ser utilizado para recreação e/ou reabilitação, tendo como referência o corpo dito "normal". Finalmente, aponta para questões socioculturais importantes que interferem na possibilidade de mudança deste referencial, tendo como exemplo a nomenclatura diversa e, por vezes, contraditória sobre o tema.

Palavras-chave: dança; pessoas com deficiência; corpo; racionalidade cartesiana.

Abstract

This article presents a literature review on the relationship between body, dance and disabled people. Analyzing several studies in the last ten years, it outlines the predominant presence of Cartesian rationality where the body considered not normal is seen as having insurmountable limitations. At the same time, dance is considered as a vehicle / tool for educational action that can be used for recreation and / or rehabilitation, with reference to the so-called normal body. Finally, it points to important social issues that interfere with the possibility to change this framework, taking the diverse and sometimes contradictory nomenclature as an example of this subject.

Key words: dance; disabled people; body; cartesian rationality.

A relação institucional com pessoas com deficiência, assim como escolhas de vocabulário e nomenclatura indicam necessariamente um tipo de racionalidade relativa ao conceito de “deficiência”

e à categoria “pessoa com deficiência”. Este trabalho tem o objetivo de identificar e analisar o tipo de racionalidade presente na literatura sobre as categorias dança, corpo e pessoas com deficiência.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas; Bailarina; Licenciada em Dança pela Universidade Federal da Bahia; Mestranda em Dança na UFBA; Professora da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia e do Grupo de Dança Poéticas da Diferença, Programa Permanente de Extensão da Escola de Dança da UFBA que acolhe pessoas com deficiência desde 2004. Contato: eleonoracms@ufba.br.

² Psicóloga; Doutora em Letras (Universidade Federal da Bahia / Princeton University); Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia; Contato: dmbc@ufba.br.

Consultas realizadas em bases de dados como SciELO, Lilacs, Bireme e no Banco de Teses da CAPES, utilizando as palavras-chave “dança” e “deficiência”, permitiram observar que a maioria dos trabalhos encontram-se nos campos da Educação e da Educação Física. Levantamento preliminar no Banco de Teses da CAPES revelou a existência de 26 trabalhos sobre o assunto, sendo 11 em Educação, 5 na área de Artes, 4 em Educação Física, 3 em Comunicação e 3 em Psicologia Social, Distúrbio do Movimento e Ciência do Movimento, respectivamente. Desses 26 trabalhos, 18 foram escritos a partir do ano de 1998, sendo que 15 são dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. A multifocalidade de abordagens no trato do objeto dança pode ser entendida tanto pela interdisciplinaridade de ações que a natureza do objeto exige como pelo fato de nos encontrarmos no início da constituição de um novo campo: a dança como produção de conhecimento acadêmico.

A análise de artigos pesquisados nas bases de dados SciELO, Lilacs, Bireme, e em algumas revistas eletrônicas, através das palavras-chaves “dança” e “deficiência”, publicados entre 1998 e 2008, tornou possível selecionar 28 artigos e neles identificar e explorar a racionalidade presente na descrição e análise da categoria “pessoa com deficiência”, o tipo de atividade com dança para esse público, bem como a nomenclatura utilizada para a sua categorização. Para a análise, foram estabelecidas as seguintes categorias: 1) Vocabulário, estratégias metodológicas e objetivos (*o porquê e o para quê*) oferecer práticas artísticas em dança a pessoas com deficiência, utilizados como indicadores da racionalidade que sustenta a argumentação filosófica/teórica dos autores; 2) Nomenclatura utilizada para identificação e referência a este grupo.

Para subsidiar esta revisão, ampliou-se o âmbito da compilação buscando a discussão do tema também em outras linguagens artísticas. Para tanto, localizou-se, nas mesmas bases eletrônicas já citadas, artigos e documentos envolvendo propostas de trabalho com música, teatro, artes plásticas e artes visuais relacionados à temática da deficiência, publicados no mesmo período. As combinações de palavras-chave utilizadas neste segundo viés de busca foram: “educação artística + deficiência”, “música + deficiência”, “teatro + deficiência”, “artes plásticas + deficiência” e “artes visuais + deficiência”. Outros 21 artigos foram encontrados dentro do período citado, sendo que 14 foram selecionados para compor a análise por desenvolverem argumentos que permitem identificar a nomenclatura utilizada e o tipo de racionalidade presentes no vocabulário, nas

estratégias metodológicas e objetivos. Seis artigos envolvem práticas metodológicas em teatro, 4 em artes plásticas, 2 em música, 1 em artes visuais e 1 discute conjuntamente propostas de música, teatro e artes plásticas.

Racionalidade de Argumentação

A partir de uma primeira leitura dos artigos selecionados para compor esta revisão foi possível identificar que os trabalhos se dividem em 4 grupos: aqueles que relacionam a temática da deficiência à prática da dança; aqueles que relacionam a temática da deficiência à prática de outras linguagens artísticas; aqueles que apresentam concepções de deficiência relacionando-as com discussões de outras áreas de conhecimento, e aqueles que discutem concepções sobre deficiência a partir de documentos oficiais.

Do ponto de vista da abordagem, os artigos que apresentam experiências relativas a práticas artísticas apontam três direções, com fronteiras muito tênues entre si: prática artística no auxílio ao processo de educação formal e/ou como experiência terapêutica, sendo que, em ambas as direções, busca-se uma terceira saída voltada para a readaptação ao convívio social.

A maioria dos artigos analisados aponta uma concepção de deficiência relacionada a problema, limite, incapacidade, “uma desvantagem, resultante de um comprometimento ou de uma incapacidade que limita ou impede de ter desempenho motor normal” (Batistella, Krug, Oliveira & Zacan, 2002). O vocabulário utilizado indica pressupostos que ligam a prática artística de pessoas com deficiência a objetivos como “melhorar a auto-estima e o desempenho na família e na sociedade” (Soares, 2006); “fornecer conhecimentos e desenvolvimento do ser humano em sua multidimensionalidade-corpo-mente-espírito” (Ormezzano, 2006); “evitar problemas causados pela deficiência visual [...] com o desenvolvimento de suas habilidades e superação de suas dificuldades” (Masini, 1993); “o comportamento cultural compensatório sobrepor-se ao comportamento natural defeituoso” (Bulla, Goulart, Hirotsu & Mori, 2004) e “Afabetizar esteticamente” (Rabello, 2007).

Associado, vem o reconhecimento de que as pessoas com deficiência possuem capacidades que precisam ser estimuladas e desenvolvidas na tentativa de romper barreiras e “demonstrar à sociedade a superação dos limites e as reais potencialidades das pessoas com deficiência física” (Antunes & Flores, 2006) ou ainda: “a sociedade e o deficiente devem se unir para vencer os obstáculos” (Batistella et al., 2002) com foco na

reabilitação e normalidade. Apontam, também, que o estímulo ao desenvolvimento das capacidades deve colaborar para que outras pessoas, não atingidas pela deficiência, possam “mergulhar no universo do corpo da pessoa portadora de deficiência [no caso, visual], tentando captar o significado das experiências vivenciadas” (Figueiredo & Santos, 1999).

Estas construções argumentativas não apenas apontam uma racionalidade cartesiana para sustentar a discursividade sobre o sujeito com deficiência, como também indicam um olhar metafísico, universalista e causalista sobre os fenômenos estudados, reforçado pelo uso de expressões como “totalidade do ser humano” (Batistella et al., 2002), “desvendar o fenômeno” e “revelasse sua essência” (Figueiredo & Santos, 1999), e “sensação do dever cumprido e o espírito de novos desafios com esta população” (Antunes & Flores, 2006).

Mesmo os artigos que discutem a categoria “pessoa com deficiência” relacionando-a com outras áreas do conhecimento, que não diretamente a de artes, apresentam idéias contraditórias entre si. Padilha (2000): “limitadas, porque condição inerente aos seres inconclusos[...] inclusive os deficientes mentais”. E ainda no mesmo autor: “apropriar-se do conceito de compensação, [...] exige uma concepção coerente de cérebro [...] capaz de evoluções e mudanças e que, com suas inúmeras conexões, milagrosamente atua em concerto”.

Carrão e Jaeger (2002), ao discutir a representação que os pais têm diante dos filhos com síndrome de Down, reconhecem que o processo é construído e transitório:

[...] passado o estágio inicial dos primeiros meses de contato e de conhecimento do filho, os pais passam a reelaborar suas representações acerca da criança, pois a própria evolução destas faz com que as mesmas comecem a interagir com os familiares e com a realidade circundante .

No que diz respeito aos artigos que discutem especificamente a prática artística, é possível identificar alguns que avançam nas discussões em relação à superação da racionalidade cartesiana relativamente à deficiência e apresentam uma argumentação crítica acerca dos parâmetros historicamente utilizados em Educação, apontando para referenciais mais contemporâneos de ação.

Há dois artigos sobre dança que claramente apontam essa análise. Freire (2001) comenta sobre trabalhos de dança-educação cujo foco não está no aprendizado de técnicas específicas de dança, e sim em motivar os estudantes a apreciarem a dança,

pautado em três ações: ver, criar e executar e no diálogo com a experiência individual de cada aluno. Ao considerar essa perspectiva de trabalho, aposta na re-significação do corpo singular e múltiplo que dança. Nessa discussão a autora considera o movimento social em prol da “inclusão” de pessoas com deficiências nas artes, mais especificamente na dança, mas mostra que ações são realizadas sem que haja uma reflexão *sobre, para que e para quem* serve esse tipo de trabalho. As propostas trabalham a livre expressão, num sentido recreacionista ou baseiam-se no ensino de técnicas específicas de dança onde a estética baseada no corpo “perfeito e saudável” acontece pelo viés assistencialista. Ao apresentar as bases do trabalho que desenvolve com crianças e jovens, reconhecem o corpo com deficiência como um corpo perceptível, criativo e dançante, capaz de aprender sobre o mundo no ato de criar, observar e executar a dança.

Figueiredo e Santos (1999), ao questionar a possibilidade de diálogos entre dança e inclusão no contexto escolar, pensam a deficiência como uma “potencialidade do ser, desenvolvida e não estigmatizada”, uma categoria historicamente construída: “[...] a diversidade e as diferenças não são apenas obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, ao contrário, constituem fator de enriquecimento e formação da sociedade” (Figueiredo & Santos, 1999). As autoras apontam que as pessoas com deficiência sempre precisaram demonstrar capacidade de adaptação ao sistema escolar, e não o contrário. Este artigo apresenta uma clara problematização das concepções dicotômicas e dualistas:

a sociedade como um todo precisa estar consciente de que uma verdade absoluta não existe, de que não queremos um símbolo universal, nem nos interessam bandeiras panfletárias. A inclusão não se dá de forma isolada. Ela precisa das parcerias para ser e acontecer.

Quanto aos artigos que relacionam pessoas com deficiência à prática de outras linguagens artísticas, Kastrup (2007) comenta a observação de uma oficina de trabalhos em cerâmica para pessoas cegas tardias, considerando que a situação de criação no trabalho com a cerâmica é distinta da situação de realização de tarefas, pois não segue objetivos predefinidos. Para a autora, os processos de criação funcionam, neste caso, como outro tipo de compensação. Não mais como busca de caminhos indiretos para chegar ao mesmo fim, mas para trilhar outros caminhos.

Para Ormezzano (2006), as oficinas de arte, independentemente da linguagem, são uma opção bastante apropriada para a educação artística, uma

vez que se definem pela produção em grupo, o que pode desestabilizar a posição do professor como única forma de saber, promovendo inteligência social e criatividade coletiva, na qual o professor é mais um do grupo, em papel de facilitador, orientador do trabalho expressivo.

Cordeiro *et al* (2006) descrevem seu trabalho com pessoas com deficiência em laboratórios semanais de teatro como espaços para a manifestação verbal de emoções, indagações e criatividade, que podem contribuir para a expressão da singularidade e competência desses sujeitos. Os autores mostram que alguém que desenvolva caminhos próprios de expressão, a partir do conhecimento de materiais, técnicas, conceitos nas diversas produções artísticas, é capaz de participar de modo mais efetivo do seu contexto sociocultural.

Mourão e Silva (2007), ao comentarem sobre o referencial de formação educacional da criança surda, apontam que o maior objetivo de muitos métodos educacionais e de muitas famílias tem sido o de proporcionar a estes sujeitos a condição de ouvinte-falante. Segundo as autoras, os métodos educativos tradicionais buscam mais uma reabilitação do que a própria educação, tentando aproximar o surdo do sujeito dito normal:

A responsabilidade principal de possibilitar ao aluno surdo o acesso aos conhecimentos previstos no currículo escolar se tornou, então, secundária. [...] Para a sociedade atual é fundamental capacitar o surdo para sua inserção no mercado de trabalho e no mundo dos ouvintes. Métodos, técnicas e instrumentos têm sido utilizados para torná-los mais eficientes e produtivos, o que na maioria das vezes não leva em consideração o respeito à identidade e à cultura surda.

No mesmo sentido, Masini (1993) indica que a educação da pessoa com deficiência visual baseia-se no referencial compensatório ou de recuperação, tendo-se, em lugar de um programa educacional a partir de múltiplas possibilidades, ações pedagógicas que partem dos limites (*não* dispor de visão, ou dispor *apenas* de um resíduo visual).

Assim, ainda que maioria dos artigos parta de uma visão reabilitacional, onde a referência de uma atuação “normal” predomina, é possível identificar iniciativas de ações artístico-pedagógicas que reconhecem a plasticidade do corpo com deficiência. Um corpo capaz de experimentar sua configuração de modo criativo e potencializador no estabelecimento de outras relações com o mundo. Estas últimas citações mencionadas indicam os processos de educação sensível que a experiência artística pode promover. Sem focalizar apenas resultados reabilitacionais e socioterápicos,

propõem uma educação em arte com vistas ao desenvolvimento do sujeito autônomo e com sentido de pertencimento social.

Outro aspecto da análise que cumpre destacar é que os artigos sobre dança e deficiência mencionam, com exceção de um (Freire, 2001), esta linguagem como uma atividade associada à prática esportiva, realizada a partir do campo da educação física, mesmo havendo o reconhecimento da dimensão artística da atividade: “Existem aproximadamente 30 grupos desenvolvendo esta modalidade³ enquanto atividade artística e 12 duplas como dança esportiva” (Ferreira & Ferreira, 2004) e “considerada como um dos conteúdos da Educação Física, a dança é uma linguagem da arte que expressa diversas possibilidades” (Figueiredo & Santos, 1999). Também em Braga *et al* (2002): “apresentar a dança como modalidade esportiva”.

Estes apontamentos indicam uma discussão atual acerca do ensino da dança em espaços como escolas e instituições: Mantém-se o ensino desta linguagem no âmbito da educação física? O professor de educação física sensível ao trabalho de criação e exploração corporal está apto a ensinar dança? Exige-se um lugar específico para a dança? Que especificidades/conteúdos justificam a autonomia deste campo? Como então justificar a existência de cursos de licenciatura em dança? Sem querer, aqui, estender a discussão, consideramos que a atividade cujo foco é a pesquisa artística do movimento constitui-se espaço autônomo de trabalho docente e investigativo, no qual o professor de dança pode contribuir diferencialmente.

Diante do analisado, esforços no sentido de não restringir a prática da dança à repetição de movimentos físicos; afirmações de que a dança envolve o sujeito na sua integralidade uma vez que trabalha significações, sensações, sentimentos e expressão não verbal; discussões acerca da racionalidade cartesiana são questões apontadas em muitos dos artigos. Contudo, a predominância da idéia de que “a dança [ou a arte] contribuirá efetivamente na reabilitação de qualquer tipo de deficiência de que conhecemos” (Batistella et al., 2002), é um aspecto que se destaca. O foco incide sobre a reabilitação física e o viés psicoterápico das pesquisas sobre as demais linguagens artísticas contribuem para a manutenção da racionalidade cartesiana que separa corpo-mente.

Deste modo, é possível afirmar que a intenção reabilitacional é muito presente nos argumentos que estruturam as propostas de um modo geral, com

³ Termo associado, culturalmente, ao campo da Educação Física.

clara tendência em considerar pessoas com deficiência pouco capazes, apesar de todas as recomendações oficiais. Para que possam estabelecer relações e transitar em ambientes sociais comuns, ainda parece necessário que estas pessoas se “enquadrem” no padrão de funcionamento da sociedade, para cuja situação a arte acaba sendo um instrumento auxiliar, um meio e não um fim.

Quanto à definição apresentada em documentos oficiais de classificação de deficiências, dois artigos discutem o tipo de racionalidade em questão. Partindo da definição na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF/2004, documento da Organização Mundial da Saúde que tem por objetivo “proporcionar uma linguagem unificada e padronizada assim como uma estrutura de trabalho para a descrição da saúde e de estados relacionados com a saúde” (OMS, 2004), os dois artigos apontam modificações conceituais na última publicação. Reconhecendo avanço na busca pelo rompimento de uma racionalidade cartesiana sobre deficiência, um deles compara tais conceitos com a classificação sobre deficiência mental definida na *American Association on Mental Retardation - AAMR*.

A CIF - OMS (2004) define: “Deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como um desvio importante ou uma perda”. A partir da seção 4.1, o documento descreve as circunstâncias nas quais este conceito deve ser tomado:

‘Corpo’ refere-se ao organismo humano como um todo; por isso, o cérebro e as suas funções, i.e., a mente, estão incluídos. [...] As deficiências podem ser temporárias ou permanentes; progressivas, regressivas ou estáveis; intermitentes ou contínuas. O desvio em relação ao modelo baseado na população, e geralmente aceito como normal, pode ser leve ou grave e pode variar ao longo do tempo. [...] As deficiências podem ser parte ou uma expressão de uma condição de saúde, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. (OMS, 2004).

Guerreiro (2005) apresenta uma reflexão sobre os conceitos de doença e saúde trazidos no documento, destacando que os fundamentos conceituais dessas categorias estão na transição entre os princípios da física newtoniana para as leis da relatividade de Einstein:

Estes dois registros conceituais diferentes, que enquadram e interpretam realidades fenomênicas distintas, constituem as metáforas que estabelecem a ponte para as imagens de saúde e doença, em particular as fundações teóricas que presidiram ao

desenvolvimento da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ibid.).

Segundo o autor, o conceito de incapacidade [*disability*] tem sido caracterizado por perspectivas que concebem o corpo, a mente e a sociedade como esferas separadas da existência humana. Para este entendimento com foco no corpo físico, deficiência [*impairment*] ou limitação funcional e incapacidade provêm de mau funcionamento ou dano, de uma corporalidade entendida como “desvio da normalidade”, frente a qual o profissional médico tem papel de “reparar o dano”. Uma concepção afastada da idéia de que o corpo onde está a lesão é mais do que um fenômeno fisiológico, é também o corpo de um sujeito social, portanto relacional.

Segundo Guerreiro (2005), a proposição deste novo modelo conceitual sobre deficiência que relaciona *funcionalidade, incapacidade e saúde* descentra-se do binômio saúde-doença. Ele aponta que a nova proposta do documento reconhece o corpo como um sistema que se modifica e troca informações com seu meio. Sem direcionar sua abordagem especialmente aos ambientes que lidam de forma direta com questões de incapacidade e deficiência, o autor sugere a implementação mais ampla deste modelo como forma de reflexão e alteração no olhar à saúde e aos estados relacionados. Sublinha ainda o papel que os sistemas educativos ocupam neste processo transformativo, “nomeadamente no que se entende pela criação de um novo espaço pedagógico; de um novo espaço crítico; de um novo espaço político-imaginativo que promova a fluência entre fronteiras” (Guerreiro, 2005).

No mesmo sentido, Carvalho e Maciel (2003) analisam a forma de categorização e definição de deficiência mental apresentando a nova concepção proposta pela AAMR: sistema 2002 e comparando-a a classificações usadas como referência mundial, tais como a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10, e Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (2001), publicações da Organização Mundial de Saúde - OMS e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV, publicação da Associação Psiquiátrica Americana - APA.

O artigo se propõe a questionar categorizações que apontam a deficiência mental como sujeita a uma concepção tipológica, como se existisse uma “essência” da mesma, pressuposto de base cartesiana. As autoras afirmam que a nova concepção da AAMR - sistema 2002 consiste numa visão multidimensional, funcional e bioecológica de deficiência mental, agregando sucessivas inovações e reflexões teóricas e empíricas em

relação aos modelos anteriores. Dão como exemplo o novo conceito sobre *retardo mental*: “Deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade.” (AAMR - sistema 2002). Ao comparar esta concepção com os conceitos presentes nos demais documentos oficiais, concluem que os sistemas atuam entre si de forma complementar e que “a definição de deficiência mental é convergente e consensual entre os diversos sistemas de classificação internacionais, uma vez que existe ação articulada entre seus elaboradores com essa finalidade” (Carvalho & Maciel, 2003).

Considerações Finais

Os trabalhos selecionados para compor a revisão de literatura do assunto em questão indicam não somente diversas opções de nomenclatura, mas também diferentes opções epistemológicas ao abordar a temática da deficiência. É importante mencionar que, em relação às teses e dissertações pesquisadas, é grande a multiplicidade de nomenclatura. Os termos usados são: “pessoas com deficiência” (cinco); “portadores de deficiência” (cinco); “corpos diferentes” (três); “deficiente/não-deficiente” (duas); “sujeito deficiente/corpo deficiente” (uma); “pessoas com necessidades especiais” (uma).

Nos artigos selecionados para compor esta revisão, também se observa uma gama variada de nomeações. Os termos utilizados estão bastante vinculados a expressões consagradas em leis ou documentos públicos oficiais, apesar de variarem na forma de escrita. As expressões mencionadas são: “pessoa com deficiência” (17 artigos); “deficiente” (10 artigos); “portadores de deficiência” (5 artigos); “pessoa com necessidade educacional especial”⁴ (3 artigos); “pessoas com necessidades especiais” (2 artigos); “surdos” (2 artigos); “pessoa portadora de deficiência” (2 artigos); “portadores de necessidades especiais” (2 artigos); “corpo deficiente” (2 artigos); “corpo com deficiência” (2 artigos); “criança especial” (1 artigo); “criança com Síndrome de Down” (1 artigo); “portadores de necessidades educativas especiais” (1 artigo); “pessoa categorizada como deficiente” (1 artigo); “corpo diferente” (em 1 artigo). Os artigos também mencionam expressões

como “deficiências” e “deficiência mental” (em 2) e “incapacidade” [*disability*] (em 1).

Chama a atenção o fato de que o segundo termo mais usado é “deficiente”, palavra não mais utilizada oficialmente desde a Constituição Federal de 1988. A não observância deste termo, depois da normatização, pode indicar um descompasso significativo relativo, entre outras hipóteses, à ignorância do termo estabelecido oficialmente, ao distanciamento das questões que surgem na vida cotidiana, isto é, pesquisadores demasiadamente voltados para a produção de conhecimento sem o necessário trânsito com as exigências da realidade. Pode ainda indicar que, embora referendado em várias instâncias da vida prática, o termo não descreve adequadamente os sentidos que a reflexão teórica produz sobre o material empírico.

Além da variedade de termos entre os artigos, observou-se, ainda, falta de uniformidade em relação à expressão usada num mesmo texto, motivo pelo qual a quantidade de termos aqui registrados é maior que o número de artigos analisados. É possível que a dificuldade em encontrar a palavra adequada para a categorização de pessoas com organização corporal diferente do padrão tido como normal decorra da lógica binária e dualista “normal/deficiente”. Se formos pensar na lógica de categorização de um grupo de pessoas como “professores” e, por exemplo, no exercício de distinção dessa categoria com base nas especificidades de funções desempenhadas, ao falarmos em “professores de educação infantil” e “professores de ensino superior”, claramente estamos nos referindo a grupos distintos de professores, mas que não ocupam, necessariamente, posições opostas ou hierarquizadas. Em outras palavras, dicotomia não implica, necessariamente, dualismo. No caso da referência a um grupo composto por pessoas consideradas com deficiência, tal categorização é claramente dualista; no caso, a deficiência é uma categoria, no mundo ocidental, culturalmente oposta e inferior ao referencial “normalidade”.

Referências

- Masini, E. F. S. (1993). *A educação do portador de deficiência visual — as perspectivas do vidente e do não vidente*. Retirado em 18 julho 2008 de <<http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:0ZrrjBqODCKJ:www.rbep.i nep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/888/795+A+educa%C3%A7%C3%A3o+do+portador+de+defici%C3%Aancia+visual:+as+perspectivas+do+vidente+e+do+n%C3%A3o+vidente>>.

⁴ A Declaração de Salamanca, em junho de 1994, menciona esta expressão (Sasaki, 2005).

- Batistella, P. A., Krug, M. de R., Oliveira, L. de & Zacan, R. F. (2002). *Dança e o desenvolvimento motor de portadores de necessidades educacionais especiais – PNEES*. Retirado em 2 maio 2008 de <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/02/a6.htm>>.
- Soares, L. (2006). *Música e deficiência: propostas pedagógicas para uma prática inclusiva*. Retirado em 18 julho 2008 de <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382006000300011&script=sci_arttext&tlng=>
- Ormezzano, G. (2006). *A linguagem visual na educação especial*. Retirado em 18 julho 2008 de <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/02/a8.htm>>.
- Bulla, T. V., Goulart, Á. M. P. L., Hirotsu A. & Mori, N. N. R. (2004). *O papel da arte: plásticas, musical e corporal no desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais*. Retirado em 18 julho 2008 de <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/revista%20APADEC/trabalhos/c-6_laudas/MORI,%20Nerli%20Nonato%20Ribeiro.pdf>.
- Rabello, R. S. (2007). *O teatro na educação do deficiente visual e a teoria da peça didática de Brecht*. Retirado em 19 julho 2008 de <<http://www.revistadafaeaba.uneb.br/antiores/numero27.pdf#page=154>>.
- Antunes, M. R. & Flores, J. C. (2006). *A alegria do corpo movido pela arte do dançar*. Retirado em: 2 maio 2008 de <<http://www.coperves.ufsm.br/prograd/downloads/File/A%20Alegria%20do%20Corpo.pdf>>.
- Figueiredo, V. M. C. & Santos, R. C. dos. (1999) *Dança e Inclusão no contexto escolar, um diálogo possível*. Retirado em 30 abr. 2008 de <<http://revistas.ufg.br/index.php/fe/article/viewArticle/58>>.
- Padilha, A. M. L. (2000). *A constituição do sujeito simbólico: para além dos limites impostos à deficiência mental*. Retirado em 26 abr. 2008 de <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1523t.PDF>>.
- Carrão, J. & Jaeger, A. A. (2002). *A corporeidade de crianças com síndrome de down segundo as representações de seus pais e mães*. Retirado em 2 maio 2008 de <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/02/a4.htm>>
- Freire, I. M. (2001). *Dança - educação: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento*. Retirado em 26 abr. 2008 de <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000100003&script=sci_pdf&tlng=pt>.
- Kastrup, V. (2007). *A invenção na ponta dos dedos: a reversão da atenção em pessoas com deficiência visual*. Retirado em 18 julho 2008 de <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1677-11682007000100005&script=sci_arttext&tlng=pt>.
- Cordeiro, M. P., Ferreira, S. L., Scoponi, R. de S. & Vieira, C. M. (2006). *Deficiência mental e autonomia: análise do discurso de jovens em um grupo de teatro*. Retirado em 19 julho 2008 de <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/02/a13.htm>>.
- Mourão, M. P. & Silva, L. C. (2007). *No silêncio dos sons: música e surdez construindo caminhos*. Retirado em 18 julho 2008 de <<http://www.revistadafaeaba.uneb.br/antiores/numero27.pdf#page=164>>.
- OMS (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Retirado em 2 maio 2008 de <<http://www.fenacerci.pt/Canal1/CIF.pdf>>.
- Ferreira, E. L. & Ferreira, M. B. R. (2004). *A possibilidade do movimento corporal na dança em cadeira de rodas*. Retirado em 26 abr. 2008 de <http://www.ucb.br/mestradoef/rbcm/12/12%20-%204/c_12_4_2.pdf>.
- Guerreiro, A. (2005). *Da relatividade dos modelos à relatividade do ICF: modelos de saúde, ciência e prática clínica*. Retirado em 2 maio 2008 de <<http://www.ess.ips.pt/EssFisiOnline/vol1n4/pdfs/ICF.pdf>>.
- Carvalho, E. N. S. & Maciel, D. M. M. de A. (2003). *Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation – AAMR: sistema 2002*. Retirado em 2 maio 2008 de <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol11n2/temas_vol11_02.pdf#page=71>.
- Sassaki, R. K. (2005). *Como chamar as pessoas que têm deficiência?* Retirado em 24 jan. 2008 de <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/Como%20chamar%20as%20pessoas%20que%20têm%20deficiência.doc>>.

Categoria de contribuição: Revisão de literatura
 Recebido: 10/09/2008
 Aceito: 20/09/2008

O Conceito de Família na Teoria Psicanalítica: Uma Breve Revisão

The Concept of Family in the Psychoanalytical Theory: A Brief Review

João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho¹

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão do conceito de família na teoria psicanalítica. Para tanto, percorre pontualmente os textos freudianos da família primeva à finalização do Complexo de Édipo e aponta as posteriores modificações propostas por Melanie Klein e Lacan. Mostra a importância da discussão do conceito de família tanto na teoria como no atendimento psicanalítico em consultório e em instituições de saúde.

Palavras-chave: família; psicanálise; cuidados em saúde.

Abstract

This article presents a literature review about the concept of the family in the psychoanalytical theory. It explores the freudian writings from the primal family to the resolution of the Oedipus Complex. It points out the later modifications proposed by Melanie Klein and Jacques Lacan. It shows the importance of the discussion of the concept of family both for the theory and for the clinical practice in private office and in health institutions.

Key words: family; psychoanalysis; health care.

¹ Psicólogo e Psicanalista, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. Mestrando no Mestrado em Psicologia da UFSJ, área de concentração "Estudos Psicanalíticos". Contato: jogual@ufsj.edu.br .

Introdução

Em nossa prática clínica, em consultório e em instituições de saúde, atendemos muitas vezes a família. Isso acontece na psicanálise de crianças, quando entrevistamos os pais ou familiares, como também no atendimento de psicóticos, nos primeiros contatos com os responsáveis que encaminham o cliente até o consultório.

No exercício do trabalho em saúde pública, somos muitas vezes chamados a atender famílias. Citamos como exemplo o trabalho de inserção do psicólogo no Programa de Saúde da Família (PSF). Neste, uma equipe interdisciplinar (agente de saúde, enfermeiros, médicos, psicólogo) realiza o atendimento denominado visita domiciliar, procedimento de entrevista na casa do paciente, com toda a família, tendo como objetivo a intervenção primária.

A visita domiciliar é um dos instrumentos básicos da estratégia de saúde da família e tem por finalidade conhecer as condições de vida e saúde das famílias, proporcionar atendimento primário com foco na informação, diagnóstico e encaminhamento. Além disto, visa subsidiar a intervenção no processo saúde-doença e o planejamento de ações que promoverão a saúde na coletividade.

Para os profissionais de psicologia surgem, então, perguntas: Como atender a família? Como grupo? Como pensar e lidar com a transferência? Qual o conceito de família na teoria psicanalítica?

Pensando nessas indagações, vemos a necessidade de melhor sistematização desse conceito na teoria psicanalítica, mais propriamente em Freud, Klein e Lacan. Assim, o objetivo desse artigo é proporcionar uma visão geral e breve do conceito de família na teoria psicanalítica e, dessa forma, produzir indagações que permitiriam uma reflexão sobre a prática profissional e pesquisas posteriores sobre o tema.

A Família Freudiana

Em 1897, ao abandonar a teoria da sedução, Freud menciona pela primeira vez o complexo de Édipo:

A lenda grega captou uma compulsão que todos reconhecem porque todos sentiram. Cada espectador foi um dia, em germe, na imaginação, um Édipo e se aterroriza diante da realização de seu sonho transposto na realidade. Estremece diante de toda a dimensão do recalçamento que separa seu estado infantil de seu estado atual.” (Freud, *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1991, p. 198)

O homem edípiano vai aparecer no momento da passagem de Freud de uma concepção traumática do conflito neurótico para uma teoria do psiquismo inconsciente. Mais tarde, na interpretação dos sonhos, Freud associa Édipo e Hamlet aos deuses gregos, criando a cena do desejo de incesto e de assassinato do pai, inaugurando assim, um modelo de romance familiar que sustentara a família ocidental cristã por um século (Freud, 1900/1980).

Para a psicanálise freudiana, a concepção da família é, portanto, fundada no assassinato do pai pelo filho, na rivalidade deste em relação ao pai, no questionamento da onipotência patriarcal e na emancipação das mulheres da opressão paterna.

O sonho do incesto, a culpa do filho pelo assassinato do pai e desejo pela mãe torna-se um modelo único e universal batizado por Freud de *Ödipus – Komplese* (um tipo especial de escolha feita pelo homem (Freud, 1910, Obras C. Vol 11). Reinventando o Édipo, Freud assegura o funcionamento simbólico da família.

Retomando Hamlet, Freud o associa a Édipo para construir melhor o Complexo, criando um personagem inconsciente (Édipo) em fusão com um elemento consciente (Hamlet).

Podemos dizer que Édipo estava para a teoria, assim como Hamlet está para a clínica. Frente à decadência da vida familiar burguesa, Freud lança mão do complexo de Édipo para restaurar a família enquanto instituição, agora simbólica e inconsciente. A Lei do pai (simbólica) remete a um sujeito culpado de seu desejo (inconsciente). Completando a criação de seu complexo, Freud, adiciona a Édipo (inconsciente), Hamlet (culpa do desejo) e os irmãos Karamazov (o assassinato do pai, real) (Freud, 1928-1927/1980).

Questionando a morte do pai, Freud nos remete ao pai totêmico, primevo, devorador e criminoso, em suas duas grandes obras: *Totem e Tabu* e *Moisés e o Monoteísmo* (1939/80), onde torna o complexo de Édipo universal, por ligá-lo aos dois interditos fundamentais da cultura.

Consequentemente, o poder na sociedade pode ser centrado em três imperativos: um ato fundador (morte do pai), necessidade da lei (punição) e renúncia ao despotismo do pai tirano da horda selvagem. Na evolução do indivíduo, estes três imperativos têm, como consequência, três estágios: no período animista, onipotência e narcisismo infantil; na fase religiosa, poder divino e paterno; e, finalmente, na época científica, o logos (Freud, 1939/1980).

A família freudiana adota como sua base a culpa e a lei moral, fundamenta o desejo entre condições conflitantes da autoridade, rebeldia,

universal, diferença, crime, castigo. Esta nova concepção de família, do início do século XX, será capaz de lidar não só com o declínio da autoridade paterna, mas também com a conseqüente emancipação da subjetividade, uma vez que tem como seu cerne o amor, o desejo e a sexualidade. Esta família afetiva implica, através do interdito do incesto, no reconhecimento do inconsciente, do desejo e da própria subjetividade.

Peça fundamental, o complexo de Édipo fundamenta a psicanálise fazendo dela a expressão da busca da identidade. A libido enquanto desejo é a expressão da pulsão no centro da lei da aliança e da filiação. Amor e trabalho, Eros e Ananké fundam a cultura. De fato, ao submeter o sujeito à lei de um logos separador interiorizado e conseqüentemente desvinculado da tirania patriarcal, a família o leva a entrar em conflito com ela. Admitindo a universalidade de uma estrutura edipiana de parentesco, Freud nos permite dar conta da natureza inconsciente das relações de ódio e de amor entre homens e mulheres, pais e filhos, mas principalmente rearranjar a ordem patriarcal em torno da questão do desejo (Freud, 1980, pp.1012-13).

Todavia, mesmo transferindo, na teoria, a antiga soberania patriárquica para uma nova ordem simbólica, e tendo como esteio a crença de que o desejo é, ao mesmo tempo, culpado e necessário ao homem, e de que necessariamente é preciso sublimar para criar civilização, Freud não desfez o vínculo entre desejo sexual e procriação e não reconheceu a força de ruptura de sua teoria. Por outro lado, ele teoriza a passagem do filho-objeto para o filho-sujeito permitindo a progressiva separação do sexo e da procriação.

Portanto, como vimos, Freud trabalha a noção de família, desde a família totêmica à família edípica, utilizando o conceito de complexo. Podemos citar: *Totem e tabu* (1912-1913/1980), *Romance familiar do neurótico* (1909 [1908]/1980), *A dissolução do complexo de Édipo* (1924 [1923]/1980), *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]/1980), entre outros. Para construir teoricamente o conceito de família, ele utiliza os complexos de desmame, de castração, isto é, o complexo de Édipo. Em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924 [1923]/1980), Freud diz:

descrevi noutra parte como esse afastamento se realiza. As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no eu e aí forma o núcleo de supereu, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o eu do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao

complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição” (p. 221).

Essa transposição mostra um declínio necessário da antiga tirania patriarcal. Temos, para a psicanálise, uma concepção de família fundada no assassinato do pai pelo filho, na rivalidade deste em relação ao pai, no questionamento da onipotência patriarcal. Portanto, Freud, para fazer frente à irrupção da barbárie, com a dissolução da autoridade paternal, reinventa o mito de Édipo, atribuindo ao inconsciente o lugar da soberania do pai (pai simbólico) e restabelece a lei da diferenciação: entre os sexos, entre gerações, e entre pais e filhos. Descentra, assim, a subjetividade, trabalhando o lugar do filho como o culpado do desejo, mas acrescenta a possibilidade do parricídio para justificar a nova lei, a lei do pai simbólico.

O Complexo de Édipo freudiano tem como base dois desejos recalcados: desejo de incesto e desejo de matar o pai, presentes nos dois tabus do totemismo, o interdito do incesto e o interdito de matar o pai totem (Freud, 1912-1913/1980), sendo, portanto, universal e fundador da sociedade humana. Freud traz, assim, uma teoria antropológica da família e da sociedade tendo como base os dois elementos: a culpa e a lei moral

Com o Complexo de Édipo, Freud (1924 [1923]/1980) responde, no final do século XIX, ao declínio da autoridade paterna, inscrevendo a família no centro de uma nova ordem simbólica centrada no filho-pai herdeiro do patriarca mutilado. Tal invenção permite à sociedade se ligar com o declínio da soberania do pai, mas principalmente com a emancipação da criatividade. Por quanto tempo?

A invenção freudiana do Complexo de Édipo não busca nem a restauração da tirania do patriarca, nem a do matriarcado, mas evita a abolição da família, dando conta da natureza do inconsciente e do desejo entre os seus membros, em que *reencentra* a antiga ordem patriarcal. Como conseqüência do modelo edipiano, temos: a revolução da afetividade (amor-desejo-casamento), o lugar preponderante concedido ao filho e a prática da contracepção. Tais procedimentos levam a uma modificação intensa na dinâmica e estrutura das famílias dos séculos XX e XXI.

Elisabeth Roudinesco, em seu livro *A família em desordem* (2002), empreende um histórico da evolução da família, da Grécia aos tempos modernos, e aponta o pensamento freudiano respaldado em Sófocles e Shakespeare, entre Édipo e Hamlet. Dessa forma, situa a idéia freudiana de família já no declínio da autoridade paterna.

A Família no Pensamento de Melanie Klein

Melanie Klein, pelo seu interesse voltado para a origem das psicoses e para as relações arcaicas com a mãe, trabalha a criança pelo material já recalcado, tornou possível a mudança de enfoque da psicanálise em relação à análise de crianças. Klein mostra que, ao contrário da afirmação de Freud, é possível analisar a criança; derruba a dificuldade do vocabulário criando a cura pelo brinquedo. Demonstra a possibilidade da transferência infantil, tratando precocemente a questão do super-eu, idéia posteriormente utilizada por Lacan, e por este viés consegue acesso à vida “imaginária” infantil, suas imagos maternas e seus objetos parciais. Este conhecimento leva Melanie Klein a centrar seu trabalho nas vivências edípicas dos primeiros meses de vida, onde foca as relações do sujeito com a mãe, como objeto parcial. Neste trabalho o realce é dado às relações de ódio e de amor que, em jogo de identificação, projeção e introjeção, determinam a formação do eu (Klein, 1970).

A função paterna, presente desde os primeiros meses dentro da relação mãe-filho, vem, na teoria kleiniana, complementar e ativar o Édipo da criança. As duas posições, esquizo-paranóide e depressiva, descrevem as relações de ódio e amor entre a criança e sua mãe, trazendo à luz da psicanálise todo o material recalcado que Freud só teve acesso em adultos em regressão. Isto centra a questão da família, na obra kleiniana, nos primeiros anos de vida da criança e sua relação com a mãe, mas sem descartar a posterior vivência descrita por Freud.

Melanie Klein segue os passos de Freud, para modificá-los, presa a seu interesse na origem das psicoses e, portanto, nas relações arcaicas com a mãe, vai maternalizar a família psicanalítica, colocando a mãe como objeto de todas as projeções odiosas e funcionais, sem utilizar nenhuma realidade antropológica (Klein, 1973).

A autora mostra que estão presentes na família moderna desejos funestos e tormentosos, geradores de inúmeras patologias e, portanto, requisitantes da norma no cerne da relação entre a mãe e o filho. Essa norma, autoridade do pai, torna-se apenas suporte do poder da mãe sobre o filho, desembocando na noção da autoridade partilhada, desenvolvida posteriormente por Winnicott em *A criança e seu mundo* (1975).

A partir das idéias de Winnicott, vamos encontrar o conceito de família ligado à idéia de dinâmica como eixo para sua construção. Essa

dinâmica será descrita como a dinâmica do inconsciente, e os mecanismos psíquicos básicos para se entender kleinianamente o funcionamento da família serão: a identificação projetiva e a identificação introjetiva.

Lacan: a Família, o Simbólico e o Real

Já em 1938 Lacan publicava a síntese da situação da família ocidental no período pré-guerra. Neste texto, utilizando dos conhecimentos clínicos sobre o Édipo e de análise das teorias psicanalíticas, antropológicas e sociológicas, ele leva a uma nova compreensão sobre a família e sua evolução. Utiliza as afirmações de Melanie Klein, mas acrescenta idéias do biólogo alemão Jakob Von Meseküll sobre a interiorização do meio no vivido de cada espécie, uma relação de dependência entre o meio e o indivíduo, que é determinado pela interiorização do meio. Portanto, teoriza que a família passa a ser organizada por imagos, conjunto de representações marcadas pelo materno e paterno.

Submetendo a família a uma visão crítica da razão, emprestada da antropologia moderna e a uma leitura freudiana, Lacan trabalha a revalorização simbólica do pai através do interdito obrigatório da mãe.

Posteriormente, nos Seminários As Psicoses (1955-56 / 1988), As Formações do Inconsciente (1957-58 / 1999) e no texto avulso O mito individual do Neurótico (1952-53 / s.d.), entre outros, desenvolve a idéia do complexo de Édipo juntamente com o conceito de metáfora paterna e sua relação com a formação do sujeito, do simbólico e do inconsciente.

De acordo com Roudinesco (2002), Jacques Lacan, inicialmente, utiliza-se do pensamento estruturalista que encontramos em Lévi-Strauss, nas suas obras *La famille en Europe* (2001); *Préface em Histoire de la famille* (s.d.) e *Les structures elementaires de la parenté* (1967), importando o conceito de estrutura para dar conta do conceito de família dentro da teoria psicanalítica.

Lacan, em 1938, com o seu texto *Os Complexos Familiares* (1981), correlaciona considerações clínicas sobre o Complexo de Édipo, ou a psicopatologia das relações entre pais e filhos, analisando-os sob a luz de várias teorias: psicanalíticas, antropológicas e sociológicas. Reinventa, dessa forma, a família psicanalítica, organizada segundo imagos paternas e maternas, dando a essa organização a responsabilidade pela humanização do indivíduo e o despontar da subjetividade. Mantém, como simbólica, a revalorização do pai, mas opondo uma moral de

obrigação a uma moral da aspiração. O interdito da mãe é, para Lacan, uma obrigação fundamental. Interpretando a Esfinge do Mito de Sófocles como a mãe, ao contrário de Freud que a coloca como pai, Lacan pode ver na sua morte a emancipação das tiranias matriarcais e, assim, preocupar-se em separar o feminino do materno.

Quinet, em sua obra *Clínica da psicose* (1990), indica a articulação posterior da metáfora paterna feita por Lacan:

O Nome-do-pai, inscrevendo-se no Outro, lugar ocupado anteriormente pela 'mãe-coisa', não-simbolizada, permite a articulação entre o complexo de castração e o acesso ao simbólico no processo do Édipo. Por intermédio da metáfora paterna, a significação do falo é evocada no imaginário do sujeito. O efeito da castração simbólica aparece no imaginário como falta: (-φ) (pág.16).

Considerações Finais

Como podemos observar os três autores aqui abordados produzem uma leitura da família pelo viés do complexo de Édipo. Freud, Klein e Lacan, pilares da teoria psicanalítica apresentam três conceitos de família com suas semelhanças e diferenças e, principalmente, formas diferentes de sua utilização clínica e teórica.

Este trabalho sobre o conceito de família proporcionará a sua utilização e dos instrumentos dele advindos, como a transferência e a interpretação junto à família, que assim, terão implicação nos trabalhos clínicos ou teóricos desenvolvidos na saúde pública ou mesmo nos consultórios, vindo a contribuir para futuras pesquisas e reflexões.

Referências

- Freud, S. (1991). *La naissance de la Psychanalyse*. Paris. (Primeira edição em 1897).
- Freud, S. (1980). Romance Familiar do Neurótico. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1908-1909).
- Freud, S. (1980). Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita Pelos Homens. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1910).
- Freud, S. (1980). A Interpretação dos Sonhos. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1900).
- Freud, S. (1980). Cinco lições de psicanálise. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1909).
- Freud, S. (1980). Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1910).
- Freud, S. (1980). Totem e Tabu. In: Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1912-1913).
- Freud, S. (1980). A pulsão e suas vicissitudes. In Freud, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1915).
- Freud, S. (1980). A Dissolução do Complexo de Édipo. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1923-1924).
- Freud, S. (1980). Dostoievski e o Parricídio. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago (Obra de 1927-1928).
- Freud, S. (1980). O Mal-Estar na Civilização. In: Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1929-1930).
- Freud, S. (1980). Moisés e o Monoteísmo. In Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra de 1939).
- Klein, M. (1970). *Contribuições à Psicanálise*. São Paulo. Editora Mestre Ju.
- Klein, M. (1973). *A educação de crianças*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. (1981). *Os Complexos Familiares*. Porto: Assírio e Alvim. (Obra de 1938).
- Lacan, J. (texto avulso, s/d). *O mito individual do neurótico*. (Obra de 1952-1953).
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3. As Psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra de 1955-1956).
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Obra de 1957-1958).
- Quinet, A (1990) *Clínica da Psicose*. Salvador: Fator.
- Roudinesco, E (2002). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Winnicott, D.W. (1975). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. (Obra de 1957-1958).
- Strauss, L. *La famille en Europe*. Paris: Seuil, 2001.
- Strauss, L. *Préface Histoire de la famille*. Paris, s.d.
- Strauss, L. *Les structures elementaires de la parenté*. Paris: Moulom, 1967.

Categoria de contribuição: revisão teórica
Recebido em: 20/11/07
Aprovado em: 30/09/08

Galindo, W. C. M. Trabalho com grupos: Relato de experiência

Trabalho com Grupos: Relato de Experiência

Trabajo con grupos: Relato de experiencia

Wedna Cristina Marinho Galindo¹

Resumo

Apresenta aspectos da prática de intervenção psicossocial com grupos, com indicações gerais sobre fundamentos e desafios da experiência relatada. Orientam o relato, concepções que apontam para o protagonismo dos grupos na realização de suas tarefas e a postura de facilitação do profissional que acompanha o trabalho.

Palavras-chave: grupos; intervenção; sujeito.

Resumen

Presenta aspectos de la práctica de intervención psicossocial con grupos, con indicaciones generales sobre fundamentos y desafíos de la experiencia relatada. Orientan el relato concepciones que apuntan hacia el protagonismo de los grupos en la realización de sus tareas y la postura que facilita la acción del profesional que acompaña el trabajo

Palabras-llave: grupos; intervención; sujeto.

¹ Psicóloga, Mestre em sociologia. Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife. Professora de Psicologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Faz atendimento psicológico em clínica particular. Contato: wedna@bol.com.br.

Este texto tem como objetivo indicar aspectos de minha experiência em moderação/intervenção de grupos, com foco em quatro categorias construídas durante o GT Metodologias e Intervenções (GTmi) no I Colóquio Internacional Atividades e Afetos², a saber: a) Fontes: referências teóricas, metodológicas, epistemológicas do trabalho com grupos; b) Dificuldades: limitações, frustrações e/ou insatisfações no trabalho com grupos; c) Criações: “invenções” no trabalho com grupos. Não somente criações originais, mas também as estratégias adotadas no trabalho; d) Desejos: expectativas, fantasias, desejos, enfim, no trabalho com grupos.

Tenho trabalhado com grupos em diversos espaços e situações, como: serviço público de saúde; agricultores familiares organizados; movimentos sociais diversos; organizações não governamentais; sala de aula; grupos informais, dentre outros. Essa aparente dispersão das minhas atividades com grupos, na verdade pode ser reunida (sem comprometer a diversidade e especificidade de cada campo), numa postura que se repete: a de considerar que o grupo é protagonista de seu processo, que a tarefa a que ele se propõe é construída no e pelo próprio processo, e que minha função é, primordialmente, a de auxiliar no desenvolvimento do grupo enquanto unidade que se propõe/ se dirige a algo. As experiências aqui tratadas, portanto, não se referem à psicoterapia de grupo nem ao que se convencionou chamar de “dinâmica de grupo” como um trabalho pontual, dirigido, nem mesmo a um trabalho apenas educativo-instrutivo.

Dado esses esclarecimentos, passemos a abordagem dos quatro pontos citados.

Fontes

- Conceção de **Ser Humano** – considerado como ser social, construído nas relações sociais e, também, produtor da realidade social. A formação do indivíduo é considerada segundo as perspectivas psicanalíticas de constituição do sujeito, com ênfase nas contribuições de inspiração lacaniana. Destaque merece, então, a linguagem como instrumento especificamente humano de partilha de signos, símbolos, elemento fundante do sujeito, inscrevendo-a numa coletividade a partir do encadeamento de significantes que o nomeiam; e o próprio exercício do sujeito em se tornar autor de sua história, superando uma posição/lugar em que é *objeto* do desejo de outros³. Interessa-nos no trabalho com grupos a postura da pessoa no coletivo, não deixando de lado que cada pessoa num grupo tem uma “bagagem” pessoal presente e atuante.
- Conceção de **Grupo** – aqui as referências estão muito ligadas à proposta de Grupo Operativo de Pichon-Riviére e seus seguidores⁴, da qual destacamos a idéia do grupo como um espaço dinâmico de trocas, que se dedica, por um lado, a uma tarefa objetiva (aprendizagem, cura, gestão, etc.) que lhe dá limites de existência, como alguns grupos que se iniciam para realizar uma tarefa e se encerram diante da tarefa concluída. Por outro lado, o grupo tem também diante de si uma tarefa subjetiva, talvez não claramente visível, de se constituir enquanto

grupo, enfrentar medos, superar frustrações, ansiedades e, garantir o bom andamento da tarefa objetiva. Essa perspectiva mobiliza tensões, conflitos, desentendimentos, sentimentos ditos “negativos” que, se adequadamente abordados e trabalhados pela moderação, contribuem para o fortalecimento do grupo enquanto tal e para o sucesso do desenvolvimento da tarefa.

- Conceção de **Realidade/Mudança de Realidade** – a realidade constitui e é constituída pelo ser humano. A realidade é considerada como a afirmativa de valores, crenças, sentidos partilhados pelas coletividades que estabelecem normas de convivência. Tais valores podem ser impostos, estimulados, determinados por alguns, sendo assumidos pelos grupos como imperativo, se bem que não necessariamente representam o grupo⁵. Essa situação pode mobilizar, por um lado, tentativas de mudanças que indicam o esforço do grupo em construir seus próprios projetos, e, por outro lado, tende a mobilizar movimentos de resistência à mudança, já que exige do grupo um trabalho interno de se perceber/analisar em suas dinâmicas e especificidades.

- Conceção de **Intervenção** – é inspirada na idéia geral de clínica como direção de cuidado a outro(s), e da clínica psicanalítica que supõe, nessa relação de cuidado, alguém que o solicita e alguém para o qual ele é dirigido. O pedido de cuidado (na clínica psicanalítica), sempre entendido como um pedido de mudança, expressa demandas de saber, poder e amor/reconhecimento, por parte do indivíduo ao analista. No caso do trabalho com grupos, não é adequada a utilização dessas referências tal como na clínica individual⁶, mas certos deslocamentos indicativos dessas demandas estão presentes no grupo e merecem atenção, visto que podem ser indicadores das dinâmicas grupais.

Dificuldades

- Ausência de um **acompanhamento sistemático** aos grupos, visto que algumas intervenções são financiadas por programas cujos recursos financeiros são limitados e, inclusive, a própria formulação do projeto de intervenção prevê conclusão das atividades. Nessas situações, o “tempo burocrático” se impõe ao “tempo social” e, como consequência, não é incomum o desânimo dos grupos diante do término da intervenção e também o descrédito quando diante de uma nova proposta de trabalho coletivo.
- A **demanda** pode ser feita em uma instância para ser operada a intervenção em outra instância. É importante, portanto, não perder de vista que um trabalho sistemático de análise da demanda junto aos demandantes, não elimina a necessidade de explicitar e, se for o caso, (re)actuar a intervenção com os atores do processo. Negociar essa complexidade na intervenção é um trabalho prévio à própria atividade solicitada.
- Ausência de **avaliação** do trabalho realizado. Muitas vezes uma intervenção é encerrada sem as

² Ocorrido em Belo Horizonte, de 14 a 16 de maio de 2008.

³ Vale a pena conferir os trabalhos de Rodulfo, 1990 e 2004.

⁴ Ver os clássicos Pichon-Riviére, 1998a, 1998b. E também: Baremlitt, 1986; Bauleo, 2005; Kaës, 1977; Archanjo, 2003.

⁵ Nesse caso, as contribuições do pensamento marxista ajudam-nos a compreender o jogo de poder e de dominação que se impõe na realidade, com interesses econômicos de grupos determinando posturas, comportamentos de outros grupos. O debate sobre essas questões tem sido inspirado nos autores nomeados pós-estruturalistas (ou pós-marxistas), como: Laclau e Mouffe, 1985; Laclau, 1986, 1996, 1997. Ver também: Galindo, 2003.

⁶ Lèvy, 2001.

reflexões devidas sobre sua execução e seu impacto junto aos atores do processo. Instituir práticas de monitoramento e avaliação da intervenção é importante para se escapar de uma prática que se esgota em si, e avançarmos para uma verdadeira práxis.

- Certa fragilidade do **status da psicologia** no trabalho com grupos na perspectiva aqui adotada. Ainda não é socialmente visível um reconhecimento da atuação de profissionais de psicologia na promoção da organização sócio-política de coletividades. Por conseguinte, pode haver abusos na utilização de métodos de intervenção, reduzindo a contribuição da psicologia à repetição de práticas coercitivas e/ou não efetivas, que, em tese, não contribuem para o sucesso do trabalho com grupos tal como aqui abordado.

Criações

Diz respeito ao modo de trabalho propriamente dito na intervenção. Não se constitui, portanto, uma defesa de originalidade na atuação. Talvez se possa considerar uma específica adoção de estratégias, métodos, ações, disponíveis nas *fontes* e/ou descobertas/construídas diante do enfrentamento das *dificuldades*.

Etapas do Processo

- Análise da **demanda** – a intervenção propriamente dita é antecedida de uma análise da demanda. Compreender *quem pede* o trabalho, *para que* e *para quem* o trabalho é proposto, são questões importantes a serem consideradas. É comum quem demanda o trabalho ter um pedido explícito e um implícito, não visível à primeira vista nem mesmo para o demandante. Analisar a demanda pode ajudar a ajustar o pedido e possibilitar que o trabalho seja projetado em bases mais reais, concretas. Caso contrário, pode gerar insatisfações, frustrações do demandante, já que não se sentirá atendido.
- Construção/estabelecimento de **Plano de Trabalho** – a análise da demanda e o conhecimento das condições de funcionamento da intervenção possibilitam a construção do Plano de Trabalho e a negociação dele com o demandante e, quando for o caso, com os atores da intervenção.
- Construção/estabelecimento de **Plano de Ação** com o grupo – trata-se do trabalho de intervenção com o grupo propriamente dito. Se o demandante é o grupo, inicia-se a operar o projeto; se não, apresenta-se o projeto de intervenção em linhas gerais e ajusta-se/negocia-se com o grupo. O que fora estabelecido até então nas etapas anteriores fica *em aberto*, podendo ser alterado a qualquer momento como estratégico para garantir a produção grupal.
- Criação de **atividades** para o trabalho com o grupo – mais do que utilizar métodos e instrumentos disponíveis na literatura é importante avaliar a pertinência de tais instrumentos para o momento do grupo e sua relação com os objetivos que orientam a tarefa grupal. Atenção é necessária para as especificidades dos membros do grupo, evitando atividades excludentes (como por exemplo, uma atividade de leitura num grupo em que boa parte dos integrantes não lê).

Postura da moderação

- **Escutar** o grupo o tempo todo em sua dinâmica de funcionamento diante do duplo desafio de executar uma tarefa objetiva para a qual o grupo existe, e, organizar-se como grupo propriamente dito (tarefa subjetiva). Essa realidade é atravessada por contradições, conflitos, tensões, que precisam ser expressos, falados pelos membros do grupo como exercício de esclarecer os elos que se formam entre membros, entre membros e tarefas, entre membros e moderação, por exemplo. Garantir espaço para que a fala circule é condição para o sucesso do trabalho do grupo.
- Utilização de **linguagem** característica do grupo é importante para minimizar as distâncias entre moderação e membros e valorizar o protagonismo do grupo no desenvolvimento da tarefa. A linguagem adequada contribui na comunicação clara, na abordagem de tensões e conflitos, no estabelecimento, enfim de uma articulação grupal que possibilitará o trabalho produtivo do grupo.
- De forma geral a postura da moderação deve ser de **facilitar** o processo grupal, portanto, deve ser suficientemente eficaz em escutar, falar, sugerir, negociar, sustentando o processo grupal com o cuidado que a intervenção clínica demanda.

Referências

- Archanjo, C. A., Naves, M. B. & Peguin, R. C. (orgs.) (2003). *A pluralidade dos espelhos: potencial e realização no trabalho com grupos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Baremlitt, G. (org.) (1986). *Grupos teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Graal.
- Bauleo, A., Monserrat, A. & Suárez, F. (2005). *Psicoanálises operativo. A propósito de la grupalidad*. Buenos Aires: Atuel.
- Galindo, W. C. M. (2003). *Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no semi-árido/ASA em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFPE. Disponível em <http://www.libeer.ufpe.br/cgi-bin/teses>
- Kaës, R. (1977). *O grupo e o sujeito do grupo. Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. Tradução José de Souza e Mello Werneck. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Laclau, E. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(2).
- Laclau, E. (1996). Poder e representação. *Estudos Sociedade & Agricultura*. nº 7, 1-28.
- Laclau, E. (1997). Sujeito da política, política do sujeito. *Política Hoje*. Ano 4, nº7.
- Lèvy, A. (org.) (2001). *Psicossociologia Análise social e intervenção*. B. Horizonte: Antêntica.
- Pichon-Rivière, E. (1998^a). *Teoria do vínculo* (6^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pichon-Rivière, E. (1998^b). *O processo grupal* (6^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Rodulfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rodulfo, R. (1990). *O brincar e o significante*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Categoria de contribuição: Relato de Experiência
Recebido: 08/09/2008
Aceito: 17/09/2008

Idosos, Inserção Social e Envelhecimento Saudável no Contexto da Educação a Distância nas UnATIS: Um Relato de Experiência

Elders, Social Insertion and Healthy Aging in the Distance Learning Context within the UnATIS: An Experience Report.

Vicente Paulo Alves¹

Carlos Lopes²

Resumo

Instituições e sociedade em geral estão oferecendo oportunidades sociais com impactos na vida saudável dos idosos. Universidades públicas e privadas engajaram-se nessa proposta através de projetos como o da Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATIS). A educação que aí acontece tem facilitado a integração dos idosos aos avanços das tecnologias de comunicação e informação, sobretudo por meio da educação a distância. O exercício da memória por meio desse tipo de educação pode auxiliar na diminuição dos efeitos das doenças relacionadas à memória, como a doença de Alzheimer, provocando maior qualidade de vida e resgate do sentido da vida para essas pessoas.

Palavras-chave: memória em idosos; educação a distância; universidades abertas à terceira idade.

Abstract

Institutions and society in general have been providing social opportunities with a direct impact upon the elderly's healthy lives. Public and private universities have engaged themselves in special projects, such as the Open Universities for the elderly (UnATIS). Education at UnATIS has facilitated the integration of elders into the new forms of informational and communicational technologies, especially through long distance learning. The memory training exercise provided by this type of education may help to diminish the effects of memory related diseases such as Alzheimer, generating a higher standard of living and a renewed sense of *raison d'être* to these persons.

Key words: the elderly's memory; long distance learning; open universities for the elderly.

Introdução

Nos últimos anos temos realizado diversas pesquisas em nosso Laboratório de

Psicossociogerontologia ligados aos dois programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília, o de Psicologia e o de Gerontologia, onde temos colhido interessantes resultados, que pressupõem um bom embasamento

¹ Doutor em Ciências da Religião pela UMESp e professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gerontologia da Universidade Católica de Brasília. Contato: Universidade Católica de Brasília, QS 07 Lote 01 – Sala M104 – tel.(61)3356-9751- cep.: 71909-180 – ÁGUAS CLARAS – DF. E-mail: vicente@ucb.br

² Doutor em Sociologia da Educação pela PUC-SP e Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação a Distância da Universidade Católica de Brasília.

teórico, com o qual queremos dividir nesse artigo com os demais pesquisadores. Assim, acreditamos que para haver uma vida saudável na velhice é necessário que ocorra uma série de fatores biológicos e sociais que confluam para este objetivo. Estamos seguros de que hoje em dia há novos caminhos e novas possibilidades que se abrem para as pessoas que iniciam sua velhice, porque o desprezo e a marginalização tendem a ceder espaço na sociedade por um clima mais acolhedor e respeitoso dedicado àqueles que têm idade acima dos 60 anos.

Se por um lado, o envelhecimento é um processo inevitável para todos os seres humanos, por outro, temos a certeza de que a evolução contínua e permanente da Medicina, por meio de uma ação profilática no campo de saúde preventiva, tem contribuído grandemente para o aumento gradativo da sobrevida da população, conduzindo-a a um envelhecimento com mais qualidade. A população de mulheres e homens com mais de 60 anos é a que mais cresce no Brasil e também em outros países, o que induz a uma alteração na composição da sociedade, resultando em uma inversão da pirâmide populacional, cuja base deixa de ser o jovem e passa a ser o idoso. Estes aspectos biológicos estão muito claros nesses últimos anos de pesquisa e de busca, que se refletem no aumento considerável da expectativa de vida dos brasileiros.

O que nos preocupa nessa atual fase de pesquisas, uma vez que os grandes laboratórios multinacionais têm investido muito na descoberta de novos medicamentos, é o fator social que envolve esses idosos. Parece-nos que os avanços sociais de aceitação desta nova realidade (a ascendência dos vetores gráficos que mostram uma futura superação dos idosos sobre os jovens) ainda são tímidos e precisam de um grande investimento de toda a sociedade em direção a superar os problemas ainda remanescentes.

Os pontos que queremos abordar nesse artigo dizem respeito a algumas pistas que podem ajudar os próprios idosos a vencer as dificuldades que cotidianamente o meio social lhes impõe. Parte dessa discussão reflete o que temos realizado no mestrado de Gerontologia da Universidade Católica de Brasília e na pesquisa em andamento sobre educação e velhice. As universidades têm investido muito na criação das Universidades Abertas à Terceira Idade (UnATIs) como uma das possibilidades de investimento nessa área de educação, aliando a pesquisa e a extensão. Os resultados têm sido tão promissores, que precisam ser divulgados aos profissionais da área de saúde que lidam com pessoas idosas, como os médicos,

geriatras, cuidadores de idosos, enfermeiros, fisioterapeutas, professores, enfim, profissionais interessados no atual dilema gerontológico. Esta é a razão pela qual as UnATIs estão demonstrando seu compromisso com a ética e a política nacional do idoso, na democratização de novas oportunidades educacionais que se abrem por meio das tecnologias da informação e comunicação a esse grupo tão numeroso.

Com o aumento da longevidade, é cada vez mais comum o aparecimento de quadros neuropsiquiátricos, que necessitam ser acompanhados de perto, porque uma parcela significativa de idosos evolui para quadros de demência. Calcula-se que de 10% a 15% das que atingem 65 anos já apresentem sinais da enfermidade. Daí em diante, a prevalência cresce 3% ao ano, até atingir quase 50% das que chegam aos 85 anos. Entre os quadros de demência, o mais comum é a doença de Alzheimer, descrita em 1907 pelo neurologista alemão Alois Alzheimer (1864–1915), que acometerá, no mundo, em 2025, mais de 22 milhões idosos, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008).

Veremos, então, nesse artigo, inicialmente a situação dos idosos no contexto brasileiro, para depois abordarmos o surgimento histórico das UnATIs e dois exemplos significativos que estão lhes auxiliando a superar seus problemas. Logo depois, abordaremos a doença de Alzheimer, um dos problemas ligados à memória das pessoas idosas, e como o uso da informática pode melhorar a memória dessas pessoas. Por fim, como as UnATIs podem contribuir nesse processo de melhora das condições de vida desses, por meio da educação a distância.

Condições de Vida e Memória do Idoso: Envelhecimento e Educação ao Longo da Vida

O Brasil vem apresentando, em seu contexto populacional, uma quantidade nunca vista de idosos, sendo que o grupo etário de 60 anos ou mais é o que apresenta maior crescimento. Como aponta Camarano (2004, p. 25), nas seis últimas décadas do século passado, a população de idosos cresceu de 1,7 milhões em 1940 a 14,5 milhões em 2000. Estima-se que, em 2025, haverá mais de 30 milhões de idosos no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008).

Frente a essa realidade, as políticas públicas governamentais precisam atuar para melhorar as condições de vida das pessoas idosas, sobretudo auxiliando-as no processo de envelhecimento, que

vide a qualidade de vida. Se não houver essa intervenção do poder público, pode-se disseminar cada vez mais o contexto inóspito da sociedade, que contribui grandemente para o medo que a maioria tem de envelhecer, levando conseqüentemente à perda do sentido da vida que acompanha muitos idosos. Marin-Leon e Barros (2003) afirmam que a falta de sentido na vida leva a um alto nível de frustração existencial, o que deixa as pessoas em um estado de vazio existencial muito grande, capaz de levá-las a depressão e ao suicídio. Na verdade, os idosos têm muito medo de perderem o respeito social, o direito de continuarem ativos no trabalho, ou de serem considerados como “estorvos” no trabalho produtivo. Já Silvestre e Costa Neto (2003) frisam que a educação pode ser um instrumento de emancipação e libertação das amarras que prendiam os idosos a uma vida sem graça e de dependência.

O grande avanço nestes últimos dez anos se deu por meio da flexibilização da educação, na modalidade aberta e à distância para as pessoas idosas, contribuindo para a construção de uma vida mais saudável e (re)valorização do seu sentido de viver, além de ter a vantagem de facilitar a inserção social, poupando uma série de gastos e de dificuldades de locomoção, transporte, etc. Com a virtualização da informação e do conhecimento científico, abriu-se um espaço importante para a possibilidade de um número maior de ingressantes em cursos regulares oferecidos pelas Instituições de Educação Superior (IES). A busca por qualidade de vida tem norteado os investimentos que as IES estão fazendo em novas modalidades de educação, como a educação a distância, sobretudo priorizando as pessoas que não tinham acesso a esses meios, como os idosos e os portadores de necessidades especiais. As Universidades Abertas à Terceira Idade (UnATIs) são exemplos desses investimentos que estão presentes em diversas universidades públicas e privadas, desenvolvendo ações que valorizem essas pessoas.

As Gerações das UnATIs

Segundo Lima (1999), as primeiras atividades voltadas para a pessoa idosa no meio universitário, surgiram na França, na década de 60, sendo que a generalização do termo “universidade” emergiu pelo fato da realização de conferências, palestras, produção de conhecimento por meio de pesquisas ou por desenvolver ações dentro dos *campi* universitários. Segundo Peixoto (1997, p. 46, citado por Lima, 1999), as UnATIs tiveram origem próxima a esses programas para a terceira idade e os seus objetivos não se voltaram unicamente para o aspecto intelectual, mas para a promoção da

sociabilidade através do lazer. Todavia, quando do surgimento das UnATIs na França, a preocupação predominante era com a sociabilidade, desenvolvimento de atividades culturais, com a perspectiva de “ocupar o tempo livre” das pessoas idosas e favorecer as relações sociais, não havendo preocupação com a educação permanente e assistência jurídica. Uma segunda e terceira gerações de UnATIs, surgiram, respectivamente, ainda na França, em 1973 e na década de 1980. A segunda geração teve como foco a preocupação com o ensino e a pesquisa, sendo as atividades desenvolvidas sob os preceitos da participação e desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento. Já a terceira geração caracterizava-se pelo acento em um “programa educacional mais amplo, voltado à oferta de alternativas diversificadas a uma renovada população de aposentados, cada vez mais escolarizada, a exigir cursos universitários formais, com direito a créditos e diploma”. (Veras e Caldas, 2004, s.p.). O importante para esses autores é que as UnATIs possam “contribuir para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas, utilizando as possibilidades existentes nas universidades”.

Assim, as primeiras iniciativas de UnATI no Brasil vieram da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1983, a partir da criação do Núcleo de Estudos de Terceira Idade e da PUC-Campinas, em 1990. Veras e Caldas (2004) afirmam que as experiências da França e as diretrizes estabelecidas pelo Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento das Nações Unidas, a partir da Primeira Assembléia sobre o Envelhecimento, realizada em 1982, em Viena, contribuíram para a implantação, na década de 90, das várias UnATIs pelo Brasil.

A UnATI/UERJ

As atividades da UnATI/UERJ tiveram início em 1993 e estavam vinculadas à Sub-Reitoria de Extensão, tornando-se, em 1996, um núcleo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O sentido da UnATI/UERJ está muito relacionado com a idéia do processo de permanente construção de sua estrutura, que se julga não concluída e que pretende ser dinâmica na implementação dos seus eixos de intervenção (UnATI/UERJ, 2008, s.p.).

A UnATI/UERJ trabalha com quatro eixos de intervenção que buscam articular o ensino, a pesquisa e a extensão. O primeiro eixo é voltado para a pessoa idosa, desenvolvendo atividades em serviço de saúde, atividades socioculturais e

educativas, atividades de integração e inserção social. O segundo, volta-se para os estudantes de pós-graduação, profissionais e público não-idoso e implementa atividades de formação, capacitação, atualização, especialização de recursos humanos, educação continuada e preparação de cuidadores de pessoas idosas. Já o terceiro, prioriza a produção do conhecimento e envolvem pesquisadores e estudantes de pós-graduação em atividades que tratam da produção de pesquisas, documentação, *sites* estruturados sob o formato de portal, publicação e divulgação da produção dos pesquisadores. O quarto, trabalha com a perspectiva da sensibilização da opinião pública e visibilidade da UnATI, voltando para o público externo e desenvolvendo atividades de extensão, programa de voluntariado, atividades de comunicação e divulgação e participação na formulação de políticas para a pessoa idosa.

A UnATI/UERJ (2008, s.p.) oferece cursos de informática e internet para as pessoas idosas, sendo que o curso de informática tem como objetivo: “Capacitar aos alunos conhecimentos básicos de informática, tornando-os aptos a utilizar sem receio os equipamentos da atual tecnologia”. Já o curso sobre Internet pretende:

Permitir, aos alunos da terceira idade, o acesso ao ciberespaço (internet) e a sua cultura por meio de atividades que os desperte para o digital, aplicando as tecnologias de comunicação e informação disponibilizadas neste território em seu benefício, possibilitando o resgate de sua cidadania com uso de práticas pedagógicas promotoras da autonomia, criação e socialização.

A UnATI/Universidade Católica de Brasília (UCB)

A UnATI da UCB teve início em 1995 e nasceu da experiência do projeto NUVEM – Núcleo de Vivência do Envelhecimento. O projeto UnATI/UCB está dentro de um programa da extensão universitária que se intitula “Política Social”, cujo objetivo se volta para “consolidar o compromisso social e político da UCB com a sociedade, aliando a atividade acadêmica às ações extensionistas, em atividades inter e multidisciplinar que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos idosos” (UCB, 2008, s.p.).

O projeto implementa atividades físicas, cursos, oficinas, palestras de esclarecimento sobre a terceira idade, observando a relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. O eixo geral que mobiliza as iniciativas no campo da extensionalidade promovida pela UCB e que, portanto, deve marcar

a UnATI, passa pela característica de compreender a IES como “[...] aberta, dialógica e sistêmica e dinamicamente direcionada para fora” (UCB, 2008, s.p.). A UnATI/UCB deve se pautar, conforme a política de extensão dessa IES, pela intencionalidade de fazer da universidade uma “universidade em extensão”. Dessa forma, a Universidade Católica de Brasília preconiza que a universidade

tem sua razão de ser quando o conhecimento gerado ou sistematizado for socialmente relevante, significativo e acessível, tornando este conhecimento científico e seu conseqüente ensino, em algo histórico e socialmente significativo e inserido no contexto, em vista do desenvolvimento sustentável da sociedade e do planeta.

A ênfase na educação continuada e na abertura dos *campi* para a pessoa idosa é algo presente nos registros sobre a UnATI/UCB, sobretudo os seus cursos de informática para pessoas idosas.

O Que Faz a Educação a Distância para Dar uma Vida Saudável à Velhice?

No caso das duas UnATIs apresentadas (UERJ e UCB), nota-se que há elementos conceituais próximos na compreensão do que seja uma universidade aberta, que pode ser articulada com a educação a distância, uma vez que ocorre nelas a abertura de suas estruturas acadêmicas para promover, presencialmente, atividades com atenção aos idosos. Essa novidade de abrir suas instituições para essas pessoas e oferecer-lhes educação a distância, quer acompanhar o crescimento dos idosos que relatamos anteriormente.

A educação a distância tem contribuído de forma significativa para atingir a população que não tinha acesso aos meios educacionais, por estarem distantes dos grandes centros urbanos ou por não ser um público alvo em potencial, como os jovens recém saídos do Ensino Médio. A educação formal e presencial, também conhecida como tradicional, não conseguiria alcançar os que normalmente não são os seus “clientes em potencial”, como os idosos. Portanto, está acontecendo aqui uma grande revolução, pois os idosos estão descobrindo, com a ajuda das UnATIs, das ONGs, dos telecentros, das escolas dos comerciários e outras instituições afins, a possibilidade de entrarem para o campo da aprendizagem do uso da informática e da educação a distância.

Ora, a educação a distância é uma modalidade educacional onde ocorre a mediação de tecnologias de informação e comunicação entre estudantes e

professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005). Com a educação a distância se imaginava um público-alvo constituído por jovens e adultos e não propriamente para aquelas pessoas acima de 60 anos de idade. Todavia, tais situações podem ser adaptadas para as pessoas idosas. Klein (1998, p. 129, citado por Kachar, 2003, p. 67) ao aplicar a educação a distância para pessoas idosas chama a atenção para a necessidade de uma educação adaptada a essa realidade:

As metáforas do ensino-aprendizagem mudaram de prescrição, controle, performance, domínio e especialização para diálogo, processo, transformação, questionamento e interação. A teoria da pedagogia mudou, por sua vez, de estratégias universais para estratégias situacionais e para as necessidades de cada tipo específico de aluno.

A idéia de flexibilização do espaço-temporal, na oferta de educação continuada para as pessoas idosas, na modalidade à distância, funciona como um paradigma que ora imobiliza, inibe ou desafia as IES, estudiosos, pesquisadores e educadores para ações que envolvam o uso, por exemplo, da Internet junto às pessoas idosas. Flexibilização no sentido de que se democratizam as oportunidades de acesso ao ensino superior, desenvolvendo habilidades de auto-aprendizagem utilizadas pelas pessoas do presencial e à distância, e ao mesmo tempo, exigindo das pessoas mais autonomia e independência nos estudos e a flexibilização da oferta de cursos e disciplinas em função das demandas sociais (Belloni, 1999).

A educação a distância precisa saber quem são os idosos que procuram por esse tipo de educação nas UnATIs, bem como sua classe social, seu grau de escolarização, a familiarização com o ambiente virtual, o estímulo familiar para o uso social da Internet, o acesso e as condições de realizar sociabilidades e de produzir conhecimentos em ambiente virtual, as condições de saúde (audição, visão, memória), e outras variáveis que devem ser consideradas ao se planejar iniciativas à distância no modelo “puro”, isto é, sem contato face a face.

Exemplo de estímulo da memória do idoso ao inserir-se na educação a distância

Alguém poderia questionar a inserção do idoso na educação a distância, alegando os problemas decorrentes da idade, como a memória e a doença de Alzheimer. Queremos, no entanto, ressaltar que o mais importante é a conexão das necessidades dos idosos com o acesso às oportunidades sociais de

inserção e participação, sendo válido independentemente de se estar “estimulando a memória” ou não. Aqui queremos enfatizar os direitos e as oportunidades do acesso dos idosos à educação a distância, tendo a vantagem de facilitar as inserções sociais, já mencionadas anteriormente, no sentido de poupar gastos e dificuldades de locomoção, transporte, entre outros. No entanto, podemos mencionar os problemas de memória, que podem ser causados pela doença de Alzheimer, que é uma doença que consiste em lesões que aparecem primeiro no lobo temporal, uma área seriamente envolvida na formação da memória. Essa é uma das manifestações conhecidas da doença de Alzheimer, mas também ocorrem perdas de habilidades motoras (vestir-se, cozinhar, dirigir carro, lidar com dinheiro...), problemas de comportamento e confusão mental. O uso do computador pode auxiliar na diminuição de alguns desses problemas, sobretudo relativos à memória. Os medicamentos podem melhorar um pouco a memória e o comportamento, mas o convívio social e a criatividade podem envolver o paciente de uma forma ainda melhor, que possibilita um alento e uma esperança no tratamento. A doença de Alzheimer instala-se quando o processamento de certas proteínas do sistema nervoso central começa a dar errado. Surgem, então, fragmentos de proteínas mal cortadas, tóxicas, dentro dos neurônios e nos espaços que existem entre eles. Como conseqüência dessa toxicidade, ocorre perda progressiva de neurônios em certas regiões do cérebro, como o hipocampo, que controla a memória, e o córtex cerebral, essencial para a linguagem e o arrazoamento, memória, reconhecimento de estímulos sensoriais e pensamento abstrato.

Entre os tratamentos apontados para essa doença, Associação Brasileira de Alzheimer (ABA, 2008, s.p.) aponta duas frentes:

1 - Tratamento dos distúrbios de comportamento: para controlar a confusão, a agressividade e a depressão, muito comuns nos idosos com demência. Algumas vezes, só com remédio do tipo calmante e neurolépticos (haldol, neozine, neuleptil, risperidona, melleril, entre outros) pode ser difícil controlar. Assim, temos outros recursos não medicamentosos, para haver um melhor controle da situação. Um dos melhores recursos são as dicas descritas neste manual (Manual do Cuidador - CONVIVENDO COM ALZHEIMER), onde mostramos como agir perante aos mais diferentes tipos de comportamento que o idoso ter, no período da agitação.

2 - Tratamento específico: dirigido para tentar melhorar o déficit de memória, corrigindo o desequilíbrio químico do cérebro. Drogas como a rivastigmina (Exelon ou Prometax), donepezil (Eranz), galantamina (Reminyl), entre outras, podem funcionar melhor no início da doença, até a fase intermediária. Porém seu efeito pode ser temporário, pois a doença de Alzheimer continua, infelizmente, progredindo. Estas drogas possuem efeitos colaterais (principalmente gástrico) que podem inviabilizar o seu uso. Também, somente uma parcela dos idosos melhoram efetivamente com o uso destas drogas chamadas anticolinesterásicas, ou seja, não resolve em todos os idosos demenciados. Outra droga, recentemente lançada, é a memantina (Ebix ou Alois), que atua diferente dos anticolinesterásicos. A memantina é um antagonista não competitivo dos receptores NMDA do glutamato. É mais usado na fase intermediária para avançada, melhorando, em alguns casos, a dependência do portador para tarefas do dia-a-dia.

Uma vez feito o diagnóstico e constatada a doença, pode-se elaborar um perfil neuropsicológico do doente com Alzheimer, com o nível de intervenção nestes doentes, e iniciar o tratamento de forma multidisciplinar, preventivo e sintomático. Para Oliveira et al. (2008, s.p.),

a intervenção faz-se a nível psicossocial, terapia comportamental, reestruturação cognitiva e o respectivo tratamento medicamentoso. Enfatizamos também o papel da nutrição e a importância da atividade física, bem como alguns conselhos para a família destes doentes. As demências são incuráveis, e urge uma intervenção bem estruturada de maneira a proporcionar alguma qualidade de vida digna para estes doentes.

O professor argentino Ivan Izquierdo, neurocientista e pesquisador na área de fisiologia da memória no Departamento de Bioquímica da PUC/RS, recentemente concedeu uma entrevista ao Dr. Dráuzio Varella, onde reforçou a necessidade de um cuidado especial com a memória no processo do envelhecimento e no exercício da memória, quando o paciente é portador do mal de Alzheimer. Além, das medidas de prevenção clássicas, “não fumar, não beber, se não consegue fazê-lo com moderação, e da dieta equilibrada”, ele afirma que

é importante manter-se ativo, muito ativo, e estimular a vida afetiva e cognitiva. Manter amigos e laços com a família contribui para a permanência de recordações importantes pelo sentimento e emoções que despertam. É fundamental manter tais lembranças sempre vivas, porque vamos precisar delas. Quanto maior a idade, mais precisaremos.

Outra forma de preservar a memória é exercitá-la, praticá-la, usá-la cotidianamente. O melhor exercício é a leitura, porque abrange todas as formas de memória: a memória visual, verbal, motora, a memória de curta duração e de longa duração, a memória de imagens. A pessoa lê “árvore” e movimenta as cordas vocais de acordo com o som da palavra. Num instante, também, passam por sua cabeça todas as árvores de que é capaz de lembrar-se. Lê “árvores secas” e se lembra de um poema (Varella, 2008, s.p.).

Nestes depoimentos, é possível perceber a importância do estímulo que a memória precisa, seja da vida afetiva ou da vida cognitiva. Particularmente, a educação a distância é um dos aspectos dessas novas aprendizagens que estimulam a vida cognitiva, embora haja uma sobrecarga informacional no ambiente virtual, que pode afetar ou melhorar a memória e a aprendizagem da pessoa idosa ao trabalhar com a informática. A fixação de um determinado conteúdo disponível em um ambiente virtual, diante do enfraquecimento da memória imediata, principalmente, frente a algo “novo” e “julgado complicado” pela pessoa idosa, podem gerar deficiências na fixação do objeto a ser apreendido. O aspecto da memória da pessoa idosa tem uma relação direta com a quantidade e qualidade da informação disponível. Talvez, a grande quantidade de informação em ambiente virtual gere desgaste e futilidade para a pessoa idosa ao realizar suas sociabilidades em ambiente virtual. Essas problematizações, situações e hipóteses apresentadas fazem parte do nosso “senso de realidade” em relação às pessoas idosas, mas não nos imobilizam a pensar, como pesquisadores e educadores, a nossa contribuição a esse segmento social.

O papel das UnATIs frente a essa realidade

As UnATIs podem ser um canal importante para que ocorra a avaliação, planejamento, monitoramento e sistematização das ações desenvolvidas com as pessoas idosas no âmbito da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação. Isso não significa dizer que as UnATIs devam se voltar eminentemente para a oferta de “cursos” para as pessoas idosas oferecidas na modalidade educacional à distância. Por exemplo, cursos de formação para pessoas idosas já aposentadas e interessadas em retornar ao mercado de trabalho representam uma possibilidade de ação estratégica situacional. Situacional, no sentido de apontar para determinado tipo de público-alvo. Todavia, há também um campo imenso de intervenção que abarca a questão da

disseminação e discussão em redes virtuais dos aspectos inerentes ao voluntariado, aos direitos sociais da pessoa idosa e de elementos relacionados ao entretenimento na Internet.

Considerações Finais

Se a quebra de paradigmas na utilização da modalidade educacional à distância junto aos professores e aos jovens universitários se configura em desafio, imaginemos essa situação no caso da pessoa idosa. Todavia, esse desafio não pode imobilizar a capacidade de projetar iniciativas cidadãs que se consubstanciem em iniciativas para o sujeito idoso. Entre as iniciativas que vislumbramos para a utilização da Internet, principalmente via indução das UnATIs para os espaços institucionais que contam com ações educativas à distância, evidentemente, analisando a relevância do conteúdo e as estratégias seletivas em relação às situações específicas para determinados grupos de idosos, temos as seguintes hipóteses de educação continuada à distância:

a) formação continuada para pessoas idosas em via de aposentadoria ou já aposentadas em cursos específicos ou sequenciais;

b) adoção, particularmente nas IES/UnATIs, de uma política de incentivo de vagas para pessoas idosas em cursos à distância e em disciplinas virtuais da graduação, inclusive, oportunizando a aproximação entre as gerações;

c) constituição de espaços de sociabilidade entre pessoas idosas que oportunizem a democratização das informações, socialização das experiências, democratização da política, em uma perspectiva de poder político coletivo (educação para a cidadania, espaços livres para sociabilidades);

d) articulação de redes temáticas entre IES no que tange a relação Terceira Idade com a Informática, como espaço de compartilhamento de projetos educativos com atenção à pessoa idosa;

e) psicoativação computacional em programas de saúde e técnicas computacionais, envolvendo pequenos grupos de idosos em iniciativas de formação presencial em informática.

Segundo Alvarez (2001, citado por KACHAR, 2006, p. 293) em relação à psicoativação computacional, não basta incentivar as atividades físicas e corporais para conquistar o bem-estar biológico, psicológico e social, sendo necessário considerar as esferas psíquicas e mentais, que envolvam o exercício da memória.

Diante de qualquer projeto educativo envolvendo a Internet e, em particular, as pessoas idosas, se deve dar atenção para os eventuais exageros no uso dessa rede de comunicação e informação. Entre esses, destaca-se o “transtorno adictivo a Internet” que se caracteriza pela frequência muito grande aos recursos tecnológicos, citando especificamente o caso de jovens com o “transtorno adictivo a Internet”. Existem várias formas de dependência como o *cibersex*, *chats*, jogos e busca patológica por informação, que relegam outras atividades importantes na vida, como conversas com familiares e colegas, fragilizando suas relações sociais. Temos plena consciência desses riscos que, no caso específico das pessoas idosas, pode repercutir em seu nível de saúde. Aliás, Kachar (2006, p. 302) afirma que não encontrou na literatura indicação de que a população da terceira idade apresenta dependência exagerada como as crianças e adolescentes à Internet e que esse segmento social, conforme estudos, tem se utilizado dessa rede virtual, principalmente por parte daqueles que vivem sozinhos.

As UnATIs nascem como universidades temáticas dentro das IES, demarcando a especificidade da sua atuação junto ao sujeito idoso em âmbito presencial nos próprios *campi* universitário. As UnATIs souberam muito bem associar ao sentido da Educação Permanente e Continuada, a modalidade de educação a distância. Elas nasceram de iniciativas de caráter extensionista, impregnadas da lógica do atendimento no lugar, isto é, nos próprios *campi* universitários. O sentido da sua ação dá-se na relação presencial, oportunizando espaço para, entre outras iniciativas, a alfabetização, para a natação, a orientação psicológica, jurídica, odontológica, fisioterapêutica, introdução à informática, que possibilitam um grande avanço em direção a uma vida saudável.

O termo “Universidade Aberta”, associado à educação continuada e à distância, pode ser o indutor para pensar propostas e projetos com a perspectiva ainda mais ampla de produção e socialização de informações e conhecimentos significativos para as pessoas idosas.

Por fim, concordamos com Kachar (2006, p. 302) quando afirma que “é preciso ter muito claro qual o objetivo da Internet na vida dos indivíduos da terceira idade e prepará-las para utilizar de modo proveitoso e sem risco à saúde e prejuízo a seu bem-estar”.

Alves, V. P. & Lopes, C. Idosos, Inserção social e envelhecimento saudável no contexto da Educação a Distância nas UnATIS: Um relato de experiência

Referências

- Associação Brasileira de Alzheimer (ABA) (2008). Disponível em: <<http://www.alzheimer.med.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2008.
- Belloni, M. L. (1999). *Educação à distância*. Campinas: Autores Associados.
- Brasil. Ministério da Educação (MEC) (2005). *Diário Oficial da União*. Decreto-lei n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- Camarano, A. (2004). *Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2008). *Indicadores Sociais Municipais - uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000* Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/indicadores_sociais/comentarios.pdf> Acesso em 16 maio 2008.
- Kachar, V. (2003). *Terceira idade e informática: aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez.
- Kachar, V. (2006). A terceira idade e a exploração do espaço virtual da Internet. In B. Corte, E. F. Mercadante & I. G. Arcuri (Orgs.), *Envelhecimento e velhice: um guia para a vida*. São Paulo: Vetor.
- Lima, M. A. (1999). A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: a UnATI/UERJ. *Textos Envelhecimento*, 2(2).
- Marin-Leon, L. & Barros, M. B. A. (2003, Jun.). Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Rev. Saúde Pública* 37(3), 357-363.
- Oliveira, M. F. et. al. (2008). *Doença de Alzheimer: perfil neuropsicológico e tratamento*. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia da Universidade Lusíada do Porto, apresentada em abril de 2005. Disponível em <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0032.PDF>>. Acesso em 14 agosto 2008.
- Organização Mundial da Saúde (2008). Disponível em: <www.who.org>. Acesso em: 14 ago. 2008.
- Silvestre, J. A. & Costa Neto, M. M. da (2003). Abordagem do idoso em programas de saúde da família. *Cad. Saúde Pública* 19(3). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0102-311X2003000300016&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2008.
- Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ) (2008). *Site da UnATI da Universidade Estadual do Rio de Janeiro com várias informações*. Disponível em: www.unati.uerj.br Acesso em: 09 jul. 2008.
- Universidade Católica de Brasília (UCB) (2008). *Extensão: Diretoria Programa de Extensão – Projeto UnATI*. Disponível em: <www.ucb.br>. Acesso em: 09 jul. 2008.
- Varella, D. (2008). *Sobre a memória*. Entrevista com Ivan Izquierdo. Em: <<http://www.drauziovarella.com.br/artigos/smemoria.asp>>. Acesso em 14 agosto 2008.
- Veras, R. P. & Caldas, C. P. (2004, abr./jun). Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2).

Categoria de contribuição: Relato de Experiência
 Recebido: 05/08/2008
 Aceito: 18/09/2008

Uma Abordagem Psicopolítica sobre o Preconceito contra Homossexuais

A Psychopolitical Approach of Prejudice against Homossexuals

Andréa Moreira Carmona¹

RESENHA DO LIVRO: PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

O livro **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade compõe a **Coleção Preconceitos** que trata da luta pelos direitos humanos de minorias frente aos antagonismos sociais e a negação da equivalência dos direitos.

Essa obra é mais um instrumento para os avanços no conhecimento e na politização sobre o tema do preconceito. Nessa edição, o foco do debate se concentra no preconceito contra homossexuais, que compõe um dos grupos sociais mais violados em seus direitos pela cultura heteronormativa e sexista. A iniciativa dos autores, ambos psicólogos sociais e pesquisadores, de ir além dos aspectos psicológicos envolvidos no fenômeno trabalhado, representam um convite à reflexão sobre o papel da sociedade na manutenção ou rompimento com a construção social da subalternidade nas relações de poder.

A partir das referências de pesquisas já realizadas, Prado e Machado nos interpelam a um

debate político que torna essa produção ainda mais valorosa por certo caráter de pioneirismo na discussão sobre a homofobia no entrelaçamento do âmbito individual/privado e social/ público. Os autores esclarecem que, do ponto de vista psicológico, romper com a homofobia assimilada requer ultrapassar os valores hegemônicos introjetados, o que impede que a experiência homossexual seja vivenciada com legitimidade. Para isso é necessário uma mudança de posição frente à história subjetiva e social, pois tais valores morais constituem as identidades individuais e coletivas. Do ponto de vista social, a homofobia impossibilita o processo dos indivíduos se assumirem ou mesmo deslegitima a consolidação de uma identidade emancipada, conduzindo às formas violentas de manifestação do preconceito.

Por um lado, o preconceito, e sua consolidação na homofobia, poderá conduzir a opressão e ao sofrimento físico e psíquico do sujeito frente à lógica das inferiorizações

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Professora de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Minas e Coordenadora de Direitos Humanos da PBH. Contato: amoreiracarmona@yahoo.com.br

sociais. Por outro lado, tal fenômeno também poderá conduzir à subordinação de determinados grupos sociais frente à hierarquização das sexualidades e orientações sexuais. Não é um fenômeno de exclusão social simples, mas “(...) um processo perverso de subalternidade que inclui restritivamente e de forma estigmatizada os grupos inferiorizados nos processos sociais” (p. 71). Daí a importância das ações políticas para o enfrentamento das desigualdades sociais que mantêm legitimidade ao preconceito.

O livro se apresenta em seis capítulos didaticamente divididos entre a exposição teórica, conceitual e histórica do tema, a problematização, exemplificação e um fechamento que instiga o leitor a novas possibilidades de pesquisas e informações. Essas argumentações são balizadas pelo recurso de um estudo crítico confrontado com o cotidiano das práticas militantes compartilhadas e/ou estudadas pelos autores ao longo de suas trajetórias na área.

Conforme é trabalhado pelos pesquisadores, a lógica de inferiorização e opressão do grupo LGBT está calcada na lógica de hierarquização desencadeada por discursos e “valores hegemônicos que contribuirá para o posicionamento dos sujeitos homossexuais em lugares de subalternidades, ainda que estes lugares estejam disfarçados muitas vezes pela lógica da excentricidade e pelo preconceito” (p.11).

Reconhecer os limites tênues e as tensões entre o espaço público e privado, bem como a regulação e redução das orientações sexuais e das pluralidades identitárias sexuais frente à diversidade humana, é um processo político importante na ampliação do campo democrático. Ao resgatar os equívocos do discurso hegemônico – religioso, científico (médico, jurídico, universitário, etc) e moral – os autores discutem a naturalização do preconceito e a hierarquia da invisibilidade.

É elucidado o preconceito como um mecanismo psicossocial de simplificação da complexidade que se apresenta na relação do sujeito com o outro, já que a emergência das diferenças ameaça a soberania identitária hegemônica. Dessa forma, o preconceito se apresenta como uma estratégia de invisibilidade das identidades subalternas para a manutenção de posições hierarquicamente superiores. Por esse motivo, a luta dos movimentos sociais LGBT pela visibilidade política é uma forma de denúncia e rompimento com as desigualdades sociais que estão silenciadas na sociedade.

Na sua problematização, o estudo aponta dois mecanismos psicopolíticos para o enfrentamento do preconceito contra homossexuais: a desconstrução/ressignificação, que sugere, principalmente, uma estratégia individual e a construção do discurso e da ação pública, que incide, prioritariamente, por uma estratégia coletiva. Os autores ressaltam que “ambos os mecanismos envolvem as formas de organização de grupos de homossexuais e sua coletivização, hierarquização e formas de pertença, mas também uma dinâmica da participação social” (p.80). Com esse indicativo, o estudo caminha para a conclusão trazendo a experiência pública dos movimentos sociais, principalmente por meio das Paradas LGBT – como maior manifestação política de visibilidade. Nessa parte, é catalogada uma lista de publicações e organizações do movimento homófilo. E com um insight criativo “*Para continuidades...*” do estudo, o leitor é instigado a aceitar o convite “*Para continuar lendo...*”, “*Para continuar assistindo...*”, “*Para continuar interagindo...*”, “*Para continuar militando*” e “*Para continuar escrevendo e pesquisando...*”.

É necessário que haja a disponibilidade para a interpelação aos/pelos outros, reconhecendo a co-responsabilidade de todos na sociedade. “*Essa discussão sobre a politização em torno das sexualidades interpela um projeto coletivo de sociedade*” (p. 16), a alteridade das relações e a intersetorialidade das ações. Acreditamos que as possibilidades para uma sociedade emancipatória, com reconhecimento da livre orientação sexual como direito humano, está na promoção de mecanismos de prevenção das violações de direitos e exercício de cidadania, acompanhados de uma reconstrução efetiva das capacidades sociais do Estado e da participação da sociedade civil organizada na gestão pública.

Enfim, a qualidade técnica, política e criativa que Prado e Machado tiveram na construção desse livro, demonstra rigor científico e leitura agradável, ampliando as possibilidades de maior politização e aplicabilidade do estudo. Com certeza, é um instrumento útil e necessário para aqueles que queiram aprofundar num estudo crítico ou mesmo fortalecer argumentos para a luta contra-hegemônica da “hierarquia da invisibilidade”. Que possamos colher ótimos frutos dessa pesquisa!

Categoria de Contribuição: Resenha
Recebido: 11/08/2008
Aceito: 30/08/2008

Faces da violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Faces of the Sexual Violence against Children and Adolescents

Maria Ignez Costa Moreira¹

RESENHA DO LIVRO: OLIVEIRA, Maria Luiza Moura & SOUSA, Sônia M. Gomes (orgs.). (Re) Descobrimo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

Esta coletânea (*Re) Descobrimo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes*) organizada em duas partes. Na primeira parte um conjunto de três artigos apresenta e discute as práticas de enfrentamento da violência sexual, cometida contra crianças e adolescentes, desenvolvidas em Goiânia (GO) e, destacam a articulação das mesmas com movimento nacional de combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Na segunda parte outro conjunto de três artigos enfoca a condição dos sujeitos que foram condenados por violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Parte I

No primeiro artigo Carvalho; Luz e Assis tratam dos sentidos de rede, uma metáfora, que indica os pontos de articulação dos movimento sociais com a política pública. Os autores destacam que a meta da transformação social possibilita que entre as instituições de modo amplo, as

empresas, os governos e os movimentos sociais possam compartilhar o discurso do funcionamento em rede. Partindo desta concepção global de rede buscam compreender as especificidades regionais do Estado de Goiás, especialmente da capital Goiânia em relação aos ideais e aos desafios da Rede de atenção a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência.

Silva, no segundo artigo trata da importância política do registro dos casos de violência sexual e, neste sentido apresenta a experiência de sensibilização dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) para a notificação compulsória dos casos atendidos. A autora destaca o processo de transformar o relato oral dos trabalhadores que participaram do processo de construção do instrumento de notificação dos casos de violência em Goiânia em memória escrita, uma vez que este material é de extrema importância na capacitação destes agentes.

Oliveira encerra a primeira parte desta coletânea apresentando a experiência de

¹ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social, Professora do Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Contato: maigcomo@uol.com.br

mobilização social realizada em Goiânia, como parte do Projeto de Trabalho pelo fim exploração sexual de crianças e adolescentes através de uma campanha educativa. O público desta campanha foram os taxistas, mototaxistas, caminhoneiros, motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano, proprietários de hotéis, motéis, bares e similares, e de postos de gasolina e frentistas. Estes profissionais foram considerados como alvo prioritário da campanha uma vez que desenvolvem suas atividades em locais ou nas proximidades onde ocorrem cenas de violência sexual. A campanha educativa também tem outro sentido, destacado pela autora, que é o de chamar a atenção da sociedade como um todo de que violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime, uma violação de direitos e, que o enfrentamento deste problema é de responsabilidade coletiva.

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é o fio condutor da primeira parte desta coletânea: a rede, compreendida como forma de articulação que viabiliza o combate, o registro pelo SUS dos casos de violência como instrumento de visibilidade social do problema e, finalmente a campanha educativa, que ao mesmo tempo é estratégia de denúncia e de prevenção de novos casos.

Parte II

Inicia-se com um artigo de Carvalho e Sousa sobre a população carcerária condenada por crimes sexuais contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás. A escassez de estudos sobre as pessoas condenadas por violência sexual motiva os autores a compreender este outro personagem da cena. Buscam compreender quem são e como são descritos estes sujeitos. Para alcançar os seus objetivos realizaram um levantamento dos

prontuários da Penitenciária Odenir Guimarães em Goiás. Encontraram 125 registros condenados por estupro e atentado violento ao pudor. Tratam estes registros a partir das seguintes categorias: a procedência geográfica do condenado no interior do estado de Goiás; estado civil, idade, escolaridade, filhos, tempo da pena; quantas pessoas foram violentadas pelo condenado, idade e sexo das vítimas e, finalmente o grau de vínculo social entre o detento e a pessoa alvo da violência.

No segundo artigo, Esber toma como figura central da análise os condenados por crimes sexuais. Guiada pelos pressupostos teórico-metodológicos de Vygotsky, a autora procura compreender os sentidos atribuídos, pelos condenados para violência sexual, a infância, a adolescência, a família e a sexualidade.

Jesus, no último artigo da coletânea discute o processo terapêutico vivenciado por 4 sentenciados. A autora conduz seu trabalho na abordagem da Gestalt-terapia e considera que a partir desta opção teórico-metodológica é possível compreender o autor da violência sexual como capaz de ressignificar e reconstruir sua percepção de si mesmo e do outro, bem como, suas vivências e atitudes. A autora considera que a responsabilização do autor em relação a violência cometida é possível de ser alcançada no processo de gestalt-terapia, e que esta mudança é facilitada pela postura desta abordagem que busca compreender as pessoas em sua totalidade e, não apenas como um sintoma.

Na segunda parte desta coletânea, o autor da violência sexual contra crianças e adolescentes é o ponto de contato entre os artigos que buscam, cada um com seu enfoque particular, compreender quais são os significados cristalizados sobre o condenado por crimes sexuais no interior do sistema penitenciário, e os sentidos construídos pelos condenados para a sua experiência, sentidos que puderam ser

escutados tanto no enquadre da pesquisa quanto no enquadre psicoterápico.

A duas partes se articulam ao mostrar que a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes é complexa e exige a compreensão da rede institucional envolvida bem como, da própria cena da violência que compreende a interação entre

agressores e vítimas e, como os sentidos deste ato que são construídos e compartilhados socialmente.

Categoria de contribuição: Resenha

Recebido: 27/04/08

Aceito: 15/05/08